REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 118 – QUINTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)[3,4]
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)[1,5,6,7]
2º - João Durval - (P DT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros
Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles
Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,27)
Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49)
Lídice da Mata (29,39)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,44)

.....

Líder do PT - 13
Walter Pinheiro (22,27)
Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (26)
Lindbergh Farias (28)
Ana Rita (25)
Anibal Diniz (24)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49)
Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4
Lídice da Mata (29,39)
Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (30)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,44)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Jayme Campos - DEM (23)
Vice-Líderes
Cyro Miranda (34)
Flexa Ribeiro (7,33)
Lúcia Vânia (32)
Mário Couto (35)
Paulo Bauer (6,31)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias
Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (5)
Paulo Bauer (6,31)
Flexa Ribeiro (7,33)

Líder do DEM - 5
José Agripino (2,10,14,45,46)
Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (23)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13

Líder
Gim Argello - PTB
Vice-Líderes
Blairo Maggi (19)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6
Gim Argello
Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

Líder do PR - 6
Blairo Maggi (19)
Vice-Líderes do PR

Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (38)
Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,39)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

PSD - 2

Líder
Kátia Abreu - PSD (11,13)
Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 138ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE AGOSTO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 1.010, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 57, de 2012..... 40239

Nº 1.011, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução nº 55, de 2011. 40243

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Registro do lançamento, hoje, pela Presidente Dilma Rousseff, do Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais; e outro assunto... 40252

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Atenção para a precária quantidade de Defensores Públicos da União em todo o País. 40255

SENADORA *MARTA SUPLICY* – Análise da questão da violência contra a mulher no Estado de São Paulo. 40258

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Comentários sobre artigo de autoria do economista americano Jeffrey Sachs publicado no jornal **Valor Econômico**, edição de trinta de julho de 2012. 40260

SENADOR *PAULO DAVIM* – Análise dos problemas relacionados à pediatria no Brasil..... 40267

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Registro do lançamento, hoje, pela Presidente Dilma Rousseff, de um programa de Defesa Civil; e outro assunto. 40268

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Destaque para a Medida Provisória, aprovada no Senado, que reduz os custos de construção de creches e pré-escolas no Brasil..... 40271

SENADOR *PEDRO SIMON* – Análise da questão da luta contra a corrupção no Brasil. 40272

SENADORA *LÍDICE DA MATA*, como Líder – Comemoração pelas matérias votadas ontem no Plenário da Casa, durante o esforço concentrado; e outros assuntos. 40274

SENADOR *TOMÁS CORREIA* – Alerta para o mau estado de conservação da BR-364; e outro assunto. 40276

SENADOR *EDUARDO LOPES* – Preocupação com o aumento do número de acidentes de trânsito envolvendo *motoboys*. 40278

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Críticas contra a falta de apoio ao esporte no Brasil. 40280

SENADOR *JAYME CAMPOS*, como Líder – Comentários acerca do projeto de lei, de autoria de S. Exª, que cria o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas..... 40281

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Preocupação com os problemas da saúde pública no Estado da Paraíba. 40283

SENADOR *ARMANDO MONTEIRO*, como Líder – Alegria pelas medidas de estímulo à economia anunciadas pelo Governador de Pernambuco, Eduardo Campos..... 40284

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Leitura de requerimento

Nº 731, de 2012, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 55, de 2011. 40285

1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

1.3.3 – Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012 (nº 2.786/2011, na Casa de origem, de iniciativa da Presidente da República), que *dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão e da medida de segurança.* **Aprovado com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.**..... 40287

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012 (**Parecer nº 1.012, de 2012-CDIR). Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 40288

1.3.4 – Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais*. **Não houve oradores na terceira sessão de discussão em primeiro turno.**..... 40289

1.3.5 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União)*. **Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno.**..... 40290

1.3.6 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 616, de 2012, do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (alterações na CLT). **Aprovado.**..... 40290

1.3.7 – Item 7 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 621, de 2012, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cumprimento de sentença e títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho). **Aprovado.** 40290

1.3.8 – Item 12 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 667, de 2012, de autoria do Senador José Agripino, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado**..... 40290

1.3.9 – Item 8 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 624, de 2012, do Senador Jayme Campos, solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera o nome da Ala Senador Filinto Müller para Senador Luiz Carlos Prestes). **Aprovado.**..... 40290

1.3.10 – Item 9 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 625, de 2012, do Senador Jayme Campos, solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (altera o nome da Ala Senador Filinto Müller para Senador Luiz Carlos Prestes). **Aprovado.**..... 40290

1.3.11 – Item 10 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 654, de 2012, do Senador Cyro Miranda, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 581, de 2007; 301, de 2008; 466, de 2009; e 580, de 2011, por regularem matéria correlata (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). **Aprovado com o Requerimento nº 732, de 2012, lido e aprovado nesta oportunidade.**..... 40291

1.3.12 – Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 660, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (isenção de taxas de inscrição em concursos e vestibulares). **Aprovado.**..... 40291

1.3.13 – Item 13 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 686 de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 752, de 2011 e 69, de 2012, por regularem matéria correlata (prorrogação da licença-paternidade). **Aprovado.**..... 40291

1.3.14 – Item 14 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 687, de 2012, do Senador Paulo Bauer, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (direitos autorais). **Aprovado.** 40291

1.3.15 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2012 (nº 1.875/2011, naquela Casa, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho), que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO)*. **Aprovado.** À sanção..... 40292

1.3.16 – Item extrapauta (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 731, de 2012, aprovado nesta oportunidade) (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 55, de 2011, de iniciativa da Comissão Diretora, que *dispõe sobre o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS)*. **Aprovado, com a Emenda nº 1-CCJ.**..... 40293

Redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2011 (**Parecer nº 1.013, de 2012-CDIR). Aprovada.** À promulgação..... 40293

1.3.17 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 47, de 2012 (nº 298/2012, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Rei-

no da Suazilândia e à República de Madagascar. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 1.014-CRE.** (Votação nominal)..... 40319

1.3.18 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2012, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), e dá outras providências.* **Aprovado.** À sanção. 40322

1.3.19 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 50, de 2012 (nº 301/2012, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 1.015-CRE.** (Votação nominal) 40323

1.3.20 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 1.010, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 57, de 2012 (nº 311/2012, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. **Aprovado.** (Votação nominal) 40326

1.3.21 – Leitura de requerimento

Nº 733, de 2012, de iniciativa de Líderes, solicitando calendário especial de tramitação para a Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011. **Aprovado**.... 40331

1.3.22 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.3.23 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária, hoje, às 17 horas e 13 minutos..... 40332

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 139ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 8 DE AGOSTO DE 2012

2.1 – ABERTURA

2.2 – ORDEM DO DIA

2.2.1 – Item único

Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União)*. **Não houve oradores na terceira sessão de discussão em primeiro turno.**..... 40335

2.2.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária, hoje, às 17 horas e 14 minutos..... 40335

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – ATA DA 140ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 8 DE AGOSTO DE 2012

3.1 – ABERTURA

3.2 – ORDEM DO DIA

3.2.1 – Item único

Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União)*. **Não houve oradores na quarta sessão de discussão em primeiro turno.**..... 40338

3.2.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária, hoje, às 17 horas e 17 minutos..... 40338

3.3 – ENCERRAMENTO

4 – ATA DA 141ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 8 DE AGOSTO DE 2012

4.1 – ABERTURA

4.2 – ORDEM DO DIA

4.2.1 – Item único

Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União)*. **Aprovada em primeiro turno**, tendo usado da palavra os Senadores José Pimentel, Romero Jucá, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Ana Amélia e José Agripino..... 40341

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011 (**Parecer nº 1.016, de 2012-CDIR).** 40346

4.2.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária, hoje, às 17 horas e 32 minutos..... 40347

4.3 – ENCERRAMENTO

5 – ATA DA 142ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 8 DE AGOSTO DE 2012

5.1 – ABERTURA

5.2 – ORDEM DO DIA

5.2.1 – Item único

Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União)*. **Usa da palavra o Senador Eduardo Braga na primeira sessão de discussão em segundo turno.** 40349

5.2.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária, hoje, às 17 horas e 35 minutos..... 40349

5.3 – ENCERRAMENTO

6 – ATA DA 143ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 8 DE AGOSTO DE 2012

6.1 – ABERTURA

6.2 – ORDEM DO DIA

6.2.1 – Item único

Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Cons-*

tituição Federal (Defensoria Pública da União). **Não houve oradores na segunda sessão de discussão em segundo turno.** 40353

6.2.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária, hoje, às 17 horas e 36 minutos. 40353

6.3 – ENCERRAMENTO

7 – ATA DA 144ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 8 DE AGOSTO DE 2012

7.1 – ORDEM DO DIA

7.1.1 – Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União)*. **Aprovada em segundo turno,** tendo usado da palavra os Senadores Sérgio Souza, Wellington Dias, Blairo Maggi, Vital do Rêgo, Vanessa Grazziotin, Tomás Correia, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Clovis Fecury, Waldemir Moka, Inácio Arruda, Eduardo Amorim e Aloysio Nunes Ferreira**.** À Câmara dos Deputados. (Votação nominal)..... 40356

7.1.2 – Leitura de requerimentos

Nº 734, de 2012, de iniciativa de Líderes, solicitando calendário especial de tramitação para a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011. **Aprovado.** 40367

Nº 735, de 2012, de iniciativa de Líderes, solicitando calendário especial de tramitação para a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011. **Aprovado**, tendo usado da palavra os Senadores José Pimentel, Aécio Neves e Mário Couto**.** 40368

7.1.3 – ORDEM DO DIA (continuação)

7.1.4 – Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*. **Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) em primeiro turno.** 40371

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011 (**Parecer nº 1.017, de 2012-CDIR).** 40377

7.1.5 – Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais*. **Usa da palavra o Senador Aécio Neves na quarta sessão de discussão em primeiro turno.** 40378

7.2 – APÓS A ORDEM DO DIA

7.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 736, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 57A, de 1999; e 52, de 2005. 40379

Nº 737, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 16 e 17 do corrente. 40379

7.2.2 – Discursos

SENADOR *IVO CASSOL* – Análise da PEC que prevê a transposição dos servidores do Estado de Rondônia para os quadros da União. 40379

SENADOR *GARIBALDI ALVES* – Considerações a respeito da seca no Nordeste brasileiro..... 40383

SENADOR *JOSÉ SARNEY* – Homenagem ao Senador Henrique de La Rocque Almeida pelo transcurso, hoje, dos cem anos de seu nascimento. 40384

SENADOR *EDUARDO AMORIM*, como Líder – Análise dos avanços alcançados desde a promulgação da Lei Maria da Penha no Brasil; e outros assuntos. 40385

7.2.3 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se segunda-feira próxima, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o Centenário de Falecimento do Marquês de Paranaguá. 40387

Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que *reforma o Código Penal Brasileiro*. 40387

7.2.4 – Discursos (continuação)

SENADOR *WELLINGTON DIAS* – Registro de importantes matérias recentemente aprovadas pelo Senado Federal; e outros assuntos. 40387

7.2.5 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 737, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita. **Aprovado.** 40389

7.2.6 – Discursos (continuação)

SENADOR *INÁCIO ARRUDA*, como Líder – Registro do êxito do esforço concentrado no Senado Federal; e outros assuntos. 40389

SENADORA *ANA RITA* – Apresentação de sugestões para o melhor cumprimento da Lei Maria da Penha; e outros assuntos. 40391

7.2.7 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.470/2012, encaminhando comunicação da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 574, de 2012 **(Ofício nº 844/2012)**. *Designação do Deputado Diego Andrade, como titular, e dos Deputados Geraldo Thadeu e Hugo Napoleão, como suplentes, para comporem a referida Comissão.* 40394

7.2.8 – Discursos (continuação)

SENADOR *WALTER PINHEIRO*, como Líder – Destaque para os investimentos e obras de infraestrutura que serão realizados na cidade de Salvador, Bahia; e outros assuntos. 40394

SENADOR *SÉRGIO SOUZA* – Propostas para os Jogos Olímpicos de 2016, a serem realizados no Brasil..... 40399

SENADOR *PAULO PAIM* – Destaque para os projetos aprovados durante o esforço concentrado do Senado Federal; e outros assuntos. 40401

SENADOR *RICARDO FERRAÇO* – Alerta para o alto custo da energia elétrica no Brasil..... 40407

7.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 738, de 2012, de autoria do Senador João Capiberibe e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial para homenagear o centenário de nascimento do Sr. Carlos Marighela..... 40409

Nº 739, de 2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso à Equipe Piauiense de Badminton. 40410

Nº 740, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Sr. José Roberto Tadros. 40411

7.2.10 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 599/2012, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2009 (nº 510/2011, naquela Casa), sancionado e convertido na Lei nº 12.685, de 2012. 40412

Nº 600/2012, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2003 (nº 2.277/2003, naquela Casa), sancionado e convertido na Lei nº 12.686, de 2012. 40412

Nº 601/2012, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2000 (nº 4.219/2001, naquela Casa), sancionado e convertido na Lei nº 12.687, de 2012. 40412

7.2.11 – Ofício do Tribunal de Contas da União

Nº 29/2012, na origem, encaminhando registro do Seminário Desastres Naturais – Ações Emergenciais, realizado em 28 e 29 de maio do corrente. 40413

7.2.12 – Comunicações

Do Senador Assis Gurgacz, justificando a ausência de S. Exa. nas votações ocorridas na presente sessão. 40413

Da Liderança do PSOL no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1, de 2012-CN **(Ofício nº 185/2012)**. *Designação do Senador Randolfe Rodrigues, como titular, para compor a referida Comissão.* 40413

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil e a Subcomissão Permanente para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição **(Ofício nº 185/2012)**. 40413

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de aprovação do Requerimento nº 28, de 2012-CRE, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2011 **(Ofício nº 256/2012)**. 40413

7.2.13 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, que *revoga os incisos IV, V e VII do art. 3º a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família aos casos que especifica*..... 40414

Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, que *institui a gratificação de representação dos juízes estaduais no exercício da jurisdição federal, por delegação*. 40415

Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2012, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que *altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para dispor sobre a cumulação dos deveres de reparação do dano ambiental e de indenização, e dá outras providências*..... 40418

Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2012, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que *dispõe sobre o instituto da multa civil, aplicável às questões ambientais, e dá outras providências*. 40419

Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2012, de autoria do Senador Magno Malta, que *altera a Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências, para determinar a implantação de estações de apoio à atividade profissional do condutor de veículo de transporte de carga ou de transporte público de passageiros ao longo das rodovias federais concedidas.* 40419

7.2.14 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 298, de 2006; 410 e 563, de 2009; e 412, de 2011. 40425

7.2.15 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Análise da programação e do desempenho do PAC 2 no Estado de Roraima..... 40425

SENADORA *ANGELA PORTELA* – Considerações acerca do transcurso dos seis anos de vigência da Lei Maria da Penha. 40426

7.2.16 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 40428

7.3 – ENCERRAMENTO

8 – ATAS

8.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 571, DE 2012

Ata da 5ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2012..... 40429

9 – ATOS ADMINISTRATIVOS

9.1 – ATOS DO PRESIDENTE

Nº 22, de 2012, de exoneração, a pedido, do servidor Rogério de Almeida Abreu, do cargo, em comissão, de Assessor de Imprensa da Presidência..... 40519

Nº 23, de 2012, de nomeação de Jorge Rosa para exercer cargo em comissão..... 40520

10 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 8-8-2012

SENADO FEDERAL

11 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

11.1 – BANCADAS DOS PARTIDOS NO SENADO FEDERAL

11.2 – POR ORDEM ALFABÉTICA

12 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

13 – LIDERANÇAS

14 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

15 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

16 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 40539

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 40545

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 40551

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 40556

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 40561

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 40571

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 40577

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura..... 40584

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 40590

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 40596

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 40599

17 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 40601

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 40602

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 40604

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 40604

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 40605

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 40607

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 40609

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 40611

CONGRESSO NACIONAL

18 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 40613

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 40618

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 40620

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 40621

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 40622

19 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 40626

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 40627

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 40628

Ata da 138ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 8 de agosto de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Srª Marta Suplicy e dos Srs. Casildo Maldaner e Paulo Davim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 12 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

138ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÁS 14 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PMDB	MG	CLESIO ANDRADE	X	X
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 09/08/12 10:00 Página : 1

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

138ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÁS 14 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PSD	AC	SERGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	X

Compareceram: 79 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 1.010, DE 2012

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 57 de 2012 (nº 311, de 2012, na origem), da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em votação secreta, realizada em 08 de agosto, apreciando o relatório apresentado pelo Relator Senador Delcídio do Amaral, sobre a Mensagem (SF) nº 57, de 2012, opina pela aprovação da indicação da Senhora MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, por 21 votos favoráveis, 1 voto contrário e abstenção.

Sala das Comissões 08 de agosto de 2012.

SENADORA LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão

Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI

MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 22ª REUNIÃO, DE 08/08/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Kátia Abreu

RELATOR: Sen. Delcídio do Amaral

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Assis Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Tomás Correia (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Francisco Dornelles (PP)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Clésio Andrade (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	(NÃO VOTOU) 6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO	1. VAGO
PSD	
Kátia Abreu	1. Sérgio Petecão

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

Vem para manifestação do Senado Federal a Mensagem nº 57, de 2012, encaminhada pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, sobre a indicação da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A Carta Magna atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por maioria absoluta e voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Portanto, a iniciativa do Chefe do Poder Executivo atende ao disposto no art. 52, inciso III, alínea *f* da Constituição Federal, cominado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Ademais, o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui a esta Comissão a competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também do RISF.

Anexo à presente Mensagem, consta o *curriculum vitae* da indicada, em atendimento à prescrição regimental do art. 383, I, conforme descrito a seguir.

A Senhora Magda Maria de Regina Chambriard nasceu em 30 de junho de 1957. Graduou-se em engenharia civil e concluiu mestrado em engenharia química, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente em 1979 e 1989. Especializou-se também em engenharia de reservatórios e avaliação de formações pela Universidade Corporativa da Petrobras, em 1983.

Fez vários cursos de aperfeiçoamento profissional, entre 1980 e 2001, dentre os quais destacamos: "Geologia de Petróleo para Engenheiros", "Engenharia de Poços Horizontais", "Perfilagem de Poços", "Negociação de Contratos de Exploração e Produção", "Programa de Capacitação em Negociação da Indústria do Petróleo", "Contabilidade" e "Análise de Portfólio de Investimentos em Projetos de E&P".

É muito vasta a experiência profissional da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard na área-fim da ANP. Trabalhou na Petrobras entre 1980 e 2002, onde atuou na área de engenharia de reservatórios, na área de engenharia de produção e, mais recentemente, na área de novos negócios de exploração e produção. Em 2002, desligou-se da Petrobras e passou a trabalhar na ANP até 2008, onde atuou como assessora de Diretor; nesse período, trabalhando na Agência Reguladora, acumulou o exercício da Superintendência de Exploração e da Superintendência de Definição de Blocos. No exercício de função pública na ANP, atuou como instrutora de cursos de formação e como palestrante internacional.

Em 5 de novembro de 2008, mediante Decreto Presidencial, a engenheira Magda Maria de Regina Chambriard foi conduzida ao cargo de Diretora da ANP, após aprovação do nome de Sua Senhoria em sabatina neste Senado Federal.

Durante o quadriênio em que vem exercendo o cargo de Diretora, além das atividades vinculadas ao exercício do cargo, também representou a ANP em diversos eventos internacionais. Em 2012, Mediante decreto Presidencial de 8 de março, foi nomeada Diretora-Geral da ANP.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores, integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2012.

, Presidente

, Relator

PARECER
Nº 1.011, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2011, da Comissão Diretora, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS).

RELATORA: Senadora **MARTA SUPLICY**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2011, de autoria da Comissão Diretora, tem por objetivo instituir novo regulamento para o Sistema Integrado de Saúde (SIS), que presta assistência médica aos servidores do Senado e seus dependentes.

De acordo com a justificação do projeto, o texto em análise resultou de trabalho de uma subcomissão criada no âmbito do Conselho de Supervisão do SIS, aprovado por unanimidade pelos membros do referido Conselho, e posteriormente aprovado pela Comissão Diretora.

O novo regulamento tem por objetivo modernizar as regras de funcionamento do SIS, com vistas a manter tanto a cobertura satisfatória no atendimento quanto preservar o equilíbrio financeiro do plano de assistência à saúde.

O atual regulamento do SIS está contido na Resolução do Senado nº 86, de 1991, e está defasado em diversos aspectos, como por exemplo, no que diz respeito ao rol de procedimentos e eventos em saúde que a Agência Nacional de Saúde (ANS) estipula como cobertura básica dos planos privados de assistência. Ademais, o regulamento atual foi alterado diversas vezes, por atos da Comissão Diretora, do Presidente do Senado, do Conselho de Supervisão e do Diretor Geral. Merece, portanto, um trabalho de consolidação que torne as regras mais transparentes para os usuários e gestores do SIS. Há, ainda, que considerar as inovações do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 2002) que estipulou novas relações de dependência familiar que precisam ser consideradas para fins de definição de titulares e dependentes de planos de saúde.

O Projeto também leva em conta a necessidade de lidar com os custos crescentes da assistência médica, cada vez mais baseada em novas tecnologias e novos medicamentos de alto custo. Em paralelo ocorre a elevação da idade média dos beneficiários do SIS, o que se traduz em maior demanda por serviços médicos. Tudo isso se traduz na importância de o SIS dispor de sistemas informatizados de controle e análise das receitas e despesas, para bem gerir as pressões de custos.

Utilizaram-se como fonte de pesquisa para a elaboração do novo regulamento a Lei nº 9.656, de 1998, que regula os planos privados de saúde, a Resolução Normativa nº 167 da ANS, que atualiza o rol de procedimentos e eventos em saúde, os regulamentos de planos de autogestão similares ao SIS, com destaque para os planos do STF, do TST, do TJDFT e do MPU.

O regulamento está composto por 73 artigos, distribuídos em 4 Títulos, que contêm 10 capítulos. No Título I, que trata das disposições preliminares, são definidas a natureza e finalidade do SIS: proporcionar aos servidores assistência à saúde, mediante modelo associativo fechado, de caráter social, sem fins lucrativos, sob modalidade de autogestão. Em seguida define-se quem são os beneficiários do plano, as regras de inscrição, os prazos de carência, desligamento e reinscrição dos beneficiários.

Os beneficiários são classificados em duas espécies: os titulares e os dependentes. Somente poderão ser inscritos no SIS como beneficiários titulares servidores regularmente cadastrados na Secretaria de Recursos Humanos do Senado na qualidade de servidores ativos, inativos e pensionistas titulares de pensões por morte. A integração cadastral entre o SIS e a SRH é um importante instrumento de controle e de redução na burocracia existente na relação entre o SIS e os beneficiários, evitando a solicitação de informações em duplicidade. Além de facilitar o desconto em folha dos débitos dos beneficiários para com o SIS.

Para a definição do conjunto de pessoas que podem ser inscritas como dependentes, o regulamento lança mão de dois critérios: o critério moral e o critério de verificabilidade. Pelo critério moral consideram-se dependentes as pessoas que não possam trabalhar e não tenham renda própria: crianças, jovens, inválidos, idosos ou estudantes universitários até 21 anos. Pelo critério de verificabilidade, estipula-se que para ser dependente do beneficiário-titular no SIS a pessoa tem que ser, também, dependente para fins de Imposto de Renda. Obviamente o cônjuge ou companheiro não se inclui nas regras acima. Todavia, se o cônjuge ou companheiro for servidor do Senado, não poderá ser inscrito como dependente, devendo, se desejar, inscrever-se como beneficiário-titular, pagando a respectiva contribuição. Os arts. 3º a 6º listam, exaustivamente, as condições e graus de parentesco que permitem a inscrição de beneficiários titulares e suplentes.

Os prazos de carência a que estão sujeitos os beneficiários estão descritos no art. 13 e seguem o padrão das normas da ANS.

O Título II trata da assistência provida pelo SIS, sendo dividido nos seguintes Capítulos: I – Do Credenciamento, da Tabela de Procedimentos e do Descredenciamento dos Prestadores de Serviço; II – Do Plano de Assistência à Saúde: atendimentos ambulatorial, hospitalar e em "home care"; III – Das exclusões do plano de assistência à saúde; IV – Do ressarcimento de despesas nos atendimentos de livre escolha; V – dos atendimentos de psiquiatria, psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional.

Cabe destacar, nesta parte do Projeto, que as modalidades de assistência à saúde oferecidas são: (a) serviços prestados diretamente pela Secretaria de Assistência Médica do Senado (SAMS), sem ônus para o servidor; (b) serviços prestados por instituições públicas e privadas credenciadas pelo SIS; (c) serviços prestados por profissionais liberais e instituições públicas ou privadas de livre escolha dos beneficiários, não credenciadas pelo SIS, caso em que o beneficiário receberá reembolso no

limite dos valores das tabelas de pagamento aos credenciados; (d) serviço de internação domiciliar.

A exceção do atendimento diretamente na SAMS, todas as outras modalidades implicam pagamento de parcela da despesa pelo beneficiário, em percentuais a serem definidos pelo Conselho de Supervisão.

O plano de assistência à saúde adotará tabelas, aprovadas pelo Conselho de Supervisão, contendo a discriminação de todos os procedimentos e serviços cobertos pelo SIS, com os respectivos preços.

Poderão ser adotadas tabelas especiais para os procedimentos e serviços prestados por instituições reconhecidas pela perícia médica do SIS como de notória especialização.

É vedado à Secretaria do SIS credenciar instituição que tenha servidor do Senado ou prestador de serviço contratado pelo Senado como proprietário, acionista ou sócio.

Os tipos de atendimento considerados pelo regulamento são o ambulatorial (consultas, exames, fisioterapia, fonoaudiologia, etc.), o hospitalar (internação clínica ou cirúrgica, aprovada pela perícia) e a internação domiciliar (a ser disciplinada pelo Conselho de Supervisão, visando os casos em que a internação hospitalar mostre-se pouco efetiva e de custo superior ao tratamento domiciliar).

As próteses e órteses necessárias ao ato cirúrgico, em geral de alto custo, serão previamente autorizadas pela perícia médica do SIS. Nas internações em instituições de notória especialização, o beneficiário pagará os honorários médicos diretamente a esses profissionais, tendo direito a ressarcimento parcial, de acordo com os valores das tabelas do SIS.

Não serão cobertos pelo plano de saúde: tratamentos ilícitos ou antiéticos, tratamentos experimentais, procedimentos com finalidade estética, *spas*, procedimentos não incluídos nas tabelas utilizadas pelo SIS, mamoplastia (exceto aquelas definidas em Instrução Normativa do Conselho de Supervisão), cirurgias para mudança de sexo, recanalização do canal deferente ou das trompas de falópio, internação em asilo para idosos, tratamentos fora do país, entre outros procedimentos listados exaustivamente no art. 38.

É facultado ao beneficiário do SIS utilizar serviços prestados por profissionais liberais e instituições de sua livre escolha, não credenciados pelo SIS, sendo assegurado ao beneficiário-titular o reembolso parcial da despesa, nos valores das tabelas adotadas pelo SIS.

O tratamento de caráter continuado, realizado na modalidade de livre escolha, será previamente autorizado pela perícia médica do SIS, que se manifestará sobre a adequação dos procedimentos, o valor a ser ressarcido pelo SIS e as datas de reavaliação pela perícia.

O Título III ocupa-se do financiamento e da administração do SIS e da administração do Fundo de Reserva, formado a partir das contribuições dos participantes. Ali estão estabelecidas as fontes de financiamento do SIS e a estrutura de administração do Plano, formada pelo Conselho de Supervisão, pela Secretaria do SIS, pela Secretaria de Assistência Médica (SAMS) e pelo Conselho Fiscal do Fundo de Reserva.

O plano de assistência à saúde será financiado por contribuição dos beneficiários ao Fundo de Reserva e por recursos da União, devendo o Senado destinar, anualmente, a essa finalidade o equivalente a pelo menos 3,5% da despesa com pessoal e encargos sociais.

Os recursos do Fundo de Reserva serão aplicados exclusivamente na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, restringida sua aplicação a: certificados de depósitos bancários, caderneta de poupança, cotas de fundos de investimento de renda fixa lastreados unicamente em títulos do Tesouro Nacional.

A contribuição financeira devida por todos os beneficiários será composta de: (a) contribuição mensal, independente do uso dos serviços do SIS e (b) participação percentual nas despesas realizadas em seu benefício (coparticipação).

A administração do SIS e a fiscalização do Fundo de Reserva serão exercidas pelos seguintes órgãos: (a) Conselho de Supervisão, que será o órgão superior de deliberação, com poder normativo; (b) Secretaria do SIS, que será o braço executivo do plano; (c) Conselho Fiscal do Fundo de Reserva.

O regulamento define, ainda, o relacionamento entre o SIS e a Secretaria de Assistência Médica (SAMS). Cabe à SAMS prestar assessoria técnica à Secretaria do SIS, bem como prover atendimento ambulatorial aos beneficiários do SIS. Além disso, a SAMS instituirá programa de avaliação anual do estado de saúde dos servidores do Senado e programa de vacinação ocupacional, conforme diretrizes do Ministério da Saúde.

O Título IV contém as disposições finais e transitórias. Compõe, ainda, o regulamento, um anexo com glossário de termos utilizados no texto principal.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem como, ressalvadas as competências das demais comissões, pronunciar-se acerca do mérito.

O Projeto está em consonância com o art. 52, inciso XIII, da Constituição, que estabelece como competência privativa do Senado dispor sobre sua organização e seu funcionamento.

Em conformidade com o art. 213, inciso III, do Regimento Interno da Casa, matérias de competência privativa do Senado devem ser tratadas por meio de projetos de resolução, de modo que a proposição em exame está de acordo com a regra vigente.

A Comissão Diretora tem respaldo para apresentar esse tipo de proposição, com base no art. 98, inciso III, do Regimento Interno, que estipula entre as competências da referida Comissão propor ao Senado projeto de resolução dispondo sobre sua organização e funcionamento.

O projeto está redigido em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No que tange ao mérito, considero este projeto como um bem-sucedido esforço do Conselho de Supervisão do SIS, o qual tenho a honra de presidir, no sentido de atualizar as regras de funcionamento e prover condições para a estabilidade financeira e a manutenção da qualidade do serviço prestado.

Medidas importantes já foram tomadas em antecipação à aprovação deste regulamento. Refiro-me ao Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2011, que modificou o sistema de contribuição e restringiu o universo de beneficiários dependentes. Antes deste Ato, as contribuições eram feitas por unidade familiar, não importando quantas pessoas havia em cada família.

Assim, contribuintes com poucos dependentes acabavam subsidiando aqueles com muitos dependentes. Além disso, as contribuições não guardavam correspondência com a faixa etária dos beneficiários, de modo que os mais novos (que tendem a demandar menos serviços médicos) acabavam por subsidiar os mais velhos.

Com o novo Ato, as contribuições passaram a ser individualizadas por beneficiário, conforme a respectiva idade. Também houve recuperação no valor real das contribuições, que estava defasado e muito abaixo dos valores cobrados por planos similares.

Além disso, o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2011, cuidou de excluir do Plano os dependentes que não encontram correspondência na regra de dependência válida para o Imposto de Renda, em consonância com o que está sendo proposto no regulamento ora em exame. Vale dizer, foram excluídos os filhos e enteados, não estudantes, com idade superior a 21 anos. A manutenção de tais dependentes não apenas era questionável do ponto de vista legal, pouco justificável pelo critério moral, como também representava ônus financeiro ao sistema.

Não obstante esses avanços na busca de equidade e equilíbrio financeiro no SIS, é preciso avançar na modernização das regras e da gestão do Plano.

O SIS tem aproximadamente 15 mil beneficiários, que são servidores efetivos e comissionados, e seus dependentes. É financiado por recursos do orçamento da Casa e por contribuição dos beneficiários. É administrado por autogestão, a forma de organização da quase totalidade dos sistemas de saúde de servidores do setor público federal no Poder Judiciário, no Ministério Público e no Poder Executivo (inclusive Forças Armadas e empresas estatais).

O SIS tem-se defrontado com um crescimento das despesas que decorre dos custos crescentes dos procedimentos médicos, cada vez mais associados a novas tecnologias e novos medicamentos, de alto custo. Também tem sofrido com o aumento da idade média dos beneficiários.

O novo regulamento pode melhorar a eficiência e a equidade do SIS uma vez que:

- define quem pode ser considerado beneficiário dependente com base em critérios de moralidade e verificabilidade;

- obriga o pagamento de contribuição mensal e de coparticipação nas despesas de todos os beneficiários, de modo que quem usar mais o sistema pagará mais;

- enumera e define claramente os procedimentos que são cobertos e os que não estão amparados pelo Plano, evitando decisões *ad hoc* mediante solicitações individuais ao Conselho de Supervisão, ao mesmo tempo em que outorga ao Conselho de Supervisão autoridade para definir, em regulamento, de forma genérica e impessoal, os detalhes das coberturas do plano;

- aperfeiçoa a estrutura administrativa do SIS, conferindo mais transparência e controle, com destaque para a criação do Conselho Fiscal do Fundo de Reserva, que terá autoridade para fiscalizar, em detalhes, o uso dos recursos.

Certamente o novo regulamento não conseguirá, sozinho, promover a modernização e eficiência do SIS. Mas constitui condição necessária para que a administração da Casa possa tomar iniciativas administrativas que venham a aperfeiçoar o Sistema, em linha com os progressos obtidos com o já referido Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2011.

III – VOTO

Frente ao exposto, voto pela aprovação do PRS nº 55, de 2011.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2012.

, Relatora

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA , Presidente

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na 35ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de agosto de 2012, aprova o Parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2011, conforme Relatório da Senadora Marta Suplicy, e à Emenda nº 1-CCJ, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, a seguir:

Emenda nº 1 – CCJ

Dê-se ao art. 55 do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal, nos termos do que dispõe o Projeto de Resolução do Senado No 55, de 2011, a seguinte redação:

"**Art. 55** .....

.....

VI – dois servidores efetivos ativos, inscritos no SIS, eleitos pelos funcionários efetivos, em atividade, beneficários-titulares do SIS;

VII – dois servidores efetivos inativos, inscritos no SIS, eleitos pelos funcionários, aposentados, beneficários-titulares do SIS.

.....

§ 3o Os membros de que tratam os incisos I, VI e VII deste artigo serão nomeados pelo Presidente do Senado Federal, sendo que os dos incisos VI e VII terão mandato de dois anos, permitida apenas uma recondução.

.....

§ 5o Ato da Comissão Diretora regulamentará, em 180 (cento e oitenta) dias, a realização das eleições para preenchimento dos cargos previstos nos incisos VI e VII deste artigo.

....." (NR)

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2012

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: _____ Nº _____ DE _____

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/08/12, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Senador EUNÍCIO OLIVEIRA*	
RELATOR: Senadora Marta Suplicy	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ASSIS GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
RICARDO FERRAÇO	1. RENAN CALHEIROS
EUNÍCIO OLIVEIRA	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. TOMÁS CORREIA
ROMERO JUCÁ	4. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	
ARMANDO MONTEIRO	1. MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA	3. JOÃO RIBEIRO
	4. EDUARDO AMORIM
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	1. KÁTIA ABREU

Atualizada em: 02/08/2012

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sra. Presidente, peço minha inscrição para falar pela Liderança do PTB. Creio que já está na mesa a indicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já chegou, e V. Exa. é o primeiro inscrito.

Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sra. Presidenta, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exa. será o primeiro inscrito.

Com a palavra a Senadora inscrita como primeira oradora do dia, em permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg. Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sra. Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Sras. e Srs. Senadores, companheiros e companheiras.

Sra. Presidente, hoje, pela manhã, a Presidenta Dilma lançou o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais, que deverá destinar recursos de mais de R$15 bilhões para ações de prevenção de tragédias decorrentes de fenômenos climáticos intensos. Ainda no decorrer da solenidade, foi anunciada a inauguração das novas instalações do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres, o Cenad, que é ligado à Defesa Civil.

O Plano, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, consiste em quatro eixos fundamentais.

O primeiro é o Eixo Prevenção. A prevenção contempla obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, voltadas à redução do risco de desastres naturais. Dentre as ações previstas neste eixo, estão: obras de contenção de encostas, drenagem urbana e controle de inundações; além de construção de sistemas de captação, distribuição e armazenamento de água potável nas regiões do semiárido para enfrentar o problema e os efeitos da seca.

O segundo é o Eixo Mapeamento. Prevê o mapeamento de áreas de alto risco de deslizamento, enxurradas e inundações em 821 Municípios prioritários. Nesses Municípios serão elaborados planos de intervenção, que identificam a vulnerabilidade das habitações e da infraestrutura dentro dos setores de risco, bem como propõem soluções para os problemas encontrados. Além disso, o Governo apoiará a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão urbana, que permitirão o estabelecimento de diretrizes urbanísticas para o projeto de novos loteamentos.

Terceiro eixo: Eixo Monitoramento e Alerta – As ações previstas nesse eixo têm como objetivo o fortalecimento do Sistema de Monitoramento e Alerta, especialmente por meio da ampliação da rede de observação e da estruturação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, o Cemaden, e do Cenad. Serão também implementadas salas de situação em todos os Estados para monitoramento hidrológico pela Agência Nacional de Águas, a ANA.

Nessa estrutura, o Cemaden enviará ao Cenad alertas de possíveis ocorrências de desastres nas áreas de riscos mapeadas. O Cenad, por sua vez, transmitirá os alertas aos Estados, aos Municípios e a outros órgãos federais e oferecerá apoio nas ações de resposta imediata aos desastres naturais.

O quarto eixo é o Eixo de Resposta a Desastres. Esse eixo envolve um conjunto de ações voltadas ao aumento da capacidade de resposta frente à ocorrência de desastres, tais como a criação da Força Nacional de Emergência e a mobilização da Força Nacional de Segurança no apoio aos Estados e Municípios quando ocorrerem desastres de grande porte e grande magnitude, visando acelerar a execução das ações de recuperação e de socorro.

A Força Nacional do SUS (Sistema Único de Saúde) será estruturada com a capacitação também de profissionais, a constituição de hospitais de campanha e estoques permanentes de materiais e medicamentos com capacidade para atender até três desastres simultaneamente. A implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil será ampliada, visando agilizar os repasses aos Estados e Municípios dos recursos para a ação de socorro. As Forças Armadas também serão mobilizadas. Além disso, quando ocorrerem desastres, serão disponibilizadas imediatamente unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Sra. Presidenta, eu quero primeiro pedir que meu pronunciamento em relação ao ato importantíssimo de hoje, com a participação da Presidenta Dilma, integre na íntegra os Anais desta Casa. E, segundo, quero dizer da importância dessas medidas adotadas em âmbito nacional, sobretudo porque vivo no Estado do Amazonas. Lá, normalmente, vivemos uma cheia seis

meses do ano e uma estiagem muito forte os outros seis meses. Para que todos tenham ideia, Senador Davim, que é médico, nós estamos vivendo, em Manaus, uma temperatura de, aproximadamente, 37º ou 38º numa cidade extremamente úmida. Entretanto, a umidade do ar chegou a bater, nestes últimos dias, a casa dos 20%, o que trará gravíssimos reflexos na saúde das pessoas. Nós estamos acostumados, lá, com uma umidade, aproximadamente, de média, de 90% a 98%. Nestes últimos dias, baixou para 20% a umidade do ar na cidade de Manaus.

Então, Sra. Presidenta, é muito importante que o Governo Federal centralize essas ações e capacite, cada vez mais, Estados e Municípios para que possam fazer frente a situações de emergência como esta.

Eu falei aqui do problema da falta de umidade do ar, mas falo de outro. O centro da cidade de Manaus, uma cidade de dois milhões de habitantes, estava, até a semana passada, Senadora Marta, interditado. O comércio demitiu oito mil trabalhadores. O Senador Mozarildo, que conhece bem Manaus, sabe da importância do centro para a cidade de Manaus e do vigor do comércio do centro da cidade. Pois bem, o centro da cidade de Manaus ficou, por mais de quatro meses, interditado e apenas nos últimos dias foi liberado para o transporte coletivo e parte, também, para os automóveis. Em decorrência da cheia que ocorreu este ano e que bateu todos os recordes na cidade de Manaus, as próprias galerias de esgotamento sanitário de água pluvial também ficaram danificadas, o que significa dizer que, com o lançamento desse programa pelo Governo Federal, Manaus, assim como as capitais brasileiras e as cidades brasileiras que sofrem com esse problema dos desastres naturais, poderá não apenas resolver o problema depois que eles aconteceram, mas poderá agir no sentido de minimizar os reflexos desses desastres naturais.

O cartão que foi citado aqui como forma de repassar recursos aos Estados e Municípios também foi lançado no meu Estado do Amazonas. O Governador Omar mantém um cartão que foi lançado quando ele era o Vice-Governador e o hoje Senador Eduardo Braga era, à época, Governador do Estado. É a forma mais segura e mais simples de fazer com que a ajuda do Governo Federal chegue rapidamente aos Municípios e, principalmente, rapidamente às pessoas e às famílias que estão vivendo esses desastres, esses momentos de muita necessidade.

Então, eu quero aqui cumprimentar a Presidenta Dilma e dizer que não tenho dúvida nenhuma de que o Governador Omar, do meu Estado do Amazonas, assim como todos os Governadores dos Estados brasileiros e prefeitos das grandes e pequenas cidades deverão estar integrados a esse projeto, a esse programa importante de prevenção aos desastres naturais que foi lançado no dia de hoje. Então, ficam aqui os meus cumprimentos à Presidenta Dilma por mais uma ação fundamental e importante.

Agora, Sra. Presidenta, nesses dois minutos que me restam eu gostaria – e faço questão – de ler uma carta que recebi hoje, Senadora Marta – V. Exa. que é a Vice-Presidenta do Senado –, uma carta muito simples que recebi de um servidor da Casa, entretanto um servidor terceirizado que atua na empresa chamada Qualitécnica.

E faço questão de ler essa pequena carta porque ontem fui procurada por vários desses servidores e dessas servidoras, gente simples do povo, Senadora Marta, que passa por dificuldades enormes. E diz a carta que eu recebi no dia de hoje que os funcionários estão pedindo a nossa colaboração no caso da Empresa Fiança, que saiu, há um mês, do Senado – deixou de trabalhar para o Senado, Senadora Marta, há um mês – e não pagou a rescisão dos funcionários. E os funcionários não têm nenhuma explicação quando perguntam para um encarregado geral ou gestor. Eles não têm qualquer explicação.

Os funcionários procuraram o sindicato, mas a explicação que o sindicato dá é de que o Senado já está com o dinheiro, mas a Empresa Fiança não atende ao telefone e não dá qualquer explicação.

Os funcionários já estão desesperados, não sabem o que anda acontecendo, porque ninguém fala nada a respeito do assunto.

A Empresa Qualitécnica, que entrou no lugar da Empresa Fiança, está pagando o *ticket* picado e o vale transporte picado. E o *ticket* do mês anterior os servidores ainda não terminaram de receber.

Os servidores estão pedindo a colaboração dos Senadores, das Senadoras e do Presidente do Senado no sentido de dar alguma explicação e solução para o caso.

Este não é um problema do Senado, porque a Casa pagou a empresa, a qual tem de pagar os servidores.

Mas Senadora Marta, o que eu ouvi de muitas servidoras e servidores, no dia de ontem e no dia de hoje, é de cortar o coração. O empresário não tem ideia do que significa um trabalhador que ganha um salário mínimo deixar de receber os tíquetes, deixar de

receber a rescisão do seu contrato. É o leite do filho, é a comida que deixa de ser posta.

Então, penso que nós,...

(Interrupção do som.)

(A Sra. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ... Senadores e Senadoras – termino neste exato minuto –, precisamos ajudar essas pessoas simples.

Tenho certeza de que não só o Presidente Sarney, mas também V. Exa., com toda a sua sensibilidade, estão ajudando e contribuindo para que esses servidores possam receber, o mais rapidamente possível, aquilo que lhes é de direito. Eles não estão pedindo favor; apenas um direito que todos eles têm. Nós, neste momento, precisamos não só estender a mão, mas também ajudá-los a receber o que eles têm que receber.

Muito obrigada, Senadora Marta.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje pela manhã, a presidenta Dilma lançou o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais que vai destinar recursos de mais de R$ 15 bilhões para ações de prevenção a tragédias decorrentes de fenómenos climáticos intensos. Ainda no decorrer da solenidade foi anunciada a inauguração das novas instalações do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres, o CENAD, que é ligado à Defesa Civil.

O Plano consiste em quatro eixos fundamentais. São eles:

Eixo Prevenção – A prevenção contempla as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, voltadas à redução do risco de desastres naturais. Dentre as ações previstas neste eixo, estão: obras de contenção de encostas, drenagem urbana e controle de inundações; construção de sistemas de captação, distribuição e armazenamento de água potável nas regiões do semiárido para enfrentamento aos efeitos da seca.

Eixo Mapeamento – Prevê o mapeamento de áreas de alto risco de deslizamento, enxurradas e inundações em 821 municípios prioritários. Nesses municípios serão elaborados planos de intervenção, que identificam a vulnerabilidade das habitações e da infraestrutura dentro dos setores de risco, bem como propõem soluções par a os problemas encontrados. Além disso, o Governo Federal apoiará a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão urbana, que permitirão o estabelecimento de diretrizes urbanísticas para o projeto de novos loteamentos.

Eixo Monitoramento e Alerta – As ações previstas neste eixo têm como objetivo o fortalecimento do Sistema de Monitoramento e Alerta, especialmente por meio da ampliação da rede de observação e da estruturação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, o Cemaden, e o do Cenad. Serão também implementadas salas de situação em todos os estados para monitoramento hidrológico pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Nessa estrutura, o Cemaden enviará ao Cenad alertas de possíveis ocorrências de desastres nas áreas de risco mapeadas. O Cenad, por sua vez, transmitirá os alertas aos estados, aos municípios e a outros órgãos federais e oferecerá apoio nas ações de resposta a desastres.

Eixo de Resposta a Desastres – Este eixo envolve um conjunto de ações voltadas ao aumento da capacidade de resposta frente à ocorrência de desastres, tais como a criação da Força Nacional de Emergência e a mobilização da Força Nacional de Segurança no apoio aos estados e municípios quando ocorrerem desastres de grande magnitude, visando acelerar a execução das ações de recuperação e socorro. A Força Nacional do SUS será estruturada com a capacitação de profissionais, constituição de hospitais de campanha e estoques permanentes de materiais e medicamentos com capacidade para atender até três desastres simultaneamente. A implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil será ampliada, visando agilizar os repasses aos estados e municípios dos recursos para ações de socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais. Para agilizar a aquisição de produtos de primeira necessidade, serão disponibilizadas atas de registro de preços para estados e municípios que tenham sua capacidade gerencial comprometida.

As Forças Armadas e os órgãos de defesa civil serão equipados e capacitados para atender às ações de socorro e assistência. Além disso, quando ocorrerem desastres, poderão ser disponibilizadas unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida e recursos para ações de socorro, assistência e reconstrução aos estados e municípios atingidos.

Em relação às ameaças de cheias e enchentes, o Brasil já tem monitorado 17 importantes rios de bacias hidrográficas sujeitas à elevação.

Com isso, o governo avança consideravelmente no sentido de modernizar o serviço de inteligência e sua capacidade de ajudar de forma plausível às vítimas dos desastres no Brasil.

Para quem viveu no Amazonas recentemente as maiores cheias dos rios dos últimos cem anos, esse tipo de medida é confortante para que possamos nos preparar a contento no enfrentamento de outras possíveis catástrofes. Mas como prevê o próprio governo, serão necessárias ações integradas com os Estados e Municípios para que esse plano tenha êxito no país.

Por isso, tenho debatido em Manaus, uma das cidades da Amazónia mais afetada pela cheias dos rios, a necessidade de implantar um Centro Integrado de Controle de Operações dos Serviços Públicos nas áreas de segurança, saúde, transporte, trânsito, educação, limpeza urbana, meteorologia, entre outras.

O serviço de inteligência hoje é de fundamental importância para quem pretende atuar preventivamente contras os graves problemas enfrentados pelas cidades. Em pleno século XXI, não há como dispensar o uso da tecnologia a serviço da população. Por isso, parabenizo a presidenta Dilma por mais essa medida e tenho certeza que ela terá respaldo de todos os Estados e municípios por mais essa importante ação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tenho certeza, Senadora Vanessa, de que, como membro suplente da Mesa e presente nas reuniões da Mesa Diretora, V. Exa. levará essa questão, que é extremamente sensível, para que possamos tomar uma deliberação.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, orador inscrito pelo seu partido.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da rádio Senado, acredito que todos concordamos que o direito ao devido processo legal é uma das conquistas sociais mais significativas dos últimos séculos, pelo menos no que se refere ao reconhecimento e à atribuição universal do princípio: todos são iguais perante a lei; a lei se aplica igualmente a todos.

Garantir a efetividade desse direito, no entanto, Sra. Presidente, não é coisa simples. Todos temos um igual direito à proteção da Justiça, mas nem todos temos acesso igual aos meios necessários para usufruir plenamente dessa proteção. As diferenças econômicas acabam implicando uma exceção arbitrária à universalidade do direito ao devido processo – uma exceção que nossas instituições, se bem construídas, devem poder compensar. É esse justamente o caso, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, desta instituição peculiar, que é a Defensoria Pública.

Aliás, parte dessa peculiaridade vem do fato de que a Defensoria Pública da União – aqui vou me referir à Defensoria Pública da União – tem, entre os seus papéis, o de proteger o cidadão contra possíveis negligências ou abusos cometidos pela própria Administração Pública.

Também desse ponto de vista, trata-se de uma instituição-chave na garantia de proteção contra os abusos de autoridade e contra o arbítrio do poder. Trata-se, portanto, de uma instituição que assume um papel importantíssimo na realização dos ideais de governo limitado e de democracia que o Estado brasileiro assume e professa em sua Constituição.

No entanto, Sra. Presidente, a despeito da importância dessa instituição para a garantia do acesso à Justiça e para a concretização dos ideais democráticos que conformam o Estado brasileiro, o fato é que a Defensoria Pública da União sofre cronicamente com a falta de recursos. O quadro de defensores públicos da União é restrito, as instalações em que trabalham são precárias, a infraestrutura com que contam é ultrapassada.

Os defensores públicos da União – não estou aqui sequer falando dos defensores públicos estaduais – não chegam a quinhentos, distribuídos em todo o País. Segundo um diagnóstico promovido em 2009 pelo Ministério da Justiça, o número ideal de defensores públicos da União seria, naquela ocasião, em 2009 portanto, 1.280. Em contraste, os advogados da União chegam hoje a quase oito mil, quer dizer, a União tem oito mil advogados para defender os interesses do Governo e o cidadão não conta sequer com quinhentos defensores. Ambas as instituições são necessárias para a higidez do Estado brasileiro, mas a desigualdade é muito notável e significativa, mesmo se levarmos em conta as suas especificidades e as diferentes dinâmicas de trabalho a que estão submetidas.

Em São Paulo, Senadora Marta, Estado mais populoso do Brasil, são apenas 60 Defensores Públicos para representar os cidadãos que não podem pagar um advogado em suas ações contra a União. No Amazonas, da Senadora Vanessa, que tem uma população

menor, mas uma área imensa e um território em que as dificuldades de deslocamento são notórias, são apenas sete. Em quase todos os Estados, os defensores estão lotados nas capitais. Imaginem então, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o que significa para um cidadão que vive em lugar isolado entre a floresta e o rio em algum ponto da Amazônia, sem condições de arcar com os custos de um processo, ter acesso à Justiça.

Essa falta de estrutura e de recursos humanos acaba se traduzindo em limitações no atendimento, ou seja, em prejuízos para os cidadãos e cidadãs no que se refere à garantia de seus direitos e não apenas no caso que mencionei. Mesmo o atendimento nas capitais fica prejudicado, muitas vezes. O volume de demandas nas áreas cível, previdenciária e criminal, por exemplo, muitas vezes prejudica as demandas em outras áreas, como a trabalhista. Não é raro que o cidadão desprovido economicamente dos meios de pagar um advogado não consiga encontrar apoio, por falta de estrutura, na instituição mesma que deveria garantir assistência jurídica necessária para lhe dar acesso à Justiça.

Ainda assim, apesar da falta de recursos e de estrutura, a Defensoria Pública da União não está ociosa. Até junho deste ano, quase 500 mil pessoas receberam alguma assistência jurídica pela Defensoria Pública da União em quase 650 mil atendimentos. Mais de 444 mil processos foram acompanhados até junho.

Desde 2004, as Defensorias Públicas estaduais gozam de autonomia administrativa e funcional. Nos Estados que implantaram efetivamente essa autonomia, como é o caso do meu Estado de Roraima, houve um significativo avanço no funcionamento das Defensorias. Infelizmente, a Defensoria da União ainda não conquistou sua independência, que, para uma instituição como essa, é absolutamente fundamental. Fortalecer a Defensoria passa necessariamente pela concessão de autonomia.

Encontra-se, Sra. Presidente, na Ordem do Dia, a PEC nº 82, de 2011, de autoria da nobre Senadora Vanessa Grazziotin, da qual sou signatário, que altera o art. 134 da Constituição Federal, no sentido de conceder essa autonomia à DPU. Quero aqui, defender desde já a aprovação dessa Proposta de Emenda Constitucional, que representará um avanço importante para a Defensoria Pública da União.

Não economizemos esforços, Sra. Presidente, para dar meios e instrumentos para que a Defensoria Pública da União realize sua missão fundamental. Repito aqui o que disse, no ano passado, em comemoração que realizamos nesta Casa na passagem do Dia Nacional da Defensoria Pública: se queremos uma cidadania efetiva, participante, ativa, atuante, precisamos criar as condições institucionais para isso. E uma Defensoria forte, garantidora, em última instância, do acesso universal à Justiça, é uma das condições básicas.

E quero pedir a V. Exa. que autorize também a transcrição de uma matéria publicada na revista Época, do dia 16 de julho, sob a manchete: "Pobres advogados – A Defensoria Pública da União dá assistência jurídica a quem não pode pagar. Mas sofre com a falta de quadros, estrutura e autonomia."

Vejo que o Senador de Rondônia queria pedir aparte, mas ele não cabe neste horário.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bom, já extrapolamos em três minutos; poderia dar um minuto exatamente de relógio, para ele fazer as suas considerações, sem a réplica de V. Exa., em consideração ao Senador.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, já fui Defensor Público, por isso eu não poderia deixar de aparteá-lo. Eu queria dizer a V. Exa. que a Constituição de 1988 cuidou, e cuidou muito bem, da parte relativa ao Ministério Público, com todas as garantias constitucionais etc. etc. etc., no entanto, deixou a Defensoria Pública totalmente à margem. E, hoje, o Defensor Público, com exceção de alguns Estados, é tratado de forma absolutamente discriminada. Então, eu queria só, neste rápido aparte, saudar V. Exa. Em outra oportunidade também pretendo usar do horário para falar deste assunto, porque acho muito importante para a cidadania dar garantia à defesa, a mesma que se dá à acusação. No Brasil, damos uma garantia legítima ao Ministério Público, à acusação, mas deixamos de fazê-lo com relação a quem cuida da defesa dos mais carentes. Muito obrigado a V. Exa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

REVISTA ÉPOCA

JUSTIÇA

Pobres advogados

A Defensoria Pública da União dá assistência jurídica a quem não pode pagar. Mas sofre com a falta de quadros, estrutura e autonomia

Martha Mendonça

O paraibano Serafim Simeão, de 71 anos, é o oitavo de 20 irmãos. Migrou para o Rio de Janeiro há 50 anos. Fez bicos, trabalhou numa cooperativa de táxis e, depois de sofrer oito assaltos, passou a atuar como pedreiro. Há cinco anos, sofreu um derrame, que lhe deixou sequelas em todo o lado esquerdo do corpo. Simeão caminha mancando. Um dos braços não lhe obedece. Viúvo, mora numa casa alugada em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Quando foi atrás de sua aposentadoria, descobriu várias irregularidades em suas contribuições. Por isso, não teria direito a um benefício. Impedido de trabalhar, não sabia como pagar suas contas.

Num dos postos do INSS, um porteiro sugeriu que ele procurasse um lugar de nome "complicado": a Defensoria Pública da União, perto do mercado popular da Uruguaiana, um dos formigueiros humanos do centro do Rio de Janeiro. Simeão pegou dois ônibus para chegar até lá. Decisão acertada. Depois de receber assessoria jurídica da DPU, há quase um ano ele recebe seu benefício. Seu caso foi coberto pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que permite a pessoas carentes ter direito a um benefício assistencial. Ele agora ganha um salário mínimo – R$ 622. Pouco, se comparado a seus gastos: R$ 200 de aluguel e contas gerais, mais pelo menos R$ 80 de remédios para pressão e colesterol todo mês. Fora a comida. Uma das cinco filhas o ajuda quando pode.

A história de Serafim Simeão é semelhante à de muitos outros brasileiros que, no momento de se aposentar, deparam com problemas de contribuição ou com a própria burocracia. A atuação das Defensorias Públicas da União tem sido sinônimo de sobrevivência na vida de gente como ele. Mas esse órgão, cuja missão é representar o cidadão em ações contra a União, ao oferecer assessoria jurídica a brasileiros carentes, precisa de advogados. Em suas sedes, espalhadas pelas capitais e por algumas outras poucas cidades, a DPU tem estrutura muito aquém de sua importância. O corpo de defensores é considerado pequeno demais: 474 para todo o território nacional. Do outro lado da mesa, defendendo os interesses – também legítimos – da União, a Advocacia-Geral da União (AGU) conta com a ação de quase 7.970 advogados.

As instalações das DPUs são precárias, com equipamentos e infraestrutura ultrapassados. O quadro administrativo é mínimo. "Os defensores instalam cabos, saem para comprar papel e copo de plástico, muitas vezes do próprio bolso", diz o advogado Eraldo Silva Junior. Por dois anos, ele liderou a equipe da DPU no Rio de Janeiro. Marcus Vinicius Lima, defensor-chefe da DPU de São Paulo, conhece bem esse enredo. "Aqui estamos sem contrato de manutenção. A bomba de água enguiçou, tive de ficar quatro meses ligando e desligando todos os dias, eu mesmo. E não ganho nada pelo cargo de chefia. Coordeno tudo mantendo minhas atribuições regulares de defensor."

São Paulo, o Estado mais populoso do Brasil, tem o maior número de defensores: 60. No Rio de Janeiro, são 46. Em Estados com menos habitantes, mas dimensões territoriais imensas, como o Amazonas, há sete – e somente na capital, como ocorre na maioria dos outros Estados fora do eixo Sul-Sudeste. Para chegar a Manaus, onde fica a sede da DPU amazonense, pessoas das comunidades ribeirinhas viajam até cinco dias de barco para conseguir assessoria jurídica gratuita. A imense maioria das subseções da Justiça Federal no país não tem uma unidade da DPU. Os raros atendimentos itinerantes realizados mostram que, além da necessidade de melhorar as condições das defensorias nas grandes cidades, é urgente levá-las ao interior. Vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, lotado no Rio de Janeiro, o advogado Thales Treiger participou de um atendimento itinerante na região do Alto Purus, no Acre. O que seria o atendimento de apenas uma tarde transformou-se num trabalho de três dias. "Fizemos de tudo: de conciliação em briga de vizinhos a uma audiência com índios por uma questão territorial", afirma.

A falta de estrutura das DPUs deixa algumas áreas dos direitos dos cidadãos descobertas. Com as imensas demandas nas áreas cível (que envolve remédios e equipamentos), previdenciária e criminal, perdem as questões trabalhistas ligadas à União. Quem enfrenta entraves com algum órgão federal e não tem dinheiro para pagar um advogado fica sem defesa. É o caso da funcionária do Ministério da Saúde Rosana Pereira, de 47 anos. Ela procurou a DPU no centro do Rio, munida de documentos e comprovantes de renda, para tentar conseguir gratificações que deixou de receber durante dez anos. Em vão. "Não vou ter dinheiro para pagar um advogado particular. Não sei o que fazer." ▶

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Davim, para eu fazer uso da palavra como oradora inscrita.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy, pelo tempo regulamentar.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Prezados Senadores, Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, ontem comemoramos os seis anos da Lei Maria da Penha, que é considerada uma das três mais importantes do mundo, e eu diria que, depois do direito ao voto para a mulher brasileira, é a lei que mais tem impacto na vida da mulher.

A CPMI da Violência tem viajado o Brasil todo, já foram nove diligências em nove Estados, e conseguido dados bastante importantes sobre a dificuldade da implementação da lei, porque uma coisa é uma lei – e a Lei Maria da Penha é a mais conhecida do povo brasileiro; então, é o conhecimento da lei que é importante –, mas a outra questão é como implementar uma lei que necessita de estrutura financeira para a sua implementação.

Vou falar um pouco hoje, vou me dedicar a falar sobre o meu Estado de São Paulo, porque acredito que estamos falando do Estado mais rico da União, e é um Estado que não é que tenha pouco recurso para a questão do combate à violência contra a mulher, mas é um Estado que tem zero no orçamento dedicado ao combate à violência contra a mulher, e é o Estado que tem 663 mulheres assassinadas em 2010. É um número extremamente chocante, temos esse número de mulheres assassinadas em São Paulo, e, quando vemos que não é porque a lei não está implementada que esses assassinatos todos ocorreram, mas que parte desses assassinatos poderiam ter sido, sim, evitados, se a lei tivesse sido aplicada de acordo como foi elaborada e deveria estar sendo aplicada, e se o Estado não negligenciasse, de forma absoluta, essa questão da implementação da Lei Maria da Penha.

Foram duas mortes por dia de mulher em São Paulo em 2010. E é sério também que, dos 97 municípios listados com taxas acima de 8 homicídios em 100 mil mulheres, o que representa o dobro da média nacional, 9 são paulistas. Nove municípios são paulistas, e são os seguintes: Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Várzea Paulista, Jabuticabal, Ribeirão Pires, Ubatuba, Caraguatatuba, Presidente Prudente, São Sebastião e Itaquaquecetuba .

De setembro de 2011 a maio deste ano, tivemos 55.174 casos de mulheres vítimas de lesão corporal dolosa e, destes, 34.906 casos foram no interior – dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

A violência se tornou um fenômeno, porque nós estamos vendo pelos dados que os homens morrem na rua e as mulheres morrem e são agredidas em suas casas. Essa é a conclusão do estudo Mapa da Violência 2012, elaborado pelo Instituto Sangari.

O resumo no Estado de São Paulo: a mulher não é uma questão. Não existe essa questão, pois não existe dotação orçamentária, como eu falei, específica para políticas para as mulheres. Constatamos que, no Plano Plurianual 2012 a 2015 e na LDO 2012, não há nenhum programa destinado ao combate a violência contra a mulher.

Em um Estado onde nós temos 645 Municípios...

Senador Mozarildo, estávamos falando dos Municípios existentes em cada Estado. São Paulo tem 645 Municípios, mas nós só temos 34 equipamentos específicos para atendimento às vítimas de violência contra a mulher. O problema das mulheres agredidas e assassinadas tem sido tratado como ocorrência pouco importante ou relevante. Mais grave: além de não haver recursos orçamentários, também não há a devida contrapartida aos recursos federais. Quer dizer, o recurso que entra, Senador Paulo Davim, para o combate à violência contra a mulher é um recurso da União! Do Estado de São Paulo não tem, é zero.

Os dados da violência no Estado evidenciam necessidade premente de ampliar serviços também no interior, pois, além de serem poucos esses serviços, eles estão quase todos concentrados na Capital paulista.

Houve uma CPMI em São Paulo, e nós colaboramos com algumas propostas para garantir a implementação da Lei Maria da Penha.

O que precisa ser feito?

Depois de seis diligências que foram feitas todas no Estado de São Paulo, com mais de 1.500 mulheres que atenderam, e associações e entidades, tudo, o que nós tivemos? Para melhorar o atendimento da delegacia da mulher, dos direitos da mulher, nas que existem já – não estamos nem falando do que tem que ser ampliado, das que existem –, primeiro a gente tem que ampliar, porque é uma necessidade. Mas não adianta ampliar a esmo ou por vontade eleitoral, por gesto de apadrinhamento ao prefeito. Não adianta. Tem que ser ampliado conforme o índice de violência. E nós estamos percebendo, pelo Mapa da Violência em São Paulo, onde essas delegacias são

mais necessárias. Rapidamente falando, quando eu lia o nome dos locais, estava vendo, por exemplo, que a região litorânea é uma região – não tem explicação para isso – onde os assassinatos estão ocorrendo de forma acentuada também.

Nós temos que ampliar também o horário de atendimento, inclusive com plantões no final de semana, plantões nem que sejam regionais.

Outra proposta é a capacitação dos profissionais na área de segurança pública, como também a estruturação física e de pessoal das Delegacias de Defesa da Mulher, porque essa é uma delegacia, Senadores e Senadora, para onde vão os iniciantes. É uma delegacia sem boa estrutura, desprestigiada, para onde quem está sendo nomeado pela primeira vez para um cargo é que vai para lá exercer o cargo. Então, isso também deixa sem a experiência, sem a força de pessoas que têm uma tradição já na Polícia, como delegados.

Implantação também de equipes multidisciplinares nas Delegacias de Defesa da Mulher, como também concursos especializados para Delegacias de Defesa da Mulher.

A outra questão que precisamos é ampliar e fortalecer a Defensoria Pública do Estado, ampliação do número dos defensores, para atuar em defesa das vítimas de violência. Muitas vezes, a mulher chega lá, às vezes pode até ter um defensor, mas, em questões de mulher que apanhou de homem, eles não querem entrar. Então, precisamos ter defensores sensibilizados para fazer a defesa dessa mulher que apanhou e que chega lá e não tem como se defender. E defensores especificamente para fazer essas defesas e que acompanhem a vítima do começo do julgamento até o final.

Também precisamos criar condições para atuação do Ministério Público, tão importante nesta questão. A delegacia, pelo seguinte: se há um delegado ou uma delegada despreparada e faz um inquérito sem ser correto, o inquérito vai ao Ministério Público, que o devolve, porque não pode usar um inquérito que não foi benfeito. Então, ele volta para o Ministério Público, e, quando volta para o Ministério Público, aí a mulher já morreu, se for um caso muito grave, já foi assassinada. Então, nós temos que criar as condições de ter núcleos especializados também no Ministério Público, para que, quando chegarem os inquéritos bem formulados, isso possa avançar.

Capacitar e sensibilizar promotores de Justiça para atuarem nos casos previstos na Lei Maria da Penha, porque sabemos que a questão de falar da constitucionalidade foi derrubada pelo Supremo, em voto brilhante. A lei é constitucional. Não se pode mais dar cesta básica, não se pode dizer que isso é um tapinha e não se vai aplicar uma lei tão rígida, que a lei tem que ser mais leniente, interpretada desta ou daquela forma. Não, não, não! A lei tem que ser interpretada como foi feita, e não tem mais tapinha. Bateu em mulher vai para a cadeia. Bateu em mulher, a lei é dura. E foi muito bom que ela tenha sido feita dessa forma.

Agora, tem que também garantir assistência à saúde às mulheres vítimas de violência.

E, até ontem, apresentei um projeto, uma PEC, com a Senadora Ana Rita. Recolhi as assinaturas em duas horas com os caros Senadores e Senadoras desta Casa, 32 assinaturas apoiando, contando a sua assinatura, Senador Paulo Davim, com a do Senador Mozarildo – o Senador Pedro Simon eu não encontrei ontem, mas tenho certeza de que a assinaria –, do Senador Suplicy, dos Senadores que estavam presentes naquele momento. Trata-se de uma PEC que dá direito à mulher vítima de violência a que tenha o mesmo atendimento, a mesma assistência que os vulneráveis, isto é, crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, porque, muitas vezes, e a gente sabe, essa mulher que apanha volta, fica em casa ou não fala nada porque ela não tem como viver. Então, essa assistência tem que ser provida, porque, se não for assim, ela fica lá apanhando, até que seja morta.

Então, são vários itens que temos que garantir: o acesso das mulheres ao Poder Judiciário; a equipe multidisciplinar, que é tão importante; a rede de atendimento para os CRAs, para os CREAs; e políticas públicas para a mulher.

Então, fica este pronunciamento aqui, chamando novamente a atenção do meu Estado, do Governador do Estado, pedindo a atenção do Governador para que essa situação possa ser remediada.

Que São Paulo volte a estar à frente nas questões da mulher, como foi na época do então governador Franco Montoro, quando o Secretário de Segurança era Michel Temer, atual Vice-Presidente, quando foi criada, no Estado de São Paulo, a primeira Delegacia da Mulher.

E hoje vemos a questão da mulher relegada em São Paulo, com o número tão tristonho, eu diria, tão trágico de 663 assassinatos de mulheres em 2010, por falta também de estrutura da Lei Maria da Penha, criada com tanto empenho e tanta luta pelas mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Parabenizamos a Senadora Marta Suplicy pelo brilhante pronunciamento.

Devolvo a Presidência da sessão à Senadora.

O Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, uma nova era geológica.

Em 30 de julho de 2012, o jornal *Valor Econômico* publicou um artigo de grande valor da parte de um extraordinário economista americano, Jeffrey Sachs, professor de Economia, diretor do Instituto Terra, da Columbia University, assessor especial do Secretário-Geral da ONU no tema das Metas de Desenvolvimento do Milênio e alguém que tem escrito livros indicando que é perfeitamente possível erradicar a pobreza em nosso planeta.

Mas falo desse artigo para comentar por que em junho acabamos de sair da Rio+20, que teve uma peculiaridade muito impressionante. A reunião dos 193 chefes de Estado que a ela compareceram não resultou em conclusões ou saltos de visível qualidade, ao passo que os encontros de todos os tipos de grupos da sociedade civil foram gloriosos, como se diz na linguagem popular. Centenas de milhares de pessoas encheram o Rio de Janeiro, uma explosão de criatividade aconteceu. O foco era que o aquecimento global já estava muito adiantado, exatamente a mesma coisa que Jeffrey Sachs menciona.

Em suas palavras *"nas últimas semanas, os Estados Unidos entraram em seu pior período de seca nos tempos modernos. O centro-oeste e os Estados nas planícies, o celeiro do país, estão ardendo sob uma enorme onda de calor e mais da metade do país está em emergência devido a seca."*

"Do outro lado do mundo, Pequim foi atingida pelas piores chuvas já registradas e as inundações mataram muitas pessoas. O Japão, igualmente, está sofrendo chuvas torrenciais recordes. Duas das regiões áridas africanas – o Chifre da África, no leste do continente, e no Sahel no oeste – tiveram secas e fome devastadoras nos últimos dois anos: as chuvas não vieram, fazendo com que muitos milhares morressem, enquanto milhões passam fome".

"Os cientistas atribuíram um nome a nossa era, Antropoceno, um termo construído a partir de uma antiga raiz grega para significar época dominada pelos seres-humanos – um novo período da história da Terra em que a humanidade tomou-se a causa da escala mundial das mudanças ambientais. A humanidade afeta não só o clima da Terra, mas também a química dos oceanos, os habitats terrestres e marinhos de milhões de espécies, a qualidade do ar e da água, e os cicios de água, nitrogénio, fósforo e outros componentes essenciais que sustentam a vida no planeta."

Para quem vê televisão ou lê jornal outros fenómenos mais importantes relativos aos oceanos já aconteceram. Desprendeu-se da Groelândia uma geleira que era um terço do tamanho da Ilha Continente. Na Antártica geleiras maiores tem se desprendido o que deve acelerar muito rapidamente a subida do nível do mar.

Isso é um sinal de que após o máximo do aquecimento global que está se aproximando deve acontecer uma era glacial, Graças ao congelamento das águas dos Oceanos que já está acontecendo.

(A Sra. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estamos no pico do aquecimento global e o que vier em seguida é o início da destruição da espécie humana não pelo calor, mas pelo frio. Não sei se ainda é tempo, o que sei é que temos que lutar com todas as forças para recuperar nosso Planeta. Caso contrário nossos filhos e netos viverão em um mundo inabitável.

Enquanto a espécie humana se destrói. O Planeta, se ser humano fosse, estaria perplexo, preocupado, conclamando a nós, homens e mulheres, para realizarmos ações para reverter essa trajetória. Como qualquer astro vive em fase de grande violência, como aquela que destruiu, há 65 milhões de anos, os dinossauros, 90% da vida desapareceram. Mas, logo alguns milhões de anos depois outras espécies vieram a habitá-lo entre nós. Quando a nossa espécie desaparecer, outras virão. Quem desaparecerá agora é a humanidade e não o Planeta.

Eu gostaria de aqui conclamar todos a pensarmos nas ações que poderão significar uma melhoria das condições de vida.

Quero aqui ressaltar e anunciar, com prazer, a Conferência Nacional que promoverá um debate sobre a política de emprego e trabalho decente para o combate à pobreza, a 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, promovida pelo Ministério do Trabalho.

O Ministro Brizola Neto nos convida a todos para, agora, às 16 horas, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, participarmos e refletirmos sobre como uma renda básica de cidadania significará algo importante no dia que acontecer de fato para promovermos a remuneração decente e oportunidade de trabalho para todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Permita-me requerer que o trabalho da OIT sobre o avanço das condições de trabalho no Brasil seja anexado ao meu pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Trabalho
Ministério do Trabalho e Emprego

Notícia

Trabalho Decente: Relatório da OIT destaca avanços no país

Relatório sobre Perfil do Trabalho Decente no Brasil ressalta expansão do emprego formal e a redução da pobreza no país

Brasília, 07/08/2012 – O Brasil registrou avanços significativos em diversas áreas do trabalho decente nos últimos anos, mas ainda existem desafios a serem superados. A constatação está no relatório "Perfil do Trabalho Decente no Brasil – Um Olhar sobre as Unidades da Federação", elaborado pelo escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. No estudo, divulgado em julho, a entidade observa avanços acentuados em 10 dimensões analisadas no país. O relatório destaca que, apesar da crise financeira internacional, o Brasil manteve a trajetória de declínio da taxa de desemprego.

Foram analisadas pela entidade as dimensões do trabalho decente no que se refere a Oportunidades de Emprego; Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo; Jornada de Trabalho Decente; Combinação entre Trabalho, Vida Pessoal e Vida Familiar; Trabalho a ser Abolido; Estabilidade e Segurança no Trabalho; Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego; Ambiente de Trabalho Seguro; Seguridade Social e Diálogo Social e Representação de Trabalhadores e Empregadores).

O documento aponta que os avanços mais acentuados foram nas regiões mais pobres do país e em grupos em situação de maior desvantagem no mercado de trabalho, como as mulheres e os negros, "o que possibilitou a diminuição das desigualdades (de gênero, raça e entre as regiões do país), ainda que, em muitos indicadores, o nível dessa desigualdade ainda seja bastante elevado", avaliou a publicação.

Segundo a pesquisa da OIT, a taxa de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do país, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, que tinha alcançado 9,0% em março de 2009, em decorrência da crise econômica internacional, começou a recuar em abril e continuou diminuindo fortemente ao longo de 2009, atingindo 6,8% em dezembro e encerrando o ano com uma taxa média de 8,4% - ainda num patamar superior ao observado em 2008 (7,2%). Encerrou 2010 com uma taxa média anual de 6,7%, a menor do período 2003/2010 e em 2011, essa taxa declinou para 6,0%.

O estudo teve como base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo Demográfico de 2010 e de outros registros administrativos e estatísticas oficiais.

Trabalho Formal - O estudo destacou o crescimento do emprego formal no país que entre 2003 e 2010 gerou 15,38 milhões de postos formais de trabalho, configurando um aumento acumulado de 53,6% em um período de oito anos. A expansão ocorreu de forma generalizada nas cinco Grandes Regiões e 27 Unidades da Federação, sendo mais expressiva nas regiões mais pobres e caracterizadas por mercados de trabalho menos estruturados, a exemplo das regiões Norte (+85,7%) e Nordeste (+64,9%).

Em função do aumento do emprego formal e das políticas de inclusão previdenciária, a Taxa de Formalidade evoluiu de 48,4% para 50,6% entre 2004 e 2006, ano em que, pela primeira vez, mais da metade dos trabalhadores e trabalhadoras passou a ocupar um posto formal de trabalho. Essa tendência de crescimento se manteve durante os anos subsequentes e alcançou 54,3% no ano de 2009, não sendo nem sequer afetada pela crise financeira internacional.

Dados da pesquisa mostram, porém, que o número de vínculos empregatícios de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho diminuiu 12,3% entre 2007 e 2010 (de 348 mil para 306 mil). Nesse mesmo período, o número total de empregos formais aumentou em 17,3%. Em função dessas tendências opostas, a já ínfima participação de pessoas com deficiência no total do emprego formal diminuiu de 0,9% para 0,7% no período.

O aumento do rendimento médio real dos trabalhadores foi outro dado de destaque no relatório. De 2004 a 2009 o rendimento médio cresceu continuamente, passando de R$ 896 em 2004 para R$ 1.071 em 2009, o que perfaz um aumento real de 19,5% em apenas cinco anos. De acordo com o relatório esse aumento da remuneração laboral foi decorrente, sobretudo, da política de valorização do salário mínimo do governo Lula; do aumento real acumulado do salário mínimo no período (53,7%); da intensificação do processo de formalização das relações de trabalho, abrindo a oportunidade para uma parcela dos trabalhadores transitarem para uma inserção ocupacional protegida e de rendimentos mais elevados; e ainda pelo expressivo crescimento do percentual de acordos e negociações coletivas que estipulavam um reajuste real dos salários, no caso das categorias mais organizadas dos trabalhadores.

O percentual do rendimento recebido pelas mulheres em relação aos homens aumentou de 69,4% para 70,7%, sendo o rendimento médio das mulheres (21,6%) superior ao dos homens (19,4%).
Diminuiu também, de forma mais expressiva, o diferencial de renda entre trabalhadores brancos e negros. Em 2004 os negros recebiam cerca de 53,0% do rendimento dos brancos, já em 2009 essa relação chegou a 58,0%.

Trabalho Infantil - O relatório concluiu que o trabalho infantil diminuiu em todos os grupos etários. O número de crianças e adolescentes ocupados entre 5 e 17 anos de idade reduziu-se em 1,05 milhão entre 2004 e 2009, passando de 5,3 milhões para 4,2 milhões. Em termos percentuais, a incidência do trabalho infantil e adolescente nesse grupo etário reduziu-se de 11,8% para 9,8%, passando a situar-se abaixo de dois dígitos a partir de 2009. Na faixa de 5 a 9 anos, a proporção de crianças ocupadas diminuiu de 1,4% para 0,8%.

A região Nordeste foi a que teve um maior índice (46,3% ou 57 mil), seguida pelas regiões Sudeste (24 mil ou 19,5% do total) e Norte (20 mil ou 16,2% do total), ressaltando que em algumas UFs, a pesquisa demonstrou que o trabalho infantil nessa faixa etária, era tão reduzido, que nem sequer apresentava significância amostral. Vale destacar que a proporção de crianças de 10 a 13 anos que trabalhavam reduziu-se de 8,4% para 5,7% no mesmo período, com forte redução na área rural que passou de um percentual de 25,1% para 15,6%. Na área urbana, onde a incidência do trabalho nessa faixa etária é bem menor, também se registrou um declínio, 4,2% para 3,4%.

Trabalho Escravo - O relatório demonstra que entre 2008 e 2011, 13.841 trabalhadores foram resgatados de situações de trabalho análogo ao de escravo pelo Grupo Especial Móvel de Fiscalização do MTE. A região Centro-Oeste teve o maior número de pessoas libertadas (3.592). Outro dado importante é que, nesse período, 897 municípios brasileiros (16,1% do total) possuía políticas ou ações de combate ao trabalho forçado.

Porém, um dado importante do relatório é a diminuição do percentual de trabalhadores pobres no país. Entre 2004 e 2009, reduziu-se de 7,6% para 6,6% a proporção de trabalhadores pobres no país, ou seja, pessoas ocupadas que viviam em domicílios com rendimento domiciliar per capita mensal de até 1/4 do salário mínimo.

A redução foi de 0,9 ponto percentual tanto entre os homens (de 7,9% para 7,0%) quanto entre as mulheres (de 7,1% para 6,2%). Tratando-se do atributo cor ou raça, o declínio da proporção de trabalhadores pobres foi maior entre a população ocupada negra (2,0 pontos percentuais) do que entre a branca (0,4 ponto percentual). Entretanto, em 2009, o percentual de trabalhadores pobres negros (9,8%) era quase que três vezes superior em comparação aos brancos (3,4%).

Segundo o relatorio, alguns fatores estão diretamente associados a essa redução da pobreza entre os trabalhadores e trabalhadoras: o aumento real dos rendimentos do trabalho, sobretudo do salário mínimo; a ampliação da cobertura dos programas de transferência de renda e de previdência e assistência social – que contribuíram para o aumento do rendimento domiciliar – e o pelo incremento da ocupação, principalmente do emprego formal.

Acidentes de trabalho - O número de acidentes de trabalho registrados no país que era de 756 mil em 2008 declinou para 701 mil em 2010, uma redução de 7,2% em dois anos. Em decorrência dessa redução, a Taxa de Incidência de Acidentes do Trabalho, que era de aproximadamente 23,0 por mil vínculos empregatícios em 2008, declinou para 21,6 em 2009 e para 19,1 em 2010.

Qualificação - Os dados da pesquisa suplementar da PNAD, referentes ao ano de 2007, demonstraram que pouco menos de um quarto da população (22,4%) tinha passado por algum curso de educação profissional. Entre as Unidades da Federação, o percentual de pessoas que estava frequentando ou havia frequentado anteriormente algum curso de educação profissional variava de apenas 9,2% em Alagoas e 13,0% em Pernambuco até 33,7% no Distrito Federal.

Em 2010, 44,7% das vagas oferecidas pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) tinha como requisito o sexo masculino e 11,1% o sexo feminino. Já 44,3% não faziam distinção de sexo. Para o relatório, as informações do SINE evidenciam o descompasso existente na participação percentual das mulheres entre as pessoas inscritas e colocadas.

O relatório está em sua segunda edição e se refere predominantemente a segunda metade dos anos 2000, incluindo também os indicadores para os anos de 2010 e 2011. De acordo com Laís Abramo, diretora da OIT no Brasil, "Ele apresenta informações importantes para aprofundar a análise sobre as diversas dimensões do Trabalho Decente no Brasil".

em questão

QUARTA-FEIRA,
8 DE AGOSTO DE 2012
EDIÇÃO Nº 1590

Editado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Especial TRABALHO E EMPREGO

Conferência nacional promove debate sobre política de emprego e trabalho para o combate à pobreza

Resultados servirão para subsidiar políticas públicas

"Gerar Emprego e Trabalho Decente para Combater a Pobreza e as Desigualdades Sociais" é o tema da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), que começa nesta quarta-feira (8). Até o próximo sábado, representantes do governo, empregadores e trabalhadores estarão reunidos para analisar e debater propostas encaminhadas por 25 Conferências Estaduais e uma Distrital. O evento é coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os resultados da I CNETD servirão para subsidiar políticas públicas sobre trabalho, emprego e renda nos próximos anos. As propostas estão divididas em quatro eixos: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego e Diálogo Social. Cada eixo será subdividido em grupos temáticos.

Participam dos trabalhos cerca de 1.250 delegados, representantes do poder executivo (30%), do setor empregador (30%), dos trabalhadores (30%) e de outras organizações da sociedade civil (10%), além de cerca de 250 convidados e observadores. +

Eixos Temáticos

Princípios e Direitos
Igualdade de oportunidades e de tratamento, especialmente para jovens, mulheres e população negra
Negociação Coletiva
Saúde e Segurança no Trabalho
Política de valorização do salário mínimo
Proteção Social
Prevenção e erradicação do trabalho infantil
Prevenção e erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas
Informalidade
Migração para o Trabalho
Trabalho e Emprego
Políticas macroeconômicas e de investimento para a geração de mais e melhores empregos
Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e educação profissional
Micro e pequenas empresas, empreendedorismo e Políticas Públicas de Microcrédito
Cooperativas
Empreendimentos de economia solidária
Emprego rural e agricultura familiar
Empresas sustentáveis
Empregos verdes e desenvolvimento territorial sustentável
Fortalecimento dos Atores Tripartites e do Diálogo Social como instrumento da governabilidade democrática
Mecanismos e instâncias de Diálogo Social

Fonte: MTE

Relatório registra expansão do emprego formal no País

A superação de desafios em relação ao trabalho decente, foi ressaltada pela Organização Mundial do Trabalho (OIT) no relatório "Perfil do Trabalho Decente no Brasil - Um Olhar sobre as Unidades da Federação", em julho deste ano. O documento registra a expansão do emprego formal e a redução da pobreza entre os brasileiros como avanços significativos, mas também indica que há obstáculos a serem vencidos no setor. Um dos destaques do relatório é que, apesar da crise financeira internacional, o Brasil manteve a trajetória de declínio da taxa de desemprego.

O crescimento do emprego formal no País, com a geração de 15,38 milhões de postos formais de trabalho entre 2003 e 2010, representa um acréscimo de 53,6% em um período de oito anos. Ainda conforme o relatório, a expansão ocorreu de forma generalizada e foi mais expressiva nas regiões mais pobres, como no Norte (+85,7%) e Nordeste (+64,9%). +

em questão

CONVERSA COM A PRESIDENTA

"O Pronatec foi criado para ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes. São 8 milhões de vagas até 2014, gratuitas, em cursos de mais de 400 áreas do conhecimento"

Presidenta, como eu faço para saber se os recursos federais que são enviados para minha cidade estão sendo aplicados corretamente?

Janice de Oliveira, 40 anos, contadora de Dourados (MS)

Presidenta - Janice, você pode utilizar o Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br) para acompanhar as transferências de recursos da União para estados, municípios, instituições privadas e para os cidadãos que recebem benefícios, como o Bolsa Família e o Seguro-Defeso. Pode ainda acompanhar os gastos diretos do Governo Federal com obras, compras governamentais, cartão de pagamento e diárias pagas a servidores, entre outros. Quando a pessoa sabe o valor transferido e a que se destina, ela pode ajudar a fiscalizar a aplicação desse recurso no seu município. Ao consultar o Portal, você verá, por exemplo, que, em 2012, já foram transferidos R$ 36 milhões para seu município. Além disso, Janice, qualquer pessoa pode pedir para ser informada, automaticamente, por e-mail, sempre que seu município receber novos repasses de recursos federais. Basta preencher o formulário eletrônico disponível no site. Mais de 40 mil cidadãos já usam esse serviço. Há, também, um espaço para denúncias. Além do portal, Janice, o governo fiscaliza a aplicação desses recursos por meio do Programa de Fiscalização, criado em 2003, que já fiscalizou mais de dois mil municípios selecionados por sorteios públicos, feitos pela Controladoria-Geral da União, a CGU. Seu município foi sorteado em julho e a fiscalização está prevista para agora, em agosto. ■

Presidenta, recentemente a senhora anunciou mudanças na caderneta de poupança. Gostaria de saber se a poupança continua sendo uma boa forma de fazer esse meu pé-de-meia render um pouquinho.

Joeleno Albuquerque de Almeida, 69 anos, professor aposentado de Aracaju (SE)

Presidenta - Sim, Joeleno, a caderneta de poupança continua com as vantagens que sempre caracterizaram essa aplicação, como a segurança, a simplicidade dos depósitos, a rentabilidade mensal e a isenção do Imposto de Renda. Fizemos uma mudança para que as taxas de juros continuem caindo para todas as empresas e pessoas que precisam tomar algum empréstimo em banco, mas que, ao mesmo tempo, continua protegendo pessoas como você, que usam a poupança para fazer um pé-de-meia. As aplicações feitas até o dia 3 de maio continuaram com as mesmas regras de antes, com rendimento de 6,17% ao ano acrescido da Taxa de Referência, a TR. Para os depósitos feitos do dia 4 de maio em diante, a remuneração continuará igual à regra antiga nos períodos em que a taxa básica de juros, a Selic, que é definida pelo Banco Central, estiver acima de 8,5% ao ano. Nos momentos em que a Selic estiver em 8,5% ao ano, ou abaixo disso, o rendimento da poupança será o equivalente a 70% da Selic mais a TR. Portanto, Joeleno, na caderneta de poupança, esse patrimônio dos brasileiros, o poupador continua depositando quanto quiser, saca o dinheiro quando quiser, e com rentabilidade mensal, isenta do Imposto de Renda. ■

Moro em um bairro da periferia do DF, onde vejo muitos jovens ociosos. O que o governo pode fazer para mudar essa situação? Tem previsão de criar cursos profissionalizantes?

Francisco Chagas, 47 anos, comerciante da Estrutural (DF)

Presidenta - Francisco, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec, foi criado para ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes. São 8 milhões de vagas até 2014, gratuitas, em cursos de mais de 400 áreas do conhecimento. Esses cursos são oferecidos principalmente nas 403 unidades das escolas técnicas federais, nas escolas do Sistema S e nas escolas técnicas estaduais. Criamos também o Pronatec Copa, pensando no crescimento do turismo, com 240 mil vagas gratuitas em 29 opções de cursos até 2014, além de 32 mil vagas para o aprendizado de inglês, espanhol e libras. Os interessados nos cursos técnicos do Pronatec, Francisco, devem procurar a secretaria de educação do seu estado. Para curso de qualificação profissional, o trabalhador deve procurar o posto do Sine, o Sistema Nacional de Emprego, ou usar o site maisemprego.mte.gov.br/portal. Mais informações sobre o Pronatec Copa estão em pronatecopa.turismo.gov.br. Em Brasília, Francisco, o Instituto Federal de Brasília - IFB (ifb.edu.br) oferece cursos técnicos e de qualificação profissional do Pronatec em 10 campus, e um deles é na Estrutural. ■

A coluna semanal 'Conversa com a Presidenta' é o espaço onde a presidenta Dilma Rousseff responde perguntas enviadas por leitores de todo o País.

Trabalhadores que recebem seguro-desemprego serão capacitados

São 23,6 mil pré-inscritos e 10,6 mil matriculados em curso do Pronatec

O programa Bolsa-Formação Seguro Desemprego, integrante do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), já conta com 23.665 trabalhadores pré-matriculados e 10.609 com matrículas efetivadas nos cursos de capacitação profissional, de acordo com levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O programa foi implantado em todo o País.

Os trabalhadores do Mato Grosso são maioria: 4.679 pré-matriculados e outros 3.444 matriculados. Depois vem o Ceará, com 2.633 pré-matriculados e 1.510 com matrículas; e Minas Gerais, com 2.627 e 707.

A capacitação profissional é um instrumento que facilita o retorno do trabalhador ao mercado de trabalho e cumpre a Lei do Seguro Desemprego (Lei 7.998/1990). O benefício também garante a assistência financeira temporária em virtude de dispensa sem justa causa, ao trabalhador doméstico, ao comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo e ao pescador artesanal.

O diretor do Departamento de Empregos e Salários do MTE, Rodolfo Torelly, ressalta que "este novo programa governamental veio aprimorar o atendimento ao beneficiário do Programa Seguro Desemprego, que agora possui, além do pagamento do benefício, uma qualificação profissional que certamente o ajudará a retornar ao mercado de trabalho com maior rapidez, podendo inclusive, retornar em um emprego melhor".

Pronatec - Criado por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, o Pronatec tem o objetivo de oferecer cursos gratuitos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores. +

Saiba mais em **pronatec.mec.gov.br**

Programa oferece acesso ao emprego a pessoas com deficiência

Cursos de aprendizagem e qualificação profissional também fazem parte do BPC Trabalho

Pessoas com deficiência de 16 a 45 anos de idade, que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), poderão participar do Programa BPC Trabalho, cujo objetivo é oferecer acesso ao emprego, programas de aprendizagem e qualificação profissional. Lançado na última sexta-feira (3), o programa intermediará a oferta e demanda da mão de obra dos profissionais com deficiência, levando em conta as habilidades e interesses, e incentivando os trabalhadores autônomos, empreendedores e cooperativas por meio do acesso ao microcrédito.

Os cursos serão oferecidos pela rede federal de educação profissional e pelas entidades nacionais de aprendizagem, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Parceria - A iniciativa é da União, em parceria com os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Educação (MEC), do Trabalho e Emprego (MTE), e com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). O programa integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, que tem o objetivo de promover a inclusão social e a autonomia da pessoa com deficiência. Os recursos serão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

Os municípios e o Distrito Federal serão os responsáveis por executar o programa e deverão buscar e orientar beneficiários, designar servidores, fazer o registro de encaminhamentos e garantir o acesso às pessoas com deficiência a serviços.

Benefício - O BPC faz parte da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), e assegura a transferência mensal de um salário mínimo (R$ 622) aos idosos, a partir dos 65 anos, e às pessoas com deficiência, de qualquer idade. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a um quarto de salário mínimo, ou seja, cerca de R$ 155.

A gestão do BPC é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a operacionalização pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). +

Saiba mais em **www.mds.gov.br** e **www.previdenciasocial.gov.br**

Mais de 25 mil jovens já foram capacitados pelo Projeto Amanhã

A inclusão socioeconômica de jovens da zona rural é um dos objetivos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Por meio do Projeto Amanhã, a empresa realiza capacitações para esse público-alvo para inseri-los no mercado de trabalho, complementando as atividades educativas com participação em cursos, palestras e práticas de empreendedorismo. O projeto Amanhã já qualificou mais de 25 mil jovens desde 1993, principalmente filhos de pequenos produtores rurais, de 14 a 26 anos, em cerca de 50 municípios de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe. A Lei Orçamentária Anual (LOA) tem destinado anualmente R$ 1 milhão para o projeto.

Os cursos oferecidos levam em conta as demandas, características do mercado local e regional e os anseios dos jovens. As atividades nas áreas de caprinocultura, ovinocultura, bovinocultura, avicultura, suinocultura, fruticultura, apicultura, entre outros, são priorizadas por estarem inseridas nas atividades da Codevasf.

Em 2011, o Projeto Amanhã foi inserido no programa de desenvolvimento social intitulado "Autonomia e Emancipação para a Juventude", da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, como reconhecimento da importância desse trabalho de capacitação. ■

Mais informações em:
www.codevasf.gov.br

Mais de 500 mil agricultores são beneficiados pelo Garantia-Safra

Neste mês, um total de 509.831 agricultores de 549 municípios são beneficiados pelo Garantia-Safra. Cada agricultor recebe uma das cinco parcelas do pagamento, referentes às perdas sofridas na safra 2011/2012.

Na folha de pagamento deste mês, por exemplo, 276.752 agricultores de 283 municípios recebem a primeira parcela do benefício. Outros 266 municípios já receberam uma ou duas parcelas referentes à safra 2011/2012, em junho e julho e recebem a próxima neste mês. Em junho, 76.028 agricultores de 111 municípios da Bahia e de Minas Gerais receberam a primeira parcela. Em julho, foram 157.051 agricultores de 155 municípios, de sete estados.

Para receber o pagamento, é necessário que os aportes estaduais e municipais estejam em dia, as prefeituras tenham feito solicitação de vistoria, indicado técnicos vistoriadores para a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e tenha sido comprovada perda no município de, no mínimo, 50% da produção agrícola.

Os municípios que, até 10 de agosto estiverem com aportes pagos, os laudos digitados no sistema de verificação de perda do Garantia-Safra entrarão em análise e, de acordo com cada caso, entram na folha de pagamento.

Os pagamentos seguem o calendário dos benefícios sociais da Caixa Econômica Federal. O valor pago a cada agricultor é de R$ 680. ■

Mais informações em:
www.mda.gov.br

Cadastro traz nomes de empregadores que exploram mão de obra

Mais 118 nomes de Pessoas Físicas e Jurídicas que cometeram infrações contra trabalhadores foram incluídos no último dia 31 no Cadastro de Empregadores que exploraram mão de obra análoga à escrava no País. Com a atualização feita pelo MTE, a lista passa a contar 398 nomes de infratores. Os nomes são mantidos por dois anos e, caso o empregador não volte a cometer o delito e tenha pago todas as multas, o registro é excluído. A inclusão ocorre após decisão administrativa relativa ao auto de infração, lavrado em decorrência de ação fiscal.

Ao ser inserido, o infrator fica impedido de obter empréstimos em bancos oficiais do governo e também entra para a lista das empresas pertencentes à "cadeia produtiva do trabalho escravo no Brasil". O documento é utilizado pelas indústrias, varejo e exportadores. ■

Saiba mais em:
www.mte.gov.br

Crack, é possível vencer

Conheça o site *Crack, é possível vencer*, no Portal Brasil, com informações sobre o combate à droga no País e novidades nos tratamentos para usuários. Acesse: www.brasil.gov.br/enfrentandocrack

BRASIL
Notícias e serviços para o cidadão em um só lugar

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. V. Exa. será atendido na forma regimental. Peço a transcrição do trabalho da OIT.

Com a palavra, o Senador Paulo Davim, como orador inscrito.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, hoje eu tive uma conversa com o Dr. Eduardo da Silva Vaz, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. E essa conversa foi importante porque eu pude trocar algumas idéias com o Presidente Eduardo da Silva Vaz sobre o problema da pediatria no Brasil.

Há aproximadamente quinze dias, em meu Estado, um serviço de urgência pediátrica teve de fechar as suas portas por alguns dias, antes do final do mês, por falta de profissionais médicos com especialização em pediatria para cumprir a escala, já que alguns desses profissionais pediram aposentadoria, o que é um direito irrefutável, sacrossanto do servidor.

Isso nos preocupa porque, se nós detectamos esse problema no Rio Grande do Norte, esse problema também acontece em vários Estados da Federação, em várias capitais. E nós sabemos que no Brasil existem aproximadamente 36 mil pediatras.

O grande problema é que, como acontece com as outras especialidades, existe uma concentração desses profissionais nos grandes centros. Esses profissionais estão concentrados nos grandes centros, porque ali existe a possibilidade de melhor remuneração; é onde existe a possibilidade de um trabalho em condições mais dignas e seguras para o profissional da pediatria, enquanto que, nos demais Estados, sobretudo no interior do Brasil, esses profissionais, especialmente no serviço público, são mal remunerados; são profissionais mal distribuídos pelo interior e são profissionais que estão insatisfeitos em virtude também das condições inadequadas para o desenvolvimento do ato médico e da sobrecarga de trabalho a que são submetidos.

Outro aspecto que deve ser considerado também é que 75% dos pediatras do Brasil são mulheres, e as mulheres têm sempre uma responsabilidade maior com os filhos, com a maternidade, quando fazem jus à licença gestante. É o filho que adoece e precisa da presença, do cuidado e do zelo da mãe. São profissionais que se ausentam – respaldadas no direito, evidentemente – das escalas de plantão nos seus locais de trabalho.

Portanto, nós encaramos esse quadro como um problema sério a ser enfrentado pelo Brasil, até porque nosso País tem, nos últimos anos, apresentado índices de mortalidade infantil consideráveis. Hoje, a média de mortalidade no Brasil é de 15,6 por mil nascidos vivos. Mas, em algumas regiões no Brasil, essa mortalidade ainda supera a casa dos 30 por mil nascidos vivos.

Já a revista inglesa *The Lancet* traz um dado interessante: 200 milhões de crianças em todo o mundo têm um déficit de desenvolvimento; no Brasil, está constatado que aproximadamente 3,5 milhões de crianças até os cinco anos de idade apresentam distúrbios de desenvolvimento. Portanto, isso aumenta a responsabilidade do Governo, dos gestores, não só o governo central, mas, sobretudo, os governos municipais, ai onde reside a responsabilidade da assistência básica de saúde, a atenção básica à saúde.

Então, é importante esse olhar com mais zelo e mais cuidado para a assistência à criança, porque, daqui a pouco, daqui a alguns anos, nós praticamente não teremos pediatras, e, ai, as crianças brasileiras serão atendidas por quem? Um profissional que não tem formação em pediatria seguramente não está habilitado a atender com firmeza e com segurança os pequenos brasileiros, esses pequenos pacientes que precisam de uma assistência especializada e de muito requinte que é o atendimento pediátrico.

Aqui, no Brasil, uma em cada 98 crianças apresenta os chamados transtornos invasivos do desenvolvimento, que basicamente são cinco: o autismo, a síndrome de Rett, o transtorno desintegrativo da infância, a síndrome de Asperger, o transtorno invasivo do desenvolvimento sem outras especificações. Portanto, são transtornos invasivos que aparecem nas nossas crianças em uma incidência considerável – uma em cada 98 crianças. Portanto, isso exige uma atenção muito especializada na assistência à criança.

Quero também chamar a atenção para um problema que se agrava no Brasil, onde a assistência suplementar ainda é pequena apesar de abrangermos quase 47 milhões de brasileiros, mais apenas 17% das crianças elas têm assistência ao Plano de Saúde. Portanto, 83% das crianças do Brasil são atendidas no serviço público, que apresenta deficiência na resposta à demanda apresentada pela sociedade, na qualidade do serviço prestado, na quantidade de profissionais para atendimento, nas condições de acolhimento dessas crianças.

Portanto, a assistência pediátrica no Brasil precisa urgentemente de um olhar mais zeloso do Governo Federal, dos governos estaduais e, sobretudo, dos gestores municipais, onde reside a maior responsabilidade na atenção básica à saúde.

Na conversa que tivemos, eu e o Presidente Eduardo Vaz, algumas propostas foram elencadas, como, por exemplo, um atendimento ambulatorial de rotina

para que as crianças, hoje, não tenham o seu acompanhamento nos postos de urgência, no pronto-socorro.

A presença de um pediatra nas equipes de PSF. Ora, se é um Programa de Saúde da Família, a criança faz parte da família. É importante que a criança seja contemplada nesse programa, com a presença do pediatra para dar assistência qualificada, uma assistência especializada a esse pequeno paciente, a esse pequeno brasileiro, que exige uma atenção e exige que seja tratado com prioridade.

A valorização da puericultura. Muitas das patologias poderão ser diagnosticadas precocemente no atendimento ainda na puericultura. Essa assistência, no Brasil, ainda não atende as necessidades apontadas pela Sociedade Brasileira de Pediatria.

Políticas de recursos humanos, de forma a promover uma melhor distribuição desses profissionais pediatras pelo Brasil afora. É inconcebível que, num centro como São Paulo, consiga se concentrar ali a quase totalidade dos pediatras do Brasil, enquanto que, no interior do Brasil, existe uma carência enorme desses profissionais. Portanto, há necessidade, sim, de uma política de recursos humanos, de incentivos, que permita a boa redistribuição desses profissionais.

E, também, que se possa criar um incentivo para os novos profissionais médicos, de forma que eles possam escolher essa especialidade tão dignificante, de tamanha responsabilidade, que é cuidar do futuro do Brasil, que é cuidar dos pequenos brasileiros, da saúde das crianças por todo o Brasil, sobretudo nas regiões onde existe carência desse profissional.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Paulo Davim, V. Exa., médico como eu, aborda com muita propriedade esse problema. Acho que, de fato, as estatísticas estão mostrando que, a cada dia, menos profissionais da medicina procuram a especialidade de pediatria. Por quê? Por várias razões: primeiro, a remuneração baixa, a falta de condições de trabalho em muitos lugares do Brasil; segundo, a concentração nos grandes centros, como V. Exa. mencionou; e, por fim, o desestímulo a essa especialidade que deveria ser uma carreira de estado, aliás, a medicina toda deveria ser uma carreira de estado – como é um projeto de V. Exa. Mas, na verdade, o que acontece – e V. Exa. colocou muito bem aí – é que não há prioridade, embora a toda hora, como ainda ontem li aqui uma pesquisa feita pelo DataSenado – e já saiu uma do Ibope –, saiam pesquisas dando conta de que a preocupação, a reclamação número um do brasileiro seja com a saúde pública e a saúde privada também, por meio dos planos de saúde. Quero me solidarizar com o pronunciamento de V. Exa. e pedir a atenção do Ministro da Saúde e do Governo para que, realmente, olhem com mais intensidade esse problema crucial para o futuro do País.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. V. Exa., como médico, conhece de perto e acompanha esse problema no seu Estado, na sua região, e é um dos grandes batalhadores, baluartes na defesa de uma saúde púbica universalizada e digna para todos os brasileiros.

Portanto, para concluir, Sra. Presidente, apenas informar que, desta conversa, nós marcamos uma segunda conversa, onde estabeleceremos uma agenda para que, com prioridade, essa problemática seja discutida em audiência pública aqui no Senado.

Era só, Sra. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

Em seguida, será a vez do Senador Cyro Miranda, que ainda não se encontra em plenário.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cara Presidente Marta Suplicy, caros colegas, eu quero, antes de mais nada, fazer um registro, com muita alegria, de conterrâneos não só do meu Estado como também do Estado do Paraná, Senador Requião e Senador Pedro Simon, que estão aqui no plenário. São motoristas autônomos lá da fronteira com a Argentina que se encontram aqui nas galerias, desde Itapiranga até Iporã, região lá do oeste catarinense, aí entra no Paraná, Capanema, Dionísio Cerqueira, enfim, todos aqueles Municípios que compreendem aquela região de fronteira, e estão em Brasília em contato com a ANTT, num movimento nacional... Está chegando um grupo de Maravilha também, um ônibus lotado, que está fazendo um movimento de todo oeste catarinense. Vieram fazer uma visita ao Congresso Nacional e estão neste momento aqui nas galerias do Senado. Aqui nós queremos cumprimentá-los, em nome da Casa, cumprimentá-los a todos, por virem fazer este movimento, que eu sei que não é fácil. Já houve várias reuniões. Prorrogaram colocar em prática essas medidas por um prazo, para ver como é que faz, porque os motoristas viajam e não têm onde estacionar. Viajar quatro horas e depois parar onde não há proteções, não há espaço para ficar meia hora nem quinze minutos... Não só pela manutenção da vida, lugares perigosos, mas pelas cargas que levam... Então, tudo isso, o Governo Federal, o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional dos Transportes devem analisar.

O Senador Clésio Andrade, que é da Confederação Nacional dos Transportes, que é de Minas Gerais, no momento não está, mas deve estar na Casa. Conversamos ontem, e ele está tratando de alguns temas em relação a isso para levar ao Governo algumas medidas, para ver se nós chegamos a um consenso.

Em todo caso, eu quero aqui fazer um registro, eu que tive a honra de ser colega, de dirigir muito, na minha juventude, por essas estradas afora, de caminhão, eu faço este registro aqui da Casa, do Senado Federal, para o Brasil, da vinda dos senhores todos nesta visita.

Aqui está o Senador Pedro Simon, que abraça; o Senador Requião. Enfim, são companheiros, são homens que labutam, que estão nessa caminhada, todos nós juntos.

Essa é a saudação que deixamos a todos os senhores, meus amigos.

Pois bem, volto esta tarde, nobre Presidente, nobres colegas, para fazer um registro de um movimento que houve na manhã de hoje e que terminou agora, às 13h. Com a participação da Presidente da República Dilma Rousseff, tivemos a honra de presenciar uma verdadeira mudança de paradigma em nossas políticas de Defesa Civil. Foi com um ato importante, com a presença de governadores de diversos Estados, entre eles o nosso Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, de vários colegas, de diversos Ministros. Foi a cerimônia de lançamento de um programa de Defesa Civil, de um novo paradigma, de um novo pacto para tentar melhorar e evitar as catástrofes que ocorrem no Brasil a todo instante, a cada momento, e que sabemos que vêm ocorrendo.

As ações visam redução de riscos e estruturação de um sistema de monitoramento e resposta a desastres naturais. Estão divididas em quatro eixos temáticos: prevenção, mapeamento, monitoramento e alerta e resposta a desastres. A previsão é que sejam investidos cerca de R$15,4 bilhões.

O eixo da prevenção contempla a execução de obras estruturantes para evitar desastres naturais em regiões prioritárias. Incluirão obras de contenção de encostas, drenagem urbana e contenção de cheias em regiões metropolitanas e bacias hidrográficas que apresentaram os maiores números de mortos e desalojados em função da recorrência de deslizamentos e inundações.

Para combate aos efeitos da seca também estão previstos investimentos em sistemas de captação, distribuição e armazenamento de água para consumo humano na região do Semiárido, como também na nossa Região Sul. Sofremos ainda este ano uma seca extraordinária, principalmente na região de Fronteira do Oeste, do Rio Grande, de Santa Catarina, do Paraná e pegando parte do Mato Grosso.

Com relação ao mapeamento, para ver as regiões que precisamos prevenir, são ações voltadas aos Municípios mais atingidos e com maior histórico de danos humanos causados por desastres envolvendo deslizamentos, enxurradas e inundações. Serão identificadas áreas de alto risco de deslizamento, enxurradas e inundações em 821 Municípios prioritários, para os quais serão elaborados planos de intervenção, que identificam a vulnerabilidade das habitações e da infraestrutura dentro dos setores de risco e proposta de soluções para os problemas encontrados. Além disso, o Governo Federal apoiará a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão urbana que permitirão o estabelecimento de diretrizes urbanísticas para o projeto de novos loteamentos.

As ações previstas no eixo de monitoramento e alerta passam pela ampliação da rede de observação e da estruturação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) e do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), inaugurado hoje perto do meio-dia pela Presidente da República aqui em Brasília, bem como a implementação de salas de situação para monitoramento hidrológico pela Agência Nacional de Águas (ANA) em todos os Estados.

Nessa estrutura, o Cemaden, que é em Cachoeira, São Paulo, que capta, enviará ao Cenad, que fica aqui em Brasília, alertas de possíveis ocorrências de desastres nas áreas de risco mapeadas em todo o País. O Cenad, que fica localizado aqui, inaugurado hoje, por sua vez, transmitirá os alertas aos Estados e Municípios e oferecerá apoio nas ações de resposta a desastres. Alertará instantaneamente os Estados e os Municípios onde vão ocorrer possíveis chuvaradas, desastres ou coisa que os valha.

O eixo de resposta a desastres envolve um conjunto de ações voltadas ao aumento da capacidade de resposta frente à ocorrência desses casos. São elas: criação da Força Nacional de Emergência e da Força Nacional de Segurança, que atuarão no apoio aos Estados e Municípios quando da ocorrência de desastres de grande magnitude, visando acelerar a execução das ações de recuperação e socorro; estruturação da Força Nacional do SUS, capacitando profissionais para atuação em casos de desastres em função de saúde, para socorrer, manutenção de estoques de medicamentos e assim por diante; implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, visando agilizar os repasses aos Estados e Municípios dos recursos de socorro, assistência e restabelecimento; porque hoje, quando acontecem os desastres, não há nada

pronto. Os Municípios têm que fazer o levantamento. Não há colchões, não há alimentos, não há recursos para restabelecer, não se pode recuperar o pontilhão, a ponte, a escola que caiu, tem que correr atrás do governo do Estado. A Defesa Civil estadual não tem dinheiro. Manda o levantamento para a Defesa Civil Nacional, vem a Brasília, encaminha à Casa Civil. Ela faz um levantamento e é proposta uma medidda provisória, que é mandada para o Congresso Nacional. Até que a medida caminhe aqui no Congresso Nacional já passou meio ano e continua a escola no chão, a ponte caída, o posto de saúde e o hospital derrubados e nada funcionando. E não se recupera.

Então, temos que partir para momentos diferentes. Hoje houve um ato de prevenção. Hoje se lançou um programa para durar, para atacar o problema, principalmente nesses oitocentos e poucos Municípios e entre eles há vários no meu Estado. Em Santa Catarina, temos alguns, principalmente na foz do Itajaí, na região do vale de Blumenau, no alto vale e assim vai em outras regiões do Estado – nós temos oitocentos e poucos Municípios – e pelo Brasil afora. Mas só isso não chega. Nós precisamos implantar....

Eu diria... Nós cumprimentamos o Governo, que fez um movimento grande, que levou, hoje, nessa reunião, cerca de uns dez ou doze Ministros... Quer dizer, há uma ação intercalada entre os Ministérios, encabeçada pelo Ministro Fernando Bezerra, da Integração...

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ... encabeçada pelo Ministro Fernando Bezerra, nessa organização nacional, com os Ministérios das Cidades, dos Transportes, da Saúde, da Defesa, todos eles intercalados. Acho que foi um grande lance.

Agora, o que nós queremos, é a proposta, nós, que fomos Relator de uma Comissão no ano passado, aqui, no Senado, presidida pelo Senador Jorge Viana, nós queremos alguma coisa mais perene, e consta do nosso pronunciamento.

Como meu tempo está se esgotando, eu quero pedir à nobre Presidente para receber o meu pronunciamento como lido, em função do meu tempo, mas esse é o assunto. Nós queremos que a coisa seja mais duradoura e que o Governo mande o marco regulatório, refundindo o Fundo de Defesa Civil no Brasil, para que, nos casos futuros... Tem que ser uma coisa de Estado, porque hoje o Governo resolveu, nobre Presidente, tomar uma decisão: vai atacar o que está ocorrendo. Mas não sabemos, quando vier o outro governo... As coisas passam. Tem que ser alguma coisa de Estado, que fique prevista, que haja fontes e que os Estados e os Municípios se organizem e possam ter os recursos para se prevenir, porque cada real que é aplicado na prevenção economiza sete na recuperação, quando acontecer o desastre.

Nós temos que preparar é isso, meus amigos de Itajaí, Rabelo e Gaspar, lá de Santa Catarina, que estão nos assistindo da tribuna de honra. Nós precisamos é prevenir e temos que ter essa estruturação da Defesa Civil no Brasil. E a Comissão elaborou buscando os melhores exemplos no mundo, da Austrália e de outros países, através das embaixadas aqui em Brasília. Elencamos aquilo que seja duradouro para...

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Diante disso, concluindo, nobre Presidente, quero agradecer a tolerância de V. Exa. (*Fora do microfone.*) Faço este registro cumprimentando a Presidente, cumprimentando o Governo por ter lançado essa frente com propostas claras hoje, para tentar encontrar soluções para várias regiões do Brasil, desde Manaus, outros Estados, do Rio, da serra carioca, de Minas, do Nordeste, a nossa Região Sul do Brasil, mas nós precisamos é não parar e seguir esse encaminhamento. E peço à nobre Presidente que dê por lido todo o meu pronunciamento e a minha análise na tarde de hoje.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR CASILDO MALDANER.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tivemos a oportunidade de presenciar, hoje pela manhã, uma verdadeira mudança de paradigma em nossas políticas de Defesa Civil. Com a presença da Presidente da República, Dilma Rousseff foi lançado o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

As ações visam redução de riscos e estruturação um sistema de monitoramento e resposta a desastres naturais. Estão divididas em quatro eixos temáticos -prevenção, mapeamento, monitoramento e alerta e resposta a desastres. A previsão é que sejam investidos cerca de R$ 15,4 bilhões.

O eixo da prevenção contempla a execução de obras estruturantes para evitar desastres naturais em regiões prioritárias. Incluirão obras de contenção de encostas, drenagem urbana e contenção de cheias em regiões metropolitanas e bacias hidrográficas que apresentaram os maiores números de mortos e desalojados em função da recorrência de deslizamentos e inundações. Para combate aos efeitos da seca também estão previstos investimentos em sistemas de captação,

distribuição e armazenamento de água para consumo humano na Região do Semiárido.

Com relação ao mapeamento, são ações voltadas aos municípios mais atingidos e com maior histórico de danos humanos causados por desastres envolvendo deslizamentos, enxurradas e inundações. Serão identificadas áreas de alto risco de deslizamento, enxurradas e inundações em 821 municípios prioritários, para os quais serão elaborados planos de Intervenção, que identificam a vulnerabilidade das habitações e da infraestrutura dentro dos setores de risco e proposta de soluções para os problemas encontrados. Além disso, o Governo Federal apoiará a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão urbana, que permitirão o estabelecimento de diretrizes urbanísticas para o projeto de novos loteamentos.

As ações previstas no eixo de monitoramento e alerta passam pela ampliação da rede de observação e da estruturação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) e do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), bem como a implementação de salas de situação para monitoramento hidrológico peia Agência Nacional de Águas (ANA) em todos os estados. Nessa estrutura, o Cemaden enviará ao Cenad alertas de possíveis ocorrências de desastres nas áreas de risco mapeadas. O Cenad, por sua vez, transmitirá os alertas aos Estados e municípios e oferecerá apoio nas ações de resposta a desastres.

O eixo de Resposta a Desastres envolve um conjunto de ações voltadas ao aumento da capacidade de resposta frente à ocorrência de desastres. São elas: criação da Força Nacional de Emergência e da Força Nacional de Segurança, que atuarão no apoio aos estados e municípios quando da ocorrência de desastres de grande magnitude, visando acelerar a execução das ações de recuperação e socorro; estruturação da Força Nacional do SUS, capacitando profissionais para atuação em desastres, manutenção de estoques de medicamentos e estrutura para três desastres simultaneamente; implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, visando agilizar os repasses aos estados e municípios dos recursos de socorro, assistência e restabelecimento; disponibilização de atas de registro de preços de produtos de primeira necessidade para pronto atendimento em situações de desastre; estruturação das Forças Armadas para atender às ações de socorro e assistência e fortalecimento dos órgãos locais de defesa civil. Além da disponibilização de unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida e de recursos para socorro, assistência e reconstrução para estados e municípios atingidos por desastres.

O plano é digno de nosso reconhecimento. Vemos um foco e investimento consistente na prevenção, aliada com integração entre os governos – e as respectivas equipes de Defesa Civil – da União, Estados e Municípios, As medidas vão ao encontro das propostas elencadas durante o trabalho da Comissão Especial de Defesa Civil do Senado, presidida pelo Senador Jorge Viana.

Esse direcionamento, contudo, não pode ficar restrito a uma política de governo, mas incorporada como efetiva política de Estado, com perenidade. A questão orçamentaria ainda carece de solução. Hoje o governo federal está disponibilizando recursos. Mas nada garante que o fará no próximo ano – e as ações de Defesa não podem estar condicionadas às variáveis orçamentarias da União.

Para tanto, é preciso instaurar um novo marco legal da Defesa Civil, de forma definitiva, e junto com ele a regulamentação do Fundo Nacional de Calamidades Públicas,o Funcap, com fontes de recursos determinadas e destinação para todos os entes federados.

Dotaremos, de forma definitiva, o país de uma política de Defesa Civil preventiva, de longo prazo, e com capacidade de resposta, como esta que hoje foi lançada no dia de hoje.

São nossas considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Jucá, pela Liderança do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador) – Presidenta Marta Suplicy, Sras. e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer o registro, que considero muito importante, referente à Medida Provisória 563, que foi aprovada ontem, aqui no plenário do Senado.

Essa medida provisória teve muitos aspectos relevantes para a economia, medidas importantes em vários setores, mas eu queria ressaltar aqui uma emenda da minha autoria, de Relator, que foi negociada com o Governo Federal; no Ministério da Educação, com o Ministro Aloizio Mercadante; com o Ministério da Fazenda; com a Casa Civil. E que, a partir dessa negociação, resultou em um regime especial, Senador Pedro Simon, para que possamos baratear a construção de creches e pré-escolas no Brasil.

Eu assisti, no início do ano, a um debate, a uma exposição do Ministro Aloizio Mercadante, num encontro, em Comandatuba, dos líderes empresariais. E ali naquele debate ficou demonstrado que hoje o maior *déficit* operacional de vagas em escolas para o setor público é exatamente no setor infantil, para atender a

crianças na faixa de creche e pré-escola, exatamente no aspecto em que essas construções são mais feitas e atendidas pela área municipal, portanto, onde se detém menos recursos para investimentos em educação.

Nós, então, procuramos discutir um caminho para melhorar e facilitar a construção de creches e pré-escolas no Brasil e construímos esse regime especial, colocamos na medida provisória. E é um regime especial que equipara a construção de creches e pré-escolas ao mesmo sistema tributário de pagamento de impostos do Programa Minha Casa Minha Vida.

A construção de creches e pré-escolas vai pagar apenas 1% de imposto em substituição ao PIS, Cofins, Pasep, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Portanto, com essa diminuição de impostos de mais de 10%, nós teremos condições de baratear a construção de creches e construir mais creches e mais pré-escolas para atender à população que está fora da sala de aula.

O déficit hoje é muito grande. É preciso dar suporte às prefeituras e aos Estados para construírem essas unidades de ensino. O Governo Federal os está ajudando e lançou o programa Brasil Carinhoso, que prevê a construção de 1.500 creches. Essas novas creches já serão construídas também dentro desse novo regime tributário. Portanto, custarão mais barato, e os recursos possibilitarão a construção de mais creches.

Eu gostaria de, nesta tarde, registrar a importância desse dispositivo que nós aprovamos na Medida Provisória 563, agradecer a negociação e o entendimento com a Casa Civil, com a Secretaria de Relações Institucionais e com o Ministério da Educação e dizer que fico satisfeito em contribuir para que tenhamos condições de construir mais creches e pré-escolas, atendendo a população infantil que está fora da sala da aula.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer, ressaltando a importância desse dispositivo na Medida Provisória 563.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Romero Jucá.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, como orador inscrito, em permuta com o Senador Cyro Miranda.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, interessante e estranha a situação que estamos vivendo nesta semana. De um lado, o Supremo vive talvez os momentos mais históricos e mais brilhantes de toda a sua atividade ao longo do século. Um desafio que parecia indecifrável. Tiveram coragem; e não só tiveram coragem como também estão levando adiante.

E que página linda da democracia estamos vivendo, quando o Ibope anuncia que recordes de audiência estão sendo obtidos pela TV Justiça e pelo canal Globo News, da Rede Globo, que estão transmitindo tudo ao vivo.

Pouquíssimos países se dão ao luxo de ver um acontecimento dessa natureza. Ali, transmitida para o Brasil inteiro, a Nação assiste a uma das mais escandalosas páginas da história política brasileira, onde nos mínimos detalhes tudo é contado e onde o cidadão não vai saber o resultado, não entendendo nada, mas pode acompanhar passo a passo os fatos e as suas consequências.

Eu me emociono, porque digo que o Brasil está mudando agora. Folha limpa. Essa decisão do Supremo é o início do fim da impunidade no Brasil. É o fim do início do rouba e não acontece nada.

Mas, ao mesmo tempo em que isso está acontecendo lá no Supremo, aqui no Senado, minha querida Presidenta, nós estamos vivendo um dos momentos mais vexatórios da nossa história: a CPI do Sr. Cachoeira está virando um ato que envergonha o Congresso Nacional. Custa crer que isso esteja acontecendo numa CPI que foi pedida pelo ex-Presidente Lula, o governo é que pediu.

Constituída a CPI, uma CPI constituída em cima de fatos já existentes – o normal da CPI no Congresso é uma denúncia –, então, a gente cria uma comissão parlamentar de inquérito que vai investigar para ver se existem ou não existem os fatos arrolados na denúncia. O *impeachment* do Collor foi uma denúncia do irmão dele contra o PC Farias. Nós criamos a CPI para investigar e verificamos que era verdade. Agora não. Agora a Polícia Federal e o Ministério Público encontraram toda a corrupção, toda a corrupção do Sr. Cachoeira, toda a corrupção denunciada pelo ex-presidente do DNIT. Os fatos estão provados. E a CPI insiste em deixar os fatos na gaveta para não deixar virem à tona.

Não é apurar; já estão apurados. É deixá-los vir à tona, e eles não deixam.

O ex-Presidente do DNIT vai à imprensa e diz: eu quero falar. Eu tenho fatos os mais graves para contar. Eu quero contar! E o Relator da CPI não quer ouvir. A comissão já aprovou que ele seja chamado, mas o Relator não quer ouvir; foi ouvir a mulher do Sr. Cachoeira ontem. Amanhã vai ouvir a ex-mulher do Sr. Cachoeira. Não sei se vão perguntar por que se separaram, por que não se separaram; o que aconteceu, o que não aconteceu. Agora, o ex-Presidente do DNIT que quer contar, que conhece os fatos, esse não é convocado.

Olha, eu, Pedro Simon, 32 anos de Senado, há 32 anos estou querendo criar CPI para investigar corruptor, empreiteiro, e nunca consegui. Não passa,

não passa. Pois esta CPI que veio... E os escândalos da Delta já estão provados, já estão claros. O Presidente da Delta disse em entrevista, na revista: com 30 milhões, eu compro qualquer Senador. Eu compro qualquer Senador e faço o que bem quiser. Essa Delta, uma empresa de terceira categoria, de repente é a empreiteira que mais tem obra no Governo Federal, que mais obras tem no Governo Federal, mais do que as tradicionais que estão aí.

O Governo pega um açougue de Goiás e o transforma no maior frigorífico do mundo, com dinheiro do BNDE – o maior frigorífico do mundo com dinheiro do BNDE! Aí essa empresa entra na Delta com dinheiro do BNDE. O Governo diz que a Delta é inconfiável, que não merece confiança, obrigou o banco, o BNDE, a voltar atrás, e anulou a união da Delta com o açougue, hoje frigorífico.

Pois, até agora, o Relator e a Comissão não querem ouvir o Presidente da Delta, não convocam o Presidente da Delta. Olha, pelo amor de Deus, estou aqui há 32 anos, ouvi muita coisa, mas que nem essa não tinha acontecido. Dizem que é acordo entre os maiores partidos, é um arreglo; tu não falas do fulano, outro não fala no fulano, e outro não fala no fulano. Dizem até que é por isso que o Cachoeira ainda está preso porque ele é uma pessoa que é ambulante, pode aparecer morto, porque o que ele tem a contar, e o medo é este, que o Sr. Cachoeira venha e conte aquilo que ele sabe e que outras fitas que existiriam, mexendo não sei com quem, dizem até mexendo com aqueles que o dono da Delta compraria por não sei quantos mil dólares. Então, não vão ouvir nada. Não ouço os do PT, os do PT não ouvem os do PSDB, estes não ouvem os do PMDB, não se convoca ninguém. Mas onde é que estamos? Numa hora em que o Supremo escreve a página mais bonita da sua história, cortando na carne, o Procurador-Geral falou durante cinco horas e falou duro, falou duro do PT, falou duro do Sr. José Dirceu e, nas entrelinhas, falou duro do próprio ex-Presidente, embora, com categoria, não o trouxesse à tona, o que acho que ele fez bem, mas ficou mal para ele. O Supremo escreve uma página genial, e o Congresso escreve na...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...mesma hora e no mesmo momento uma página vergonhosa, tão vergonhosa que não se teve coragem de passar na TV Senado, passaram uma outra Comissão qualquer porque ficaram com vergonha de transmitir na TV Senado. Até onde vamos, meu Deus do céu? *(Fora do microfone.)* Desafio o Presidente da CPI, o ilustre Senador do meu Partido. Mas de um modo especial eu desafio o relator do PT, que é quem está engavetando. Muito feio! Muito feio.

Nós já criamos uma CPI assim, porque eu ainda vou ter que vir a esta tribuna para contar o início dessa história do mensalão, desta tribuna que estou aqui nesse momento. Quando apareceu na televisão aquele cidadão dos Correios – que apareceu mil vezes na televisão, sentado ali e outro cara dando o dinheiro para ele e ele botando o dinheiro no bolso e discutindo as comissões lá nos Correios –, eu disse aqui: Presidente Lula, demita já, demita já para dar orientação ao seu partido. Demita já! E saí daqui e fui lá. Eles disseram que iriam demitir e não demitiram.

Como não demitiram, o Senador Jefferson Peres e eu entramos com um pedido de CPI. O Presidente do Congresso, a pedido do Lula não deixou criar a CPI. Como não deixaram criar a CPI, nós entramos no Supremo. Ganhamos no Supremo. Foi criada a CPI, mas um ano depois. Ai não era mais o negócio dos Correios, aí já era o mensalão, era uma roubalheira, era um escândalo generalizado.

Criaram a CPI, mas criaram a CPI que foi conhecida como a CPI Chapa Branca. O Presidente era do PT do Mato Grosso do Sul, o relator era um relator nosso lá do Nordeste. Todo mundo disse que foi criada de mentirinha para abafar, mas aí começaram a aparecer os fatos; aí começaram a aparecer os fatos e o ilustre Senador que nos honra até hoje aqui, do Mato Grosso, e o ilustre relator, hoje Ministro Garibaldi, tiveram personalidade. Eram do governo, mas não abafaram, apuram tudo, tudo, tudo. Não houve aquela história de que não, mas é contra o governo e não sei o quê. Provaram tudo e daí surgiu o mensalão que está aí.

Naquela oportunidade uma CPI composta só de gente do governo, mas apuraram. Agora hoje é uma vergonha. Lá apuraram, lá descobriram. Aqui o fato já existe e eles estão engavetando. É uma vergonha!

Mas nós estamos vivendo, no mesmo dia, duas páginas: a página mais bonita da história do Supremo; e, pelo menos nos 32 anos que estou nesta Casa, uma das páginas mais tristes na história do Congresso.

Muito obrigado pela tolerância, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Pedro Simon.

Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Excelência, eu queria me inscrever pela Liderança da Minoria na Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, V. Exa. está inscrito.

E dou a palavra à Senadora Lídice da Mata, que também já havia se inscrito como Liderança do PSB.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Quem fala? Ah, Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Enquanto a Senadora chega ao plenário, pergunto: há vaga para comunicação inadiável?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há sim, V. Exa. é o primeiro inscrito, porque já falaram os que estavam inscritos.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Por favor, inscreva-me.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, rapidamente, em nome da Liderança do PSB, quero saudar este Senado, inclusive o Senador Casildo Maldaner, pela condução dos trabalhos ontem, quando nos reunimos aqui numa agenda concentrada de votação. Passamos a tarde de ontem numa sessão praticamente especial das comemorações da Lei Maria da Penha, muito bem registrada hoje nas páginas do *Jornal do Senado Federal*. Portanto, motivo para comemorar tivemos ontem nesta Casa.

Além disso, Srs. Senadores, Sras. Senadores, nós tivemos a importante votação das cotas sociais ontem aqui – sociais e raciais. Essa foi uma grande conquista, uma porta aberta de oportunidade, uma porta que se abre para a população jovem negra deste País e para a juventude pobre deste País.

Portanto, o Senado Federal, ontem, cumpriu, com muito louvor, a sua tarefa. Além de ter votado a PEC dos jornalistas, importante projeto do Senador do meu partido, Antonio Carlos Valadares, cuja votação, como Líder, encaminhei e solicitei, em questão de ordem, votamos a PEC dos garçons. Esquecemos, no entanto, não conseguimos, no entanto, votar a PEC da Defensoria. Talvez hoje haja a possibilidade de nós fazermos ainda isso.

Por tudo isso, quero saudar esse esforço nosso, do Senado, de fazer essa concentração de esforços para fazer uma agenda do bem para o Senado Federal. Ontem foi isso que registramos.

Mas, Sra. Presidente, eu não gostaria de deixar de falar nesta tribuna, que hoje nós tivemos uma reunião importante da Bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados. E, para isso, chamo a atenção desta Bancada nordestina dos Senadores aqui no Senado Federal. Nós tratamos praticamente dos investimentos da Petrobras no Nordeste, da necessidade da retomada da exploração dos campos terrestres no Nordeste – a nossa Região, que precisa de tantos investimentos e que pode continuar tendo esses investimentos antes da decisão da questão do pré-sal – da manutenção do nível de exploração dos campos terrestres em todos os Estados nordestinos. Para isso, nós queremos e estamos lutando pela liberação dos leilões de novos blocos terrestres.

O Conselho Nacional de Política Energética já tem conhecimento disso. Na Bahia, temos um caso especifico em que foram leiloados 28 blocos, e terminou suspenso. E nós, hoje, aguardamos a decisão dessa questão, que já tem solução jurídica. Não há mais nenhum impedimento, mas necessitamos dar prosseguimento a esse leilão, que beneficiará diretamente, com investimentos, 28 cidades no Estado da Bahia, como Tucano 2, que é uma área de extrema necessidade dentro do Semiárido, uma área dentro do perímetro da maior seca que enfrentamos em nosso Estado.

Portanto, essa é uma questão extremamente importante. No caso da Bahia, extremamente importante para nós. No caso do Nordeste, também é muito importante que possamos dar prosseguimento a esta luta para manutenção dos leilões, para a manutenção dos investimentos no Nordeste. Finalmente, Sra. Presidente, é extremamente importante também para abrir a discussão sobre a exploração dos campos maduros terrestres em nosso País.

A ANP aprovou uma resolução, a Resolução do CNPE. E nós gostaríamos de dar prosseguimento a essa discussão e vê-la realizada. Inclusive, na Bancada do Nordeste, hoje, houve um inicio de decisão de que pudéssemos solicitar uma audiência de toda a Bancada do Nordeste, Câmara e Senado, para discutir essas questões relacionadas ao investimento da Petrobras e à exploração continuada do petróleo nas terras nordestinas. E, para tanto, eu convido todos nos nossos Senadores e Senadoras nordestinos que se incorporem a esta luta.

Por último, Sra. Presidenta, contando com a compreensão e a paciência *(fora do microfone*) de V. Exa., peço que dê como lido o meu pronunciamento e que autorize a sua inscrição nos Anais, um pronunciamento saudando essas conquistas nossas e, especialmente, relatando a homenagem que fizemos, na sessão da segunda-feira, Sessão Solene do Congresso Nacional, a Jorge Amado.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores que nos acompanham pelos órgãos de divulgação da Casa.

Quero registrar minha alegria pelo amplo sucesso da sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento do grande escritor Jorge Amado, realizada pelo Congresso Nacional nesse plenário na última segunda-feira.

Por minha iniciativa a homenagem teve o apoio no Senado dos Senadores José Sarney (PMDB-AP), Walter Pinheiro (PT) e João Durval (PDT). um segundo requerimento, pelo Congresso, foi proposto pelo Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e o Deputado Roberto Freire (PPS-SP).

Além de Senadores e Deputados, nos honraram com a sua presença o Governador da Bahia, Jaques Wagner, os secretários de turismo Domingos Leonelli e de cultura Albino Rubim; e o assessor especial do Ministério da Cultura, José Ivo Vannuchi, representando a Ministra Ana Holanda. pela família do escritor baiano, que faleceu há 11 anos, participaram o seu filho João Jorge Amado e os seus netos Bruno Amado e João Jorge Amado Filho.

Mais que um pronunciamento fomos brindados com um depoimento amplo e abrangente feito pelo Presidente Senador Sarney que lembrou os seus vínculos de amizade que o unia ao escritor baiano, nascido em 10 de agosto de 1912, realizando uma rica e completa análise de toda a sua obra literária.

Quero destacar o compromisso anunciado pelo Governador Jaques Wagner de promover um diálogo com a família de Jorge Amado visando uma solução para que a casa onde ele e Zélia viveram grande parte de seus dias, na rua Alagoinhas 33 no bairro do Rio Vermelho em Salvador, possa se transformar num memorial que preserve para as gerações futuras a memória dessa obra tão impregnada pela Bahia e seu povo, mas que ganhou o mundo, tornando-se universal e admirada por leitores de todo o planeta.

Quero registrar também que foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente o PLS 143 de 2012, de minha autoria e do Senador Valadares Filho, que altera a Lei n° 6,088, de 16 de julho de 1974,

Para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), e dá outras providências.

Desde sua criação em 1974, a Codevasf tem se destacado como uma das empresas públicas que mais contribuem para o desenvolvimento das regiões onde atua. ao incentivar o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos hídricos e do solo do Vale do Rio São Francisco e, mais recentemente, do Vale do Rio Parnaíba, tem induzido a modificação da paisagem dessas regiões.

Com esses antecedentes, propomos, mediante o presente projeto de lei, a inclusão do Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Codevasf, pois acreditamos que as atividades da empresa nesse espaço dos territórios baiano e sergipano possibilitarão a introdução de novas tecnologias e culturas, levando a um melhor aproveitamento dos recursos naturais desta bacia hidrográfica.

A bacia hidrográfica do rio Vaza-Barris, localizada na região nordeste da Bahia, faz limites com a Bacia do Rio São Francisco (Norte e Oeste) e com a Bacia do Rio Itapicuru (Sul). no Estado de Sergipe, o rio entra dividindo os Municípios de Simão Dias e Pinhão, atravessa o Estado e deságua no Oceano Atlântico formando um amplo estuário, próximo ao povoado mosqueiro, separando os Municípios de Aracaju e Itaporanga D'ajuda.

O projeto será agora apreciado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter terminativo, pelo que já antecipo aqui o meu apelo aos Srs. e Sras. Senadoras pela aprovação desse projeto de tão grande importância para a minha Bahia e o nosso vizinho Sergipe.

Para encerrar essas minhas palavras quero registrar a realização, na minha querida cidade de Cachoeira, entre os dias 13 a 17 de agosto, da Festa da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, uma tradição que data de 1820, época do Brasil Império, e que se mantém até hoje.

Infelizmente esse ano, há menos de uma semana da festa, a cidade perdeu um dos maiores símbolos da sua irmandade, Dona Estelita Santana, que faleceu no domingo (5 de agosto), aos 105 anos de idade.

A Irmandade se instalou em Cachoeira – cidade tombada como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – vinda de Salvador e tinha por objetivo a devoção à Nossa Senhora, assim como resgatar mulheres negras escravizadas na Bahia, pagando as cartas de alforria, oferecendo proteção e encaminhando fugitivos aos quilombos. mulheres que se engajaram de corpo e alma na luta abolicionista.

Muitos baianos se uniram para ajudar a manter essa tradição, entre eles o escritor Jorge Amado, cuja interferência pessoal foi fundamental para a revitalização da festa. de acordo com o historiador Moraes Ribeiro trata-se do mais representativo documento vivo da religiosidade brasileira, barroca, ibero-africana.

A Festa da Boa Morte estimula o turismo étnico e atrai visitantes do Brasil e de vários países do exterior. a Senadora Marta Suplicy, quando exerceu o cargo de Ministra do Turismo, teve oportunidade de acompanhar essa manifestação de fé do recôncavo baiano, da mesma forma que a atual Ministra Ana Holanda e muitas outras autoridades.

Obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendida na forma regimental, Senadora Lídice da Mata.

Passo a palavra ao Senador Tomás Correia, que fez permuta com a Senadora Angela Portela, como orador inscrito.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, as rodovias são o núcleo da infraestrutura de transportes no Brasil.

Em Rondônia não é diferente. Na verdade, a BR-364 ocupa a posição de autêntica espinha dorsal das comunicações terrestres do Estado. Estima-se que 90% do transporte terrestre no Estado se de por meio dessa rodovia.

Entretanto, a despeito de sua relevância fundamental, o estado de conservação dessa estrada pode ser considerado bastante precário. Essa situação é reconhecida pelo próprio Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes –DNIT –, que, em sua página na Internet, alerta que o motorista deve ter atenção ao dirigir em quase 600 dos 1.089 quilômetros da rodovia no Estado de Rondônia –atenção redobrada.

Atenção, nos termos do DNIT, significa que o motorista, ao trafegar pela rodovia, encontrará buracos, acostamento deficiente, sinalização com problemas, mais buracos, trechos interrompidos, ainda mais buracos, mais sinalização deficiente, erosões laterais nos trechos próximos à divisa com o Acre, pontos mal sinalizados, depressões na pista e ainda muitos buracos.

Mesmo nos trechos que são considerados bons, o DNIT relata a existência de placas danificadas, pontes sob atenção, sinalização vertical apenas regular, trechos interrompidos e condições apenas razoáveis de tráfego. Ou seja, mesmo nos trechos que o DNIT considera como bons, o motorista deve ter cuidados e extrema atenção para evitar acidentes. Pneus furados, rodas empenadas, carros guinchados, caminhões danificados, ônibus parados são rotina na BR-364. E, a despeito da gravidade da situação, não se constituem na pior faceta da rodovia. Os danos materiais são ruins, é verdade, mas podem ser reparados. O que não pode ser reparado, todavia, são os custos em vidas humanas. Praticamente todos os dias há acidentes com vítimas fatais na BR-364.

Se acessarmos um *site* de pesquisas na Internet, veremos que a BR-364 está associada à palavra morte. Manchetes como "acidente na BR-364 com vítimas fatais" se conta, sem exagero, aos milhares. As palavras "BR-364" "vítimas fatais" e "Rondônia" resultam, na pesquisa do site Google em 22.300 resultados!

Longe dos grandes centros do Sudeste e sem a repercussão devida na imprensa, a BR-364 se transformou em autêntica aventura, ou melhor, em autêntica carnificina diária, cujo preço é a vida de centenas de brasileiros, todos os anos, apenas no trecho que cruza o Estado de Rondônia.

Recapear é pouco, assim como restaurar não é suficiente. No caso da BR-364 é necessário algo mais. Diante da importância da rodovia para o Estado e da sua atual situação, é possível falar-se apenas em reconstrução da rodovia. É preciso duplicá-la em todo o trecho que atravessa o Estado de Rondônia, com novo asfalto – mais grosso, capaz de suportar o peso de caminhões e carretas de grande porte, novas pontes, novos acostamentos, melhor sinalização e melhor geometria da pista e atenção especial aos trechos urbanos.

A reconstrução da BR-364 é questão central para Rondônia. A própria existência do Estado depende disso, ainda mais que as grandes obras, como as das hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio, prometem um novo ciclo de crescimento econômico para a região.

Peço que a Presidenta Dilma dê atenção especial à BR-364. A sua resposta é fundamental não apenas para o desenvolvimento, mas para algo maior que é salvar centenas de vidas humanas.

Na verdade, Sr. Presidente, a BR-364 tem sido objeto de preocupação de toda a bancada federal. Tanto aqui no Senado, os três Senadores, Assis Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp, quanto na Câmara Federal todos têm batido nesta tecla da necessidade da duplicação, da restauração, do conserto imediato da BR-364.

Sabemos que, no nosso Estado, o inverno está próximo. Daqui mais um mês teremos chuvas, e aí ficará praticamente impossível mexer, trabalhar em rodovias neste período. Daí o apelo que faço. Sei que já há projetos bem adiantados, licitados junto ao DNIT para restauração dessa rodovia, mas quero fazer um apelo ao Ministério dos Transportes, ao DNIT, no sentido de que seja dada absoluta prioridade à restauração da BR-364.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero fazer aqui uma referência. Ontem, neste plenário, nós votamos um projeto de lei sobre as cotas raciais. E aqui está presente o Senador Paulo Paim, que nos assiste neste momento, e quero dizer que votei a favor do projeto das cotas. Embora não seja ainda a solução definitiva para esta questão, entendo, Senador Paulo Paim, que já foi um grande avanço.

Ao ouvi-lo ontem emocionado, aqui no Senado, falar da votação deste projeto, também fiquei emocionado. Sou de origem humilde, como V. Exa. com certeza também o é, e a oportunidade que essa cota oferece àqueles excluídos até então eu vejo como sendo de muita importância para o País.

Devo dizer que, nessa rápida passagem pelo Senado, se eu não tivesse feito nada, só o fato de ter tido a oportunidade de votar a favor do projeto de V. Exa., eu diria que já teria compensado os dias que por aqui passo.

Eu sei muito bem. A minha origem é nordestina, sou do Ceará, embora aqui tenha a honra de representar o Estado que me adotou, o Estado de Rondônia. Mas, tendo chegado aqui em Brasília em 1968, começando a estudar pela primeira vez, frequentando a escola primária e, depois, o cursando Direito, com todas as dificuldades que enfrentei, eu sei muito bem o que significa, o que representa para os excluídos esse projeto de cota racial.

Ouço V. Exª, Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Tomás Correia, faço um aparte a V. Exa.. Eu chegava ao plenário e percebi a força da sua oratória. Percebi a emoção da sua fala, ao mencionar esse projeto, que, eu diria, integra o povo brasileiro. Ao contrário do que alguns pensam, e V. Exa foi muito feliz, esse é um projeto que busca o bem comum, de brancos, de negros, de índios, de todos. É um projeto que quer garantir somente que os alunos das escolas públicas – e são 90% da nossa juventude – tenham acesso a 50% das vagas nas federais e nas escolas de ensino

técnico público. É somente isso. Os outros 10% – e eu não digo que sejam os mais ricos, mas que tiveram melhores oportunidades na vida – ainda ficam com os outros 50%. Por isso, fico feliz ao ouvir a sua fala. E eu dizia ontem no encerramento dos trabalhos, Senador, que ontem havia sido o dia mais feliz da minha vida, porque estou convencido da justiça que esse projeto fará. Eu defendo a tese, a proposta. É um projeto que foi construído com as mãos de todos, de brancos e negros abraçados, que construíram essa proposta que ontem se tornou realidade. E a Presidenta Dilma há de sancionar. Eu fiquei muito feliz de ouvir o seu pronunciamento, não só por haver citado este projeto, mas por tudo que, quando eu vinha, percebi ser o eixo do seu mandato, que aqui vai representar muito bem o meu querido amigo, Senador Valdir Raupp. É uma alegria ouvi-lo. Parabéns! Bem-vindo à Casa. O Brasil ganha com a presença de V. Exª aqui e ganha também com o Senador Valdir Raupp, porque sei que ele vai viajar o Brasil, defendendo as mesmas teses. Parabéns.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – A solução seria termos um país onde não houvesse essa divisão de negros e brancos. Infelizmente, temos que apelar para a cota para tentar fazermos justiça aos excluídos, às pessoas que dependem do estudo.

Mas, eu agradeço a V. Exa. pelo aparte. E V. Exa. não tem só nesta área, tem também o Estatuto do Idoso; V. Exa. tem toda uma trajetória política de projetos excelentes para o País e que para mim – quero registrar isso aqui – foi uma alegria muito grande poder ter a oportunidade rara de votar em um projeto dessa qualidade, um projeto que vem realmente dar um sentido à cidadania, dar oportunidade aos excluídos deste País.

Parabéns a V. Exa.!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Tomás Correia, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Eu quero lhe cumprimentar, Senador Tomás Correia, V. Exa.que vem à Casa agora, no lugar do Senador Valdir Raupp – o Senador Valdir Raupp é de origem catarinense, meu Estado, V. Exa. vem do Ceará, mas representa Rondônia nesta Casa – está nos causando uma expectativa extraordinária, muito boa. O Senador Raupp está licenciado, mas V. Exa. está aqui respondendo à altura, pelas próprias análises que já tem feito nesta tarde da tribuna do Senado.

Meus cumprimentos a V. Exa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, pela ordem, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Gostaria de solicitar a inscrição pelo Bloco União e Força.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Está V. Exa. está inscrito, Senador, pelo Bloco União e Força.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu estou inscrito pela liderança da minoria e consulto, indago a V. Exª se chegou a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Está pela ordem agora, como comunicação inadiável, o eminente Senador Eduardo Lopes. E em seguida, por permuta com o Senador Pedro Simon, o Senador Ciro Miranda; e aí o Senador Jayme Campos como líder.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu pediria a V. Exa. a inclusão do Projeto Lei da Câmara nº 41, de 2012, que está pautado para amanhã. Conversando na diretoria da Casa, me aconselharam que hoje, como a pauta não é tão extensa, fosse colocado para a votação. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2012, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região de Goiás.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Mesa providenciará e, de acordo com o entendimento das lideranças, não haverá problema em colocar em pauta o projeto requerido por V. Exa.

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes, para uma comunicação inadiável.

V. Exa. tem cinco minutos.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos que acompanham esta sessão.

Sabemos que são muitas as tentativas feitas no sentido de aperfeiçoar a regulamentação de uma das mais recentes atividades profissionais, amplamente conhecida e autodenominada como “motoboys” e “mototaxistas”.

Aqui, no Congresso Nacional, foram numerosos os projetos apresentados.

Do esforço do Parlamento adveio a Lei n° 12.009, de 2009, que regulamentou o exercício da profissão de mototaxista e de motoboy. Trata-se de providência legítima a proteger o usuário do veículo muito mais vulnerável no trânsito que os tradicionalmente utilizados no transporte público de passageiros, de bens e de prestação de serviços.

Com efeito, segundo estudo até então inédito, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, os impactos sociais e econômicos advindos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas trazem um custo elevadíssimo, que chega a uma cifra astronômica de R$5.300 bilhões por ano. Esse é o gasto com acidentes, com problemas causados no trânsito.

E ressalto que esse estudo não levou em conta aqueles acidentes ocorridos em áreas não-urbanas, onde estão instalados os maiores trechos de nossas principais malhas rodoviárias.

Desses acidentes, os que têm, proporcionalmente, custo mais elevado são aqueles que envolvem os motociclistas, já que neles o número de vítimas é muito maior.

A literatura internacional estima essa proporção em 90% para os acidentes de motocicleta e similares e em 9% para os demais veículos.

Essa estimativa já está confirmada pelo menos na cidade de São Paulo. Números do Corpo de Bombeiros Militar paulista dizem que o Estado tem a maior frota desses veículos, e são estarrecedores: 279.140 atendimentos, que geraram 291.882 vítimas, das quais 2.149 fatais.

A Companhia de Engenharia de Tráfego paulista prevê que 31% dos motociclistas em serviço de entrega percorrem de 150 a 200 quilômetros por dia.

Pressionados, de um lado, pelas exigências do empregador e do cliente e, de outro lado, pelo ganho com produtividade, os motociclistas lideram o *ranking* dos acidentes.

Dados da Polícia Rodoviária Federal mostram que o número de acidentes envolvendo motos aumenta relativamente mais do que a quantidade de veículos registrados nos órgãos oficiais.

Para se ter uma ideia, no período em que foi aferido um crescimento de 23,48% da frota de motos, o número de acidentes, no entanto, aumentou em 31,71%, envolvendo os mesmos veículos. Quer dizer, os acidentes crescem mais do que o número da própria frota.

Também não se pode perder de vista a gravidade das lesões decorrentes. Estudo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo mostrou que 68,7% das vítimas de acidentes ocorridos durante a condução desses veículos permanecem internadas, em média, por 15,8 dias.

Então, é uma profissão que merece todo o respeito, toda a segurança.

Mas eu quero também chamar aqui a atenção, porque há um segmento da sociedade, desse trabalho, que permanece sem a devida proteção jurídica. Refiro-me aos funcionários dos Correios que trabalham motorizados.

Faça sol ou chuva, lá estão eles, infalíveis, sobre suas motos, enfrentando vira-latas e pit bulls e enfrentando o trânsito para levar boas e más notícias, numa rotina de tal relevância pública que o constituinte a estabeleceu como monopólio da União.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores e todos que nos acompanham, a nós falta competência legislativa para disciplinar sobre plano de cargos e remuneração para os funcionários dos Correios, empresa pública que explora atividade econômica.

Por isso, venho apelar ao Presidente da Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o Sr. Wagner Pinheiro de Oliveira, para que tome a iniciativa de propor que se estenda, no que couber, as medidas protetivas da Lei nº 12.009, de 2009, aos carteiros motorizados, inclusive os reconhecendo como integrantes de uma categoria funcional distinta, como este Congresso fez com os motoboys e também com os mototaxistas.

Há quem afirme que rua sem carteiro não é rua. Então, que seja reconhecida a relevância de seus serviços e a garantia de seus direitos trabalhistas.

Então, esse é o apelo.

Agradeço já ao Presidente a complacência por me dar dois minutos a mais, mas quero fazer, então, aqui, trazendo esses dados e essas informações, esse apelo ao Sr. Wagner Pinheiro de Oliveira para que tome a iniciativa de estender as medidas protetivas da Lei nº 12.009, de 2009, aos carteiros motorizados do nosso correio brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Cumprimentos a V. Exa., Senador.

O próximo inscrito é o Senador Cyro Miranda, em permuta que houve com o Senador Pedro Simon.

V. Exa. tem a palavra, pelo Regimento Interno, por dez minutos, Senador Cyro Miranda pelo Estado de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Casildo Maldaner.

Sras. e Srs. Senadores, Rádio e TV Senado e Agência Senado, o Brasil vibrou com Arthur Zanetti quando o jovem atleta beijou a medalha olímpica e comemorou o ouro no mais alto lugar do pódio.

Arthur Zanetti superou o chinês tetracampeão mundial. Seguiu o caminho de Sarah Menezes, ouro no judô, e ganhou a primeira medalha da ginástica nas argolas, uma modalidade pouco difundida no País. Foi o coroamento de um trabalho de 14 anos feito pelo clube Sociedade Esportiva Recreativa Santa Maria, de São Caetano do Sul, e do técnico Marcos Goto, o maior responsável por alçar Zanetti à elite da ginástica mundial.

A carreira do atleta não começou como resultado de um trabalho sistemático que deveria existir por parte do Ministério do Esporte para encontrar as dezenas de Sarahs e Zanettis escondidos e acanhados nos diversos cantos deste imenso Brasil. Como o próprio técnico conta: "Não fui eu quem o descobriu. Foi ele que me descobriu".

Exatamente assim, em 1998, começou a carreira olímpica desse campeão, que, aos oito anos de idade, distinguiu-se entre os meninos ávidos por treinar no Santa Maria. Pequeno, forte e muito ágil, Zanetti tinha o corpo ideal para as argolas. Não fosse o esforço da própria associação de pais do clube e do Município, que montaram uma equipe de apoio, talvez Arthur Zanetti tivesse permanecido apenas como um grande talento e nada mais. Somente quando começou a apresentar resultados, Arthur passou a ter as viagens pagas pela Confederação e pelo Comitê Olímpico Brasileiro.

É difícil acreditar, Sras. e Srs. Senadores, que o atleta chegou a usar aparelhos feitos pelo pai.

Sabem por quê? Porque, apesar de a Confederação ter recebido R$7 milhões do Governo em 2011 para comprar aparelhos, tudo o que fez foi vender ao Santa Maria, de São Caetano do Sul, um tablado subsidiado.

Não faz muito tempo, Arthur Zanetti não tinha sequer argolas no padrão olímpico, que só chegaram – pasmem – a três meses dos jogos.

Patrocínio? Só a dois meses do jogo!

Isso demonstra alguns dos absurdos imperdoáveis que acontecem no Brasil. O fato é que, não fosse o verdadeiro consórcio de pais, amigos e apoiadores incondicionais, o Brasil não poderia contar hoje com mais uma medalha olímpica para enaltecer a Nação.

A verdade é que, lamentavelmente, dezenas de talentos perdem-se a cada dia no Brasil em razão do mesmo mal: falta de planejamento e estratégia das autoridades competentes. E, como o próprio Goto diz: "Não se forma equipe campeã olímpica em 4 anos. E, sem apoio financeiro, o Brasil não deve esperar a revelação de novos talentos da ginástica para as Olimpíadas de 2016".

Sr. Presidente, a formação de um atleta de alto desempenho é extremamente cuidadosa e segue passos rigorosos. O Brasil, assim como está atrasado nas obras para a Copa do Mundo em 2014, está muito atrasado para as Olimpíadas de 2016.

O curioso é que, como a Presidente Dilma Rousseff disse, o Brasil tem um dos maiores programas de apoio individual de atletas do mundo, com R$60 milhões, que beneficiam mais de quatro mil desportistas, desde o iniciante ao atleta de alto desempenho. São R$200 milhões para a preparação das seleções nacionais e para a modernização dos centros de treinamentos.

Em dez dias de competição, o Brasil já conquistou em Londres um número de medalhas maior que na Olimpíada de Pequim. Mas, como bem observa o ex-membro do Comitê Olímpico Brasileiro Alberto Neto, pelo investimento feito, o Brasil deveria ter muito mais medalhas, pelo menos o dobro. A Grã-Bretanha, por exemplo, tem 38 medalhas conquistadas até agora em Londres, contra 47 no total em Pequim.

A anfitriã de 2012, que é usada como termômetro para o Brasil, sempre teve uma estrutura incrível voltada aos esportes. E, desde que a Olimpíada foi anunciada, o investimento foi feito de uma forma correta e com um planejamento ao longo de anos.

No Brasil, a Portaria 164, de outubro de 2011, editada pelo Ministério do Esporte, pretende, por exemplo, que 85% do orçamento anual para a Bolsa Atleta – que este ano poderá chegar a R$80 milhões – seja para as modalidades olímpicas e paraolímpicas. Além disso, cria a categoria "Base" – espécie de iniciação no esporte.

Portanto, é preciso reconhecer que há dinheiro no Brasil, sim.

Mas o que falta, então?

Gestão, critérios e planejamento.

E agora já é tarde para transformarmos nossos talentos e o País numa potência olímpica em 2016.

O caminho para o futuro do esporte no Brasil não pode ficar focado apenas na Olimpíada de 2016. É preciso ver todas as modalidades como um poderoso catalisador do talento da juventude e investir no

esporte de base, difundido nas escolas com o apoio de estrutura compatível com a busca do alto desempenho.

Se isso não for feito, vamos continuar a sobreviver apenas das conquistas de alguns atletas de ponta, surgidos com mais talento e sorte, e não das categorias de base devidamente apoiadas pelas ações de Governo.

Portanto, transcrevo aqui algumas das conclusões a que chega o ilustre Ministro do TCU Augusto Sherman Cavalcanti, no Acórdão n° 357/2011:

> 1) A auditoria operacional realizada pelo TCU nas ações de apoio ao Esporte de Alto Rendimento evidenciou que, para o Brasil se tornar uma potência olímpica, os investimentos públicos devem ser direcionados para a criação de um efetivo sistema que fomente a detecção, o encaminhamento, a formação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atletas das diversas modalidades olímpicas. Constatou, ainda, uma série de problemas estruturais que necessitam ser equacionados.
>
> 2) Apesar de haver uma Política Nacional do Esporte desde 2005 e uma Política Setorial para o Esporte de Alto Rendimento desde 2006, as diretrizes e objetivos contidos nesses documentos não foram devidamente cumpridos. Entre outros fatores, está a ausência de um plano estratégico que detalhe as ações, responsabilidades, metas e indicadores para o setor;
>
> 3) Constituem achados importantes da auditoria, que demandam atenção especial e medidas saneadoras por parte do Ministério do Esporte:
>
> – as deficiências operacionais e de infraestrutura dos centros de treinamento instalados;
>
> – o risco da construção de novos centros sem qualquer análise de viabilidade, de sustentabilidade e de usabilidade para o esporte de alto rendimento;
>
> – a intempestividade na concessão do Bolsa Atleta;
>
> – a inexistência de política pública para o pós-carreira dos atletas; e
>
> – a descontinuidade de ações governamentais, tanto nos projetos de detecção de talentos quanto na coordenação da Rede Cenesp.
>
> 4) Ademais, grande contingente de crianças e jovens não tem acesso à iniciação da prática esportiva, em virtude tanto da dificuldade de ingresso nos clubes que ofereçam a prática das modalidades, quanto da falta de disseminação dessa prática nas escolas brasileiras. Os poucos talentos que conseguem ser detectados, por uma ou outra iniciativa, seja pública ou privada, possuem dificuldades de continuidade na carreira, pois não há um "caminho" estabelecido para que possa chegar ao alto rendimento. Além disso, o apoio prestado aos atletas, nos diversos níveis de preparação, pela ciência do esporte, ainda é frágil.

Sra. Presidente, o problema do Brasil, no que tange aos esportes olímpicos, é o mesmo da educação pública de qualidade, da infraestrutura e de tantos outros setores: falta de gestão e planejamento, mais do que de recursos públicos.

Ao encerrar este pronunciamento, apelo às autoridades que, de fato, criem um planejamento sério, com objetivos e metas bem definidos, de modo a aproveitar esse maravilhoso potencial de nossa juventude, tão ávida por mostrar ao Brasil e ao mundo a força de nossos talentos.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Cyro Miranda, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nesta semana em que a Nação comemora, com orgulho e expectativa, mais um aniversário de vigência da Lei Maria da Penha, marco jurídico de extremo alcance social no combate à violência contra a mulher, bem como na defesa e consolidação dos direitos de cidadania plena e digna a um enorme contingente de nossa população feminina ainda ameaçada, é com muita satisfação que venho a esta tribuna para tecer alguns comentários acerca do FNAMA – Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas, em vias de ser criado, por meio de proposição legislativa de nossa autoria.

V. Exa. tem conhecimento desse projeto, Senadora Marta Suplicy, porque no dia em que o apresentei V. Exa. presidia a sessão do Senado Federal.

Esse projeto, que tivemos a honra de apresentar em abril deste ano, recebeu parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Partici-

pativa, tendo sido aprovado por unanimidade naquele colegiado, no final do mês de junho último.

A síntese dessa nossa proposta consiste na viabilização de mecanismo de financiamento para prestar ajuda pecuniária e treinamento profissional a mulheres que, em razão de violência doméstica, se separam de seus cônjuges ou companheiros.

Nesse sentido, a proposição estabelece que a ajuda pecuniária seja concedida durante 12 meses em um montante igual ou superior a R$622,00 e institui um treinamento profissional que terá o objetivo de facilitar a recolocação das mulheres no mercado de trabalho.

Para não usurpar competências nem criar dificuldades orçamentárias, nosso projeto indica as fontes dos recursos que constituirão o FNAMA e estabelece que o fundo seja administrado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Uma vez que o FNAMA beneficia vítimas da violência doméstica, julgamos por bem incluir, entre suas fontes de recursos, 10% do recolhimento anual de multas penais, providenciando, para tanto, a respectiva alteração do Código Penal.

Senador Pedro Taques e Senador Armando Monteiro, vamos discutir o novo Código Penal brasileiro. Então tenho uma proposta, contida em um projeto de lei de minha autoria, no sentido de retirar de todas as multas, ou seja, de todo o recolhimento 10%. Quero pedir a V. Exas. que isso seja inserido nesse novo Código, que seja providenciada a alteração no Código Penal para a criação desse fundo, para que as mulheres agredidas em suas residências possam ser beneficiadas com o recebimento do salário mínimo durante 12 meses, com a capacitação e até com a inserção no mercado de trabalho.

Eu acho que é o momento oportuno mesmo até para discutirmos, naturalmente, esse novo modelo, ou seja, de multa a ser aplicada no novo Código Penal brasileiro que o Congresso Nacional vai discutir.

Uma vez que o FNAMA beneficia vítimas da violência doméstica, julgamos por bem incluir, entre suas fontes de recursos, 10% do recolhimento anual de multas penais, providenciando, para tanto, a respectiva alteração no Código Penal.

Finalmente, para atrair doações do setor privado, incluímos no projeto um incentivo fiscal. Segundo condições e limites a serem fixados pela Secretaria da Receita Federal, os contribuintes poderão deduzir do imposto devido, na declaração do Imposto de Renda, as doações feitas ao Fundo, cuja regulamentação será feita pelo Poder Executivo.

Faço aqui esta descrição do nosso projeto certo de que é muito oportuno, na data de hoje, solicitar a atenção e o apoio dos nobres colegas, certamente sensíveis a este tipo de iniciativa.

Dessa maneira, minha cara Senadora Marta, cabe lembrar que a Lei Maria da Penha foi criada e aprovada por este Congresso como resultado da luta das mulheres brasileiras e do avanço legislativo internacional no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher. A lei brasileira é hoje considerada uma das mais avançadas do mundo, sendo o principal instrumento para mulheres se defenderem de seus agressores.

Esta é a minha proposta, e espero, como já foi aprovado na CDH, que nós possamos aprovar também, de maneira geral, aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Jayme Campos, e meus parabéns! Essa iniciativa de lei é extremamente bem-vinda e acho que vai ajudar concretamente, porque é disso que nós precisamos também, pois a maioria das mulheres espancadas, vítimas de violência, muitas vezes, tem medo de fazer uma queixa ou tomar uma atitude, uma vez que não tem nem para onde ir.

Então, V. Exa. está de parabéns por uma iniciativa tão importante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu queria só me inscrever para falar pela Liderança da Oposição.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim. Temos antes o Senador Armando Monteiro; em seguida, será V. Exa.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Após a Ordem do Dia tem algum Líder inscrito?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estou aguardando um pouco a posição do Senador Sarney sobre se eu abro...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu estou apenas fazendo uma consulta. Após a Ordem do Dia já temos algum Líder inscrito?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não. V. Exa. deseja ser inscrito?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Então eu me inscrevo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Senadores inscritos – os quatro seguintes – ainda não se encontram. Então, vou dar a palavra ao Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está aí? Então vou chamar os outros.

Com o Senador Wellington não estando presente, o Senador Rodrigo não estando presente, o Senador Jorge Viana não estando presente, eu concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena. Depois, Senador Armando.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, desde o ano passado a imprensa da Paraíba tem noticiado o verdadeiro caos que se abateu sobre a saúde pública do Estado e em particular da cidade de João Pessoa. A situação é dramática. O atendimento é precário, faltam medicamentos e até agulhas. Mas o mais grave de tudo: falta humanização e respeito às pessoas.

Se eu fosse aqui relatar todos os casos absurdos que vêm ocorrendo no sistema de saúde pública no Município, Sra. Presidente, com toda a certeza necessitaria de algumas horas.

Em setembro do ano passado, anunciei aqui a ineficiência da gestão pública da saúde da Paraíba, com base em uma reportagem do programa Fantástico, da TV Globo.

O Fantástico foi à Paraíba e constatou que lá foi um dos Estados que mais recebeu ambulâncias do Samu: 160, entre as quais 90 estavam paradas.

Com 90 ambulâncias paradas, o Governo da Paraíba firmou contrato de locação de 32 ambulâncias por um período de 6 meses. E o contrato, depois, ainda foi republicado com vigência de 12 meses, com o aluguel pelo preço mais caro, na soma dos 12 meses, do que a aquisição de uma ambulância.

O alerta que faço nesse instante é muito importante. Se o Governo da Paraíba assumiu que possui 90 ambulâncias do Samu paradas, por que alugou mais 32 ambulâncias?

A negociação mereceu atenção, mas até agora, os órgãos de fiscalização, o Tribunal de Contas do Estado e outros ainda não adotaram ou apresentaram solução, nem deram resposta.

Sras. e Srs. Senadores, não é só isso que me deixa estarrecido. No início de junho último, a jovem Denise Henrique dos Santos, de 18 anos, foi internada no Hospital Edson Ramalho, em João Pessoa, para fazer uma pequena cirurgia de retirada de nódulo. Esse simples procedimento médico foi sendo procrastinado por quase 30 dias, até que, no dia 26 daquele mês, a paciente não resistiu e, lamentavelmente, veio a falecer. Eu gostaria, neste momento, de prestar aqui minha total solidariedade à família dessa jovem, especialmente à sua mãe, Dona Maria Rejane dos Santos, cuja dor é irreparável.

É simplesmente inadmissível que fatos como esse estejam se tornando corriqueiros na capital do Estado da Paraíba. Por isso, não tenho dúvidas de que, infelizmente, a saúde pública de João Pessoa está na UTI e, o que é pior, com as portas fechadas!

Onde está o senso de humanidade dessas pessoas? Aqueles que gerenciam o sistema de saúde deveriam ter mais respeito com a dignidade humana.

Outra situação absurda: mais de 100 pacientes aguardam, há quase cinco anos, a realização de cirurgias ortopédicas na chamada "Fila do Osso" do sistema de saúde pública do Município de João Pessoa.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para realizar uma cirurgia de ombro, muitas vezes, o paciente pode ser operado de manhã e sair no final da tarde, mas existe paciente internado há mais de 30 dias esperando a realização dessa cirurgia. Ou seja, há paciente ocupando um leito por 30 dias quando, no mesmo dia, poderia sair, após a cirurgia.

Fui Prefeito de João Pessoa e Governador do Estado da Paraíba e sei o que é administrar! Muitas vezes precisamos cortar gastos em projetos importantes, mas não urgentes, que podem esperar. O que não pode esperar é a saúde do nosso povo, é o doente que está angustiado na fila de um hospital, ansiando pelo atendimento. Isso não pode esperar!

Uma das alternativas, na minha opinião, é retomar o programa de entrega em domicílio de medicamentos de uso continuado para diabéticos e hipertensos e também estender para os sequelados de AVC, de mal de Parkinson, entre outras doenças, a entrega dos medicamentos na residência. Esse programa foi criado durante minha administração. Com esse objetivo, aliás, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2007, há 5 anos, alterando a Lei Orgânica da Saúde. Esse Projeto, de suma importância para a Paraíba e para o Brasil, desde 2007, aprovado por unanimidade nesta Casa, aguarda apreciação na Câmara dos Deputados.

Além dessa importante medida, Sras. e Srs. Senadores, precisamos também humanizar o atendimento prestado pelas equipes do Programa Saúde da Família.

Não podemos mais aceitar a visão mecanicista que vem se impondo no âmbito desse programa. É preciso, sobretudo, ver os pacientes como seres

humanos, carentes de atendimento e de respeito na área da saúde.

Na minha concepção, uma medida que poderia melhorar a situação do sistema de saúde de uma cidade do porte de João Pessoa, por exemplo, seria descentralizar a gestão da saúde, no caso específico, aumentando o número de distritos de cinco para seis, dotando cada um deles do número completo de equipes de Saúde na Família, de um Centro de Atenção Psicossocial, conhecido como CAPS, e de centros de especialidades médicas e odontológicas e de fisioterapia, além de uma Unidade de Pronto Atendimento, comumente chamada de UPA, e de uma farmácia popular. Essa medida poderia desafogar um pouco o caótico atendimento dos hospitais públicos, que se encontram superlotados.

Outra medida importantíssima, Sras. e Srs. Senadores, seria a criação do Instituto da Mulher Saudável e do primeiro instituto oftalmológico de João Pessoa. É fundamental que haja unidades, dentro do sistema de saúde, destinadas ao atendimento especifico das questões da saúde da mulher e também dessa importante área que é a oftalmologia, coisa que até hoje não existe numa capital como a nossa cidade de João Pessoa.

Precisamos ainda reabrir a maternidade Santa Maria, construir novas unidades hospitalares e o Centro Municipal de Radiodiagnóstico; fortalecer parcerias com o hospital universitário e redefinir o perfil dos hospitais da nossa capital, como o Hospital Santa Isabel para média e alta complexidade. Além disso, é necessário construir o Hospital do Cérebro e do Coração em nossa capital, para dotar João Pessoa de um centro de referência nessas importantes especialidades médicas, já que a cidade que era líder em transplante de coração este ano não fez nem um transplante.

Enfim, são muitas as providências que precisam ser adotadas dentro do sistema de saúde de João Pessoa. Mas existe uma que é fundamental: é preciso sobretudo que haja administradores que se coloquem no lugar dos pacientes, que sintam na pele o problema do outro, que tratem com respeito e com dignidade não apenas a população, mas também os profissionais de saúde. Assim, os pacientes poderão ter, na hora certa, o remédio, o exame e a cirurgia de que necessitam.

Com a intenção de trazer recursos para essa área que sofre tanto, apresentei um projeto, o PLS nº 162, já este ano, que impõe à União aplicar anualmente em ações e em serviços públicos de saúde, o montante mínimo correspondente a 18% da sua receita corrente líquida, já que o discutido aqui foi sobre a bruta, e estou propondo sobre a líquida.

Essa proposta atenderá aos anseios dos 95% da população que opinaram favoravelmente ao aumento da destinação de recursos para a saúde e evitará contestações jurídico-constitucionais ao texto normativo.

Era isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que eu gostaria de dizer na tarde de hoje. É preciso vir à tribuna do Senado para denunciar essa verdadeira incúria que vem ocorrendo com a saúde pública do nosso País, em particular na cidade de João Pessoa, para que todo o Brasil saiba disso e nos ajude a mudar essa situação.

O meu muito obrigado e que Deus proteja a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cícero Lucena.

Dou a palavra ao Senador Armando Monteiro, como Líder do seu Partido.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna, com muita alegria, registrar um elenco de medidas que foram anunciadas no meu Estado, o Estado de Pernambuco, pelo Exmo. Sr. Governador Eduardo Campos, medidas essas de estímulo à economia do Estado, particularmente ao investimento, e de apoio às micro e pequenas empresas do Estado de Pernambuco.

É importante registrar que o Governo de Pernambuco não espera o aprofundamento desse processo de desaceleração econômica que vem marcando a vida do País e do mundo. O Governo se antecipa, de forma proativa, e anuncia um conjunto de medidas importantes que, a meu ver, se inserem na necessidade de adotar políticas anticíclicas para reverter esse quadro de desaceleração econômica que vem marcando a vida do País.

No caso de Pernambuco, o Governo se vale de um instrumento importante que é o das compras governamentais. Sabemos que a chamada Lei Geral da Micro e Pequena Empresa estabeleceu um comando normativo para se priorizar, nas compras governamentais, a participação dos pequenos fornecedores, das pequenas empresas. Essa é a melhor forma de animar a economia do Estado, especialmente em alguns segmentos.

O Governo do Estado de Pernambuco, portanto, utiliza-se de uma política afirmativa, uma política consistente, para transformar esse objetivo em realidade. Há números expressivos que traduzem essa disposição do Governo de Pernambuco. Hoje, as micro e pe-

quenas empresas já contavam com uma preferência do Estado no limite de compras de até R$80 mil, mas, agora, o Governo vai além. Ele passa a exigir, nas licitações de uma maneira geral, que, necessariamente, as empresas que venham a vencer essas licitações subcontratem empresas de pequeno e médio porte no Estado de Pernambuco até um limite de 30% do valor dessas compras.

Com efeito, espera-se que a participação das micro e pequenas empresas no total das compras do Estado possa ascender, num período de três anos, de pouco menos de 10%, que é o nível atual, para alcançar 25% até o ano de 2013. O crescimento será ainda maior para alguns itens, por exemplo, como os itens alimentícios, que são, hoje, os produtos mais adquiridos pelo Governo. Para essa categoria, então, o aumento previsto poderá alcançar mais de 60%.

Em paralelo a esse esforço, o Governo do Estado vai também investir na capacitação do pequeno empresário, através de uma ação coordenada e articulada de 11 Secretarias com o Sistema S e outras instituições que contam com a parceria estratégica e a coordenação da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo de Pernambuco. Estão sendo feitos diagnósticos setoriais da capacitação, a partir da decisão em licitações, o preparo gerencial e a própria capacitação tecnológica. Por isso, estamos, portanto, criando estímulos inteligentes do lado da demanda através desse grande instrumento que são as compras governamentais.

Mas gostaria de ainda assinalar uma medida de grande alcance: a redução do prazo de compensação dos créditos na aquisição de máquinas e equipamentos, ou seja, de bens de capital, como forma de estimular o investimento privado no estado.

Como é sabido o Sistema Tributário Nacional tem uma grave distorção: ele tributa o investimento. O Brasil é um dos poucos países do mundo que se dá ao luxo de tributar o investimento. Aquele empresário que, antes de produzir, o bem já está pagando o imposto...

(Interrupção do som.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Esse é um sistema absolutamente irracional.

O mundo inteiro deve estimular o investimento, reduzir o custo do investimento. E nesse sentido alguns avanços já vêm sendo obtidos nos últimos anos, especialmente no que diz respeito aos tributos federais: isenção de IPI na aquisição de maquias, redução do prazo de compensação do PIS/COFINS. Mas esse movimento do Governo do Federal teria que ser acompanhado também por um processo de mais rápida recuperação desses créditos na área do ICMS, já que o ICMS, como é sabido, é o imposto que mais grava esses investimentos.

Dessa forma, Pernambuco se antecipa e oferece um programa que reduz à metade o prazo de compensação desses créditos – de 48 para 24 meses. Essa é uma medida que vem ao encontro da necessidade que temos hoje, no País, de estimular os investimentos para reanimar a economia.

O investimento de hoje é o produto de amanhã. Esse repertório convencional, que se vale a pena de medidas de estimulo ao consumo, parece-me que está razoavelmente esgotado no País. É preciso, portanto, buscar medidas que estimulem o investimento. E, dessa forma, o Estado de Pernambuco oferece um exemplo concreto de como é possível, na esfera estadual, utilizar mecanismos inteligentes como esse.

Para concluir, que ressaltar ainda que o Governo do Estado de Pernambuco estará levando ao Confaz uma proposta para que se possa promover um amplo convênio, no âmbito do Confaz, desonerando, durante um período de dois anos, a tributação dos bens de capital. Considero essa medida do maior alcance e creio que ela se harmoniza inteiramente com o propósito de estimularmos o investimento no País.

Era esse registro que eu gostaria de fazer nessa tarde, agradecendo a tolerância de V. Exa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Armando Monteiro.

Declaro aberta a

ORDEM DO DIA

Há, sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 55, que foi votado hoje na CCJ e que é referente ao seguro saúde dos funcionários. É o SIS.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 731, DE 2012

(Requerimento nº 50, de 2012 – CCJ)

Requeiro, nos termos do art. 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PRS nº 55, de 2011.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2012. – Senadora **Marta Suplicy.**

Requerimento nº 731, de 2012-CCJ - URGÊNCIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PRS **Nº** 55 **DE** 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 8 / 8 / 2012 **OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ASSIS GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
RICARDO FERRAÇO	1. RENAN CALHEIROS
EUNÍCIO OLIVEIRA	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. TOMÁS CORREIA
ROMERO JUCÁ	4. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	
ARMANDO MONTEIRO	1. MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA	3. JOÃO RIBEIRO
	4. EDUARDO AMORIM
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	1. KÁTIA ABREU

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou colocá-lo em votação daqui a pouco. Antes, vou prosseguir com o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012, que discute em turno único, o Projeto de Lei da Câmara nº 61, na Casa, de iniciativa, na Casa de origem, desculpem-me...

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2012
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 676, de 2012 – RISF 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012 (nº 2.786/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidenta da República, que *dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão e da medida de segurança*.

Parecer sob nº 931, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador ou Senadora interessados nesta discussão, ela está encerrada.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram, sem prejuízo das emendas. (*Pausa.*)

Então, vamos à votação.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto.

Estão aprovadas as emendas.

São os seguintes o projeto aprovado e o parecer oferecendo a Redação Final das Emendas:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2012
(Nº 2.786/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa da Presidência da República)

Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Os dados e as informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança deverão ser mantidos e atualizados em sistema informatizado de acompanhamento da execução da pena.

§ 1° Os sistemas informatizados de que trata o *caput* serão, preferencialmente, de tipo aberto.

§ 2º Considera-se sistema ou programa aberto aquele cuja licença de uso não restrinja sob nenhum aspecto a sua cessão, distribuição, utilização ou modificação, assegurando ao usuário o acesso irrestrito e sem custos adicionais ao seu código fonte e documentação associada, permitindo a sua modificação parcial ou total, garantindo-se os direitos autorais do programador.

§ 3° Os dados e as informações previstos no *caput* serão acompanhados pelo magistrado, pelo representante do Ministério Público e pelo defensor e estarão disponíveis à pessoa presa ou custodiada.

§ 4° O sistema de que trata o *caput* deverá permitir o cadastramento do defensor, dos representantes dos conselhos penitenciários estaduais e do Distrito Federal e dos conselhos da comunidade para acesso aos dados e informações.

Art. 2° O sistema previsto no art. 1° deverá conter o registro dos seguintes dados e informações:

I – nome, filiação, data de nascimento e sexo;
II – data da prisão ou da internação;
III – comunicação da prisão à família e ao defensor;
IV – tipo penal e pena em abstrato;
V – tempo de condenação ou da medida aplicada;
VI – dias de trabalho ou estudo;
VII – dias remidos;
VIII – atestado de comportamento carcerário expedido pelo diretor do estabelecimento prisional;
IX – faltas graves;
X – exame de cessação de periculosidade, no caso de medida de segurança; e
XI – utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado.

Art. 3° O lançamento dos dados ou das informações de que trata o art. 2° ficará sob a responsabilidade:

I – da autoridade policial, por ocasião da prisão, quanto ao disposto nos incisos I a IV do *caput* do art. 2°;
II – do magistrado que proferir a decisão ou acórdão, quanto ao disposto nos incisos V, VII e XI do *caput* do art. 2°;
III – do diretor do estabelecimento prisional, quanto ao disposto nos incisos VI, VIII e IX do *caput* do art. 2°; e
IV – do diretor da unidade de internação, quanto ao disposto no inciso X do *caput* do art. 2°

Parágrafo único. Os dados e informações previstos no inciso II do *caput* do art. 2° poderão, a qualquer momento, ser revistos pelo magistrado.

Art. 4° O sistema referido no art. 1° deverá conter ferramentas que:

I – informem as datas estipuladas paras

a) conclusão do inquérito;

b) oferecimento da denúncia;

c) obtenção da progressão de regime;

d) concessão do livramento condicional;

e) realização do exame de cessação de periculosidade; e

f) enquadramento nas hipóteses de indulto ou de comutação de pena;

II – calculem a remição da pena; e

III – identifiquem a existência de outros processos em que tenha sido determinada a prisão do réu ou acusado.

§ 1° O sistema deverá ser programado para informar tempestiva e automaticamente, por aviso eletrônico, as datas mencionadas no inciso I do *caput*:

I – ao magistrado responsável pela investigação criminal, processo penal ou execução da pena ou cumprimento da medida de segurança;

II – ao Ministério Público; e

III – ao defensor.

§ 2º Recebido o aviso previsto no § 1°, o magistrado verificará o cumprimento das condições legalmente previstas para soltura ou concessão de outros benefícios à pessoa presa ou custodiada e dará vista ao Ministério Público.

Art. 5° O Poder Executivo federal instituirá sistema nacional, visando à interoperabilidade das bases de dados e informações dos sistemas informatizados instituídos pelos Estados e pelo Distrito Federal.

Parágrafo único. A União poderá apoiar os Estados e o Distrito Federal no desenvolvimento, implementação e adequação de sistemas próprios que permitam interoperabilidade com o sistema nacional de que trata o *caput*.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor após decorridos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de sua publicação oficial.

PARECER
Nº 1.012, DE 2012
(Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012 (nº 2.786, de 2011, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012 (nº 2.786, de 2011, na Casa de origem), que *dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.*

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de agosto de 2012.

ANEXO AO PARECER Nº 1.012, DE 2012

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2012 (nº 2.786, de 2011, na Casa de origem).

Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 – CCJ)

Suprimam-se os §§ 1º e 2º do art. 1º do Projeto, renumerando-se os atuais §§ 3º e 4º como §§ 1º e 2º, respectivamente.

Emenda nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 – CCJ)

Suprima-se o art. 3º do Projeto, renumerando-se os artigos seguintes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

Em discussão a redação final da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 3**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais*.

Parecer sob nº 395, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos vencidos dos Senadores José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues.

Em discussão a proposta e a emenda. (*Pausa.)*

Não havendo Senador que queira se pronunciar, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 4**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeiro signatário a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União)*.

Parecer favorável, sob nº 1.282, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres.

Em discussão a proposta. (*Pausa*.)

Não havendo nenhum Senador que queira utilizar a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 5**:

REQUERIMENTO Nº 616, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 616, de 2012, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (alterações na CLT).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo, posteriormente, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tenho de lembrar às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que haverá votação nominal. Temos de votar a escolha de três autoridades e, depois, o projeto dos precatórios, que também poderá ser votado se houver acordo de Lideranças.

Vou continuar a apreciar os itens, mas já chamando as Senadoras e os Senadores que estão em seus gabinetes, porque estão presentes na Casa 65 Senadores, mas, em plenário, estão presentes 15 Senadores, e vamos começar a votação nominal daqui a pouco.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 7:**

REQUERIMENTO Nº 621, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 621, de 2012, de autoria do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cumprimento de sentença e títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho)*.

Item 12:

REQUERIMENTO Nº 667, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 667, de 2012, de autoria do Senador José Agripino, que *solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos*.

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo discussão, estão aprovados.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49 do Regimento Interno, também à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sra. Presidente, oportunamente vou pedir a palavra pela ordem a V. Exa..

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT –SP) – V. Exa. pede a palavra pela ordem? Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Oportunamente, quando V. Exa. concluir a leitura dos expedientes, quero pedir a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 8**:

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2012, do Senador Jayme Campos, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera o nome da Ala Senador Filinto Müller para Senador Luiz Carlos Prestes)*.

Item 9:

REQUERIMENTO Nº 625, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 625, de 2012, do Senador Jayme Campos, *solicitando que, sobre o Projeto de*

Resolução do Senado nº 36, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (altera o nome da Ala Senador Filinto Müller para Senador Luiz Carlos Prestes).

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011, uma vez que já se encontra instruído pela Comissão de Educação, vai ao exame das Comissões de Constituição e Justiça; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e Diretora.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 10**:

REQUERIMENTO Nº 654, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 654, de 2012, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 581, de 2007; 301, de 2008; 466, de 2009; e 580, de 2011, por regularem matéria correlata (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)*.

Há, sobre a mesa, requerimento da Senadora Marta Suplicy, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 580, de 2011, e 48, de 2012, por regularem matéria correlata.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 732, DE 2012

Requeiro nos termos do art. 258 do regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, com o Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2011, de minha autoria, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, – Senadora **Marta Suplicy.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votação, em globo, dos **Requerimentos nºs 654 e 732, de 2012**.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49 do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 11**:

REQUERIMENTO Nº 660, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 660, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (isenção de taxas de inscrição em concursos e vestibulares).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria retorna ao exame da Comissão de Direitos Humanos, seguindo, posteriormente, à de Educação e, nos termos do art. 49, à de Constituição e Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 13**:

REQUERIMENTO Nº 686, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 686, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 752, de 2011, e 69, de 2012, por regularem matéria correlata (prorrogação da licença-paternidade)*.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 14**:

REQUERIMENTO Nº 687, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 687, de 2012, do Senador Paulo Bauer, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (direitos autorais)*.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria retorna ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional; depois, para a de Educação e, depois, para a de Ciência e Tecnologia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou antecipar a apreciação de uma matéria agendada para amanhã.

Não havendo objeção, o que estava na pauta de amanhã, a pedido do Senador Cyro Miranda, vou colocar na pauta hoje. (*Pausa.*)

Não há objeção.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DACÂMARA Nº 41, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2012, (nº 1.875 de 2011, na Casa de origem), de iniciativa do TST, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional de Goiás, 18ª Região* (GO).

O Parecer nº 930, de 2012, é favorável, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo Relator o Senador Flexa Ribeiro.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo Senador que queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2012
(Nº 1.875/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18° Região.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

§ 1° A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1° do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2° Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 2° Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das datações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3° Esta Lei entra cm vigor na data de sua publicação.

ANEXO
(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário, Área Judiciária	171 (cento e setenta e um)
Técnico Judiciário, Área Administrativa	55 (cinquenta e cinco)
TOTAL	226 (duzentos e vinte e seis)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, rapidamente, quero saudar hoje a indicação, pelo Vaticano, do novo Bispo da minha cidade de Campina Grande, Dom Frei Manoel Delson Pedreira da Cruz.

Dom Delson vai substituir o nosso Bispo Dom Jaime Vieira da Rocha, que, há cinco meses, nos deixou para assumir a Arquidiocese de Natal, Senador Agripino. Desde então, o comando da nossa Igreja Católica em Campina Grande vem sendo exercido pelo Padre Márcio Henrique.

Dom Delson nasceu na cidade baiana de Biritinga, tem 58 anos e é atual Vice-Presidente da Regional Nordeste 2 da CNBB. Estudou Filosofia e Teologia em São Paulo. Tem mestrado em Ciência da Comunicação pela Pontifícia Universidade Salesiana, em Roma, e licenciatura em Letras pela Universidade Católica de Salvador.

Por uma dessas felizes coincidências, Dom Delson vem de Caicó, onde assumiu a Diocese, em 2006, substituindo o então Bispo local, Dom Jaime Vieira da Rocha.

A comunidade católica de Campina Grande está em festa com o anúncio da chegada do novo Bispo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Conforme anunciado no início da sessão, vai à votação agora a urgência do SIS. (**Requerimento nº 731, de 2012, lido anteriormente.)**

As Senadoras e os Senadores que o aprovam...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momentinho, Senadora! Deixe-me acabar de fazer a votação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Deixe-me acabar de ler isso, para a votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo objeção do Plenário, passo agora à apreciação da matéria.

Depois, passo a palavra à Senadora.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 55, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 55, de iniciativa da Comissão Diretora, que *dispõe sobre o regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS)*.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com relatoria da Senadora Marta Suplicy, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, que será publicada na forma regimental. (Parecer nº 1.011, de 2012-CCJ, lido anteriormente)

Cópias do referido parecer estão distribuídas em suas respectivas bancadas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Discussão do projeto e da emenda. (*Pausa.*)

Não havendo Senador ou Senadora que queiram discuti-los, encerro a discussão.

Em votação, sem prejuízo da emenda.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1-CCJ.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a Emenda permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 1.013, DE 2012
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2011.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2011, que *dispõe sobre o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS)*, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 8 de agosto de 2012.

ANEXO AO PARECER Nº 1.013, DE 2012.

Redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2011.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2012

Dispõe sobre o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS) passa a vigorar na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Revogam-se:

I – as Resoluções do Senado Federal nº 86, de 1991, nº 5 e nº 91, de 1992;

II – os Atos da Comissão Diretora nº 7, de 1995, nº 38 e nº 41, de 1997, nº 25, de 2002, nº 19, de 2003, nº 2, de 2007, nº 13, de 2009, e nº 1, de 2010;

III – o Ato do Presidente do Senado Federal nº 15, de 2009;

IV – os Atos do Conselho de Supervisão nº 1 e nº 2, de 1997;

V – o Ato do Diretor-Geral nº 2.051, de 1997.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO
(à Resolução nº , de 2012)

REGULAMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE (SIS)

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE (SIS)

Art. 1º O Sistema Integrado de Saúde (SIS) tem por finalidade proporcionar aos servidores ativos e inativos do Senado Federal e a seus dependentes, bem como aos titulares de pensões instituídas por morte dos servidores efetivos do Senado Federal, ativos ou inativos, assistência com vistas à prevenção de doenças e à promoção, tratamento, recuperação e manutenção da saúde, mediante modelo associativo fechado, de caráter social, sem fins lucrativos, sob modalidade de autogestão.

Art. 2º O Plano de Assistência à Saúde do SIS adota as definições constantes do Anexo deste Regulamento e consistirá de:

I – serviços próprios prestados pela Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams), sem ônus para o servidor, nos termos do Regulamento Administrativo do Senado Federal e suas normas complementares;

II – serviços prestados por instituições públicas e privadas credenciadas pelo SIS;

III – serviços prestados por profissionais liberais e instituições públicas e privadas de livre escolha dos beneficiários, não credenciadas pelo SIS;

IV – serviços de internação domiciliar, denominados *home care*.

Parágrafo único. Na opção pelos serviços de que tratam os incisos II, III e IV, haverá participação financeira dos beneficiários, na forma definida neste Regulamento.

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 3º São beneficiários do SIS:

I – o beneficiário-titular;

II – o beneficiário-dependente.

Art. 4º São beneficiários-titulares, desde que regularmente inscritos:

I – o servidor ativo e o servidor inativo do Senado Federal;

II – o titular de pensão instituída por morte de servidor efetivo, ativo ou inativo, do Senado Federal.

§ 1º Prevalecerá, para fins de inscrição no SIS como pensionista, o cônjuge sobrevivente ou o companheiro do instituidor que conste nos seus assentamentos funcionais.

§ 2º O servidor ativo que se afastar temporariamente do serviço no Senado Federal para exercer mandato eletivo, ter exercício em outro órgão ou entidade pública, sem ônus para o Senado, ou gozar de licença sem vencimentos poderá, no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data de seu afastamento, requerer à Secretaria do SIS a sua manutenção como beneficiário-titular.

Art. 5º São beneficiários-dependentes de servidor ativo e inativo do Senado Federal, desde que regularmente inscritos:

I – o cônjuge;

II – o companheiro ou companheira que comprove, mediante escritura pública, convivência duradoura, pública e contínua, nos termos da Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996;

III – o filho ou enteado solteiro menor de 21 (vinte e um) anos;

IV – o filho ou enteado solteiro maior de 21 (vinte e um) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, desde que estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino superior;

V – o filho ou enteado inválido de qualquer idade, sem rendimentos próprios;

VI – o menor de 18 (dezoito) anos solteiro, sem rendimentos próprios, que viva sob a guarda judicial e dependência econômica exclusiva de servidor;

VII – o irmão órfão solteiro inválido, sem rendimentos próprios, que viva sob a dependência econômica exclusiva de servidor;

VIII – o pai ou padrasto, a mãe ou madrasta, que viva sob a dependência econômica exclusiva de servidor.

Parágrafo único. O cônjuge ou companheiro que seja servidor do Senado Federal somente poderá inscrever-se como beneficiário-titular.

Art. 6º O titular de pensão, vitalícia ou temporária, não poderá inscrever dependente no SIS.

Parágrafo único. Ressalva-se do disposto neste artigo a inscrição de beneficiário-dependente que, na data do falecimento do beneficiário-titular, esteja inscrito como seu beneficiário-dependente no SIS e passe a ser dependente do pensionista, observadas as demais normas aplicáveis à inscrição de beneficiário-dependente previstas neste Regulamento.

CAPÍTULO III

DA INSCRIÇÃO, DOS PRAZOS DE CARÊNCIA, DO DESLIGAMENTO E DA REINSCRIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

Art. 7º Somente poderão inscrever-se no SIS beneficiários regularmente cadastrados na Secretaria de Recursos Humanos (SERH) do Senado Federal.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, o SIS utilizará os dados do beneficiário existentes na SERH.

Art. 8º A inscrição de beneficiário no SIS implica a aceitação das condições estabelecidas neste Regulamento e suas normas complementares, dispensando-se qualquer formalidade adicional.

Art. 9º O requerimento de inscrição de beneficiário-titular e de beneficiário-dependente será protocolizado exclusivamente na Secretaria do SIS, com o preenchimento dos formulários próprios, contendo as assinaturas do proponente, ou de seu representante legal, e do servidor responsável pelo recebimento da documentação.

Parágrafo único. O requerimento a que se refere o *caput* estará sujeito à homologação do SIS.

Art. 10. A inscrição de beneficiário-titular será feita por ele ou por seu representante legal, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – autorização para que o Senado Federal efetue o desconto, de sua remuneração ou de qualquer verba a que tiver direito em virtude de exoneração ou demissão:

a) da sua contribuição mensal e das contribuições mensais dos seus beneficiários-dependentes;

b) da sua participação e da de seus beneficiários-dependentes nas despesas realizadas pelo SIS em seu benefício;

c) dos débitos porventura existentes, nas hipóteses de desligamento do SIS, exoneração ou demissão do Senado Federal, ou perda da pensão temporária;

II – termo de compromisso pelo ressarcimento de qualquer despesa realizada pelo SIS em seu benefício ou de seus beneficiários-dependentes, em atendimento ao disposto na alínea "c" do inciso I deste artigo;

III – declaração de saúde, sua e de cada um dos seus beneficiários-dependentes;

IV – autorização para que o médico perito do SIS:

a) tenha acesso a qualquer informação, inclusive a prontuários e relatórios médicos e a resultados de exames, sobre o seu estado de saúde e o de seus beneficiários-dependentes;

b) realize exame médico e requeira os exames complementares que considerar necessários à avaliação do seu estado de saúde e do de seus beneficiários-dependentes, correndo tais despesas à custa do SIS;

c) na hipótese de internação, examine-o ou os seus beneficiários dependentes e acompanhe, se julgar necessário, a realização de procedimentos solicitados pelo médico assistente.

§ 1º O beneficiário-titular obriga-se a declarar qualquer doença ou lesão preexistente de que ele e seus beneficiários-dependentes sejam portadores na data da inscrição.

§ 2º A omissão da declaração de doença ou lesão preexistente será imputada como fraude, sujeitando o infrator à exclusão do SIS, independentemente das demais penalidades previstas em lei.

§ 3º Na hipótese de a declaração de saúde ou os exames médicos indicarem a existência de doença ou lesão preexistente, a inscrição ficará sujeita à aprovação por médico perito do SIS, que poderá indeferi-la, propor deferimento mediante o pagamento de agravo ou determinar restrições à cobertura do Plano de Assistência à Saúde pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data de deferimento da inscrição.

Art. 11. A inscrição de beneficiário de pensão vitalícia ou temporária implica, além das formalidades previstas no art. 10, a apresentação dos seguintes documentos:

I – cópia do ato de concessão da pensão;

II – declaração de saúde, na forma definida pelo SIS, exceto se o pensionista já detinha a condição de beneficiário-dependente do servidor falecido.

Parágrafo único. No ato da inscrição, serão devolvidas ao SIS as carteiras de identificação por ele emitidas em nome do servidor falecido e de seus beneficiários-dependentes.

Art. 12. A inscrição de beneficiários-dependentes será feita pelo beneficiário-titular, ou por seu representante legal, que, além das formalidades previstas no art. 10, apresentará, no ato de inscrição, os seguintes documentos:

I – no caso de cônjuge, cópia da certidão de casamento;

II – no caso de companheiro, cópia da escritura pública que reconheceu a união estável;

III – no caso de filho ou enteado solteiro menor de 21 (vinte e um) anos, cópia da última declaração exigível de rendimentos apresentada pelo beneficiário-titular à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na qual conste o nome do filho ou enteado como dependente;

IV – no caso de filho ou enteado solteiro maior de 21 (vinte e um) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, desde que estudante em estabelecimento de ensino superior:

a) declaração do estabelecimento de que o dependente é aluno nele regularmente matriculado;

b) cópia da última declaração exigível de rendimentos apresentada pelo beneficiário-titular à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na qual conste o nome do filho ou enteado como dependente;

V – no caso de filho ou enteado inválido de qualquer idade sem rendimentos próprios:

a) laudo médico e exames complementares que comprovem a invalidez, a serem apreciados pela Junta Médica do Senado Federal, admitindo-se para os residentes fora do Distrito Federal laudo médico emitido por junta médica oficial, desde que homologado pela Junta Médica do Senado Federal;

b) cópia da última declaração de rendimentos apresentada pelo beneficiário-titular à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na qual conste o nome do filho ou enteado inválido como dependente;

VI – no caso de menor de 18 (dezoito) anos solteiro, sem rendimentos próprios, que viva sob a guarda judicial e dependência econômica exclusiva do beneficiário-titular:

a) cópia da certidão judicial de posse e guarda, devidamente atualizada;

b) cópia da última declaração exigível de rendimentos apresentada pelo beneficiário-titular à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na qual conste o nome do menor como dependente;

VII – no caso de irmão órfão solteiro inválido, sem rendimentos próprios, que viva sob a dependência econômica exclusiva do beneficiário-titular:

a) cópias das certidões de óbito dos pais;

b) laudo médico e exames complementares que comprovem a invalidez, a serem apreciados pela Junta Médica do Senado Federal, admitindo-se para os residentes fora do Distrito Federal laudo médico emitido por junta médica oficial, desde que homologado pela Junta Médica do Senado Federal;

c) cópia da última declaração de rendimentos apresentada pelo beneficiário-titular à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na qual conste o nome do irmão órfão como dependente;

VIII – no caso de pai ou padrasto, mãe ou madrasta, que viva sob a dependência econômica exclusiva do beneficiário-titular:

a) cópia do documento de identidade do dependente;

b) cópia da última declaração de rendimentos apresentada pelo beneficiário-titular à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na qual conste o nome do pai ou padrasto, mãe ou madrasta, como dependente.

§ 1º A inclusão de beneficiário-dependente não terá caráter definitivo, devendo o SIS efetuar revisões periódicas no seu cadastro para verificar a exatidão das informações, exigindo, a seu critério, a comprovação de todas as declarações prestadas pelos beneficiários-titulares.

§ 2º Em nenhuma hipótese será admitida para qualquer beneficiário-titular a inscrição de mais de um beneficiário-dependente na condição de cônjuge ou companheiro.

§ 3º O beneficiário-titular é obrigado a enviar à Secretaria do SIS, anualmente, até o dia 15 de maio, cópia da declaração de rendimentos por ele apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil e, após este prazo, das eventuais declarações retificadoras, para fins de comprovação da condição de seus beneficiários-dependentes, nas hipóteses dos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII deste artigo, sob pena de desligamento desses beneficiários-dependentes do SIS.

§ 4º O beneficiário-titular é obrigado a apresentar à Secretaria do SIS, semestralmente, até os dias 1º de março e 1º de setembro, para fins de comprovação da condição de beneficiário-dependente prevista no inciso IV deste artigo, declaração do respectivo estabelecimento de ensino de que o dependente é aluno nele regularmente matriculado, sob pena de desligamento do beneficiário-dependente do SIS.

§ 5º A Junta Médica do Senado Federal poderá solicitar, a seu exclusivo critério, exames complementares que comprovem a invalidez dos beneficiários-dependentes de que tratam os incisos V e VII deste artigo, correndo as despesas com esses exames à custa do respectivo beneficiário-titular.

§ 6º Na inscrição de beneficiário-dependente como inválido, a Junta Médica do Senado Federal indicará a data de retorno do paciente para a reavaliação de sua condição de invalidez.

§ 7º Será automaticamente desligado do SIS o beneficiário-dependente inválido que, transcorridos 30 (trinta) dias da data de que trata o § 6º, deixar de ter o seu estado de invalidez confirmado pela Junta Médica do Senado Federal.

§ 8º O beneficiário-titular é obrigado a apresentar, anualmente, para fins de comprovação da condição de beneficiário-dependente prevista no inciso VI deste artigo, a certidão referida na alínea "a" daquele inciso, até a obtenção da posse e guarda definitivas, sob pena de desligamento do beneficiário-dependente do SIS.

§ 9º Compete ao beneficiário-titular solicitar a exclusão do SIS de qualquer dos seus beneficiários-dependentes.

Art. 13. A inscrição ou reinscrição no SIS acarretará ao beneficiário-titular e a seus beneficiários-dependentes o cumprimento dos seguintes prazos de carência, contados da data da inscrição ou da reinscrição:

I – 24 (vinte e quatro) horas, para atendimento:

a) sem restrições, quando decorrente de acidente pessoal;

b) limitado às primeiras 12 (doze) horas em pronto-socorro, sem cobertura para internação clínica ou cirúrgica, nos casos de urgência médica, sem risco iminente de morte, durante o período de carência para internação hospitalar;

II – 30 (trinta) dias para consultas médicas, exames laboratoriais simples e exames de raios X;

III – 90 (noventa) dias para ultrassonografia, ecocardiografia, teste ergométrico, prova de Holter, cintilografia e fisioterapia;

IV – 300 (trezentos) dias para parto a termo;

V – 24 (vinte e quatro) meses para procedimentos cirúrgicos, uso de leitos de alta tecnologia e procedimentos de alta complexidade, relacionados com doenças ou lesões preexistentes;

VI – 180 (cento e oitenta) dias para os demais procedimentos.

§ 1º Ficam isentos dos prazos de carência previstos neste artigo os beneficiários-titulares e os beneficiários-dependentes que, na data de inscrição ou reinscrição no SIS, comprovem estar inscritos em outro plano de saúde há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º Ficam dispensados dos prazos de carência fixados neste artigo o beneficiário-titular ocupante de cargo de provimento em comissão e seus beneficiários-dependentes que estejam inscritos no SIS há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses, na hipótese de o beneficiário-titular vir a ser exonerado e novamente nomeado para cargo de provimento em comissão no prazo de 60 (sessenta) dias do desligamento, desde que requeira, dentro desse prazo, sua reintegração ao SIS.

§ 3º Os beneficiários ficam dispensados de cumprir os prazos de carência estabelecidos neste artigo em caso de emergência, com risco iminente de morte ou lesão irreparável, não relacionado com doença ou lesão preexistente, declarado pelo médico assistente e ratificado pela perícia médica do SIS.

§ 4º Ficam igualmente desobrigados do cumprimento dos prazos de carência os filhos de beneficiários-titulares que venham a ser inscritos como beneficiários-dependentes no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de nascimento.

Art. 14. O desligamento do SIS ocorrerá a pedido do beneficiário-titular ou *ex officio*, por ato do Diretor da Secretaria do SIS.

§ 1º Em qualquer hipótese, o beneficiário-titular, ou seu representante legal, comparecerá à Secretaria do SIS, no prazo de 15 (quinze) dias do ato de desligamento, para devolver a documentação do SIS em seu poder e de seus beneficiários-dependentes e quitar os débitos referentes às despesas realizadas pelo SIS.

§ 2º Os débitos porventura remanescentes, apurados após a quitação de que trata o § 1º deste artigo, serão pagos pelo ex-beneficiário-titular mediante:

I – desconto na folha de pagamento, caso permaneça como servidor ativo, servidor inativo ou pensionista do Senado Federal;

II – cheque ou boleto bancário, caso tenha sido excluído da folha de pagamento do Senado Federal.

§ 3º Persistindo a existência de débitos pendentes de liquidação por mais de 60 (sessenta) dias contados do ato de desligamento do SIS, será instaurada tomada de contas especial em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa nº 56 do Tribunal de Contas da União, de 5 de dezembro de 2007.

§ 4º A utilização dos serviços de que tratam os incisos II e III do art. 2º por parte de ex-beneficiário-titular ou ex-beneficiário-dependente, após o desligamento do SIS, caracterizará má-fé e importará no pagamento integral do valor das despesas, acrescido de multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) desse valor.

§ 5º Em nenhuma hipótese o desligamento importará no reembolso de qualquer pagamento feito pelo beneficiário-titular durante o período de filiação ao SIS.

§ 6º O desligamento produzirá efeitos financeiros a partir do mês subsequente àquele em que ocorreu.

Art. 15. O desligamento a pedido de beneficiário-titular será feito mediante solicitação específica e acarretará o desligamento automático dos beneficiários-dependentes.

Art. 16. Serão desligados *ex officio*:

I – o beneficiário-titular e seus beneficiários-dependentes, nas hipóteses de:

a) desligamento do beneficiário-titular do Senado Federal, ressalvada a hipótese prevista no art. 4º, § 2º;

b) cometimento de falta grave prevista neste Regulamento;

II – os beneficiários-dependentes, nas hipóteses de:

a) morte do beneficário-titular; ou

b) perda de qualquer das condições de dependência previstas no art. 5º.

Art. 17. Constitui falta grave:

I – deixar o beneficiário-titular de comunicar à Secretaria do SIS, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de ocorrência:

a) o extravio de qualquer documento emitido pelo SIS em seu favor ou em favor de seus beneficiários-dependentes;

b) qualquer fato que determine a perda da condição de beneficiário-dependente;

II – utilizar o beneficiário-titular ou o beneficiário-dependente os serviços do Plano de Assistência à Saúde em benefício de terceiros ou em desacordo com este Regulamento;

III – deixar o beneficiário-titular de atender, no prazo estipulado, qualquer convocação do SIS.

Parágrafo único. O desligamento será declarado pelo Diretor da Secretaria do SIS, cabendo recurso ao Conselho de Supervisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 18. A reinscrição de beneficiário-titular ou de qualquer beneficiário-dependente importará na obrigatoriedade do cumprimento dos prazos de carência fixados no art. 13 e no pagamento de taxa de reinscrição correspondente a 2 (duas) vezes o valor da contribuição mensal do beneficiário-titular e da de cada beneficiário-dependente.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será admitida a reinscrição de ex-beneficiário-titular com débito no SIS.

TÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

CAPÍTULO I

DO CREDENCIAMENTO, DA TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SIS E DO DESCREDENCIAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 19. O credenciamento de qualquer instituição pública ou privada como prestadora de serviços ao SIS atenderá aos seguintes requisitos:

I – excelência profissional;

II – existência de instalações adequadas;

III – habilitação técnica requerida pela especialidade;

IV – garantia da concessão do mesmo padrão de atendimento dispensado aos clientes particulares.

§ 1º Para efeitos de constatação do cumprimento desses requisitos, a Secretaria do SIS remeterá o processo de credenciamento à perícia médica, que, no prazo de 30 (trinta) dias, realizará a vistoria das instalações da instituição que pretende ser credenciada, analisará os currículos dos profissionais que nela trabalham e emitirá parecer sobre o credenciamento.

§ 2º É vedado à Secretaria do SIS credenciar instituição que tenha servidor do Senado Federal ou prestador de serviço contratado pelo Senado Federal como proprietário, acionista ou sócio.

Art. 20. O credenciamento da instituição junto ao SIS importa na aceitação deste Regulamento e das tabelas de procedimentos e serviços do Plano de Assistência à Saúde, com os respectivos preços.

Art. 21. A instituição credenciada é obrigada a garantir à equipe de perícia médica do SIS todas as condições para o bom desempenho de suas atividades.

Parágrafo único. O perito, desde que devidamente identificado, poderá analisar toda a documentação referente aos pacientes do SIS.

Art. 22. O Plano de Assistência à Saúde do SIS adotará tabelas contendo a discriminação de todos os procedimentos e serviços cobertos, com os respectivos preços.

Parágrafo único. Poderão ser adotadas tabelas especiais para os procedimentos e serviços prestados por instituições reconhecidas pela perícia médica do SIS como de notória especialização.

Art. 23. É vedado ao credenciado cobrar de beneficiário do SIS qualquer acréscimo sobre os preços dos procedimentos e serviços das tabelas do Plano de Assistência à Saúde, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 33.

Art. 24. O descredenciamento será feito a pedido do credenciado ou por iniciativa do SIS, em virtude do descumprimento deste Regulamento ou do contrato de prestação de serviços ou por conveniência administrativa.

Parágrafo único. A Secretaria do SIS comunicará aos beneficiários qualquer descredenciamento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do ato de descredenciamento.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, DOS ATENDIMENTOS AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM INSTITUIÇÃO CREDENCIADA E DO TRATAMENTO EM REGIME DOMICILIAR (*HOME CARE*)

Art. 25. O Plano de Assistência à Saúde do SIS compreende os tratamentos em regime ambulatorial, hospitalar e de internação domiciliar, denominado *home care*, ressalvadas as exclusões previstas no art. 38.

Art. 26. O atendimento ambulatorial compreende:

I – consultas médicas realizadas em consultórios, clínicas, prontos-socorros e hospitais;

II – exames em laboratórios de análises clínicas;

III – exames de diagnóstico por imagem;

IV – demais exames complementares necessários ao diagnóstico;

V – tratamentos fisioterápicos;

VI – tratamentos por acupuntura realizados por médicos especialistas;

VII – tratamentos psicoterápicos, conforme regulamentação do Conselho de Supervisão do SIS;

VIII – tratamentos de fonoaudiologia, conforme regulamentação do Conselho de Supervisão do SIS;

IX – procedimentos cirúrgicos de pequeno porte;

X – tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais solicitados pelo médico assistente.

Parágrafo único. O Conselho de Supervisão aprovará, por proposta da Secretaria do SIS, a lista dos procedimentos sujeitos à prévia autorização do SIS.

Art. 27. Para receber atendimento ambulatorial, o beneficiário comparecerá à instituição credenciada portando documento de identificação, cartão de identificação emitido pelo SIS, requisição do procedimento assinada pelo médico assistente e, quando for o caso, guia de encaminhamento do SIS, dispensando-se a exigência de requisição para a consulta inicial.

Art. 28. O atendimento hospitalar compreende a internação para tratamento clínico ou cirúrgico, que será previamente autorizada pela perícia médica do SIS, ressalvadas as internações em caso de emergência ou urgência.

Art. 29. Para obter a guia de internação, o paciente comparecerá à perícia médica do SIS portando relatório emitido pelo médico assistente, que deverá conter:

I – o diagnóstico detalhado da patologia identificada, inclusive com a indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID);

II – o código do procedimento clínico ou cirúrgico a ser realizado, segundo a tabela adotada pelo SIS;

III – a expectativa do número de dias de internação;

IV – o nome da instituição onde será feita a internação;

V – o nome da instituição que receberá os pagamentos dos honorários médicos.

§ 1º A perícia médica do SIS poderá solicitar do beneficiário, antes de autorizar a internação, que ele requisite ao seu médico assistente esclarecimentos adicionais acerca do tratamento proposto.

§ 2º Havendo divergência entre os procedimentos solicitados pelo médico assistente e os autorizados pelo médico perito do SIS, haverá pronunciamento do chefe da perícia médica do SIS, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º Na hipótese de ser necessária a realização de procedimento diverso ou adicional àquele autorizado na guia de internação, bem como no caso de prorrogação do prazo de internação, a instituição solicitará, obrigatoriamente, antes do término do período de internação autorizado, retificação da guia de internação, por meio de relatório médico detalhado, justificando tais alterações.

Art. 30. Na hipótese de internação em caso de emergência ou urgência, o beneficiário-titular, ou seu representante, comparecerá à perícia médica do SIS, no prazo de 2 (dois) dias úteis contado da data de internação, para solicitar a guia de internação do paciente, portando relatório emitido pelo médico assistente em que constem as informações previstas nos incisos do art. 29.

Art. 31. O atendimento obstétrico inclui a cobertura assistencial ao recém-nascido, filho de beneficiário-titular ou de beneficiária-dependente, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto.

Art. 32. As próteses e as órteses necessárias ao ato cirúrgico deverão ser previamente autorizadas pela perícia médica do SIS.

Art. 33. As internações nas instituições credenciadas serão contratadas para acomodação do paciente em apartamento individual, com banheiro privativo e acomodação e alimentação para o acompanhante.

Parágrafo único. É facultado ao beneficiário-titular ou, na hipótese de seu impedimento, a seu responsável, optar por acomodação de padrão superior ao contratado pelo SIS, cabendo-lhe a responsabilidade exclusiva pelo pagamento, diretamente à instituição, das diferenças de valores de diárias, taxas hospitalares e outras despesas decorrentes dessa opção.

Art. 34. Na hipótese de opção do beneficiário por internação em instituição reconhecida como de notória especialização, caberá a ele o pagamentos dos honorários, diretamente aos médicos assistentes, cabendo ressarcimento parcial, de acordo com os valores previstos nas tabelas adotadas pelo SIS para os mesmos procedimentos, dele deduzindo-se a importância correspondente à sua participação financeira na despesa.

Art. 35. A assistência fora do Distrito Federal será prestada nas instituições credenciadas pelo SIS e naquelas credenciadas pela instituição operadora do plano de saúde contratada pelo SIS com essa finalidade.

Art. 36. A remoção de beneficiário, de uma instituição credenciada para outra, será autorizada pela perícia médica do SIS, assegurando-se à primeira o pagamento pelos serviços prestados até a efetiva transferência.

§ 1º Caso o beneficiário se encontre em uma instituição que não disponha dos recursos técnicos necessários ao seu atendimento, será autorizada a remoção para a instituição credenciada mais próxima que seja habilitada a realizar o atendimento.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o beneficiário-titular ou, em caso de seu impedimento, o responsável pelo paciente adotará as providências necessárias à remoção, que serão pagas pela instituição operadora do plano de saúde contratada para o atendimento dos beneficiários do SIS fora do Distrito Federal ou reembolsadas integralmente pelo SIS, quando a remoção ocorrer dentro do território do Distrito Federal.

§ 3º Caso o beneficiário se encontre internado em uma instituição que, a juízo da perícia médica do SIS, disponha dos recursos técnicos necessários ao seu atendimento, as despesas com a remoção do paciente serão de exclusiva responsabilidade do beneficiário-titular.

Art. 37. Os tratamentos em regime de internação domiciliar, conhecido como *home care*, estarão sujeitos à regulamentação do Conselho de Supervisão e serão previamente autorizados pela perícia médica do SIS.

CAPÍTULO III

DAS EXCLUSÕES DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SIS

Art. 38. Excluem-se da cobertura do Plano de Assistência à Saúde do SIS:

I – tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

II – tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais;

III – procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como próteses e órteses com os mesmos fins;

IV – tratamentos de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

V – mamoplastia, ressalvado o disposto no inciso III do parágrafo único deste artigo;

VI – internação e tratamentos em:

a) clínicas de emagrecimento, exceto para tratamento de obesidade mórbida, autorizado pela perícia médica do SIS;

b) clínicas de repouso;

c) estâncias hidrominerais;

d) estabelecimentos denominados *spas*, que reúnam serviços de hotelaria e atividades de lazer saudáveis, terapêuticas ou de cuidados corporais, inclusive emagrecimento;

e) estabelecimentos destinados ao acolhimento de idosos, em internações que não requeiram cuidados médicos em ambiente hospitalar;

VII – atos cirúrgicos cuja finalidade seja mudança de sexo ou recanalização do canal deferente ou das tubas uterinas;

VIII – cirurgia refrativa, exceto em pacientes maiores de 18 (dezoito) anos, com grau estável há pelo menos 2 (dois) anos, conforme regulamentação do Conselho de Supervisão do SIS;

IX – inseminação artificial;

X – exames para reconhecimento de paternidade;

XI – aparelhos destinados a substituir ou complementar qualquer função, inclusive: óculos, lentes de contato, aparelhos de surdez, aparelhos CPAP, Bipap e congêneres, aparelhos ortopédicos, órteses e próteses não compreendidas no ato cirúrgico;

XII – tratamentos clínicos ou cirúrgicos realizados fora do país;

XIII – vacinas dessensibilizantes ou imunizantes;

XIV – fornecimento ou reembolso de medicamentos de uso domiciliar, ressalvados aqueles incluídos na lista aprovada pelo Conselho de Supervisão, por proposta da perícia médica do SIS;

XV – qualquer procedimento não incluído nas tabelas adotadas pelo Plano de Assistência à Saúde do SIS;

XVI – assistência odontológica, exceto cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial em virtude de acidente ocorrido após a inscrição do beneficiário no SIS, autorizada pela perícia médica do SIS;

XVII – enfermagem de caráter particular em hospital ou residência, ressalvados os tratamentos em regime de internação domiciliar, denominados *home care*, previamente autorizados pela perícia médica do SIS;

XVIII – permanência hospitalar após a alta médica;

XIX – ressarcimento de qualquer despesa realizada em instituição credenciada, ressalvados os honorários médicos de que trata o art. 34;

XX – acomodação hospitalar em padrão de conforto superior ao estabelecido no contrato de credenciamento, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 33;

XXI – despesas extraordinárias, não incluídas na diária hospitalar, realizadas pelo paciente ou seu acompanhante, tais como ligações telefônicas, frigobar, lavagem de roupa, artigos de higiene, jornais e revistas, aluguel de aparelhos de som e imagem, e outros serviços não contratados pelo SIS com as instituições credenciadas.

Parágrafo único. Ressalvam-se do disposto neste artigo, desde que aprovadas pela pericia médica do SIS:

I – cirurgia plástica destinada exclusivamente a restaurar a aparência ou as funções de órgãos, regiões e membros lesados em decorrência de acidente ocorrido ou enfermidade adquirida após a inscrição do beneficiário no SIS, ou má-formação congênita em filho nascido após a inscrição do beneficiário-titular no SIS;

II – cirurgia para tratamento da obesidade mórbida;

III – mamoplastia, conforme regulamentação do Conselho de Supervisão do SIS, nas seguintes hipóteses:

a) cirurgia restauradora, com a finalidade de corrigir deformidades decorrentes de mastectomia parcial ou total, em caso de acidente ocorrido ou neoplasia maligna adquirida após a inscrição do beneficiário no SIS;

b) cirurgia restauradora, com a finalidade de corrigir deformidades decorrentes de adenomastectomia e mastectomia profiláticas, realizadas após a inscrição do beneficiário no SIS, na hipótese de alto risco de câncer de mama;

c) cirurgia redutora e mastopexia pós-gastroplastia, realizadas após a inscrição do beneficiário no SIS, quando o excesso de pele e a ptose mamária decorrentes da perda de peso acarretem transtornos à saúde;

d) cirurgia corretora de amastasia;

e) cirurgia corretora de assimetria mamária superior a 30% (trinta por cento);

f) cirurgia corretora de hipertrofia mamária significativa, assim entendida aquela em que o volume da mama é superior a 1.000 cm³ (mil centímetros cúbicos).

CAPÍTULO IV

DO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS POR PROFISSIONAIS LIBERAIS E INSTITUIÇÕES DE LIVRE ESCOLHA DOS BENEFICIÁRIOS, NÃO CREDENCIADOS PELO SIS

Art. 39. É facultado ao beneficiário do SIS utilizar serviços prestados por profissionais e instituições de sua livre escolha, não credenciados pelo SIS, sendo assegurado ao beneficiário-titular o reembolso parcial da despesa, limitado aos respectivos valores das tabelas adotadas pelo SIS, dele deduzindo-se a importância correspondente à sua participação financeira na despesa.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese serão ressarcidas despesas relativas às exclusões enumeradas no art. 38.

Art. 40. É competente para requerer ao SIS o ressarcimento das despesas com assistência na modalidade de livre escolha o beneficiário-titular ou seu representante legal.

§ 1º O pedido de ressarcimento será feito por meio de formulário próprio, protocolizado na Secretaria do SIS, até 60 (sessenta) dias após a realização do procedimento, acompanhado dos seguintes documentos:

I – original do respectivo documento fiscal, recibo ou fatura, de forma legível, sem rasura ou emenda, emitido em nome do beneficiário-titular, até 60 (sessenta) dias após a realização do procedimento;

II – declaração do beneficiário-titular, devidamente datada e assinada no verso dos documentos originais, de que os serviços foram prestados a ele ou a seus beneficiários-dependentes;

III – quando se tratar de atendimento em regime de internação hospitalar:

a) relatório emitido pelo médico assistente, de que constem: o diagnóstico detalhado da patologia identificada, com a indicação do respectivo CID, a descrição dos procedimentos realizados, as datas da internação e da alta hospitalar, o número de visitas médicas realizadas durante a internação, o nome do profissional que prestou o atendimento e sua especialidade, e o número de seu registro no respectivo conselho profissional;

b) cópias dos pareceres solicitados pelo médico assistente, contendo a justificativa da requisição e a identificação dos profissionais que os emitiram, conforme definido na alínea "a";

c) cópias dos laudos dos exames realizados;

d) cópia legível do boletim anestésico, quando for o caso, contendo a assinatura do anestesista e a identificação dos profissionais que participaram do ato cirúrgico, conforme definida na alínea "a";

e) lista dos materiais e medicamentos utilizados segundo a tabela Brasíndice ou a nota fiscal e o lacre correspondentes;

f) discriminação das taxas cobradas;

g) demais documentos eventualmente solicitados pela perícia médica do SIS.

§ 2º Em se tratando de recibo, o documento conterá: o nome completo do paciente; o nome completo do profissional que realizou o atendimento; o carimbo do profissional com a indicação do número do registro no respectivo conselho profissional; o número de inscrição do profissional no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); a especificação da natureza do atendimento, com o respectivo CID; o endereço do profissional e o número do telefone comercial; e o nome completo do pagador e o número de seu CPF.

§ 3º No caso de nota fiscal ou fatura, o documento conterá: o nome completo do paciente; a especificação da natureza do atendimento, com o respectivo CID; o endereço e o número do telefone comercial; e o nome completo do pagador e o número de seu CPF.

§ 4º No ressarcimento de despesas decorrentes de exames complementares, a nota fiscal ou a fatura serão acompanhadas das cópias do pedido médico e do laudo dos exames.

§ 5º Na hipótese de tratamento sob regime de internação hospitalar, clínico ou cirúrgico, o pedido de ressarcimento será submetido à avaliação da perícia médica do SIS quanto à regularidade dos procedimentos praticados e à quantia a ser ressarcida, em conformidade com as tabelas adotadas pelo Plano de Assistência à Saúde.

§ 6º Os documentos recebidos para fins de ressarcimento somente serão devolvidos ao beneficiário em caso de indeferimento ou desistência do requerente, desde que a devolução seja solicitada antes do encaminhamento dos documentos ao Serviço de Pagamento do SIS.

§ 7º Ao final do exercício financeiro, a Secretaria do SIS fornecerá ao beneficiário-titular, com base nos documentos recebidos, declaração contendo a indicação dos valores por ele pagos e dos valores reembolsados pelo SIS.

Art. 41. O tratamento continuado, realizado na modalidade de livre escolha, será previamente autorizado pela perícia médica do SIS, que se manifestará sobre:

I – a adequação dos procedimentos a serem adotados durante o tratamento;

II – o valor a ser ressarcido pelo SIS;

III – as datas em que o paciente deverá comparecer à perícia médica para avaliação dos resultados alcançados e deliberação quanto à continuação, alteração ou interrupção do tratamento.

Parágrafo único. Para o ressarcimento da despesa, o beneficiário-titular encaminhará mensalmente à Secretaria do SIS os documentos indicados nos incisos I e II do § 1º do art. 40.

CAPÍTULO V

DOS ATENDIMENTOS DE PSIQUIATRIA, PSICOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL

Art. 42. Os atendimentos de psicologia e psiquiatria, inclusive psicoterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, em regime ambulatorial, realizados por profissionais integrantes da rede credenciada ou da livre escolha dos beneficiários, sujeitos a reembolso, serão regulamentados pelo Conselho de Supervisão do SIS.

Art. 43. Nos casos de transtornos psiquiátricos e nos quadros de intoxicação ou abstinência provocados por qualquer forma de dependência química, a perícia médica do SIS poderá autorizar o atendimento, por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, a cada 12 (doze) meses, por beneficiário, em regime de internação ou de hospital-dia, na rede credenciada ou em instituições da livre escolha dos beneficiários, cabendo, neste último caso, o reembolso parcial das despesas pelo SIS.

Parágrafo único. Expirado o prazo de que trata o *caput* e persistindo a indicação médica de prorrogação do atendimento, a perícia médica do SIS poderá autorizar a continuação do tratamento, cabendo ao beneficiário-titular arcar com 50% (cinquenta por cento) do valor total das despesas, a título de participação financeira especial.

TÍTULO III

DO FINANCIAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO SIS E DA FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE RESERVA

CAPÍTULO I

DO FINANCIAMENTO DO SIS

Art. 44. O Plano de Assistência à Saúde do SIS será financiado com recursos:

I – da União, alocados ao Senado Federal na lei orçamentária anual;

II – do Fundo de Reserva do SIS.

Parágrafo único. O Senado Federal destinará ao SIS, anualmente, o valor correspondente a, pelo menos, 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) da dotação consignada na lei orçamentária anual para sua despesa total com pessoal e encargos sociais.

Art. 45. O Fundo de Reserva, destinado a cobrir eventuais insuficiências dos recursos alocados pela União ao orçamento do Senado Federal para o Plano de Assistência à Saúde, constitui reserva estratégica para garantir a preservação do SIS e é formado pelas seguintes receitas:

I – contribuições mensais dos beneficiários;

II – participação financeira dos beneficiários nas despesas realizadas pelo SIS em seu benefício;

III – receitas de aplicações financeiras;

IV – taxas e multas cobradas dos beneficiários;

V – doações e transferências recebidas.

Art. 46. Todo beneficiário do SIS é sujeito ao pagamento de contribuição mensal e de participação financeira nas despesas realizadas em seu benefício, segundo tabelas aprovadas pelo Conselho de Supervisão do SIS e reajustadas periodicamente.

Parágrafo único. A contribuição mensal será cobrada de cada beneficiário, independentemente da utilização dos serviços oferecidos pelo SIS.

Art. 47. Na hipótese da opção de que trata o § 2º do art. 4º, a contribuição mensal e a participação financeira nas despesas serão pagas por meio de boleto bancário emitido pela Secretaria do SIS, que será enviado para o endereço indicado pelo beneficiário-titular.

Art. 48. Os recursos do Fundo de Reserva serão depositados em nome do SIS, exclusivamente no Banco do Brasil e/ou na Caixa Econômica Federal, restringida sua aplicação a:

I – Certificados ou Recibos de Depósito Bancário de emissão do Banco do Brasil e/ou da Caixa Econômica Federal;

II – depósitos de poupança;

III – títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;

IV – cotas de fundos de investimento de renda fixa lastreados unicamente em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

Art. 49. O Presidente do Conselho de Supervisão do SIS designará comissão formada por 2 (dois) de seus membros e pelo Diretor da Secretaria do SIS, com as atribuições de elaborar e gerenciar plano de aplicação dos recursos financeiros do Fundo de Reserva, obedecido o disposto no art. 48, podendo, a seu critério, alterar a modalidade de aplicação dos recursos.

Art. 50. Em caso de morte do beneficiário-titular, as despesas realizadas pelo SIS com ele e com seus beneficiários-dependentes, ainda não quitadas, receberão o seguinte tratamento:

I – aquelas correspondentes aos beneficiários-dependentes que se converterem em pensionistas do Senado Federal serão descontadas das respectivas pensões;

II – aquelas correspondentes ao beneficiário-titular e aos beneficiários-dependentes que não se converterem em pensionistas do Senado Federal serão deduzidas dos valores devidos pelo Senado Federal aos herdeiros do falecido e, na hipótese de tais valores serem insuficientes, o saldo remanescente será absorvido pelo SIS.

Parágrafo único. O Senado Federal poderá contratar seguro para cobrir o risco decorrente da operação prevista no inciso II deste artigo.

Art. 51. Em nenhuma hipótese poderão ser utilizados recursos financeiros do SIS para pagamento de remuneração, a qualquer título, a servidor do Senado Federal.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO SIS E DA FISCALIZAÇÃO DO FUNDO DE RESERVA

Art. 52. A administração do SIS e a fiscalização do Fundo de Reserva serão exercidas pelos seguintes órgãos:

I – Conselho de Supervisão;

II – Secretaria do SIS;

III – Conselho Fiscal do Fundo de Reserva.

Seção I

Do Conselho de Supervisão do SIS

Art. 53. O Conselho de Supervisão é o órgão superior de deliberação do SIS, cabendo-lhe fixar diretrizes administrativas e operacionais e adotar as decisões estratégicas que garantam a sustentabilidade das ações de prevenção da doença e a promoção, tratamento, recuperação e manutenção da saúde dos beneficiários inscritos no Sistema.

Art. 54. O Conselho de Supervisão se reunirá na primeira quarta-feira de cada mês, em caráter ordinário, e a qualquer tempo, em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho serão tomadas a descoberto, por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 55. Integram o Conselho de Supervisão do SIS:

I – 1 (um) membro da Comissão Diretora, como Presidente;

II – o Diretor-Geral do Senado, como Vice-Presidente;

III – o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos (SERH);

IV – o Diretor da Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams);

V – o Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Safin);

VI – 2 (dois) servidores efetivos ativos, inscritos no SIS, eleitos pelos funcionários efetivos em atividade beneficários-titulares do SIS;

VII – 2 (dois) servidores efetivos inativos, inscritos no SIS, eleitos pelos funcionários aposentados beneficários-titulares do SIS.

§ 1º O Diretor da Secretaria do SIS será o Secretário do Conselho.

§ 2º O chefe da perícia médica do SIS participará das reuniões do Conselho na qualidade de consultor.

§ 3º Os membros de que tratam os incisos I, VI e VII deste artigo serão nomeados pelo Presidente do Senado Federal, sendo que os dos incisos VI e VII terão mandato de 2 (dois) anos, permitida apenas 1 (uma) recondução.

§ 4º A participação no Conselho não ensejará remuneração de qualquer espécie.

§ 5º Ato da Comissão Diretora regulamentará, em 180 (cento e oitenta) dias, a realização das eleições para preenchimento dos cargos previstos nos incisos VI e VII deste artigo.

Art. 56. Compete ao Conselho de Supervisão:

I – fixar as diretrizes administrativas e operacionais do SIS;

II – aprovar normas complementares a este Regulamento, disciplinando ações de assistência à saúde admitidas pelo SIS;

III – aprovar as tabelas contendo os procedimentos e serviços cobertos pelo SIS, com os respectivos preços;

IV – aprovar o credenciamento e o descredenciamento das instituições prestadoras de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do SIS, inclusive daquelas reconhecidas pela perícia médica do SIS como de notória especialização;

V – aprovar, por proposta da Secretaria do SIS, as listas referentes a:

a) tratamentos de duração continuada, estabelecendo o número de atendimentos a serem realizados por períodos e fixando a participação financeira dos beneficiários;

b) medicamentos e produtos farmacêuticos utilizados em tratamentos especiais realizados fora do ambiente hospitalar, com os respectivos percentuais de reembolso;

c) procedimentos e serviços sujeitos à prévia autorização da perícia médica;

VI – aprovar a tabela, reajustada periodicamente, contendo os valores das contribuições mensais devidas por todos os beneficiários, segundo as respectivas categorias;

VII – aprovar a tabela discriminando a participação de cada categoria de beneficiário-titular nas despesas realizadas pelo SIS em seu benefício e no de seus beneficiários-dependentes;

VIII – aprovar o limite de desconto mensal da remuneração do beneficiário-titular, das despesas referentes à contribuição mensal e à participação nas despesas realizadas pelo SIS, relativas a ele e a cada um de seus beneficiários-dependentes, a ser reajustado periodicamente;

IX – aprovar o relatório anual de atividades da Secretaria do SIS e a prestação de contas anual referente à gestão dos recursos financeiros do Fundo de Reserva, ouvido o Conselho Fiscal;

X – decidir, em grau de recurso, sobre demandas apresentadas pelos beneficiários;

XI – decidir sobre os casos omissos;

XII – exercer outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 1º O Conselho poderá convocar servidor do Senado Federal, da área de saúde, lotado na Sams, para, na qualidade de assistente técnico, emitir parecer sobre matéria de sua especialidade.

§ 2º As deliberações sobre as matérias de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI e VII deste artigo serão publicadas sob a forma de Instruções Normativas do Conselho de Supervisão.

§ 3º O Conselho de Supervisão não conhecerá de demanda que contrarie qualquer dispositivo deste Regulamento.

Seção II

Da Secretaria do SIS e da Sams

Art. 57. Compete à Secretaria do SIS:

I – implementar as diretrizes administrativas e operacionais aprovadas pelo Conselho de Supervisão;

II – submeter à aprovação do Conselho o plano anual das atividades e a previsão orçamentária do SIS;

III – elaborar o relatório anual de suas atividades e a prestação de contas anual referente à gestão dos recursos financeiros do Fundo de Reserva, a ser apreciada pelo Conselho Fiscal e pela Secretaria de Controle Interno;

IV – abrir as contas bancárias do Fundo de Reserva no Banco do Brasil S.A. e/ou na Caixa Econômica Federal e movimentá-las mediante assinatura conjunta do Vice-Presidente do Conselho de Supervisão e do Diretor da Secretaria do SIS, ou, em seus impedimentos, mediante assinatura de seus substitutos legais;

V – submeter ao Conselho, mensalmente, relatório resumido sobre a arrecadação das receitas e a execução das despesas do SIS, discriminando:

a) as receitas arrecadadas pelo Fundo de Reserva com: contribuições mensais dos beneficiários; participação financeira dos beneficiários nas despesas realizadas pelo SIS em seu benefício; aplicações financeiras; taxas e multas cobradas dos beneficiários; demais receitas;

b) a execução das despesas do SIS, segundo principais categorias;

c) as fontes dos recursos utilizados para a execução da despesa, especificando o valor total pago com recursos da União alocados ao orçamento do Senado Federal e o valor total pago com recursos do Fundo de Reserva;

VI – exercer as atividades necessárias à execução do Plano de Assistência à Saúde previsto neste Regulamento;

VII – propor ao Diretor-Geral a indicação e a substituição dos integrantes da perícia médica do SIS;

VIII – supervisionar e coordenar as atividades da perícia médica do SIS;

IX – propor ao Conselho normas complementares a este Regulamento, disciplinando ações de assistência à saúde admitidas pelo SIS;

X – propor ao Conselho as tabelas contendo os procedimentos e serviços cobertos pelo SIS, com os respectivos preços;

XI – propor ao Conselho tabela, a ser reajustada periodicamente, contendo os valores das contribuições mensais a serem pagas por todos os beneficiários, segundo as respectivas categorias;

XII – propor ao Conselho tabela discriminando a participação de cada categoria de beneficiário-titular nas despesas realizadas pelo SIS em seu benefício e no de seus beneficiários-dependentes;

XIII – propor ao Conselho o limite de desconto mensal, da remuneração do beneficiário-titular, das despesas referentes à contribuição mensal e à participação nas despesas realizadas pelo SIS, relativas a ele e a cada um de seus beneficiários-dependentes, a ser reajustado periodicamente;

XIV – propor ao Conselho o credenciamento das instituições prestadoras de serviços aos beneficiários do SIS, inclusive aquelas reconhecidas pela perícia médica do SIS como de notória especialização;

XV – propor ao Conselho, ouvida a perícia médica, norma regulamentando os tratamentos de duração continuada, estabelecendo o número de atendimentos a serem realizados por períodos e fixando a participação financeira dos beneficiários;

XVI – propor ao Conselho, ouvida a perícia médica, a lista dos medicamentos e produtos farmacêuticos a serem utilizados em tratamentos especiais realizados fora do ambiente hospitalar, com os respectivos percentuais de reembolso;

XVII – propor ao Conselho a lista dos procedimentos sujeitos à prévia autorização da perícia médica do SIS;

XVIII – submeter ao Conselho, em grau de recurso, demandas apresentadas pelos beneficiários;

XIX – proceder ao recadastramento dos beneficiários, quando julgar necessário;

XX – providenciar a publicação das atas das reuniões do Conselho no Diário do Senado Federal;

XXI – exercer outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho.

Art. 58. A perícia médica do SIS será realizada por servidores do Senado Federal, indicados pelo Diretor da Secretaria do SIS e designados pelo Diretor-Geral.

§ 1º Nas hipóteses de insuficiência ou indisponibilidade de servidores do Senado Federal para compor a equipe de perícia médica ou diante de necessidades específicas do Plano de Assistência à Saúde, o Conselho de Supervisão poderá propor a contratação de profissional ou empresa para realizar perícia médica.

§ 2º A distribuição de tarefas, internas e externas, no âmbito da equipe de perícia médica do SIS, é da competência exclusiva do chefe da perícia.

Art. 59. Compete à perícia médica do SIS:

I – elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Supervisão o seu regimento interno, especificando atribuições, formas de atuação, modelos de formulários, prazos e demais disposições relativas à atuação de seus membros;

II – vistoriar as instituições interessadas em prestar serviços aos beneficiários do SIS e emitir parecer quanto à conveniência e oportunidade do seu credenciamento;

III – definir critérios para o reconhecimento de instituições de notória especialização;

IV – propor à Direção da Secretaria do SIS a edição de normas complementares regulamentando o Plano de Assistência à Saúde;

V – propor à Direção da Secretaria do SIS a lista dos medicamentos e produtos farmacêuticos a serem utilizados em tratamentos especiais realizados fora do ambiente hospitalar, com os respectivos percentuais de reembolso;

VI – realizar, a seu critério, a perícia médica dos candidatos a beneficiário do SIS;

VII – realizar perícia médica em beneficiários que necessitem submeter-se a internação hospitalar para tratamento clínico ou cirúrgico, ou a procedimentos que exijam prévia autorização;

VIII – realizar perícias periódicas nos beneficiários que necessitem submeter-se a tratamentos de duração continuada;

IX – realizar a perícia nos beneficiários internados;

X – solicitar ao médico assistente os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre os procedimentos a serem realizados no beneficiário;

XI – proceder à auditoria dos processos contendo as faturas apresentadas pelas instituições que prestam serviços aos beneficiários do SIS, antes de sua liquidação;

XII – comunicar à Direção da Secretaria do SIS qualquer indício de irregularidade por parte das instituições que prestem serviços aos beneficiários do SIS;

XIII – comunicar à Direção da Secretaria do SIS qualquer indício de irregularidade, por parte dos beneficiários, na utilização dos serviços do Plano de Assistência à Saúde;

XIV – apresentar semestralmente à Secretaria do SIS relatório detalhado de suas atividades;

XV – desenvolver outras tarefas correlatas previstas no Código de Ética Médica e em resoluções do Conselho Federal de Medicina.

Art. 60. Compete à Sams prestar assessoramento técnico à Secretaria do SIS na definição das ações e na implementação do Plano de Assistência à Saúde, e prestar atendimento ambulatorial aos beneficiários do SIS.

Art. 61. Com vistas a promover a prevenção da saúde dos servidores do Senado Federal, a Sams instituirá:

I – programa de avaliação anual do estado de saúde, cujos exames serão realizados no mês de aniversário do servidor;

II – programa de vacinação ocupacional, de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde.

Seção III

Do Conselho Fiscal do Fundo de Reserva do SIS

Art. 62. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do Fundo de Reserva do SIS, cabendo-lhe zelar pela gestão econômico-financeira e patrimonial do Fundo.

Art. 63. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) servidores efetivos do Senado Federal, inscritos como beneficiários-titulares do SIS, com notório conhecimento em finanças e controle, selecionados pelo Conselho de Supervisão e nomeados por seu Presidente.

§ 1º O presidente do Conselho Fiscal será eleito pelos seus pares.

§ 2º O mandato dos integrantes do Conselho Fiscal é de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 3º A participação no Conselho não ensejará remuneração de qualquer espécie.

Art. 64. Compete ao Conselho Fiscal:

I – emitir pareceres, a serem apresentados ao Conselho de Supervisão, sobre balancetes, balanços, demonstrações financeiras, prestação de contas e outras operações do Fundo de Reserva, relativas a cada exercício financeiro;

II – examinar, em qualquer época, os saldos, as aplicações e as movimentações das contas do Fundo de Reserva;

III – emitir, trimestralmente, pareceres sobre as aplicações dos recursos e a adequação do Fundo de Reserva para garantir a sustentabilidade do Plano de Assistência à Saúde;

IV – fazer recomendações para fortalecer o Fundo de Reserva e melhorar a rentabilidade de suas aplicações financeiras, observadas as disposições do art. 48 e seus incisos;

V – representar ao Conselho de Supervisão sobre as irregularidades de que tome conhecimento;

VI – manifestar-se sobre outros assuntos submetidos à sua apreciação pelo Conselho de Supervisão.

§ 1º Nenhum papel, documento ou informação referente à gestão econômico-financeira e patrimonial do Fundo de Reserva poderá ser sonegado ao Conselho Fiscal.

§ 2º Os pareceres e laudos dos exames procedidos serão transcritos em ata assinada pelos presentes, garantindo-se o registro de posição divergente.

Art. 65. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre, convocado por seu Presidente, e, extraordinariamente, quando convocado por qualquer um de seus integrantes titulares ou pelo Conselho de Supervisão.

Art. 66. Será destituído o integrante do Conselho Fiscal que:

I – faltar, injustificadamente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas;

II – perder a qualidade de beneficiário-titular do SIS;

III – cometer falta grave, assim considerada pelo Conselho de Supervisão, em votação aprovada por maioria absoluta.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67. A falta da autorização prévia para a realização de qualquer procedimento e/ou prestação de serviço para o qual seja exigida tal autorização, de acordo com o disposto na alínea "c" do inciso V do art. 56, implicará o pagamento integral da despesa pelo respectivo beneficiário-titular.

Art. 68. A Secretaria do SIS submeterá à apreciação do Conselho de Supervisão, no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação desta Resolução, as tabelas mencionadas nos incisos X, XI, XII e a proposta de que trata o inciso XIII do art. 57.

Art. 69. O Conselho de Supervisão aprovará as tabelas de que trata o art. 68 no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação desta Resolução.

Art. 70. Os beneficiários atualmente inscritos no SIS apresentarão na Secretaria do SIS, no prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta Resolução, as autorizações de que tratam os incisos I, II e IV do art. 10.

Art. 71. Serão automaticamente excluídos do SIS os atuais beneficiários-titulares e os beneficiários-dependentes:

I – inscritos em desacordo com as disposições dos arts. 4º, 5º, 7º e do § 2º do art. 12;

II – que descumprirem a exigência prevista no art. 70.

Art. 72. O chefe da perícia médica do SIS encaminhará ao Diretor da Secretaria do SIS, no prazo de 90 (noventa) dias da data de publicação desta Resolução, proposta do regimento interno previsto no inciso I do art. 59.

Art. 73. A Secretaria do SIS disponibilizará, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução, exemplares deste Regulamento aos beneficiários-titulares.

ANEXO AO REGULAMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

GLOSSÁRIO DOS TERMOS EMPREGADOS NO REGULAMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE (SIS)

1 – Acidente pessoal: evento externo, súbito e violento, causador de lesão física, por si só, e independentemente de qualquer outra causa, com data e ocorrência perfeitamente caracterizadas, que torne necessária a internação hospitalar do beneficiário ou o seu tratamento em regime ambulatorial.

2 – Agravo: acréscimo no valor da contribuição mensal, em virtude de doença ou lesão que acometa o beneficiário-titular ou o beneficiário-dependente, preexistente à sua inscrição no SIS.

3 – Carência: tempo, corrido e ininterrupto, contado a partir da data de ingresso no SIS, necessário para que o beneficiário-titular e seus beneficiários-dependentes possam gozar do direito à cobertura dos serviços disponibilizados pelo Plano de Assistência à Saúde, na forma deste Regulamento.

4 – Carteira de identificação do SIS: o documento de uso restrito e intransferível fornecido pelo SIS, para a identificação pessoal do beneficiário junto às instituições credenciadas.

5 – CID: o código alfanumérico que identifica a doença, de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

6 – Cirurgia buco-maxilo-facial: procedimento cirúrgico realizado no aparelho mastigatório e seus anexos, inclusive estruturas craniofaciais associadas.

7 – Contribuição mensal: pagamento, reajustável, devido mensalmente pelo beneficiário-titular e pelo beneficiário-dependente do SIS a partir do mês de inscrição, independentemente da utilização dos serviços oferecidos.

8 – Credenciamento: deliberação pela qual o Conselho de Supervisão habilita uma instituição pública ou privada a celebrar contrato para a prestação de serviços de assistência à saúde dos beneficiários do SIS.

9 – Declaração de saúde: documento preenchido e assinado pelo beneficiário-titular ou por seu representante legal no ato de inscrição no SIS, por meio do qual ele presta informações sobre as condições de saúde e a existência, ou não, de doenças preexistentes de que tenha conhecimento.

10 – Despesas hospitalares extraordinárias: aquelas não incluídas na diária hospitalar, tais como: telefone, frigobar, lavagem de roupa, artigos de toalete, jornais e revistas, aluguel de aparelhos de som e imagem, enfermagem particular e outros serviços não contratados pelo SIS com as entidades credenciadas.

11 – Doença ou lesão preexistente: enfermidade ou lesão de que o beneficiário-titular tenha conhecimento de que ele ou qualquer de seus beneficiários-dependentes seja portador, na data de inscrição no SIS.

12 – Emergência: ocorrência que acarrete risco iminente de morte ou lesão irreparável, declarada pelo médico assistente e reconhecida pelo perito médico do SIS.

13 – Estado de invalidez: incapacidade temporária ou permanente para o trabalho, apurada em laudo expedido ou homologado pela Junta Médica Oficial do Senado Federal.

14 – Evento: ocorrência de natureza aleatória capaz de causar doença ou lesão, acarretando a necessidade de atendimento médico em regime ambulatorial, hospitalar ou de internação domiciliar (*home care*).

15 – Fatura: documento comprobatório dos serviços de assistência à saúde prestados a um ou mais beneficiários do SIS, que substitui a nota fiscal, emitido por instituição de direito público, sem fins lucrativos. Deve ser apresentada juntamente com documento que comprove a isenção de emissão da nota fiscal e conter a completa identificação do emitente, a discriminação dos serviços prestados e a identificação do pagador.

16 – Junta Médica Oficial do Senado Federal: equipe de médicos, servidores do Senado Federal, designada oficialmente para avaliar condições de saúde e aptidão para o trabalho, bem como diagnósticos, prognósticos e terapêuticas em caso de doença.

17 – Leito de alta tecnologia: aquele que se destina ao tratamento intensivo e especializado, localizado em unidades ou centros de terapia intensiva, semi-intensiva, terapia respiratória, coronariana, pediátrica, neonatal, recuperação pós-anestésica, unidades intermediárias, unidades de tratamento de pacientes queimados e unidades de isolamento.

18 – Livre escolha: faculdade de que dispõem o beneficiário-titular e os beneficiários-dependentes de utilizar, a seu critério, a assistência de profissionais e de entidades não credenciados pelo SIS.

19 – Médico assistente: médico responsável pelo atendimento e pela indicação da conduta médica a ser aplicada ao paciente.

20 – Nota fiscal: documento para fins fiscais, emitido por instituição de direito privado, com numeração seriada e prazo de validade definido, contendo a completa identificação do emitente, a discriminação dos serviços prestados e a identificação do pagador.

21 – Notória especialização: distinção conferida pela perícia médica do SIS a profissional ou instituição cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica e outros atributos, permita caracterizá-lo como de excelência superlativa.

22 – Participação financeira: parcela variável devida pelo beneficiário-titular ao SIS em virtude da utilização dos serviços oferecidos pelo Plano de Assistência à Saúde, por ele ou por seu beneficiário-dependente, calculada na forma e nos limites da respectiva tabela aprovada pelo Conselho de Supervisão.

23 – Pensionista: pessoa que recebe pensão, temporária ou vitalícia, em decorrência do falecimento de servidor ativo ou inativo do Senado Federal.

24 – Perícia médica do SIS: equipe de profissionais da área da saúde incumbida de avaliar as condições de saúde e aptidão para o trabalho, bem como diagnósticos, prognósticos e terapêuticas em caso de doença.

25 – Procedimento de alta complexidade: aquele assim definido no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), vigente na data do evento.

26 – Recibo: documento de quitação, emitido por profissional liberal, contendo a completa identificação do emitente, a discriminação dos serviços prestados e a identificação do pagador.

27 – Rede credenciada do SIS: conjunto de instituições contratadas pelo Senado Federal e colocadas à disposição dos beneficiários pelo SIS para a prestação de assistência à saúde, incluindo associações de profissionais da área da saúde, clínicas, laboratórios, hospitais e pronto-socorros.

28 – Representante legal: pessoa maior de idade, nomeada pelo beneficiário-titular, por meio de instrumento particular ou instrumento público específico, para representá-lo junto ao SIS.

29 – Ressarcimento: reembolso efetuado pelo SIS ao beneficiário-titular ou a seu representante legal das despesas realizadas pelo beneficiário-titular ou seus beneficiários dependentes sob a modalidade de livre escolha, observados os prazos, os limites e os procedimentos definidos neste Regulamento e nas tabelas adotadas pelo Plano de Assistência à Saúde.

30 – Tratamento continuado: assistência por meio de cuidados permanentes, prestados fora do regime de internação hospitalar por instituições credenciadas ou sob a modalidade de livre escolha.

31 – Urgência médica: ocorrência imprevista de agravo à saúde, que exige atendimento com rapidez, sem, no entanto, representar risco iminente de morte.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

Lembro que haverá votação nominal.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, quero apenas apelar à bancada do PSB, pois há necessidade de quórum. Chamo também os Líderes partidários, pois há necessidade de quórum para votar as autoridades hoje. Além de embaixadores, há a Presidente da ANP. Então, faço esse apelo. Pela primeira vez, uma mulher, a Magda, vai assumir um organismo tão importante de fiscalização, uma agência reguladora.

É preciso que haja aqui a presença de todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores, para que possamos contar com a possibilidade do voto e, efetivamente, aprovar essas autoridades. Portanto, apelo à bancada gloriosa do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Lembro aos caros colegas Senadores e Senadoras que há três votações nominais de embaixadores e, depois, será feita a discussão, se for o caso, dos precatórios, em que a votação é nominal também.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – São todas mulheres!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – São todas mulheres, Senador Inácio. Vamos lá!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Será um prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 47, DE 2012
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 47, de 2012 (nº 298 de 2012, na origem), pela qual a Senhora Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores; Relator, Senador Sérgio Souza.**(Parecer nº 1.014, de 2012–CRE.)**

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Senadoras e os Senadores – por favor, Dra. Cláudia, o painel – já podem votar. *(Pausa.)*

Então, vamos aguardar um quórum razoável para encerrar a discussão, mas chamo os colegas Senadores e Senadoras para virem votar. Estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sra. Presidenta.

Eu convido os Parlamentares desta Casa, os nossos Senadores e as nossas Senadoras, para que possamos votar a indicação da Sra. Ligia Maria para ser a nossa embaixadora em Madagascar. Portanto, eu chamaria os nossos Senadores e as nossas Senadoras, porque nós precisamos de maioria significativa nessa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Aproveito para chamar os Senadores e as Senadoras que estão em seus gabinetes para virem votar. Nós temos três embaixadoras para serem votadas. São duas embaixadoras, e a Magda é algo importante, para a ANP. Ela vai ser diretora da Agência Nacional do Petróleo. Tivemos o prazer de encontrá-la há duas semanas.

É importante nós começarmos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sra. Presidenta, na pauta de amanhã, nós temos dois projetos de lei que dizem respeito aos Tribunais Regionais do Trabalho. Um é o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, que trata do Tribunal Regional da 3ª Região, Minas Gerais. Já foi solicitada sua inclusão na Ordem do Dia.

O Item 2 é o Projeto de Lei da Câmara nº 40/2002, que trata do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em Goiás. Ele foi aprovado por unanimidade. Eu pediria a V. Exa. – e já conversei com os nossos pares – para antecipá-lo para a agenda de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já foi votado. Acabei de votá-lo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só o de Goiás. O de Minas, ainda não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Falta o de Minas Gerais, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos fazer o seguinte: vamos votar essa autoridade, aí votaremos rapidamente o de Minas e passaremos para a outra autoridade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estamos com 31 votantes. Daqui a pouco já dá para encerrar.

Votação nominal, Senador. V. Exa. já votou?

Estão faltando os Estados da Paraíba, do Amapá, do Amazonas, do Rio de Janeiro, de Sergipe, de Tocantins, do Acre e do Mato Grosso do Sul. Do Rio de Janeiro não tem ninguém. Acre, Tocantins, Amapá, Amazonas, Sergipe e Paraíba ainda não votaram.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero aproveitar, em nome da nossa Liderança, da Liderança do Partido dos Trabalhadores e do Bloco Parlamentar, e fazer um apelo às lideranças desta Casa.

Nós, ontem, apresentamos um desempenho excepcional com a apreciação de importantes matérias. Todos os líderes assinaram o requerimento para quebra de interstício, para que nós pudéssemos, ainda nesse esforço concentrado, apreciar a PEC da Defensoria. Então, já que todos os líderes assinaram o documento, nada mais justo do que a materialização desse desejo com a votação, aqui no plenário, na tarde de hoje. Acho que é importante que assinatura aportada seja efetivamente consagrada e que possamos apreciar essa matéria.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi longamente discutida, foi votada ontem no fim do dia e acredito que não há nenhum problema em colocá-la em votação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Senadora. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento. Senador Pinheiro, tem que haver um requerimento assinado que não chegou. Assim que chegar, votamos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para esclarecer, Sra. Presidente, estamos passando aqui, e 70% dos líderes já assinaram. Quando terminarmos essas assinaturas, elas estarão em suas mãos, para que possamos realmente completar aquilo que havíamos discutido antes de terminar o recesso, que era incluir a PEC da Defensoria nesse pacote do bem do Senado Federal.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Assim que chegar aqui, votaremos. De hoje não passa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Sra. Presidenta, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quem fala? Pois não, Senador Clésio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Eu pediria a gentileza de, se pudermos, fazermos a leitura, a discussão da PEC nº 65 para contagem das sessões.

A PEC nº 65 é importante para Minas, porque cria o TRF...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Acabei de fazer.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mais um pouquinho e vamos encerrar a votação. Falta o Senador Aloysio Nunes, que acabou de chegar.

O SR. O SR. VITAL DO RÊGO *(Bloco/PMDB – PB) – (Intervenção fora do microfone.)*

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não estou ouvindo, Vital. São três nominais e, talvez, o precatório também. Depende do Plenário.

De Sergipe, não chegou ninguém; do Amapá, não chegou ninguém; do Tocantins, não chegou ninguém; do Rio de Janeiro, ninguém, e nós estamos encerrando a votação.

O SR. O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sra. Presidente, antes de encerrar a votação, quero reconvidar os companheiros Senadores do PMDB, que se encontram ainda em seus gabinetes, uma vez que a Presidenta acabou de me informar que temos três votações nominais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estou vendo o Senador Sarney votando.

O SR. O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Três votações nominais e ainda a possibilidade de uma quarta votação nominal em pouco espaço de tempo. Então, eu gostaria de renovar o convite.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Chegou o Senador Eunício. Há vários Senadores chegando. Mais um pouquinho e encerramos.

Vou encerrar a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Depois, temos mais duas nominais.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

MENSAGEM Nº 47, DE 2012 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. LIGIA MARIA SCHERER, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, E CUMULATIVAMENTE, JUNTO AO REINO DA SUAZILÂNDIA E À REPÚBLICA DE MADAGASCAR

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	08/08/12 16:42
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	08/08/12 16:51

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PR	MT	BLAIRO MAGGI	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	VOTO
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PDT	BA	JOÃO DURVAL	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	VOTO
PT	AC	JORGE VIANA	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PT	SP	MARTA SUPLICY	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
PSDB	SC	PAULO BAUER	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	VOTO
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAIS	VOTO
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	VOTO

Presidente: MARTA SUPLICY

SIM : 42 NÃO : 07 ABST. : 01 TOTAL : 50

Primeiro-Secretário

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – SIM, 42; NÃO,7; e uma abstenção;

Total: 50 votos.

Aprovado e será feita a devida comunicação a Senhora Presidenta da República pela aprovação da indicação da Sra. Ligia Maria Scherer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sra. Presidente, quero justificar meu voto, favorável. Ainda há tempo

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Randolfe.

Enquanto os outros Senadores não chegam, vou ler rapidamente o Projeto de Lei de 2012.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2012 (nº 1.805/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 929, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

Não foram oferecidas emendas.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa*.)

Ninguém está querendo discutir neste momento.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Votado e aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2012
(Nº 1.805/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

§ 1º A criação dos cargos previstos nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2º Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Corri, mas não consegui.

Eu queria justificar meu voto, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

Mensagem nº 50.

Estamos numa votação do segundo voto nominal do dia.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sra. Presidente, só queria fazer um comunicado aos colegas e à Presidência.

Hoje é o meu último dia. Estou de licença, a partir de amanhã, e assumirá no meu lugar o José Aparecido dos Santos, o Cidinho, que ficará aqui, no meu lugar, durante 121 dias, até dia 17 de dezembro, quando retornarei às atividades na Casa.

Portanto, quero só pedir aos colegas que tenham a devida compreensão com o meu suplente. É uma pessoa também dinâmica e, com toda certeza, no dia em que ele for embora, muitos pedirão para ele ficar, para eu não voltar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não é verdade. Sentiremos a sua falta, Senador. Ninguém acreditou aqui, mas tudo bem!

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 50, DE 2012
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

> Mensagem nº 50, de 2012 (nº 301/2012, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **(Parecer nº 1.015, de 2012–CRE.)**

Relatoria: Senador Dornelles.

Discussão do parecer. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

As Sras. e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sra. Presidenta, justificando, se aqui estivesse, votaria de acordo com o Bloco, União e Força.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sra. Presidenta, para registrar também o meu voto na votação anterior. É "sim", Humberto Costa.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Amorim e Senador Humberto.

Peço aos Senadores e às Senadoras que estão nos seus gabinetes que venham porque essa votação está sendo mais rápida. E vamos passar à votação da Diretora da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Sra. Magda Chambriard.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidenta Marta, eu gostaria de justificar meu voto. Não cheguei a tempo porque estava numa reunião, na primeira votação de uma autoridade. Eu gostaria, se possível, de justificar a minha ausência, mas já votei nesta segunda votação.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Vanessa.

Chamo as Sras. e os Srs. Senadores da Paraíba, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Acre, Rio Grande do Sul, Piauí, DF, Sergipe, Bahia.

Senadora Lídice, V. Exa. não votou.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sra. Presidente, Marta Suplicy, eu gostaria de, enquanto se processa a votação para a representante da União Europeia, anunciar a presença e uma visita ao Senado do Pastor Andreas Soll, da Alemanha, que está acompanhado do Deputado Ronaldo Nogueira, do Rio Grande do Sul.

Ele representa o governo alemão, em parcerias de voluntariado, e está fazendo esses contatos no Sul do País, especialmente onde a imigração alemã é muito intensa.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem-vindo seja o pastor nosso visitante.

Vou encerrar a votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sra. Presidente, apenas para justificar a minha ausência na primeira votação de autoridade que ocorreu ainda há pouco. Gostaria de, portanto, manifestar o meu apoiamento à autoridade recentemente votada e aprovada por este Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exa. já votou agora?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Já votei, sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos encerrar a votação. Todos os presentes já votaram?

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

MENSAGEM Nº 50, DE 2012 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA EXTRAORDINÁRIA E PLENIPOTENCIÁRIA, CHEFE DE MISSÃO JUNTO À UNIÃO EUROPÉIA

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	2	Abertura:	08/08/12 16:54
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	08/08/12 16:58

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PR	MT	BLAIRO MAGGI	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	VOTO
PDT	BA	JOÃO DURVAL	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	VOTO
PT	AC	JORGE VIANA	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	VOTO
PSD	TO	KÁTIA ABREU	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PT	SP	MARTA SUPLICY	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
PSDB	SC	PAULO BAUER	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	VOTO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	VOTO
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 08/08/12 16:58 Página : 1

VOTAÇÃO SECRETA

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

MENSAGEM Nº 50, DE 2012 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA EXTRAORDINÁRIA E PLENIPOTENCIÁRIA, CHEFE DE MISSÃO JUNTO À UNIÃO EUROPÉIA

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	2	Abertura:	08/08/12 16:54
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	08/08/12 16:58

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAIS	VOTO
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	VOTO

Presidente: MARTA SUPLICY

SIM : 50 NÃO : 06 ABST. : 00 TOTAL : 56

Primeiro-Secretário

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – SIM, 50; NÃO, 6.

Abstenção: zero.

Total de votantes: 56.

Aprovada.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidenta da República.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidenta Marta. Senador Cícero. Apenas para registrar também a minha presença nas duas votações, que foram bastante rápidas e eu estava em um compromisso administrativo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Registrada, Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, o meu voto foi "Sim". Senador Paulo Paim, para registrar o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Registrado.

Agora vamos à última votação nominal.

Item extrapauta:

PARECER Nº 1.010, DE 2012
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.010, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Delcídio do Amaral, sobre a Mensagem nº 57, de 2012 (nº 311/2012, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Discussão do parecer. *(Pausa)*

Não havendo Senador ou Senadora que queria discutir a matéria, está encerrada a discussão, e passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, VII, combinado com o art. 291, I, alínea "e", do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sra. Presidenta, primeiro, para manifestar o nosso apoio, da Liderança do Governo, e a recomendação da Liderança do Governo ao apoiamento da Dra. Magda, que, brilhantemente, hoje participou não só da sabatina, mas também da sua votação na Comissão de Infraestrutura do Senado da República, presidida brilhantemente pela Senadora Lúcia Vânia.

Aliás, hoje, Sra. Presidenta, é o dia das mulheres no plenário desta Casa, porque estamos votando autoridades, todas do gênero feminino, inclusive para a presidência da ANP, a Agência Nacional de Petróleo, que tem neste momento um grande desafio diante das necessidades de investimento, das necessidades que a nossa Petrobras vem enfrentando diante do quadro internacional.

Portanto, queremos aqui, mais uma vez, recomendar a votação pela aprovação da Dra. Magda, que vem fazendo um bom trabalho, que demonstrou conhecimento, que demonstrou competência e eficiência, e hoje, na sabatina da Comissão de Infraestrutura do Senado, mais uma vez ratificou esse conhecimento e essa condição para ser votada e aprovada por este Plenário. Portanto, mais uma vez, Sra. Presidenta, recomendando o voto favorável, o voto "Sim" à nossa Dra. Magda para a presidência da ANP.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sra. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda. Depois, Senador Aécio e Senadora Vanessa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, também quero fazer referência a este fato especialíssimo, que é o nosso Plenário votar nominalmente, de forma secreta, a indicação de três mulheres para comandar, as duas primeiras, a Dra. Ligia, a Embaixada Brasileira em Madagascar, e a Dra. Vera, que vai comandar a Representação Brasileira na União Europeia, posto bastante destacado, e a Dra. Magda, que vai comandar a importante, talvez não a mais importante, mas de grande peso, Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, uma grande responsabilidade de todas essas mulheres que passam a comandar postos destacados do nosso País, as embaixadas brasileiras e, ao mesmo tempo, uma agência tão significativa, como é a ANP.

E eu não só peço o apoio. O Eduardo Braga já falou aqui, brilhantemente, de como foi destacada a atuação da Dra. Magda na sua sabatina hoje pela manhã, respondendo com precisão e com muita leveza

sobre o que precisamos, digamos assim, nas nossas agências, que é ter firmeza, compromisso e, ao mesmo tempo, leveza para compreender as necessidades de investimento numa área tão estratégica como é a de petróleo, gás e biocombustíveis.

Por isso, Sra. Presidente, o nosso apoio, o nosso voto e o nosso respeito a essas mulheres destacadas que assumem postos tão importantes para o Brasil, fora do País e aqui, na Agência Nacional do Petróleo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente Marta Suplicy, apenas para registrar, em primeiro lugar, o meu voto favorável nas votações anteriores e para aqui dizer que estamos também encaminhando e votando favoravelmente à indicação da Dra. Magda Maria para a presidência da ANP, na esperança, Sra. Presidente, de que possamos despartidarizar a Agência e, em especial, a área do petróleo, que resultados tão ruins tem apresentado para o País. Entregar a partidos políticos determinados feudos de governo, sobretudo de viés técnico, como a ANP, não se tem mostrado o melhor caminho. O perfil da Dra. Magda aponta para um outro caminho que, espero, seja melhor para o setor e melhor para o País.

Por isso, nós do PSDB estaremos votando favoravelmente à sua indicação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Vanessa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senadora, eu queria...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora.

Eu gostaria também de, rapidamente... Participei de toda a sessão de hoje da Comissão de Infraestrutura, dirigida pela Senadora Lúcia Vânia, em que fizemos a sabatina da Dra. Magda Chambriard. De fato, todos percebemos não só o domínio de uma mulher que tem 32 anos de atividade no setor.

Mas quero, Senadora Marta, dizer da minha alegria de estar falando neste momento com V. Exa. dirigindo esta sessão. Nós, que temos pela primeira vez no País uma mulher, que é a Presidenta Dilma, ocupando o principal cargo, e nessa área, que é uma das mais importantes da economia brasileira, a área de petróleo, a área de gás, de biocombustíveis, temos uma mulher que preside a Petrobras, e hoje, sem dúvida nenhuma, como aprovamos na Comissão, deveremos aprovar neste momento a recondução da Dra. Magda à direção da ANP.

Então, é um orgulho para nós mulheres brasileiras vermos tantas mulheres no País com competência, ajudando a construir uma nova nação, uma nação mais desenvolvida, uma nação mais igualitária.

Então, quero daqui, deste plenário, cumprimentar a Dra. Magda Chambriard por sua bela participação, competente participação, hoje, durante a sabatina na Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigada, Senadora Marta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Ferraço, depois Senador Romero Jucá e depois Senador Casildo. Estamos com um quórum maravilhoso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, fizemos um bom debate, uma boa sabatina com a Dra. Magda pela manhã, na Comissão de Infraestrutura, em que ficou demonstrada a extraordinária capacidade, a experiência pessoal, a integridade moral da Dra. Magda em conduzir os destinos da Agência Nacional do Petróleo, na condição de Diretora.

Também ficou evidente que, no tempo, a ANP aperfeiçoou-se muito; não é mais aquela agência fundada em 1997. Suas responsabilidades foram ampliadas, mas é preciso registrar que, diante das extraordinárias oportunidades e perspectivas que representam a produção de petróleo, tanto na camada pós-sal como na camada pré-sal, faz-se necessário que estejamos muito atentos à necessidade de continuarmos valorizando, estruturando e fortalecendo a meritocracia à frente de uma agência como a ANP, para que ela possa responder às expectativas e às responsabilidades que deseja a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Jucá. Depois, o Senador Casildo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria, primeiro, registrar, nas votações anteriores, o meu voto “Sim”. Quero que seja registrado em ata.

Também registro a importância de votar e aprovar o nome da Dra. Magda, que fez uma excelente sabati-

na. É uma grande profissional, que, tenho certeza, irá continuar o trabalho, fortalecendo ainda mais a ANP.

Nosso voto, apesar de secreto, e o encaminhamento, é "Sim".

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Casildo. Depois, Senador Lindbergh.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para registrar, Senadora Marta Suplicy, que a ida da Dra. Magda para a ANP, por certo, ajudará muito a Petrobras, ajudará muito a Presidente Graça Foster na Presidência da Petrobras, até porque, nos momentos por que a Petrobras está passando, a Agência Nacional do Petróleo, que abrange todos esses aspectos, é fundamental.

Então, queremos cumprimentar a ida da Dra. Magda para presidir essa Agência. Meus cumprimentos. Por isso a minha manifestação, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como Senador pelo Rio de Janeiro, eu quero me associar às manifestações dos Srs. Senadores e parabenizar a Presidenta Dilma...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não está dando para escutar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pois é. Está ligado.

Sra. Presidente, como Senador pelo Rio de Janeiro, eu quero me associar às manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores e parabenizar a Presidenta Dilma pela indicação da Dra. Magda, essa carioca que muito honra o Rio de Janeiro, pela sua seriedade e pela sua competência técnica.

Em nome da Bancada de Senadores do Rio de Janeiro, faço questão de cumprimentar a Presidenta Dilma e as Sras. e os Srs. Senadores por essa votação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata. Depois, o Senador Petecão.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sra. Presidente, quero convocar a Bancada do PSB para participar desta votação, pela importância de nós votarmos na Dra. Magda, que, realmente, vai desempenhar um grande papel na Agência Nacional do Petróleo, mas quero dar uma palavra, Sra. Presidente, em defesa do ex-Presidente da Agência Nacional do Petróleo, o ex-Deputado Haroldo Lima, que honrou muito aquele cargo, nunca atuou de forma passional ou de forma parcial. Haroldo é um homem não só probo, como um homem que honrou todos os cargos públicos que teve pelo voto do povo baiano.

Portanto, muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bom, chegou à Mesa, já ...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento.

Chegou à Mesa um calendário especial para a PEC da Defensoria Pública, que vamos votar. Sendo aprovada, vamos ter mais duas votações nominais.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente Marta.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Também aproveito para dizer que temos 68 votantes, coisa bastante difícil. Há mais votantes agora do que havia registrado na Casa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente Marta, é apenas para justificar os meus votos nas votações anteriores.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Votei com a orientação do meu Partido. E também queria parabenizar a Dra. Magda pela indicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Senador João Ribeiro.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Quero justificar...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não está ouvindo, Senador João.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – ... a votação anterior.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de...

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Votei com a orientação do meu Partido. Senador João Ribeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Lúcia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Quero justificar o meu voto anterior, de acordo com o Partido.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sra. Presidente, eu gostaria de justificar. Na primeira votação, eu votei a favor da indicação. PSD, Kátia Abreu, Tocantins.

Obrigada.

VOTAÇÃO SECRETA

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

PARECER Nº 1010, DE 2012 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD, PARA SER RECONDUZIDA AO CARGO DE DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	3	Abertura:	08/08/12 16:59
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	08/08/12 17:11

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PR	MT	BLAIRO MAGGI	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	VOTO
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	VOTO
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PMDB	PA	JADER BARBALHO	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	VOTO
PDT	BA	JOÃO DURVAL	VOTO
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	VOTO
PT	AC	JORGE VIANA	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	VOTO
PSD	TO	KÁTIA ABREU	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PT	SP	MARTA SUPLICY	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
PSDB	SC	PAULO BAUER	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	VOTO

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 08/08/12 17:11 Página : 1

VOTAÇÃO SECRETA

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

PARECER Nº 1010, DE 2012 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD, PARA SER RECONDUZIDA AO CARGO DE DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	3	Abertura:	08/08/12 16:59
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	08/08/12 17:11

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	VOTO
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAIS	VOTO
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	VOTO

Presidente: MARTA SUPLICY

SIM : 60 NÃO : 08 ABST. : 00 TOTAL : 68

Primeiro-Secretário

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Aprovada. SIM, 60; 08, NÃO.

Abstenção: zero.

Total: 68 votantes.

Quero parabenizar a Sra. Magda Chambriard pela votação expressiva que hoje obteve para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Então, aprovada, será feita a devida comunicação à Senhora Presidenta da República.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Conforme acordado e anunciado, vamos agora à Proposta de Emenda à Constituição nº 82, que teve como primeiro signatário a Senadora Vanessa, que altera o art. 134 da Constituição Federal, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas extraordinárias a serem convocadas para o dia 10/07, na forma que se segue.

Assinada por todos os Líderes.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO
Nº 733, DE 2012

Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda Constitucional nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Graziotin, que "Altera o art. 134 da Constituição Federal", para que a material conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas extraordinárias a serem convocadas para o dia 10/07/2012, na forma que se segue:

PRIMEIRO TURNO

1ª sessão, às _____horas	1ª sessão de discussão, em primeiro turno
2ª sessão, às _____horas	2ª sessão de discussão, em primeiro turno
3ª sessão, às _____horas	3ª sessão de discussão, em primeiro turno
4ª sessão, às _____horas	4ª sessão de discussão, em primeiro turno
5ª sessão, às _____horas	5ª sessão de discussão, em primeiro turno

SEGUNDO TURNO

1ª sessão, às _____horas	1ª sessão de discussão, em primeiro turno
2ª sessão, às _____horas	2ª sessão de discussão, em primeiro turno
3ª sessão, às _____horas	3ª sessão de discussão, em primeiro turno

Sala das sessões, 10 de julho de 2012.

Senador Alvaro Dias
Líder do PSDB

Senador José Agripino
Líder do DEM

Senador Randolfe Rodrigues
Líder do PSOL

Senador Renan Calheiros
Líder do PMDB

Senador Francisco Dornelles
Líder do PP

Senador Paulo Davim
Líder do PV

Senador Blairo Maggi
Líder do PR

Senadora Kátia Abreu
Líder do PSD

Senador Walter Pinheiro
Líder do PT

Senador Pedro Taques
Líder do PDT

Senadora Lídice da Mata
Líder do PSB

Senador Inácio Arruda
Líder do PCdoB

Senador Gim Argello
Líder do PTB

Senador Eduardo Braga
Líder do Governo

Senador Jayme Campos
Líder da Minoria

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em votação.

Não havendo discussão e não havendo nenhum Senador que queira se manifestar, os Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sra. Presidente, gostaria de registrar o meu voto "sim" na primeira indicação de autoridade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nós vamos ter de encerrar esta sessão para podermos votar a Defensoria.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

REQUERIMENTO Nº 618, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 618, de 2012, do Senador Sérgio Souza, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2009, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 79 e 171, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143, 155 e 371, de 2008; 279, de 2009; 95, 232 e 254, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (insere a disciplina Ética Social e Política nos currículos do ensino médio).*

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, vou encerrar a sessão para, em seguida, abrirmos outra sessão, para que possamos cumprir o Regimento.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 12 minutos.)

Ata da 139ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 8 de agosto de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 13 minutos e encerra-se às 17 horas e 14 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

139ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:13 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 09/08/12 10:02 Página : 1

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

139ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:13 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 79 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – As presenças estão mantidas; vamos abrir agora um outra sessão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento.

Está aberta a sessão.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

ORDEM DO DIA

Item único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeiro signatário a Senadora Vanessa Grazziotin, que altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União).

Parecer favorável, sob nº 1.282, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Não havendo Senador que queira discutir a proposta, a matéria será incluída na próxima sessão deliberativa para continuar a discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou encerrar esta sessão e vou convocar, em seguida, outra.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 14 minutos.)

Ata da 140ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 8 de agosto de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 14 minutos e encerra-se às 17 horas e 15 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

140ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:14 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 09/08/12 10:05 Página : 1

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

140ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 17:14 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 79 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Aberta a sessão.

Tem a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Sem revisão do orador.) – Eu estava em missão oficial, portanto, fora da Casa, mas quero ratificar a votação anterior, votando "sim". Eu gostaria que a Casa fizesse o registro para que eu pudesse me justificar, tendo em vista missão de trabalho do Senador Ivo Cassol.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

ORDEM DO DIA

Item único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeiro signatário a Senadora Vanessa, que *altera o art. 134 da Constituição Federal.* (Defensoria Pública da União).

Parecer favorável, sob nº 1.282, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou encerrar esta sessão, para convocar outra sessão, para que possamos seguir todos os trâmites burocráticos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 15 minutos.)

Ata da 141ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 8 de agosto de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 17 minutos e encerra-se às 17 horas e 31 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO
Registrados e Não Registrados

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

141ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:17 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 09/08/12 10:07 Página : 1

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

141ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:17 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	X

Compareceram: 79 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos novamente os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeiro signatário a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal*. **(Defensoria Pública da União).**

Parecer favorável, sob nº 1.282, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres.

Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Não havendo mais Senador ou Senadora que queira discutir a proposta, a discussão, então, fica encerrada e passa-se à votação.

Votação da proposta, em primeiro turno.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas bancadas.

As Sras. e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Podem votar. Depois, há mais uma, que é do precatório. Esperem. Temos esta; depois, temos o segundo turno desta; e, depois, temos o precatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Vamos ter duas votações nominais, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não. Há esta aqui e, depois, o precatório, que é nominal. Mais duas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Só do precatório? É uma só?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não. Há esta, mais outra desta – são duas desta, Defensoria – e uma do precatório. Então, ainda temos três votações nominais.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Vamos votar, então.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sra. Presidente, para manifestar em nome do PMDB.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para manifestar, Sra. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O Partido oferece total apoio à iniciativa da Senadora Vanessa. Esta Proposta de Emenda à Constituição é profundamente meritória. O Partido indica o voto "sim".

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, quero também parabenizar a nossa Senadora Vanessa Grazziotin pela iniciativa e registrar que as Defensorias Públicas Estaduais, desde 2004, já têm autonomia financeira, administrativa e orçamentária, que foi assegurada na Emenda Constitucional nº 45. Com esta Emenda Constitucional, nós também estamos assegurando à Defensoria da União as mesmas prerrogativas que têm o Ministério Público e as Defensorias Públicas Estaduais.

Portanto, é de fundamental importância esta PEC para que possamos ter, posteriormente, uma parcela dos recursos das receitas correntes líquidas da União vinculada à Defensoria Pública da União, assegurando a ela também a iniciativa orçamentária, a iniciativa para atender as suas despesas.

Esse processo é um sistema que começou em 1988, ao reconhecer a Defensoria Pública como parte da segurança jurídica e dos atores jurídicos do Estado nacional; posteriormente, tivemos a lei complementar disciplinando essa matéria; e, em seguida, a Lei Complementar nº 132, de 2005, ampliou, significativamente, as competências das Defensorias tanto estaduais, do Distrito Federal e da União, e, agora, estamos completando esse círculo para que a Defensoria tenha as mesmas prerrogativas que tem o Ministério Público e que têm também as Defensorias Públicas Estaduais.

Portanto, pedimos o voto "sim" para que possamos aprovar esta importante matéria.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento. Senador Jucá, primeiro; depois, Taques; depois, acho que era o Pinheiro; e, depois... Aí já me perdi. Quem era? Eduardo Braga, Alvaro, Agripino, Inácio e Ana Amélia, que estava antes.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu estava antes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos com calma, todo mundo vai falar. Vamos lá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, quero também registrar o meu posicionamento favorável à autonomia e ao fortaleci-

mento da Defensoria Pública. Nós temos trabalhado aqui, já avançamos no passado em outros dispositivos, apoiamos a autonomia da Defensoria Pública em vários Estados, inclusive no nosso Estado de Roraima, e, sem dúvida nenhuma, é um instrumento importante de defesa da população.

Nós somos favoráveis, encaminhamos o voto "sim" a favor da Defensoria Pública do Distrito Federal, dos territórios também e da União da forma como está sendo aprovada neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero também manifestar o apoio do PDT a esta PEC, que traz direitos não aos defensores, mas ao cidadão. Não há que se falar em cidadania sem o devido processo legal em que existe igualdade de armas, igualdade de condições.

Uma Defensoria Pública com autonomia faz com que o cidadão tenha a maior possibilidade de defesa. Por isso, a Emenda à Constituição nº 45 cometeu uma falha, uma omissão, e essa omissão está sendo resolvida agora pela PEC apresentada e capitaneada, em primeiro lugar, pela Senadora Vanessa.

Por isso, quero manifestar o apoio à Defensoria Pública da União, que, diretamente, faz com que o direito fundamental do cidadão à ampla defesa seja concretizado. Portanto, a cidadania ganha hoje e não só a Defensoria Pública da União.

Parabéns à Senadora Vanessa!

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sra. Presidente...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Quero também, Sra. Presidenta, em nome da Bancada do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, dizer que esta PEC, muito bem apresentada pela Senadora Vanessa, configura um coroamento, uma consolidação do que a Defensoria estabeleceu ao longo desses anos no Brasil. Com a sua autonomia financeira, portanto com a sua capacidade agora – eu diria – de elaboração orçamentária, esses aspectos, esses atributos, juntar-se-ão, exatamente, ao belo trabalho estabelecido e capilarizado pela Defensoria no Brasil afora, consolidando, assim, uma instância efetiva de acesso por parte do cidadão de representação da sociedade e, principalmente, da defesa dos interesses desses cidadãos espalhados pelo País afora.

Portanto, não seria de outra forma senão a gente, no esforço concentrado, contribuir com a aprovação importante desta matéria, apresentada pela nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Ana Amélia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sra. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sra. Presidente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Senadora Ana Amélia, depois vamos com calma.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Muito obrigada, Sra. Presidente. Agradeço aos caros colegas.

Eu queria, em nome do Partido Progressista, Sra. Presidente Marta Suplicy, dizer que estamos apoiando integralmente a PEC 82, uma iniciativa necessária.

Como disse o Senador Pedro Taques, não é uma matéria de interesse apenas corporativo da Defensoria, mas é uma PEC que interessa ao cidadão brasileiro, porque hoje as Defensorias Públicas Estaduais têm a sua autonomia desde 2004. Existem, mais ou menos, quase 6 mil Defensores Públicos Estaduais para menos de 500 Defensores Públicos da União, o que significa aí uma diferença muito grande de tratamento em duas instâncias da Federação – a União e os Estados –, em relação a essa defesa do interesse da sociedade.

A Defensoria Pública da União vai representar o cidadão carente perante os órgãos públicos da União, como o INSS, o Incra, a Funai, a Caixa Econômica Federal, o Ibama, as Forças Armadas, a Polícia Federal, a Receita Federal e tantos outros, pois demanda junto à Justiça Federal.

Assim é que, por isso, além de cumprimentar a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin pela oportuna confecção desta emenda constitucional, o Partido Progressista apoia integralmente esta matéria, que trata da autonomia da Defensoria Pública da União.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes de dar a palavra ao Senador Agripino, eu quero comunicar ao Plenário que chegaram aqui várias propostas de outras votações – parece que todo mundo está muito animado com esse esforço concentrado – e são mais cinco nominais. Então, peço, se for aprovado – nós vamos pedir aprovação – aos Srs. Senadores e Senadoras, que permaneçam em plenário.

Com a palavra o Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, fui procurado agora no começo da tarde por uma comissão de Defensores Públicos que pedia o meu apoiamento como Líder à iniciativa, que só poderia se cristalizar com o apoiamento de todos os Líderes, para a quebra de interstício para que se votasse esta PEC. Eu apus a minha assinatura ao lado da do Senador Alvaro Dias. E disse que isso dependia de contato com os outros Líderes.

Acho que foi uma boa iniciativa. Fiz um gesto que pratiquei de sã consciência, porque, quando fui Governador pela primeira vez, em 1982, criei os juizados de pequenas causas, que são, na verdade, a Justiça dos desvalidos, mas dentro de um nível de resolubilidade jurídica.

Recentemente, apoiei, no meu Estado, a autonomia da Defensoria Pública Estadual como órgão que dispunha de orçamento próprio no Orçamento do Estado. E, agora, por dever de coerência, estamos fazendo isso com a Defensoria Pública da União, que está recebendo, com esta PEC, a oportunidade de ser unidade orçamentária federal.

Com isso, pode-se ampliar a abrangência da ação jurídica da Defensoria Pública Federal, porque ela vale para o defensor público de causas federais, mas também de Brasília e de territórios.

Acho que, com isso, completa-se um ciclo de apoiamento ao desvalido, ao brasileiro que não tem dinheiro para contratar o advogado, mas que tem um direito seu ferido, o qual pode ser assegurado pela Defensoria Pública Estadual e, agora, pela Federal, fortalecida pela nossa iniciativa.

O meu voto é “sim”.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou fazer uma proposta ao Plenário.

Nós temos inscritos Eduardo Braga, Wellington, Blairo, Sérgio Souza, Randolfe, Aloysio Nunes, Alvaro Dias, não nessa ordem. Todos querem posicionar-se – e Lúcia Vânia – sobre os defensores públicos.

Como há várias votações, eu proporia abrir o painel, porque não há mais nenhum perigo de que não será aprovada. E V. Exas. continuariam a manifestar-se no outro painel, no segundo turno das votações, com as falas referentes aos defensores.

Está bem? Aceitam? *(Pausa.)*

Então, vamos abrir o painel, para encerrarmos a votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quem? Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem.

Primeiramente, para afirmar que o PSDB assinou...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento, Senador.

Posso fechar o painel, enquanto V. Exa. se pronuncia?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está de acordo?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, estamos... Todos os presentes já votaram.

Então, encerramos o painel, e V. Exa. continua a sua fala, e os outros, também.

Encerrada a votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o PSDB concordou com a quebra do interstício, exatamente porque isso constitui um avanço absolutamente necessário e que deve ser comemorado, como acaba de sê-lo...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bela votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...porque é um avanço. Há mais de 20 anos, as Defensorias Públicas começaram a ser criadas nas unidades da Federação. Mais recentemente, conquistaram a sua autonomia e, portanto, uma organização que a valoriza; e agora, na União e no Distrito Federal, se dá o mesmo. É organização, autonomia e valorização da Defensoria Pública, tentando fazer com que a Justiça possa se aproximar do cidadão trabalhador do País.

E gostaria de indagar de V. Exa. quais são as novas votações, já que não tivemos aqui entendimentos de Liderança para estabelecer uma agenda de votações a seguir.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – São calendários especiais que estão chegando e eu fui avisada. Estou esperando. Aviso assim que chegar, mas seriam precatórios e para o TRF de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sra. Presidente...

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Sra. Presidente, gostaria de corrigir o meu voto. Votei pela abstenção e gostaria de corrigir, porque me equivoquei. Gostaria de votar “sim”.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. A Ata vai registrar.

Vamos à apuração da votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011 (1º TURNO)

ALTERA O ART. 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO)

Num.Sessão:	5	Num.Votação:	4	Abertura:	08/08/12 17:18
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	17:16	Encerramento:	08/08/12 17:29

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	ABST.
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM

VOTAÇÃO NOMINAL

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011 (1º TURNO)

ALTERA O ART. 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO)

Num.Sessão:	5	Num.Votação:	4	Abertura:	08/08/12 17:18
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	17:16	Encerramento:	08/08/12 17:29

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO	WILDER MORAIS	SIM

Presidente: MARTA SUPLICY

SIM : 61 NÃO : 01 ABST. : 01 PRESIDENTE : 1 TOTAL : 64

Primeiro-Secretário

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – SIM, 61; NÃO, 1.

Uma abstenção, que foi retificada. Então, é zero.

Total de 63 votantes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Temos o parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação da matéria para o segundo turno constitucional, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação para o segundo turno:

PARECER
Nº 1.016, DE 2012
(Comissão Diretora)

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação, para o segundo turno, da **Proposta de** Emenda à Constituição nº 82, de 2011, que *altera o art. 134 da Constituição Federal*.

Sala de Reuni Sala de Reuniões da Comissão, em 08 de agosto de 2012.

ANEXO AO PARECER Nº 1.016, DE 2012.

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011.

EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº , DE 2012

Altera o art. 134 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art 1º O art. 134 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 134. .....

.....

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tendo sido aprovado o calendário especial para a matéria, passa-se ao segundo turno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerro esta sessão e passamos para a próxima.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 31minutos.)

Ata da 142ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 8 de agosto de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 32 minutos e encerra-se às 17 horas e 34 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

142ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 17:32 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 09/08/12 10.08 Página : 1

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

ORDEM DO DIA

Item único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeiro signatário a Senadora Vanessa Grazziotin, *que altera o art. 134 da Constituição Federal.* (Defensoria Pública da União).

Parecer favorável, sob nº 1.282, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres.

Em discussão a proposta.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tal qual as demais Lideranças, fui procurado por representantes da Defensoria Pública para que pudéssemos quebrar o interstício e, assim, fazer a votação no esforço concentrado de hoje desta importante matéria.

Entendemos todos que o Estado democrático de direito não estará completo enquanto a magistratura e a Justiça não estiverem atendidas, não apenas pela classe judicante, mas também pela parte das promotorias e da defensoria pública.

É exatamente o processo de acusação, de defesa e de julgamento que garante ao cidadão o exercício do direito democrático, o exercício da cidadania.

Em um país de dimensões continentais e representando aqui regiões absolutamente isoladas do Brasil, como no Estado do Amazonas e nas regiões de fronteira, quero aqui manifestar a minha alegria em ter visto a votação em primeiro turno dessa matéria, parabenizando o avanço que a União fará no sentido de poder dar tratamento à Defensoria Pública da mesma forma de autonomia financeira que é dada para os demais segmentos que formam a Justiça brasileira.

Quero aqui louvar também a ação e o trabalho da Senadora Vanessa Grazziotin na elaboração dessa PEC, que nos permite, portanto, levar aos cidadãos de todos os rincões deste País o Estado democrático de direito e a garantia da cidadania.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento, os Senadores que estão com os microfones ligados, estou vendo todos, como vamos ter que fazer outra sessão para podermos votar, vou encerrar esta sessão, para que possamos abrir outra para votação. No meio da votação, V. Exas. vão se manifestando.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento, por favor.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Eu peço a gentileza de que seja feita a leitura da PEC nº 65 novamente, que cria o TRF de Minas, antes de encerrar a sessão...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Precisa de calendário especial. Não chegou ainda. Estou esperando, acabei de falar.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 34 minutos.)

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

142ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:32 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 79 Senadores

Ata da 143ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 8 de agosto de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 35 minutos e encerra-se às 17 horas e 35 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

143ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:35 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 09/08/12 10:12 Página : 1

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

143ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:35 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	TOMAS CORREIA	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 79 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou ler e, a seguir, darei a palavra aos inscritos.

Esta sessão também não terá votação.

Então, vou dar a palavra para dois ou três oradores, encerraremos e, na terceira sessão, haverá a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

ORDEM DO DIA

Item único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que altera o art. 134 da Constituição Federal. (Defensoria Pública da União).

Parecer favorável, sob nº 1.282, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres.

Vamos passar rapidamente por esta sessão, para encerrá-la e iniciarmos a próxima.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a sessão.

Convocarei, em seguida, a próxima.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos.)

Ata da 144ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 8 de Agosto de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Paulo Paim e Tomás Correia

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 36 minutos e encerra-se às 21 horas e 59 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

144ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:36 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 09/08/12 10:14 Página : 1

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO

54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

144ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÁS 17:36 HORAS

Período : 08/08/12 07:00 até 08/08/12 22:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	X

Compareceram: 79 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a terceira e última sessão.

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 2011, que tem como primeiro signatário a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 134 da Constituição Federal (Defensoria Pública da União)*.

Parecer favorável sob o nº 1.282, de 2011, da Comissão de Constituição e justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres.

Em discussão a Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

Depois, concederei a palavra ao Senador Wellington. Depois, a palavra vem para frente e, depois, para o Senador Blairo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, gostaria de enaltecer a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin por essa brilhante ideia de nós, realmente, darmos à Defensoria Pública o seu lugar de direito. Sou do Estado do Paraná, que, recentemente, criou a Defensoria Pública estadual. Isso mostra que estamos avançando no Estado democrático de direito. Parabéns, Senadora Vanessa! Parabéns a todos os defensores públicos!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria também lembrar aqui: os defensores públicos são os advogados do povo, daquele que mais precisa. Por essa razão, nestes momentos, temos orgulho de ser Senadores da República e de fazer parte do Congresso Nacional.

Aqui, quero louvar a iniciativa da Senadora Vanessa de apresentar esse Projeto e parabenizá-la pela forma como articulou o processo, o que demonstra grande competência, muita capacidade.

Quero aqui também parabenizar as entidades, os defensores públicos do Brasil inteiro, através do Dr. Rômulo, através dos defensores públicos do meu Estado, através da Dra. Norma, que também participou daquela sessão especial.

Enfim, ficamos felizes em ver aqui também o Partido dos Trabalhadores contribuindo, defendendo, votando favoravelmente.

Defendo e compreendo que é um momento importante para democracia brasileira, especialmente para os que mais precisam.

Parabéns aos defensores públicos!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para abrir o painel, vou encerrar a discussão, permitindo a votação enquanto os Senadores continuam seus pronunciamentos.

E quero perguntar ao Plenário se, na mesma sessão, podemos fazer a votação do regime especial do precatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O PMDB concorda, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senão, vou ter de abrir a sessão de novo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É exatamente a minha intervenção.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bom! Já está feito, então. Se não há impedimento, prosseguimos assim.

Então, pode abrir o painel, Dra. Cláudia.

(Procede-se à votação.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sra. Presidente, nós concordaremos se for colocada também em votação a questão do TRF de Minas Gerais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos colocá-la em votação, mas não sei se isso será feito nesta sessão. Pode-se colocar em votação a de Minas Gerais também? (*Pausa.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Será votada nesta sessão? Já está pronto?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não a recebemos ainda. Se a matéria chegar aqui, nós a colocaremos em votação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Já está sobre a mesa!

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Tem de fazer a leitura uma vez agora e a próxima.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se chegar aqui, colocamos a matéria em votação, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – De quem é a palavra agora? É do Senador Blairo.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Calma! Falará o Senador Blairo. Depois, a pa-

lavra será concedida aqui na frente; depois, lá atrás; e, depois, à Senadora Vanessa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, também quero fazer menção a essa iniciativa da Senadora Vanessa sobre a PEC nº 82, que dá à Defensoria Pública Federal as condições que a grande maioria das defensorias públicas estaduais já tem.

Quando passei pelo Governo do Estado de Mato Grosso, tive a oportunidade, por meio da nossa Assembleia, obviamente, de dar essa condição de autonomia à nossa Defensoria. Quero dizer que esse tem sido um instrumento de justiça muito importante, uma vez que quem tem condições pode pagar um bom advogado, e aqueles que não têm condições hoje de fazê-lo poderão contar com um bom advogado, formado e pago pelo Estado, à disposição em todas as comarcas do Estado de Mato Grosso.

Portanto, faço votos de que a Defensoria Pública Federal siga no mesmo caminho e possa estar presente em todas as comarcas da Justiça Federal pelo Brasil afora, para que possamos, então, igualar as condições das Defensorias Públicas Estaduais e as da Defensoria Federal e vice-versa.

Também faço o registro de que o nosso Bloco União e Força, formado pelo PTB, pelo PSC e pelo PR, está votando junto nessa PEC. Faço menção ao nosso Líder, Senador Gim Argello, que não está presente aqui e que foi o autor da lei que deu autonomia no Distrito Federal para a Defensoria.

Muito obrigado.

Parabéns aos defensores públicos federais!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estamos felizes no Senado, neste momento, porque estamos concluindo, de forma vertical e ascendente, por dever de justiça, um processo, como bem falou o Senador Blairo há pouco, de afirmação e autonomia das defensorias públicas, que começou nas unidades da Federação.

Em nível de Estado, as defensorias consolidaram sua autonomia operacional, administrativa, financeira, mas ficou um espaço, ficou um vazio. E os defensores públicos da União estavam ressentidos, porque aquilo que foi a conquista dos defensores públicos estaduais estava faltando ser ampliado, alargado para os defensores públicos da União.

Louvo a atitude da Senadora Vanessa. Certamente, mais do que ninguém, como Senadora de um Estado de vasta região territorial, em que a presença de um advogado, de um defensor, de um homem que trata dos assuntos dos mais humildes, daqueles que estão precisando lutar pelos seus direitos, faz valia naquele momento, a Senadora Vanessa conta com sua capacidade de mobilização. Com seu jeito peculiar no trato com seus colegas, a Senadora conquistou todos nós. Num dia de esforço concentrado, fez valer sua liderança, junto com outros Senadores e Senadoras, como a Senadora Lídice e o Senador Inácio. E, hoje, estamos aqui aclamando uma PEC, que, por dever de justiça, sem dúvida alguma, faz justiça aos defensores públicos da União.

Por isso o PMDB reitera o voto “sim”, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes de passar a palavra para o Senador Tomás Correia, vou ler a lista dos inscritos: Senador Tomás Correia, Senadora Lúcia Vânia, Senador Flexa, Senador Clovis Fecury, Senadora Vanessa, Moka e Clésio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E Inácio Arruda.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu vou propor à Senadora Vanessa que ela seja a última inscrita, para encerrar, porque foi a primeira signatária.

V. Exa. tem de se retirar antes? (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o Senador Inácio Arruda.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, está na lista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, a senhora se esqueceu de mim.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Marta, se V. Exa. me permitisse...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, a senhora se esqueceu de mim!

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, se V. Exa. me permitisse, com o consentimento dos meus colegas, eu queria apenas fazer um agradecimento neste instante. Sei que estou mais atrás na lista, mas eu gostaria de agradecer enormemente aqui a todos os partidos políticos; ao bloco parlamentar da Maioria; ao bloco parlamentar de apoio ao Governo, do qual meu Partido, o PCdoB, faz parte; ao bloco parlamentar da Minoria; ao Bloco União e Força, além do PSOL e do PSD, da Senadora Kátia Abreu. Não fosse o entendimento de todas as lideranças partidárias, nós não votaríamos, já em segundo turno, uma matéria tão importante para o País inteiro!

Em relação ao mérito, todos os Senadores e todas as Senadoras que me antecederam já falaram. Entretanto, quero repassar essa vitória ao conjunto dos defensores e das defensoras das entidades que aqui estão. Assim o faço em nome do Defensor Gabriel Oliveira, que é o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

Quero dizer que, como autora dessa PEC, fui testemunha de como eles andaram aqui no Senado e por uma causa que não é deles, mas da Nação brasileira e do povo brasileiro. Quem recorre ao defensor, à defensora é exatamente, Senador Walter Pinheiro, aquela pessoa que não tem condições de pagar um bom advogado. Então, eles merecem os nossos aplausos. Hoje estamos votando não só por eles e por elas, mas pelo Brasil.

Parabéns a todos e a todas! Muito obrigada às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não poderia deixar, neste momento, de trazer também minha palavra de apoio a esta PEC e de saudar a Senadora do Amazonas, Vanessa.

Quero dizer que, sendo eu oriundo da Defensoria Pública, fico feliz por ter a oportunidade, neste momento, de votar essa PEC, dando autonomia e dando à Defensoria Pública as prerrogativas que, desde a Constituição de 1988, são asseguradas ao Ministério Público.

Neste momento, não voto apenas a favor da PEC dos Defensores, mas voto a favor dos necessitados, dos desvalidos, que batem à porta da Defensoria Pública em busca da defesa dos seus direitos. Por isso, meu voto foi "sim" no primeiro turno e será "sim" agora, no segundo turno.

Saúdo os colegas defensores públicos do Brasil através da turma que está aqui presente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Tomás Correia.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin por mais essa conquista.

Quero falar da nossa satisfação de ver a autonomia conquistada pela Defensoria Pública da União. Tive o prazer de dar o primeiro passo para conseguir essa autonomia para os Estados. Portanto, estão de parabéns aqueles que têm a responsabilidade de defender ou de estar ao lado daquele que mais precisa e que não pode ter um advogado particular.

Deixo aqui meus cumprimentos à Senadora Vanessa e os Defensores Públicos do País.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta Marta Suplicy, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, também na mesma linha, quero parabenizar a Senadora Vanessa como a primeira a encaminhar a PEC nº 82, que dá autonomia financeira à Defensoria Pública Federal.

Recebi, ontem, no meu gabinete, uma comitiva de Defensores Públicos Federais de vários Estados da Federação pedindo apoio à PEC. Num primeiro momento, comprometi-me com eles de votar a favor e de encaminhar a votação.

Quero parabenizar o grupo que está aqui, representando todos os Defensores Públicos Federais do Brasil, e quero parabenizá-los, porque a autonomia financeira vai poder fortalecer a Defensoria Pública Federal, assim como a autonomia financeira das Defensorias Públicas dos Estados fez com que elas pudessem ser fortalecidas. E hoje, realmente, elas dão aos menos favorecidos um atendimento jurídico na defesa dos seus direitos.

Tenho certeza de que assim será. Na medida em que a PEC entrar em vigor, será na esfera federal, dando esse instrumento a todo brasileiro no âmbito do Judiciário Federal.

Quero parabenizar todos, desejando sucesso e boa sorte aos Defensores Públicos Federais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Clovis Fecury.

O SR. CLOVIS FECURY (Bloco/DEM – MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas gostaria de parabenizar os Defensores por essa importante vitória, cumprimentar a Senadora Vanessa por esse importante projeto ao mesmo tempo em que gostaria de justificar a minha ausência e registrar o voto "sim" nas votações anteriores, nas três votações de autoridades que ocorreram anteriormente e na votação do primeiro turno desse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas porque eu estou sendo informado aqui de que já está na Mesa a questão da PEC, porque parece que ainda não há decisão de colocar em votação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Acabamos de receber. Vamos providenciar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sra. Presidente, eu só queria dar uma palavrinha. Só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre o mesmo assunto, dos Defensores?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente, sobre os defensores.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Vou inscrevê-lo. Já estão inscritos os Senadores Clésio, Inácio, e V. Exa. será o seguinte.

Há mais alguém que ainda queira falar sobre o assunto?

O Senador Randolfe estava antes. Desculpe-me, Randolfe!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, Eduardo Amorim.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Amorim também?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Amorim fica por último.

Então, deixa eu ler para ver: Senador Randolfe, Clésio, Inácio, Aloysio, Amorim, e há alguém que está com a palavra?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Moka.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Moka.

Desculpa, Moka!

Então, V. Exa. tem a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero dizer que nós, do Mato Grosso do Sul, temos um respeito muito grande pela Defensoria Pública, talvez porque no Mato Grosso do Sul nós tenhamos uma das Defensorias mais organizadas deste País. E nós nos orgulhamos muito disso.

Eu sei porque, quando Deputado Estadual, na Constituinte do Estado, nós valorizamos já a Defensoria. Fico feliz e parabenizo a Senadora Vanessa, porque agora estamos também colocando a Defensoria num plano muito importante.

Eu costumava dizer: você tem a magistratura, você tem o Ministério Público. Onde não há Defensoria, o tripé não está perfeito. Nós temos que ter a magistratura organizada, o Ministério Público e temos que ter uma Defensoria qualificada, organizada e, enfim, cumprindo o seu dever constitucional.

Então, parabenizo todos os Defensores Públicos em nome da Defensoria Pública do meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Belas palavras, Senador.

Com a palavra o Senador Clésio. (*Pausa.*)

Desistiu.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero, inicialmente, cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin; o Relator, Senador José Pimentel, que tratou com perfeição a matéria; nossa Senadora Lídice da Mata, que levantou o Plenário hoje para garantir essa votação, um trabalho muito eficiente, e, efetivamente, este é o dia em que as mulheres comandam. A Senadora Marta comandou a indicação de três mulheres para postos importantes; a Senadora Lídice da Mata levantou o Plenário para aprovar a PEC da Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero cumprimentar os Defensores, o Gabriel, e a turma do Ceará, firme e forte, que ajudaram bastante, que procuraram todos os Senadores do meu Estado para que pudéssemos votar a matéria.

Quero registrar o esforço e o empenho dos Defensores, independentemente de terem conquistado a autonomia, pelo trabalho eficiente, dedicado, que já desenvolvem no País inteiro. No meu Estado tem sido assim. Ali, no Ceará, nós temos provocado permanentemente os Defensores, dando-lhes mais atribuições, às vezes além daquilo que eles têm que realizar, do ponto de vista daquilo que a Constituição manda os Defensores fazer. Então, há um trabalho muito importante da Defensoria em atender a comunidade mais carente.

Quando relatei o Estatuto das Cidades, criando as Zonas Especiais de Interesse Social e também a regularização fundiária para populações que moram em áreas de risco, que moram em áreas da União, que moram em áreas devolutas do Estado ou em áreas privadas, quando ali ampliamos o direito e a garantia de que você poderia entrar com usucapião coletivo, tudo isso foi excesso de trabalho que nós atribuímos à Defensoria Pública. São essas mulheres e homens do Brasil que contribuem com o movimento popular, com o movimento comunitário e que garantem a eles o direito a terra, o direito a um local para morar, vida mais digna, além das inúmeras atribuições que a Defensoria já tem para atender os mais pobres e os mais carentes do Brasil.

Por isso, Senadora Marta Suplicy, meus parabéns às mulheres no dia de hoje, que comandaram esta sessão.

Ao final, vamos encerrando, talvez com uma das mais importantes votações, que é a da Defensoria Pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pegando um gancho na fala de V. Exa., eu diria: a Senadora Vanessa foi a proponente, a Lídice ajudou, eu presidi e vou pedir aos Defensores que defendam muito a mulher, porque, ontem, quando estávamos festejando a Lei Maria da Penha, uma das observações era a dificuldade de os Defensores e das Defensoras Públicas se posicionarem e se prontificarem a fazer o debate, a defesa da mulher, vítima da violência.

Vamos ver agora se nós vamos ter o apoio da classe para as mulheres espancadas neste Brasil.

Com a palavra o Senador Aloysio, o Senador Amorim, e encerramos a votação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Aloysio.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Quero parabenizar a Senadora Vanessa Grazziotin pela grande iniciativa, louvável. Na minha opinião, fazendo uma analogia...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É o Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Aqui presente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu sei. Era o Aloysio, mas V. Exa. tomou a palavra. Continue, porque ele chegou agora.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Perdoe-me. Então, passo...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não, continua. Só estou identificando, para quem estiver assistindo pela televisão, que se trata do Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Perdoe-me, Aloysio.

Continuando, Sra. Presidente, ser defensor público, na minha opinião, é para o nosso mundo jurídico brasileiro o médico exclusivamente do SUS. Ele atende os menos favorecidos e os muitos necessitados. Eu, como médico, bem sei o que é isso. E digo que se faz justiça aqui não só com os Defensores, porque agora todos passam a ter essa igualdade, mas, sobretudo, com o povo brasileiro, que amplia esse direito que, para alguns, estava cerceado.

Então, parabenizo aqui, mais uma vez, a colega Senadora Vanessa Grazziotin por essa grande iniciativa e pela justiça que faz aqui com a instituição, com a Defensoria Pública Federal e com os irmãos, com o povo brasileiro, porque agora vai se ampliar, sim, o direito para todos os brasileiros.

Parabéns por essa grande conquista!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, e passaremos à apuração da votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu fiz questão de dar uma palavra sobre esse assunto porque tive a honra de, como Ministro da Justiça, dar posse à primeira turma que ingressou na Defensoria Pública da União por concurso, uma vez que, depois de criada a defensoria, essa função era exercida por advogados que atuavam junto à Justiça Militar. A primeira turma concursada foi empossada por mim.

É um avanço importante na consolidação da Defensoria. Quero cumprimentar os Defensores, a sua luta. O acesso à Justiça é, realmente, uma questão de primeira necessidade.

A Justiça Federal vem se estendendo no País, vem se interiorizando, vem ganhando todo o Território nacional, e é importante que a Defensoria acompanhe essa extensão dos órgãos jurisdicionais da Justiça Federal, pois, caso contrário, aquelas pessoas necessitadas que têm causas a pleitear junto à Justiça Federal ficam desassistidas ou são muito mal-assistidas, geralmente por advogados pouco qualificados, contratados mediante convênios nem sempre transparentes.

De modo que a Defensoria precisa se fortalecer, e a aprovação desta PEC é um passo para isso. Falta muito ainda. Falta criar mais cargos. Nós temos um número muito, muito reduzido de defensores públicos no País. Temos questões salariais importantes, prementes, porque quem ingressa no concurso da Defensoria é gente muito competente e que, portanto, precisa de uma remuneração adequada, porque, senão, deixa a Defensoria e vai para outras carreiras jurídicas ou para a advocacia privada. De qualquer maneira, esse é um passo muito importante e muitos outros deverão se seguir a este.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerrada a votação.

Vamos abrir o painel.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011 (2º TURNO)

ALTERA O ART. 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO)

Num.Sessão:	7	Num.Votação:	5	Abertura:	08/08/12 17:39
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	17:36	Encerramento:	08/08/12 18:00

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM

Senado Federal
54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011 (2º TURNO)

ALTERA O ART. 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO)

Num.Sessão:	7	Num.Votação:	5	Abertura:	08/08/12 17:39
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	17:36	Encerramento:	08/08/12 18:00

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO	WILDER MORAIS	SIM

Presidente: MARTA SUPLICY

SIM : 65 NÃO : 00 ABST. : 00 PRESIDENTE : 1 TOTAL : 66

Primeiro-Secretário

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Que beleza de unanimidade! SIM, 65; NÃO, zero.

Abstenção: zero.

Total de votantes: 65.

A proposta está aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Conforme anunciado e acordado pelo Plenário, vamos passar à votação dos precatórios.

Recebi também o calendário especial...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sra. Presidente, o nosso compromisso, o compromisso da Oposição, do PSDB, em especial, é votar os precatórios acondicionado à votação da questão do TRF de Minas Gerais, que já está na Mesa com as assinaturas. Quero saber se isso vai ser confirmado, porque, se houver retirada de...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não tem acordo total.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Então, não haverá acordo para os precatórios. Porque havia, o documento estava assinado pelo Líder do PT. Se o Líder está retirando essa assinatura, peço que o Líder Alvaro Dias fale em nome das oposições.

Nós temos sido... Permita-me, Presidente Marta, com muita tranquilidade dizer que temos sido solicitados, nós, da Oposição, que somos minoria, para avançar na pauta do Congresso desde ontem, hoje, e temos sido absolutamente solícitos. Matérias que nem achávamos relevantes, mas que o Governo considerava importantes, nós fomos absolutamente condescendentes e aqui permitimos o avanço das votações, medidas provisórias tratando de assuntos os mais díspares, muitos deles sem qualquer correlação entre si. Essa matéria foi objeto de discussão na Comissão de Constituição e Justiça, aprovada na mesma.

Acho natural que, se algum Sr. Senador, Sra. Presidente, quiser se manifestar contrariamente, é seu direito, mas impedir a votação, na verdade, é não cumprir um acordo preestabelecido, o que nos dá a liberdade, permita-me, de também retirarmos a nossa assinatura e o nosso apoio à votação dos precatórios.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com o pedido da palavra, Senador Clésio; depois, Senador Mário Couto.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com relação ao apelo que o Senador Aécio faz e até quanto às questões do rompimento de acordo, o que pode acontecer, faço um apelo à Presidência para que vote a PEC 65, conforme foi acertado, e que o Líder do Governo possa deixar em aberto, deixar que a sua Bancada, ou as Bancadas do PT, votem de acordo com a consciência de cada um e que o nosso Líder do Governo, Eduardo Braga, possa apoiar essa PEC, que já passou pela questão de constitucionalidade. Aqui não é lugar mais de discutir constitucionalidade. Ao nosso Líder Pimentel, faço um apelo, se é possível, para retomarmos esse acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Retiraram as assinaturas. Não posso votar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Pois é, mas estou fazendo apelo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Parece que o Líder Walter Pinheiro concorda com esse apelo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Terei toda boa vontade, assim que for acordada alguma coisa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias; depois, Senador Mário Couto; depois; Senador Flexa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em nome do PSDB. Houve um acordo. Nós concordamos em deliberar sobre a PEC dos Precatórios e, na contrapartida, houve a concordância de que se deliberasse sobre a matéria de interesse de Minas Gerais, o TRF de Minas Gerais.

As assinaturas foram apostas aos requerimentos. Essa prática de retirar assinaturas não deve ser uma prática consolidada no plenário do Senado Federal, onde lideranças responsáveis atuam.

Por essa razão, Sra. Presidente, se houver retirada de assinaturas da PEC dos Precatórios, o PSDB também retira a assinatura. Se houver retirada de assinatura da PEC que cria o TRF em Minas Gerais, o PSDB retirará a assinatura da PEC dos Precatórios.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Obrigado, Alvaro.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sra. Presidenta.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Estou na ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para uma questão de ordem, Sra. Presidenta.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, estou na ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, vai o Senador Mário Couto, que estava inscrito antes. Depois, peço licença ao Senador Flexa para o Senador Eduardo Braga se pronunciar, que talvez traga algum esclarecimento frente a essa questão.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Marta Suplicy, nós estamos no Senado brasileiro. Aqui estão Senadores que vêm para cá representar um Estado, e cada Estado confia nesse cidadão, na palavra de cada cidadão. A senhora mesma, como Presidenta, aceitou que o nosso Senador de Minas Gerais providenciasse imediatamente o projeto que cria o TRF de Minas Gerais.

Foi imediatamente colocado à Mesa o projeto. Novamente, insistimos com V. Exa. se estava tudo ok, V. Exa. ratificou que estava tudo ok.

Nós, da Oposição, somos chamados a todo instante para fazer acordo para adiantar a pauta, para se produzir neste Senado. Durante as votações, de ontem para hoje, nenhuma objeção a Oposição fez para que a pauta pudesse ser acelerada, mas nós não podemos mais concordar com o que fazem com a Oposição. A Oposição aqui tem de ser respeitada.

Sinceramente, Presidenta, se esse projeto agora não for incluído na pauta e votado, eu perco a minha confiança na Liderança do Governo, eu perco a minha confiança naqueles que fazem acordo, eu perco a minha confiança, como perdi nas Lideranças anteriores do Governo, que fizeram acordo e não cumpriram. Agora, se a nova Liderança, em que estamos depositando toda nossa confiança – e podemos sentar para avaliar proposta –, se negar, neste momento, depois de ter concebido a nossa proposição, isso quer dizer que, daqui para frente, vamos pedir, em todas as votações, combinados com o nosso Líder, verificação de quórum, vamos para tribuna discutir todas as matérias.

Se querem assim, vamos fazer, Presidenta. Vamos reunir a Bancada do nosso Partido, junto com o nosso Líder, e vamos começar aqui a fazer a oposição que o Governo merece.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra para repor certas posições aqui no plenário.

Sra. Presidenta, ainda há pouco eu estava pacientemente esperando a oportunidade de poder me manifestar em torno da Defensoria Pública aqui, ao microfone, quando fui abordado pela Assessoria da Liderança do Governo, que vinha com um ofício que dizia a mim que era com quebra de interstício para a questão dos precatórios. No entanto, o ofício que foi apresentado a mim e a outros Líderes como se fosse o ofício de quebra dos precatórios não era com relação à quebra do interstício dos precatórios, e sim com relação à PEC que trata do TRF de Minas Gerais.

O que gerou esse mal-estar foi essa informação dada pela Assessoria de forma equivocada às Lideranças, que acabaram assinando de boa-fé.

No entanto, Sra. Presidenta, numa demonstração de que nós, da base aliada, queremos sempre primar pela boa prática e pela boa conduta neste plenário, nós, da Liderança do Governo, vamos repor a nossa assinatura, desta feita conscientes de que é para a quebra do interstício com relação à PEC do TRF de Minas Gerais, e não assinar como se fosse para a questão do precatório, como foi colocado para nós pela Assessoria.

Portanto, apenas para repor a verdade, para não ficarmos aqui fazendo colocações...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente. Não, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ...que não são corretas, reponho a assinatura da Liderança do Governo no requerimento, desta feita convencido e tendo conhecimento do que estou assinando, e votarei a favor da PEC que cria, mesmo tendo, assim como a Bahia, o Amazonas, o Paraná e outros Estados,...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ...a mesma pretensão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Pará.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O Pará. A mesma pretensão para a criação.

Portanto, quero apenas esclarecer isso, para ficar claro ao Senador Aécio Neves, por quem tenho o maior respeito, ao Senador Clésio Andrade, por quem tenho o maior respeito.

Deixo claro o que estava acontecendo no plenário: nós fomos abordados pela Assessoria para assinarmos um documento de uma determinada matéria e foi dito que era de outra matéria.

Portanto, nós não estamos aqui quebrando nenhuma boa prática da conduta parlamentar no plenário do Senado da República.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para mim foi esclarecido, mas eu vou dar a palavra para o Flexa; depois, para o Pimentel; depois, para o Aécio e; depois, para o Amorim.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para o Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Líder, Senador Eduardo Braga, V. Exa. já resolveu o problema, então, já pacificou o entendimento aqui, mas eu fico pasmo, Senador Eduardo Braga, que V. Exa., com a experiência que tem, possa assinar um documento sem ler o teor do documento que V. Exa. está assinando. Então, V. Exa. assina um documento dizendo que é uma coisa e é outra.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero só...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero só deixar claro isso. Eu quero deixar claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Até porque... Permita-me concluir o raciocínio. Até porque, por diversas vezes, por diversas vezes, o Senador Aécio e o Senador Clésio disseram... A Presidenta, Senadora Marta, falou aqui da quebra do interstício para votar o TRF de Minas Gerais, assinado por todos os Líderes.

Além de ter sido assinado,...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não é verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...foi anunciado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exa. falta com a verdade no microfone.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exa. está faltando com a verdade ao microfone.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Líder Eduardo Braga.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exa. está faltando com a verdade ao microfone.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Líder Eduardo Braga, V. Exa já falou. Vamos aguardar. V. Exa. já falou..

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Lamento muito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então vamos pegar a gravação. A sessão, além de estar gravada pela TV, tem áudio. Então, vamos verificar quem tem razão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Flexa, é necessária esta discussão? Eu pergunto isso.

Eu acho que nós poderíamos, a partir do esclarecimento, partir para a votação e prosseguirmos, porque já foi esclarecido, não há por que continuar essa situação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sra. Presidente, de forma absolutamente serena, é preciso, como disse o Senador Eduardo Braga, que a verdade aqui seja colocada. Nós somos homens sérios, tratando com pessoas sérias. Desde o início desta sessão, aí na Mesa e no microfone, nós estávamos cobrando a colocação da PEC 65 em votação. Ninguém desconhecia isto. Se houve um equívoco por parte do Líder, e ele é humano, pode errar...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ele assumiu.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Para que fique claro, Presidente Marta Suplicy, isso não ocorreu por ação nossa. Não foi ninguém da Assessoria do PSDB que encaminhou um documento, porque isso pode ter ficado mal-entendido. Isso pode não ter ficado claro.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não. Ficou claríssimo. Foi um erro do Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Se houve um equívoco, esse equívoco não foi nosso.

Lamento que, em uma questão tão simples como essa, em que havia um consenso e harmonia tão grande, nós estejamos perdendo tanto tempo nesse debate absolutamente inócuo.

Vamos colocar o tema em votação. E se equívoco houve, não foi nosso, Líder Eduardo Braga, foi de V. Exa.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar porque o assunto já está esclarecido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta Marta...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Olha, estão as duas aqui. Vamos votar as duas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sra. Presidenta, apenas para deixar claro que em momento...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi um erro assumido pelo Senador Eduardo Braga, que teve um equívoco com a assessoria. Qual de nós nunca passou por um equívoco desse tipo? Vamos prosseguir, gente. Está aí, está tudo resolvido. Vamos em frente. O que nós vamos ler agora para votar, e todo mundo sair satisfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta Marta...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero requerer a V. Exa. as notas taquigráficas.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pode requerer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Porque aqui foi dito que eu faltei com a verdade. Eu não falto com a verdade. Então, eu quero ver se eu me enganei. Eu quero ver as notas taquigráficas para saber se não foi dito que havia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Taquigrafia encaminhará a V. Exa. as notas taquigráficas, para que chegue ao gabinete de V. Exa. Pronto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ainda hoje?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ainda hoje é possível? *(Pausa.)*

Ainda hoje é possível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votação do calendário especial para proposta de emenda à Constituição, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas para o dia 08/08, na forma que se segue.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 734, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas para o dia 28/08/2012, na forma que se segue:

SEGUNDO TURNO

Sessão às _____ horas	1ª sessão de discussão, em segundo turno
Sessão às _____ horas	2ª sessão de discussão, em segundo turno
Sessão às _____ horas	3ª sessão de discussão e votação, em segundo turno

Sala das Sessões, de de 2012.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Requeremos agora calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais*, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas para o dia 08/08, na forma que se segue.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO
Nº 735, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais*, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas para o dia 08/08/2012, na forma que se segue:

PRIMEIRO TURNO

Sessão às _____ horas	4ª sessão de discussão, em primeiro turno
Sessão às _____ horas	5ª sessão de discussão e votação, em primeiro turno

SEGUNDO TURNO

Sessão às _____ horas	1ª sessão de discussão, em segundo turno
Sessão às _____ horas	2ª sessão de discussão, em segundo turno
Sessão às _____ horas	3ª sessão de discussão e votação, em segundo turno

Sala das Sessões, de 2012.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Todos os Senadores aprovando...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para discutir.

Quer encaminhar o requerimento? O Senador Pimentel quer encaminhar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Encaminhar contra.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Contra? Depois disso, teremos outros que encaminharão do jeito que quiserem.

V. Exa. tem a palavra.

V. Exa. está encaminhando o de Minas Gerais, não é isso? Porque o outro foi aprovado. (*Pausa.*)

Pois não. Então já estou aceitando as inscrições, Senador Aécio, Senador Amorim.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esta matéria de criação de Tribunais Regionais Federais não é uma matéria nova nesta Casa. Já em 2001, o Senado Federal enfrentou o debate da Proposta de Emenda Constitucional nº 29, de autoria do Senador Moreira Mendes.

Naquela época, a Comissão de Constituição e Justiça inicialmente aprovou por maioria esta matéria, e o Presidente da CCJ, o Senador Bernardo Cabral, chamava atenção para o problema de inconstitucionalidade da matéria, com fundamento no art. 96, inciso II, da Constituição Federal, nos seguintes termos – abre aspas:

> Senador Moreira Mendes, a Presidência vai dizer a V. Exa. que, infelizmente, não pode assinar uma emenda constitucional nesse sentido. No meu entendimento, o art. 96, inciso II, letra "c", da Constituição Federal, declara que é competência privativa do Superior Tribunal de Justiça. Entendo que o parecer que acaba de ser aprovado é inconstitucional. Digo isso na discussão da reforma administrativa, mas não quis antecipar minha manifestação. Irá a plenário e, se for aprovado, é decisão soberana. Mas peço a V. Exa. que me exclua dessa relação. É o art. 96, inciso II, letra "c", competência privativa [fecha aspas].

Reunião de 31-10-2001.

Na CCJ, Sra. Presidenta, eu e outros Pares tivemos o mesmo posicionamento. A competência é privativa do Superior Tribunal de Justiça. A iniciativa deve ser por meio de projeto de lei complementar. E este Senado não pode, no meu entender, não deve aprovar matéria inconstitucional, porque desacredita exatamente esta Casa.

Por isso, mantenho a mesma posição que defendi na Comissão de Constituição e Justiça e voto contra o requerimento, porque vou votar, Sra. Presidenta, também contra o mérito, com agravante: o art. 169, que trata das despesas do Poder Judiciário, exige que tenha a fonte para custear. No nosso caso, estamos criando despesa para os outros sem determinar a fonte que vai custear isso. Não tenho nada contra a criação. A minha posição é em respeito à Constituição e à competência do Superior Tribunal de Justiça. Queremos através de lei complementar. E, vindo, votarei pela criação desse tribunal, como também a de outros que são necessários.

É bom lembrar que esse posicionamento do Senador Bernardo Cabral, na época, levou ao arquivamento seguinte dessa proposta aqui, na sessão do Senado Federal, não vindo a voto em face dessas divergências. Portanto, a matéria não é nova. Desde 2001, a Comissão de Constituição e Justiça se depara com esse tema, que, agora, volta no ano de 2012.

Portanto, Sra. Presidenta, a minha posição pessoal é contrária a esta votação.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, me inscreva para discutir. Mário Couto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não posso deixar de externar aqui a minha surpresa com o posicionamento do ilustre Senador do PT do Ceará e Líder do Governo no Congresso Nacional em relação a esta questão, amplamente discutida nesta Casa, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça – e se faça aqui justiça: com o voto contrário do Senador. É lá exatamente em que se deu a discussão em relação à constitucionalidade desta matéria, exatamente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para sanar essa inconstitucionalidade. Era importante... Pelo menos nós membros da Comissão de Constituição e Justiça temos como praxe, como algo usual, mesmo quando votos vencidos, respeitar a decisão majoritária da Comissão. Ela aprovou a constitucionalidade desta matéria, porque, exatamente para sanar o eventual vício, nós introduzimos, exatamente no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 27, a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Apenas para que aqueles que não estejam bem familiarizados com essa questão saibam, Sra. Presidente, Srs. Senadores, o atual Tribunal Regional Federal da 1ª

Região atende a simplesmente 13 Estados brasileiros mais o Distrito Federal. O volume, portanto, de recursos nesse Tribunal é o maior entre todos os tribunais do País. E 42%, Sra. Presidente – quarenta e dois por cento! –, do volume de processos a serem julgados no Tribunal Regional da 1ª Região são oriundos de Minas Gerais. Portanto, é equivocada a ideia de que apenas estaremos atendendo a um pleito de Minas Gerais.

Nós estamos atendendo, com a aprovação, com a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, a 12 outros Estados, incluído o Distrito Federal, que terão, obviamente, desafogada a sua pauta e que poderão ter seus processos julgados com uma agilidade muito maior.

Existem outras demandas, que oportunamente serão aqui também discutidas, mas quero dizer, Sra. Presidente e Srs. Senadores, que me surpreendo com a posição do ilustre Líder do Governo nesta Casa, do ilustre Senador do PT, até porque seu próprio partido tem defendido, em Minas Gerais, incansavelmente, essa questão, a criação desse tribunal.

É a mais urgente de todas as demandas que se colocam, portanto as justificativas – eu poderia aqui elencar um número enorme delas – me parecem já extemporâneas, porque a questão da constitucionalidade foi vencida na Comissão de Constituição e Justiça.

E espero que o Líder do Governo nesta Casa, meu amigo, o ilustre Senador Eduardo Braga, que o Líder do próprio Partido dos Trabalhadores, respeitado o voto contrário do Senador Pimentel, que aqui já o externou, possam manter o entendimento, votando pela criação de algo que é absolutamente justo para a Justiça Federal, para Minas Gerais e para os outros 12 Estados, além do Distrito Federal, atendidos hoje pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Essa foi a proposta do Senador Clésio Andrade, que tem o nosso apoio e que espero possa ter o apoio do Plenário, para que continuemos aqui mantendo, mesmo entre oposição e Governo, uma relação de cordialidade, de confiança e, principalmente, de lealdade, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Aécio Neves.

Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, pela ordem.

Enquanto o orador se dirige à tribuna, para justificar minha ausência na votação anterior – estava em audiência com o Sr. Ministro da Agricultura –, voto com a liderança do meu Partido, o PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Cássio.

Senador Eduardo Amorim, depois o Senador Mário Couto.

Ele não se encontra em plenário? *(Pausa.)*

Não se encontrando ele no plenário, passo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, acho que a colocação do Senador Pimentel aqui nesta tribuna mostra a intenção do Partido dos Trabalhadores em questionar as matérias que o PSDB traz à discussão neste plenário.

Senador Pimentel, não se vê nesta matéria nenhum motivo para que V. Exa. – pena que não estou lhe vendo daqui –, nenhuma razão para que V. Exa. possa dizer que esta matéria é inconstitucional. Ora, Senador, se nós fôssemos ao debate – que não é o caso agora –, mas se fôssemos ao debate para ver se o que se vota aqui é ou não é inconstitucional... Um exemplo, Senador, é que ontem se votou uma matéria, aqui nesta Casa, liderada pelo seu partido, que rasga, enterra, sepulta a Lei de Licitações, uma lei que precisamos, mais do que nunca, respeitá-la. Uma lei através da qual os tribunais de conta de todo o Brasil fiscalizam todos os órgãos.

Mas ontem, meu nobre Senador, V. Exa., que vem falar aqui em inconstitucionalidade, o partido de V. Exa. liderou uma votação, uma das mais dolorosas para este País, uma das mais inconstitucionais que já vi na minha vida ser votada em um plenário legislativo, aprovando, mais uma vez, retalhando a Lei de Licitações.

Aprovou-se a primeira vez aqui, meu nobre Senador, uma lei especial que não sei qual é até hoje, para licitações das obras da Copa. Depois, veio, Senador Pedro Simon, uma nova lei que não sei qual é, criada pelo próprio Governo nos bastidores, para aplicação das obras do PAC.

Ontem, Senador, mais uma vez, fui para minha residência altamente aborrecido e chateado, por ver a nossa democracia ser pisada neste Senado, ser massacrada neste Senado, na hora em que se decidiu que os remédios consumidos no SUS, meu nobre Senador, agora não precisam mais de licitações. Isso é um absurdo! Não se pode mais, nesta Casa, falar em constitucionalidade. A maioria das matérias que vêm através de medida provisória para ser votada nesta Casa, senão na sua totalidade, são inconstitucionais. Senão na sua totalidade são inconstitucionais! E esta Casa aprova, esta Casa diz “sim”, mesmo sabendo que está errada. A maioria aprova, a maioria obedece, a maioria se ajoelha nos pés da Dilma Rousseff.

E as leis mais soberanas, as leis a que se obedeciam e se respeitavam mais neste País, que eu não tive oportunidade, como Senador, de votá-las, estão sendo derrubadas, estão sendo pisoteadas, estão sendo massacradas, estão sendo demolidas, estão sendo votadas mesmo inconstitucionais. Onde já se viu se acabar com a Lei de Licitações! Onde já se viu liberar o Governo para

fazer o que quiser em termos de dar a quem quiser as obras do PAC, as obras da Copa, os remédios do SUS, que não precisam mais de licitações!

Minas Gerais, espero que tu sejas respeitada na tarde de hoje, neste Senado. Como bem disse o nobre Senador Aécio Neves, foi mais do que discutida, mais do que detalhada a sua constitucionalidade na Comissão de Justiça.

Não podemos mais, meu nobre Líder Alvaro Dias, seguir este caminho de harmonia com o Governo. Não podemos mais, meu nobre Líder!

Este Governo, para votar uma matéria, uma matéria altamente legal, constitucional, importante para uma terra, importante para uma cidade, importante para o povo de Minas Gerais, este Governo, este PT começa, Senador Flexa, a querer bloquear e derrubar.

Então, prezados amigos, companheiros de oposição, o que se deve fazer aqui é uma verdadeira oposição. O que se deve fazer aqui se este projeto não passar é, daqui para frente, pedir verificação de quórum em todas as matérias, discutir todas as matérias, bloquear todas as matérias, se retirar do plenário.

Meu Senador Jarbas Vasconcelos, estão julgando o mensalão, o mensalão está sendo julgado. É a grande chance desta Nação, Senador, de voltar a ser respeitada. Deve-se colocar na cadeia, Senador; têm de ir todos para a cadeia para esta Nação novamente começar a acreditar na Justiça, a respeitar cada vez mais o Supremo Tribunal Federal e acreditar na Justiça brasileira. Todos devem ir para a cadeia!

E pergunto a V. Exa.: o mensalão, e este mensalão oficial que existe no Parlamento brasileiro? Senador Jarbas, na hora em que V. Exa. faz um acordo com o Governo Federal para receber emendas, V. Exa. fica obrigado a votar com o Governo. Na hora em que V. Exas. recebem cargos públicos e negociam com o Governo emendas e cargos públicos, V. Exas. ficam obrigados a seguir orientação do Governo.

O que é isso, Brasil? É o mensalão oficial! É o mensalão oficial!

É, Senadora Marta, não queria eu vir aqui esta tarde nem falar mais. Mas fui obrigado a fazer isso. Fui obrigado pela imprudência, fui obrigado pela falta de consideração e zelo pelo respeito da palavra. Não era minha intenção vir falar mais na tarde de hoje. Mas é isso, Nação! É bom que hoje existe uma **TV Senado**, que mostra tudo ao povo brasileiro. Viu, Nação? É assim que funciona o Parlamento brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero consultar os Senadores se continuamos ou encerramos esta sessão, a Ordem do Dia? (*Pausa.*)

Votamos? Então, chegamos a um acordo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vamos à votação, cumprindo a boa prática da Casa, obviamente que com o acordo em relação ao requerimento, e, quanto ao mérito, os Senadores votarão de acordo com a sua consciência, mas, com relação ao requerimento, há acordo com relação à quebra do interstício.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passa-se à votação do calendário especial para a **Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011**, tendo como primeiro signatário Clésio Andrade, que altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região de Minas Gerais. Para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas, a serem convocadas para o dia 8/8, na forma que se segue.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, vamos agora à votação dos precatórios.

Passamos à votação dos precatórios.

Item 2:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Passemos à votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram...

Bom, a votação vai ser nominal. É necessário ser votação nominal.

Então, vamos votar a Emenda nº 1, que é votação nominal, que é o Substitutivo que tem preferência regimental.

(Procede-se à votação.)

Concedo a palavra para a votação, mas, ao mesmo tempo, já está aberto o painel.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas para informar ao Plenário que, após esta votação, nós teremos uma outra votação nominal. Apenas para informar ao Plenário da necessidade de os Srs. Senadores aqui permanecerem para mantermos esse bom entendimento.

Agradeço aos Líderes, ao Senador Pimentel, ao Líder Eduardo Braga, ao Líder Walter Pinheiro, ao Senador Vital pelo empenho em fazer valer o compromisso aqui acertado entre nós.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É muito importante o que o Senador Aécio colocou, que nós estamos votando os precatórios, mas depois haverá outra votação nominal. Permaneçam no plenário.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Exatamente, Sra. Presidente.

Só, Sra. Presidente, para reconvidar os companheiros do PMDB. Nós temos mais três votações nominais: esta e mais duas votações nominais pelo menos, ainda na noite de hoje. Por isso, nessas votações nominais, precisamos...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Temos quatro, se a gente quiser votar a de Minas Gerais.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Quatro votações, mais uma; quatro votações nominais. Por isso, nessas votações, precisamos de quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, vamos estabelecer que nós temos duas dos precatórios e temos duas...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Duas dos precatórios...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – E temos duas de Minas Gerais.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Duas de Minas.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, são quatro votações nominais.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – São quatro votações nominais

E aí reconvidar os companheiros, Senadores do PMDB – são dois projetos importantes – para estarem presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bom, eu estou vendo que o plenário está cheio e o painel vazio.

Então, quem está no plenário faça o favor de votar.

Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Acre, Alagoas, São Paulo, Paraná, DF. Bahia, Amapá, Ceará não têm um voto ainda e há vários Senadores que estão aqui.

Petecão, já votou?

Anibal?

Pelo Paraná ninguém votou ainda. São Paulo. Distrito Federal. Alagoas.

Angela já votou?

Piauí.

Chamo os Senadores para votarem, estamos só com 39 votantes. Temos quatro votações nominais bem importantes: a dos precatórios e a de Minas Gerais.

Conclamo os Senadores do DF, do Amapá, do Maranhão, do Mato Grosso do Sul, de Alagoas e do Rio de Janeiro para virem votar. Por São Paulo também.

O Senador Moka e o Senador Benedito estão chegando para votar.

Quem falta? O Senador Malta. O Senador Alvaro Dias já votou.

Pelo Ceará está faltando gente.

Temos 45 votantes e vamos precisar de no mínimo 49. Vou esperar mais para ter garantia de aprovação. Então, estamos aguardando.

O Senador Suplicy votou. Quem mais está faltando? Pelo Amapá está faltando, por Sergipe. Pelo Distrito Federal estão faltando dois Senadores. Pelo Ceará estão faltando dois. Pelo Maranhão estão faltando. Por Mato Grosso do Sul estão faltando. Por Alagoas está faltando. Por Tocantins está faltando. Pelo Rio de Janeiro está faltando.

A Senadora Lídice está chegando. Bahia falta um só.

Senador Cristovam está chegando para votar pelo DF.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Depois disso vamos encerrar?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes de 68 é bobagem. Acho que seria uma boa ideia encerrarmos depois desta votação, porque vai cair o quórum. Aí fecho, abro, faço a quarta sessão de discussão, aliás, nesta mesma e vota depois, Minas, senão é arriscar.

Acho que os que estão no plenário já votaram.

Blairo votou?

O Amapá não tem um voto ainda, Ceará só tem um voto, Sergipe só tem um voto, São Paulo só tem um voto, Tocantins só tem um voto, Piauí só tem um voto, Rio de Janeiro só tem um voto, Mato Grosso do Sul um voto, Maranhão um voto e Alagoas um voto.

Chamo os representantes desses Estados para virem ao plenário e parabenizo Amazonas, Paraíba, Roraima, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, Acre, Rio Grande do Sul que já votaram.

Temos 53 votos e vamos precisar de mais votos para abrir esse painel.

O Amapá não tem nenhum voto.

Senadora Lídice.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora Marta Suplicy, o debate que aconteceu aqui, anterior, sobre o Tribunal de Minas, leva a bancada da Bahia, liderada pelo Senador Walter Pinheiro, Líder do PT, a fazer uma emenda na CCJ ao projeto semelhante da constituição do Tribunal do Paraná. Mas, de qualquer forma, isso força também o Senado a antecipar essa discussão, esse debate, e fazer com que essa discussão possa também chegar ao Tribunal, chegar ao Judiciário, chegar à Justiça brasileira, para o entendimento das necessidades que os Estados brasileiros têm diante dessa questão.

Ao mesmo tempo, Sra. Presidente, nós precisamos convocar os Srs. Senadores. Eu quero convocar a bancada do PSB para vir aqui participar dessa votação importante em que nós estamos discutindo e votando os precatórios. Nós tivemos um sucesso, já estamos com um sucesso muito grande nesses dois dias de esforço concentrado no Senado. Os Senadores brasileiros, independentemente de legenda partidária, estão, não só presentes, como buscando uma contribuição para uma pauta unânime que possa fazer com que o Senado responda aos anseios da sociedade brasileira. E é isso que nós estamos fazendo nesses dois dias e faremos amanhã.

Portanto, Sra. Presidente, eu queria deixar registrada essa posição, como Líder do PSB, ao mesmo tempo em que faço um apelo aos Senadores do PSB para que possam chegar até o plenário. Alguns estão em reunião, e que possam chegar aqui ao plenário para participarem ainda da votação.

O Senador Sérgio também vai se referir a esse aspecto, que é uma discussão que preocupa, tanto a bancada do Paraná, quanto a bancada da Bahia, do Amazonas, do Pará...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

Ah, desculpa, Senadora, não vi que V. Exª não tinha terminado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sra. Presidente, o que a Senadora Lídice da Mata está falando é fato, mas eu gostaria de relembrar ao Plenário que nós votamos aqui – nós não, aqueles que estavam naquele momento –, em 2003, uma PEC, de nº 544, que está na Mesa da Câmara há uns três anos, mais ou menos, pronta para ser votada. Já tem parecer, tramitou pela Câmara dos Deputados e cria o TRF do Paraná, juntamente com Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, cria o TRF da Bahia, cria o TRF de Minas e cria o TRF de Manaus, juntamente com mais alguns Estados do Norte.

Sra. Presidente, no entanto, percebendo que às vezes isoladamente as PECs caminham, como o da Amazonas caminha na Câmara, como tem uma do Pará e também de Minas, eu propus recentemente uma PEC em favor do Paraná e, agora, estamos costurando aqui um caminho para juntarmos nesta PEC, novamente, Bahia, Minas e Amazonas.

E aproveito, Sra. Presidente, enquanto aguardamos a chegada dos demais Senadores, fazendo um apelo aos Senadores do PMDB que encontram em seus gabinetes, ou nas dependências da Casa venham até ao plenário para poder votar essa importante PEC que altera o prazo dos precatórios, para fazer uma referência à edição de ontem da **Gazeta do Povo***,* um importante jornal do meu Estado, que trouxe uma matéria sobre os números de homicídios a cada cem mil habitantes.

A manchete diz assim: "Capital tem queda de 15% no número de assassinatos."

Mas, quando nós pegamos o número por cem mil, olhamos aqui: no Paraná, 28,4 assassinatos a cada cem mil habitantes. A capital do Paraná, Curitiba, tem 31,8 assassinatos a cada cem mil habitantes. Região metropolitana do Paraná, de Curitiba: 55,4% assassinatos a cada cem mil habitantes. Gente, isso é um absurdo! Isso não acontece nem em regiões tidas como de alta criminalidade. Realmente alguma coisa está desordenada, e nós precisamos, de fato, de maiores investimentos na segurança pública. Sabemos que o Governo Federal está fazendo isso, que o Governo do Estado do Paraná também está cuidando, mas não está sendo suficiente porque o reflexo é realmente absurdo.

Há municípios que ultrapassam essa casa. Mas veja só, 55,4%! São Paulo tem menos que 20%; o Rio de Janeiro não chega mais a 30%. Não estou dizendo que lá deveria ser maior, mas nós esperávamos um índice um pouco menor em Curitiba.

Então, Sra. Presidente, para registrar, gostaria de deixar essa referência, que há Estados com índices muito maiores do que esse e cidades também. O índice de criminalidade tem aumentado no nosso Brasil. Talvez a solução seja nós incentivarmos e termos mais educação neste País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Continua franqueada a palavra, enquanto aguardamos mais alguns Senadores comparecerem ao plenário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sra. Presidente, quero associar a minha palavra às do Senador Vital do Rêgo Filho de boas-vindas ao novo bispo de Campina Grande, nossa terra natal, Dom Delson, que vem de Caicó, a exemplo de Dom Jaime, que deixou uma brilhante e cativante passagem em nossa cidade.

Fica aqui, portanto, as nossas boas-vindas dos Senadores da Paraíba, Cícero Lucena também incorporado nesta saudação e, de forma muito particular, a minha palavra e a do Senador Vital de boas-vindas a Dom Delson, novo bispo de Campina Grande.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sra. Presidenta, eu quero registrar, da mesma forma como fez o Líder do Governo, Eduardo Braga, e de forma muito correta e ajustada ao tema fez aqui o Senador Líder do Governo no Congresso, o Senador José Pimentel, que a posição que nós tínhamos assumido, inclusive nesta Casa, com a participação do Senador Sérgio e do Senador Clésio, montamos uma comissão com participação das duas Casas, com os Deputados e com os Senadores. Fizemos reuniões mistas, solicitamos ao Presidente Marco Maia que colocasse em votação a emenda constitucional que trata dos quatro tribunais. Portanto, era o mais correto. Não foi feito, e, isoladamente, cada bancada buscou fazer através de emendas constitucionais a conquista desses tribunais, os TRFs.

Nessa circunstância, minha cara Presidenta, tanto a PEC que trata da questão de Minas quanto a PEC que trata do TRF no Paraná, e, da mesma forma, no Amazonas e Bahia, nós vamos ter o compromisso de apreciar aqui neste plenário. Portanto, o que nós dissemos aos Líderes aqui é que, na última sessão, na sessão do esforço concentrado, melhor dizendo, de agosto, nós vamos pleitear a apreciação em plenário, com quebra de interstício dos TRFs do Paraná, do Amazonas e da Bahia. Os TRFs da Bahia e do Amazonas receberam, por parte do Senador Jorge Viana e do Senador Vital do Rêgo, inclusive como parte da Comissão de Orçamento... Os quatro tribunais nós colocamos na peça orçamentária, os quatro Tribunais foram colocados no PPA, Senador Clésio, que foi relatado, inclusive, pela minha pessoa. Então, na realidade, buscamos calçar o caminho legal para o atendimento dessa matéria. Por isso, vamos pleitear, Senador Vital do Rêgo, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, que paute, na sessão da CCJ da última semana de agosto, quando teremos um esforço concentrado, essa matéria para que tenhamos condições de, na parte da tarde, no plenário, votar essa matéria, atendendo a uma demanda que não é dos tribunais, é uma demanda, inclusive, do povo desses Estados no que diz respeito ao acesso à Justiça. Isso vai, Senadora, em consonância com o que aprovamos no dia de hoje.

A votação da PEC da Defensoria era dando condições para que a Defensoria pudesse capilarizar-se, que a Defensoria pudesse atuar na defesa dos mais pobres. Portanto, a instalação dos Tribunais Federais agora em outras regiões permitirá uma maior proximidade daqueles que, às vezes, quando precisam, no caso específico da Bahia, por exemplo, Senador Sérgio, têm de promover o deslocamento até Brasília, o que encarece a etapa da demanda judicial, não só com a contratação de advogados, mas também com toda a infraestrutura.

O que nós aquiescemos e achamos importante na votação dessa matéria é também condicionado a que, na última quarta-feira do mês de agosto, tenhamos a oportunidade de votar aqui também, com quebra de interstício, com apoio das Lideranças, as matérias que envolvem o Amazonas, a Bahia e o Paraná, com a criação dos Tribunais Federais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nós estamos com 61 votantes, mas eu gostaria de ter um pouquinho mais. Podemos aguardar mais uns minutos e aí encerramos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, essa matéria é consensual. Esse quórum já é suficiente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – É suficiente. Está tranquilo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É verdade, Senadora. A oposição acompanha a orientação da Liderança do Governo em razão da importância da matéria. É uma matéria consensual. Não há por que, parece-me, aguardarmos mais para irmos à matéria seguinte.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bom, temos 61 votantes. Então, consulto os Líderes.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vamos abrir o painel, pelo PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vital, abrir o painel; Pinheiro, abrir o painel. Lídice?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone*.) – Abrir o painel, PP.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Abrir o painel. Quem falta de liderança? PR abre o painel?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Falta só a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bom.

Encerrada a votação, abrimos o painel.

Chegou um correndo, Suplicy. Mas já votou, Suplicy. Você já votou essa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone*.) – Pensei que já fosse outra.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 1-CCJ A PEC Nº 63, DE 2011(SUBSTITUTIVO) 1º TURNO

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009, PARA AMPLIAR O PRAZO DE ADESÃO AO REGIME ESPECIAL DE PRECATÓRIO ATÉ A DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Num.Sessão:	7	Num.Votação:	6	Abertura:	08/08/12 18:37
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	17:36	Encerramento:	08/08/12 18:58

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	NÃO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	NÃO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
DEM	MA	CLÓVIS FECURY	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	NÃO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	NÃO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	TOMÁS CORREIA	SIM

Senado Federal
54ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 1-CCJ A PEC Nº 63, DE 2011(SUBSTITUTIVO) 1º TURNO

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009, PARA AMPLIAR O PRAZO DE ADESÃO AO REGIME ESPECIAL DE PRECATÓRIO ATÉ A DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Num.Sessão:	7	Num.Votação:	6	Abertura:	08/08/12 18:37
Data Sessão:	08/08/2012	Hora Sessão:	17:36	Encerramento:	08/08/12 18:58

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO	WILDER MORAIS	SIM
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	SIM

Presidente: MARTA SUPLICY

SIM : 56 NÃO : 05 ABST. : 00 PRESIDENTE : 1 TOTAL : 62

Primeiro-Secretário

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 08/08/12 18:58

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Aprovada.

São 56 SIM; NÃO, 05.

Não houve abstenção.

Foi aprovada a matéria.

Aprovada a Emenda nº 1, da CCJ, o Substitutivo, fica prejudicada a proposta.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação para o segundo turno, que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação para o segundo turno:

PARECER
Nº 1.017, DE 2012
(Comissão Diretora)

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de agosto de 2012.

ANEXO AO PARECER Nº 1.017, DE 2012.

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011.

EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº , DE 2011

Reabre o prazo para a implantação do regime de pagamento de precatórios criado pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica reaberto até o dia 31 de dezembro de 2012 o prazo para a implantação do regime de pagamento criado pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A matéria constará da Ordem do Dia para o segundo turno constitucional, tendo em vista ter sido aprovado calendário especial.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passamos, agora, à quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 65.

Item 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais*.

Parecer sob nº 395, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos vencidos dos Senadores José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues.

Transcorre, hoje, a quarta sessão de discussão.

Em discussão a proposta e a emenda.

Tem a palavra o Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Bem rapidamente, Sra. Presidente, para discutir a matéria.

Tive oportunidade de já aqui externar a nossa posição com relação à constitucionalidade da matéria, amplamente discutida na Comissão de Constituição e Justiça, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça.

Reconhecemos a necessidade da criação de outros tribunais regionais federais, mas nenhum, hoje – é o que me parece e à própria Justiça –, é mais urgente do que o que está em pauta, porque se trata da

criação de um Tribunal que atende à segunda maior população do País, que é a de Minas Gerais, desafogando, portanto, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região em 45% do volume de processos que ali estão. Portanto, 13 outros Estados serão também atendidos com essa proposta.

Estamos na quarta sessão necessária à colocação dessa matéria em votação. Quero fazer uma solicitação à Mesa, em razão do baixo quórum, que é o que já víamos nessa última votação. E é uma matéria que também precisará de quórum qualificado.

Aqui, consulto o ilustre Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, e os líderes que participaram desse acordo, aos quais agradeço.

A nossa intenção – e é também a do autor da proposta – é a de que, contado o prazo, deixemos essa matéria para ser votada na próxima sessão deliberativa, para que não haja risco de o quórum baixo derrotá-la, em razão da importância dessa matéria, Sra. Presidente. É a solicitação que fazemos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu me dirijo a V. Exa. exatamente para manifestar na direção de que o quórum está baixo. Creio que não há outras matérias que, neste momento, possamos votar, porque não há mais acordos entre as lideranças e entendimentos sobre votação. Portanto, creio que V. Exa. pode, se for da decisão de V. Exa., encerrar a Ordem do Dia, para que possamos continuar o debate no plenário do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, está encerrada a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 736, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a tramitação em conjunto das Propostas de Emendas à Constituição nº 57ª, de 1999 "Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal", e nº 52, de 2005, que "Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal, para acrescentar às hipóteses de expropriação de glebas rurais a exploração de trabalho escrava ou infantil", por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 737, DE 2012

Requeiro, com fundamento nos artigos nºs 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação, com ônus para o Senado Federal, em diligência da CPMI da Violência Contra a Mulher na cidade de Queimadas – PB, no dia 16 de agosto de 2012, e de Audiência Pública dessa CPMI no dia 17 de agosto de 2012, a realizar-se na Assembleia Legislativa da Paraíba, em João Pessoa – PB.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Rita**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Continuamos a sessão com a lista de oradores.

Há oradores inscritos.

O primeiro inscrito é o Senador Mário Couto, que está inscrito pela Liderança. É o primeiro orador inscrito, se quiser fazer uso da palavra agora. (*Pausa.*)

S. Exª não quer fazê-lo agora.

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol, orador inscrito.

O Senador Ivo Cassol está presente?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Só quero pedir a V. Exa. que justifique a minha não presença na votação da PEC da Defensoria Pública, porque tive de me retirar para um compromisso, mas, inclusive, fiz um pronunciamento hoje, encaminhando favoravelmente. Portanto, é a minha justificativa, que peço que conste.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Mesa vai registrar sua manifestação, Excelência.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol, que está na tribuna.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é com alegria que, mais uma vez, uso a tribuna desta Casa, especialmente para ser solidário ao povo do meu Estado, especialmente pela expectativa que foi criada não hoje, mas em 2009, com a chamada PEC da Transposição. Essa expectativa foi tão grande, que, infelizmente, em várias campanhas eleitorais, políticos usaram a tribuna desta Casa ou da outra Casa, nossa vizinha, e percorreram os quatro cantos do nosso Estado de Rondônia prometendo facilidade e dizendo que os

servidores públicos, até 1991, teriam tranquilidade e conforto pelo resto de seus dias.

Naquele tempo, como Governador do Estado de Rondônia, estive abraçado a essa causa. Colocamos ônibus, colocamos estrutura à disposição, para que os Senadores pudessem, naquele momento, aprovar essa PEC. Mas este Parlamentar que vos fala, como Governador do Estado de Rondônia, dizia, naquela época, para os autores da PEC da Transposição que, infelizmente, a PEC não tinha uma redação correta. Fui chamado de analfabeto. Falaram que eu me estava metendo, Senador Tomás Correia, onde eu não devia. Mas, mesmo assim, eu dizia que havia um acordo na calada da noite para criar expectativa e vender ilusão. Nessa mesma época, nesse mesmo período, com minha humildade, sem diploma universitário – e tenho o maior diploma de um ser humano, que é o diploma da vida –, eu questionava: qual benefício traria aquela redação? Qual seria o prejuízo?

Por ironia do destino, hoje, colhemos os frutos amargos dessa decisão da Advocacia-Geral da União. Agora, a qualquer momento, estão tentando culpar A, B ou C. A bancada atual está unida num só propósito, está unida para que possamos obter sucesso não até 1987, mas até 1991, porque até 1987 era o que entendíamos que tínhamos direito. Mas, mesmo assim, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, infelizmente, nem até 1987 nos deram como direito.

Olhem como é a ironia do destino! Em 5 de julho de 2011, a nossa Presidente do Brasil foi ao nosso Estado para fiscalizar e vistoriar as obras e fez um evento público com os servidores. Essas mesmas pessoas que se intitularam, por vários anos, como mães e pais da PEC – na verdade, é madrasta quando adota o filho do seu amado, mas não gosta dele – fizeram uma apresentação pública quando a pessoa do Ivo Cassol participava do evento.

Sempre digo que o que aqui se faz aqui se paga. Eu não aceitaria, de maneira alguma, que os servidores do Estado de Rondônia tivessem de pagar esse preço. Mesmo sendo oposição ao Governo do Estado, nós nunca trabalhamos aqui contra benefícios para o Estado de Rondônia. Nós temos nossas convicções políticas, nós temos nossas opiniões pessoais, mas nós jamais poderemos trabalhar contra nosso patrimônio, contra o povo do meu Estado, que me adotou como Prefeito, como Governador e como Senador da República.

Ao mesmo tempo, com tudo aquilo que foi preparado contra a minha pessoa pela madrasta da PEC, por aquela que criou a PEC, por aquela que fez a PEC naquele momento, simplesmente para tentar, de alguma maneira, a sua reeleição, quis o destino que os eleitores fossem sábios e, em sua maioria, não acompanhassem a política dessa pessoa e desses representantes.

Pensavam que, nessas eleições municipais, iriam colher novos frutos. A mentira tarda, mas não falha. A exemplo disso, o próprio Adjunto da Advocacia-Geral da União foi claro: a redação que deram à PEC não dá os mesmos direitos e benefícios aos Estados do Amapá e de Roraima. Mas, mesmo assim, os autores, o pai e a mãe da criança, ou melhor, o padrasto e a madrasta dessa PEC, juntos no Palácio do Planalto àquela época, no governo passado, criaram uma expectativa e mudaram a redação. Na verdade, a redação certa não inseria as despesas com a folha de pagamento, mas, sim, inseria uma PEC que beneficiaria os servidores do Estado de Rondônia com a transposição para o quadro da União. Quando se coloca despesa, coloca-se dúvida.

Ao mesmo tempo, a sugestão do Adjunto da Advocacia-Geral da União, junto com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, como também com a Ministra nossa Senadora desta Casa, que também participou dessa audiência, foi bem clara: infelizmente, os servidores do Estado de Rondônia teriam o direito, mas o direito cortado pelas pernas e pelos braços. Teriam o direito, sim, até 1987, de fazer a transposição ainda com o salário do quadro do Estado.

Não bastasse isso, por cima, não querem sequer publicar o que consolidaria aquilo que pudesse conquistar, sugerindo, como se esta Casa fizesse outro projeto de lei.

Quero relembrar que, na gestão passada, nesta Casa, havia em torno de 50% de situação e 50% de oposição. Naquela época, já foi difícil aprovar. Imaginem o que acontece hoje, quando esta Casa tem a maioria dos parlamentares na situação!

O Governo Federal, de maneira nenhuma, não aceita e não quer que mexam no caixa da União. De maneira nenhuma, quer assumir a despesa de contrapartida desses servidores. Criou-se tanta expectativa de que fossem para o quadro e tivessem segurança! Hoje, além de eles não terem segurança e estabilidade, os poucos que vão para lá ainda vão desestimulados, porque, infelizmente, não terão direito aos aumentos salariais e às correções do meio do caminho, como cargo em extinção.

É esse o presente que ganhamos por cedermos à União as duas maiores usinas hidrelétricas do Brasil.

Eu disse para a Presidente e para as Ministras que o maior presente que o Estado de Rondônia poderia ganhar seria que o Governo Federal assumisse todos esses servidores, até 1991, e, além disso, colocasse todos os aposentados. Mas, infelizmente, por ironia do destino – e a mentira tem perna curta –, mais

uma vez, o acordo foi feito na calada da noite por essa madrasta da PEC, que não teve competência política, porque senão aqui estaria no meu lugar. Digo isso sem contar os oito anos que estive no governo. Infelizmente, o tempo inteiro, em vez de ajudar o Estado, simplesmente tentava, de alguma maneira, tirar-me do cargo. Mas é assim mesmo! Infelizmente, alguns políticos usam artimanhas, prejudicando as pessoas em benefício próprio.

Vou dar outro exemplo. Não sou advogado, nem fiz Direito, mas tenho um pouco de conhecimento da área de Direito. Refiro-me à emenda feita na lei em que os servidores aposentados também teriam direito de ir para a transposição. Para que fazer essa emenda? Para que fazer esse artigo? Para que colocar mais isso na lei se foi criada e aprovada a PEC e se ela dizia que, até 1987, todos os servidores iriam para a transposição?

Não importa se o servidor é gordo ou magro; não importa se é negro, branco ou amarelo; não importa se é católico, evangélico ou protestante; não importa se o servidor está aposentado ou está na ativa! O que importa é que a redação tinha de ser clara: "Vai para a transposição todos os servidores, até 1987, ou vai para a transposição todos os servidores, até 1991". Mas não! Mais uma vez, na calada da noite, enganando os servidores – e me dirijo a vocês, do Estado de Rondônia –, criando expectativas para os governantes, o Governo, na época, veta. O ex-Presidente da República vetou, quando dizia que iriam também para a transposição os que estão aposentados, os que estão na reserva. Que tristeza!

Já lhe concedo o aparte, Senador Tomás, que muito nos alegra por estar aqui substituindo o Senador da República Valdir Raupp.

Ao mesmo tempo, fizeram uma emenda e deram a oportunidade para a Advocacia-Geral da União, também nos próximos dias, criar uma dificuldade para que aqueles que se aposentaram antes de 2009 não pudessem ir para a transposição. Essa conta quem paga?

Há problemas sociais nas usinas. E ainda não começou, no nosso Estado, a crise das usinas. A crise, por enquanto, é falta de gestão, é falta de competência, é falta de administração. Mas esse dinheiro seria bem-vindo, para que o governo do Estado pudesse contratar novos servidores.

Infelizmente, por uma redação errada, uma redação que não se justifica, agora nós temos aqui todos os sindicalistas, que sobem, que descem, que vão e que vêm, que me ouviram e que muitas vezes disseram: "O Cassol, o Cassol, o Cassol está querendo colocar dificuldade para que o Governo Federal libere". Não, nós nunca colocamos dificuldades, mas eu nunca gostei de enganar ninguém. A pior coisa que há para o ser humano é ser enganado. A pior coisa que há para o ser humano é ser iludido.

Eu quero aqui, publicamente, desta tribuna...

Infelizmente, Senador Tomás Correia, nobre colega, o ex-Secretário Duvanier não está mais conosco. Eu estive com ele no ano passado e joguei duro, dizendo-lhe que não aceitava ser enganado, que queria a verdade. Ele falou: "Infelizmente, o que estão prometendo, o que se está garantindo não vai acontecer. Nós estamos dando tempo e, ao mesmo tempo, criando grupos de trabalho. Mas só vai acontecer até 87". Eu dizia que ia acontecer até 87, e isso ele também confirmou. Ele também dizia que ia para a União com o salário do Estado. Também assim aconteceu. Ele também disse que o Governo Federal não tinha interesse nenhum mais de assumir esse quadro por quadro da União. Eu falei isso publicamente; falei isso nas reuniões. Eu jamais criei expectativa falsa.

É diferente do que aconteceu comigo em 2003, no meu Estado, Presidente Senador Paim. Foram demitidos 10 mil servidores. Desses 10 mil servidores que foram demitidos, eu fiz um compromisso de que se pudesse, na Justiça, eu iria reintegrá-los. E nós reintegramos praticamente todos esses servidores que foram demitidos no governo daquela época, que me antecedeu. Mas tinha força de vontade. Nós tínhamos um compromisso. Agora, não. Agora não se tem vontade. Agora não se quer assumir esse quadro para a União, e o Estado de Rondônia vai ficar com um problema social muito grande. E sem contar que estão indo para a aposentadoria, só na Polícia Militar, mais de mil policiais. E ainda é preciso fazer concurso público.

Se hoje a criminalidade está alta, imaginem amanhã! Mas se criou uma expectativa, e a bancada trabalhou unida, sabendo da situação que estava. Ao mesmo tempo, numa das reuniões, o Deputado Mauro Nazif me dizia: "Cassol, não levante a lebre. Vamos fazer de conta que o pessoal aqui no governo não está vendo". Eu falei: "Os mais bobos aqui somos nós, que nos elegemos Senadores. A Presidente se elegeu Presidente do Brasil, e vocês aqui se elegeram Deputados. Aqui não tem bobo, não".

Aqui não tem ministro bobo, não tem secretário bobo. Nós temos que ser verdadeiros. As pendências que existem têm que ser tiradas, têm que ser colocadas às claras, mas não fizeram isso. Preferiram enganá-los. Preferiram enganar todos os servidores. Mas, ao mesmo tempo, hoje, os servidores sabem quem é a madrasta e quem é o padrasto que não gostam dos filhos dos outros, porque o padrasto e a madrasta são aqueles que pegam os filhos de alguém para viver juntos e criar com educação, mas, infelizmente, alguns só

enganam, só iludem. Parece até a Avenida Brasil, em que está acontecendo uma situação idêntica.

É isso que não podemos admitir, e é esse o preço que estamos pagando hoje. Mas vamos nos calar aqui? Não vamos, não.

Infelizmente, esse tempo todo nós fomos enganados. Eu não fui enganado, porque eu já sabia. Eu não fui iludido, porque eu já tinha certeza do que ia acontecer, mas aqueles que acreditaram que a transposição ia ser um conto de fadas, na verdade perceberam que aquilo virou um engodo. Eu dizia isso lá atrás. Eu disse: "É só pegar as notas, os jornais da época de Governador que havia uma pegadinha". E não havia uma. Havia duas pegadinhas. E estão aí as redações infelizmente truncadas. E hoje a interpretação não tem interesse.

Mas, se o Governo Federal quisesse, com certeza poderia passar por cima disso tudo, fazer a ratificação e, imediatamente, ter a aprovação de todos. Precisa fazer uma correção na PEC? Então, que façamos, mas que façamos do Palácio para cá. Venha de lá para cá, porque, com o aval do Palácio, as coisas aqui andam. Aqui só anda a matéria na qual o Governo tem interesse. Aquela em que não há interesse só vai se for na pressão, e quando a minoria consegue essa adesão. Mas nós somos da situação, nós somos da Casa. Por isso, nós temos o direito de espernear, Sr. Presidente, temos o direito aqui de reclamar, temos o direito aqui de acompanhar todos os que nos acompanham pelo Brasil afora, especialmente no meu Estado, porque, infelizmente, essa transposição virou um pesadelo.

Parece até que essa transposição, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é o mesmo conto de fadas da Nova Rondônia. Criaram uma expectativa em torno da Nova Rondônia, e, com dez meses, já havia catorze na cadeia, desde secretário de Estado a assessor. A transposição só não tem corrupção, mas, infelizmente, o lado da promessa é igual ao da Nova Rondônia.

Mas nós não vamos nos calar. Vamos continuar juntos. Vamos continuar unidos. A todo momento, nós temos o direito e a oportunidade de buscar na Justiça. É isso o que o sindicato tem que fazer. Foi isso que solicitei ontem ao Secretário da Fazenda, para que ele entrasse na Justiça desde 2009, para que não deixasse prescrever os cinco anos dos direitos que temos. E, lá na frente, com certeza, a Justiça, o Supremo Tribunal Federal vai fazer justiça mais uma vez, igual à dívida do Beirão. Fizeram uma dívida impagável, assumiram uma conta que não era nossa. Eu entrei na Justiça, e, graças a Deus, estamos fazendo a revisão da dívida. Vai haver uma economia de mais de R$1 bilhão. É isso o que buscamos.

Por isso, estou indignado com toda essa situação, mas não desisto de persistir com o propósito de levar a esperança e o bem-estar a todos.

Com a palavra o nobre Senador que assumiu, há poucos dias, a vaga do Senador Valdir Raupp, Tomás Correia.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol. Eu queria apartear V. Exa. exatamente nesse ponto da transposição. Quero, primeiro, agradecer a V. Exa. pela concessão do aparte. É um prazer dialogar com V. Exa. Na verdade, foi tormentosa a tramitação da PEC aqui na Casa. V. Exa. acompanhou, apoiou, mandou para cá ônibus, e tivemos a aprovação dela na Câmara e no Senado. Depois, veio a regulamentação. Outro tormento. Tivemos que pegar uma carona numa medida provisória, para enxertar nela a regulamentação do artigo da Constituição que previa a transposição. E, agora, vem uma coisa interessante. Veja V. Exa.: há, sobre esse assunto, Senador Cassol, uma emenda constitucional; temos uma norma legal que decorre da medida provisória que foi aprovada, uma lei; temos um decreto que a Presidente Dilma assinou lá em Porto Velho; temos, depois do decreto, mais uma instrução normativa...

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – (*Fora do microfone*.) Sr. Presidente, mais dois minutos. Mais dois minutos, Sr. Presidente, por gentileza, para o aparte.

Obrigado.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Veja V. Exª: há a emenda constitucional, a lei, o decreto que a Presidente Dilma assinou lá em Porto Velho – V. Exa. esteve lá...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP– RO) – O que mais há é lei.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – E estamos aguardando agora mais uma instrução e mais um parecer. Veja V. Exa que isso parece realmente coisa de quem não quer chegar a lugar nenhum. Então, eu queria só saudar V. Exa – não quero mais alongar o meu aparte – e dizer que é necessário. Eu vi que V. Exa. está dando todo o apoio, assim como toda a Bancada, e hoje se percebe que há uma união muito grande da Bancada de Rondônia na busca de encontrar uma solução para essa questão, para que não se frustre a grande expectativa dos funcionários públicos que aguardavam a transposição. A questão do salário do Estado é uma incoerência total. Como se transfere o servidor público do Estado para a União, e ele vai receber o salário original do Estado? É um argumento totalmente sem pé e sem cabeça, que não tem qualquer razão jurídica. Então, queria agradecer a V. Exa.,

cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz e dizer que é um prazer dialogar com V. Exa. neste momento. Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado pelo aparte, nobre colega.

Infelizmente, estamos carregando esse fardo no nosso Estado. Eu gostaria que a Presidente Dilma, a nossa Presidente, que é uma administradora, uma técnica arrojada, revisse esse posicionamento da Advocacia-Geral da União juntamente com os seus Ministros e Ministras, a fim de que se possa dar ao Estado de Rondônia e aos nossos servidores o mesmo direito que o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, que muito nos honra por estar comandando esta Casa, conseguiu para o Estado do Amapá, quando foi criado o Estado.

O Estado de Rondônia, infelizmente, está hoje em uma situação de desigualdade. Mas parabenizo o Presidente pelo que conseguiu por sua luta. Nós, infelizmente, não tivemos políticos que defendessem a integração do Estado de Rondônia com o Estado do Amapá.

Esse prejuízo é incalculável, esse prejuízo é irremediável, esse prejuízo é uma cicatriz pior do que um câncer, porque não tem conserto. Ele corrói, come e destrói.

Temos que ser persistentes, mas por uma permanência verídica, uma permanência leal, buscando, junto com esta Casa, junto com o Palácio do Planalto, que se consiga, em um futuro breve, a esperança de que isso possa se tornar realidade.

Não podemos aceitar o que foi feito pela madrasta dessa PEC, a ex-Senadora Fátima Cleide, como também pelo Deputado Mauro Naziff e alguns outros que nos enganaram, que nos iludiram, que criaram uma expectativa eleitoreira e depois quiseram jogar a culpa em nossas costas. Isso é inadmissível, inaceitável.

O povo assim o quis, lá atrás, na eleição, já sabendo a verdade, porque sempre fui verdadeiro. É melhor uma verdade amarga, pois pelo menos ela cura, recupera, conserta. É igual a remédio para o fígado: ou se toma o remédio amargo ou, infelizmente, se continuar consumindo açúcar, a pessoa vai acabar de se envenenar. É isso o que tem prejudicado o nosso Estado de Rondônia. É isto que buscamos na política: a renovação, para que haja pessoas sérias e comprometidas com a causa pública e, assim, possamos fazer com que a expectativa desses servidores se torne realidade.

Sr. Presidente, agradeço os minutos concedidos a mais. Agradeço e peço a todas as pessoas que vão à Igreja para que continuem orando, não só por mim, mas que orem também para a Ministra, para o Advogado-Geral da União, para os servidores, para a Presidente, para que possam iluminá-los a dar esse presente para o povo de Rondônia, para compensar o prejuízo que o Estado terá com as usinas hidrelétricas. Além do ICMS, que não fica lá, ficará o problema social, ficará a criminalidade, ficará o déficit de todas as áreas. Infelizmente, esse é o preço que estamos pagando. Mas, com certeza, com muita oração e com fé em Deus, vamos conseguir vencer essas dificuldades.

Que Deus abençoe todos.

Um abraço.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ivo Cassol, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Presidente Sarney, o Senador Garibaldi Alves está esperando por um longo período. Se V. Exa. concordar, ele fará um pronunciamento rápido e, em seguida, V. Exa. será o próximo orador inscrito. É possível? *(Pausa.)*

Senador Garibaldi Alves com a palavra. Em seguida, o Presidente Sarney.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por motivo de saúde, peço a autorização de V. Exa. para que eu utilize a palavra de onde me encontro.

Sr. Presidente, ocupo esta tribuna na tarde de hoje, para, mais uma vez, tecer algumas considerações a respeito da seca que assola o Nordeste brasileiro, com certeza uma das mais severas dos últimos anos. Já são quase mil Municípios em todo o Nordeste em situação de calamidade ou emergência.

É certo, Sr. Presidente, que o Governo Federal está atento ao problema, vem tomando todas as providências necessárias para o enfrentamento dessa caótica situação. Por exemplo, a aprovação das Medidas Provisórias nºs 565 e 566, que instituíram linhas de créditos especiais para atender aos setores produtivos rural, industrial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública, e da MP nº 566, que abriu crédito extraordinário em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional em mais de R$700 milhões para ações de combate à seca.

No meu Estado, o Rio Grande do Norte, a Governadora Ciarlini vem comandando uma verdadeira força-tarefa no planejamento e na execução de projetos de enfrentamento dos efeitos da seca.

Mesmo assim, é preciso fazer maiores investimentos na infraestrutura hídrica da região nordestina,

para que o homem do campo possa continuar desenvolvendo suas atividades econômicas e lutar de forma justa pela sua sobrevivência.

A Região Nordeste não pode continuar a depender da boa ou má sorte climática, não podemos ficar atrelados eternamente às ações dos governos. O fenômeno da seca é antigo e, nesse sentido, faço um apelo ao Governo Federal, à Presidente Dilma Rousseff, a fim de agilizar, em especial, as obras de transposição das águas do Rio São Francisco no intuito de prover os Municípios com oferta permanente de água e também realizar trabalhos de incremento de reservas hídricas como forma de salvar o Nordeste brasileiro desse destino desumano.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de dizer que confiamos na vontade política da Presidente Dilma para mudar esse cenário. Mudar de forma significativa, para que o nordestino vítima da seca possa ter os seus direitos respeitados como qualquer cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Garibaldi Alves.

Neste momento, passo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha longa vida nesta Casa me faz, já nesta etapa, ser um pouco melancólico, sobretudo em relação às pessoas com quem eu convivi, com quem eu vivi, e que hoje já estão na época de completar centenário de nascimento ou no caminho de marchar para o destino de todos nós.

E, nesse sentido, eu não queria que passasse em branco, neste dia 8 de agosto, que hoje se comemoram 100 anos de nascimento, é o centenário de um homem que foi um grande Senador aqui nesta Casa na década de 70 e que era um homem de uma extrema presença e de uma extrema bondade. Ele era tido aqui no Senado como um homem bom, um homem que foi Secretário da Casa, um homem que não tinha inimigos, um homem que tinha uma aura de bondade e de estima: falo do Senador Henrique de La Rocque Almeida.

Ele foi aqui, na Casa, uma referência e, sobretudo, uma referência de carinho, de amizade, de convivência com as pessoas. Ele tinha como norma de sua vida sempre olhar o lado bom, o lado correto das pessoas, e nunca vi, nós nunca vimos aqui, nesta Casa, em nenhum momento, La Rocque agredir a quem quer que fosse no tempo em que ele aqui foi Senador, durante seis anos — daqui saiu para ser Ministro do Tribunal de Contas da União.

Ele nasceu em São Luís, cursou o ginásio na Bahia, no Colégio Antônio Vieira, o mesmo em que estudou Jorge Amado. Depois, foi para o Rio de Janeiro, onde formou-se em Direito, cursando a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da Universidade do Brasil, atualmente UFRJ.

Muito moço, ele foi aprovado em concurso e tornou-se técnico do Ministério da Fazenda. Chefia o Departamento da Câmara de Reajustamento Econômico. Em 1951, é nomeado Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários, onde ele fez uma excelente administração. Durante esse tempo, fez uma amizade muito grande com o Presidente Vargas, que queria também muito bem ao La Rocque, que tinha um apreço pelo La Rocque, julgava também o La Rocque um homem muito bom e o fez presidente do IAPC.

Nessa época, ele começa a participar da política maranhense, reunindo-se com os líderes da oposição na tentativa de encontrar uma solução para a crise da eleição de Eugênio Barros, em 1951.

Em 1953, faleceu o grande nome do Maranhão, que era Senador, Clodomir Cardoso, grande jurista, grande latinista, grande professor. Com o seu falecimento, abriu-se, no Senado, uma vaga, já que, ao mesmo tempo, o seu suplente tinha renunciado e faltavam dois anos para o término do seu mandato.

Getúlio, com a intermediação de Tancredo Neves, indicou La Rocque para concorrer a essa vaga de Senador. Mas o Senador Vitorino Freire não aceitou as relações que o La Rocque tinha com as Oposições Coligadas e lançou a candidatura do Carvalho Guimarães, também um velho político do Maranhão, que já estava com certa idade, figura tradicional, conhecido como parlamentarista, amigo do Raul Pilla. Então, La Rocque foi candidato, mas não se elegeu. Evidentemente era muito difícil naquele tempo que ele se elegesse. Mas isso fez com que ele sedimentasse um caminho e, no ano seguinte, fosse candidato a Deputado Federal, elegendo-se pelo Partido Trabalhista Brasileiro, onde ingressara por sua ligação pessoal com Vargas.

Em 1958, Clodomir Millet e Neiva Moreira o convidam para concorrer pelo PSP, que era o partido de Adhemar de Barros, também um partido muito forte no Maranhão, porque era comandado por Clodomir Millet, que veio a ser Senador. E ele renovou o seu mandato em 1962.

Em 1966, também uma vez mais era Deputado, já então eleito pela Arena. Foi 1º Secretário da Câmara — gostava de ser membro da Mesa —, também já fora 2º Secretário da Mesa e, em 1970, elegeu-se pela quarta vez.

Quando chegou em 1974, na eleição de 74 — eu já era Senador —, achei que devíamos já lançar La Rocque como candidato ao Senado. E apoiei sua candidatura a Senador. Foi bem eleito e aqui ficou até 1980, quando foi escolhido Ministro do Tribunal de Contas da União. Infelizmente, pouco exerceu o cargo, que significava para ele uma proteção financeira. Era um homem extremamente pobre, de hábitos muito simples e de grande austeridade. Faleceu em 1982. Lembro-me de que com lágrimas participei do seu sepultamento. Era uma dessas pessoas em quem a gente se liga pessoalmente.

A política cria afeições, amizades. No caso de La Rocque, além da política — na qual nem sempre estivemos juntos, mas separados, porque ele era do PSP e eu da União Democrática Nacional —, havia uma grande amizade. Gostava bastante de La Rocque e o assisti muito nos últimos anos de vida, no sofrimento que teve até a sua morte.

Era um homem de grande inteligência, mas muito discreto e de excelente convívio. Era muito querido pela população de São Luís. Interessante, porque não era um desses políticos clássicos, chamados populistas. Não era daqueles políticos populares que fazem discursos e mais discursos, que exploram as situações. Não, era um homem extremamente calado, extremamente discreto. É o primeiro caso que conheço de um político com essa característica que se torna extremamente popular. Quando ele passava, diziam: "Ali vai o Dr. La Rocque, um homem bom." Foi um grande político. Em São Luís, sempre se elegeu com uma grande votação. Era um homem de grande integridade, de um comportamento exemplar e foi uma referência na vida pública, não só para o meu Estado como também para o Brasil.

É com grande amizade que celebro hoje a sua memória nesta data em que ele faria 100 anos. Por isso, não queria deixar que passasse este 8 de agosto sem dizer umas palavras sobre La Rocque. Que fique nos Anais que ele é lembrado ainda por seus colegas do passado. Ele não deixou filhos, parentes também muito poucos, mas, ao mesmo tempo, deixou amigos que, como eu, também estão bem vividos e ainda registram essa lembrança, que é feita de muitas pessoas que sobrevivem na memória de alguns que também desaparecerão e, com essa memória desaparecendo, eles também desaparecerão.

Relembro seu centenário como uma data marcante na história dos políticos maranhenses, dentre os quais ele ocupa um lugar de destaque, como também dos políticos brasileiros e como uma grande figura que passou pelo Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Presidente Sarney.

A Mesa é solidária à homenagem que V. Exa. faz ao centenário desse grande político descrito por V. Exa. La Rocque.

Em seguida, passamos a palavra ao Líder Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da **TV Senado**, todos que nos acompanham pelas redes sociais, procurarei falar sobre três temas.

Há exatos seis anos, era sancionada pelo Presidente Lula a Lei Maria da Penha. Lei, que nas palavras do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, o ilustre Ministro, sergipano como eu, Carlos Ayres Britto:

> É uma das mais belas novidades transformadoras do Brasil pós Constituição de 1988. Ela coíbe exemplarmente a violência contra a mulher no ambiente doméstico, violência multifacetada, de ordem psicológica, física, sexual e moral. É uma lei ambiciosa tematicamente, porquanto, mais do que mudar comportamentos, muda mentalidades. Cuida-se de lei constituída de uma espécie de arremate ou última etapa de evolução constitucionalista chamada de fraternal, solidária, que visa, não propriamente à inclusão socioeconômica das pessoas, mas um outro tipo de integração. Uma integração comunitária, para que as pessoas vivam em perfeita comunhão de vida, em verdadeira comunidade.

São palavras do ilustre Ministro Carlos Ayres Britto.

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha – em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, cearense, nordestina, que durante quase vinte anos lutou pela punição de seu agressor – é o resultado da luta dessa mulher, que junto a um consórcio de organizações feministas, da sociedade civil, operadores do direito, servidores da segurança pública e Secretaria de Políticas para as Mulheres, elaboraram um anteprojeto que foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 2004. Chegou a esta Casa em 2006, onde tramitou por quatro meses e, após amplo debate realizado no país, foi aprovado nas duas Casas Legislativas e sancionado pela Presidência da República.

Hoje, é considerada uma das leis mais avançadas do mundo e principal instrumento para mulheres se defenderem de seus agressores.

E, ontem, entrou em vigor uma iniciativa pioneira: os agressores deixarão de responder apenas criminalmente em casos de violência doméstica e passarão a ser punidos também no bolso. É que a Advocacia-Geral da União – AGU, em nome do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, vai ajuizar ações regressivas para cobrar o ressarcimento de gastos da União com auxílio-doença, com aposentadoria por invalidez e pensão por morte para os dependentes. O projeto deverá ser estendido a todos os Estados, por meio de parcerias com os Ministérios Públicos locais. Além da Secretaria de Políticas para as Mulheres, já foram firmadas parcerias com as delegacias de Brasília e Espírito Santo.

É fato que, no último semestre, a quantidade de denúncias feitas à Central de Atendimento à Mulher, destinada a casos de agressão, praticamente dobrou – infelizmente –, mas, mais do que representar aumento dos casos, o crescimento de denúncias demonstra conscientização, uma vez que as mulheres vêm ganhando informação e conhecimento.

Ontem, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, apresentou o balanço semestral, de janeiro a junho deste ano, do Ligue 180, serviço que tem sido cada vez mais reconhecido como bem público, uma vez que ele dá voz às mulheres vítimas de violência doméstica, contribui para romper o silêncio e ajuda a salvar vidas, além de ser uma das estratégias fundamentais para que a mulher perca o medo, resgate a esperança de viver e acredite no fim da impunidade. É também uma importante ferramenta para subsidiar a criação de políticas públicas que visem o enfrentamento à violência e o monitoramento dos serviços que integram a rede em todo País.

Os dados deste balanço nos mostram que houve um aumento de mais 13% no total de registros, Sr. Presidente, em comparação ao mesmo período de 2011. A violência física continua, infelizmente, sendo a mais relatada e, em pouco mais de 70% dos casos, o agressor é o companheiro ou cônjuge, e essas agressões ocorrem diariamente em quase 60% dos casos.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a perversidade vai além, Sr. Presidente: nos seis anos de vigência da Lei Maria da Penha, o risco de morte foi verificado em mais de 50% dos atendimentos e, em mais de 65% dos casos, os filhos presenciam a violência e, algumas vezes, também são alvo da violência do agressor.

Sergipe, meu Estado, está na nona colocação no *ranking* de ligações de procura à Central Ligue 180. Tivemos uma discreta diminuição no número dessas ligações, levando-se em consideração o mesmo período do ano passado, 2011. Mas ainda temos um índice muito alto de violência doméstica no nosso Estado.

Atualmente, temos quatro Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, duas delas na capital, Aracaju; uma em Itabaiana, cidade em que nasci; e outra em Estância.

No final de 2007, foi instalada a 11ª Vara Criminal, conhecida como Vara Maria da Penha, que, desde sua criação até janeiro deste ano, registrou um total de 5.830 ações, sendo que, desde sua criação, o número de denúncias de agressores de mulheres cresceu bastante. A edição da Lei e a criação da Vara especializada significam um avanço para a sociedade. É verdade!

Contudo, a maior eficácia da Lei Maria da Penha depende de diversos fatores, como a garantia de orçamento e a aplicação de recursos para instrumentos que garantam a vida e os direitos das mulheres em situação de violência doméstica.

O Ministério da Saúde, para incentivar a notificação e promover o desenvolvimento de ações de vigilância e prevenção de violências, destinará, neste ano, R$31 milhões às secretarias estaduais e municipais de saúde de todo o País.

Hoje, nosso País conta com 522 serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e doméstica. As ações de combate à violência, no Sistema Único de Saúde – SUS, incluem também o treinamento de profissionais em toda a rede pública, ampliação dos serviços sentinelas de notificação e dos serviços que prestam assistência às mulheres agredidas.

Como podemos constatar, a Lei Maria da Penha é um grande avanço, com certeza, mas muito ainda precisa ser feito.

Sr. Presidente, gostaria agora de prestar uma justa e honrosa homenagem ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe que, nesta semana, completou 100 anos de existência - um século, Sr. Presidente -, carinhosamente referido por alguns dos seus sócios como A Casa de Sergipe, que foi criada como uma associação civil sem fins lucrativos, no sentido de zelar pela memória do Estado, coletando documentos, discutindo problemas culturais e produzindo saber ao longo de sua história.

Parabenizo o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe na pessoa do seu atual Presidente, Sr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, e de toda a sua diretoria, que presta serviços relevantes a nossa sociedade, que engrandece, que faz crescer, cada vez mais, o povo sergipano.

E para finalizar, Sr. Presidente, queria aqui parabenizar também, e não posso deixar de fazê-lo, o Município de Laranjeiras, o seu povo, a sua gente, pelos seus 180 anos de emancipação política, comemorados ontem, dia 7 de agosto.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de passar a palavra para V. Exa. pela ordem, tenho que fazer dois comunicados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 13 de agosto do corrente, segunda-feira, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Centenário de Falecimento do Marquês de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência fixa o calendário de tramitação do **Projeto de Lei do Senado n° 236, de 2012**, que *reforma o Código Penal Brasileiro*, nos termos do art. 374 do Regimento Interno.

É o seguinte o calendário:

1. Apresentação de Emendas	09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis)
2. Relatórios parciais	06 a 20/09/2012 (dez dias úteis)
3. Relatório do Relator-Geral	21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis)
4. Parecer final da Comissão	28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso II do art. 374 do Regimento Interno, serão anexados ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, as proposições em curso ou as sobrestadas, em tramitação nesta Casa, que envolvem matéria com ele relacionada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington Dias, como não há nenhum orador no plenário, V. Exa. está convidado a usar a tribuna pelo tempo regimental.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, grato pela atenção. Quero aqui também fazer alguns registros que considero importantes. Um deles sobre a produção que tivemos aqui esta semana. Uma semana dessas nos dá orgulho de ser Senador.

Aqui tivemos, pela Bancada do Estado do Piauí, uma solução para um problema antigo, que é trabalhar-mos as condições de início da obra, agora em agosto, da BR-135, que liga o Município de Eliseu Martins, passando por Manoel Emídio até a cidade de Bertolínia, uma rodovia importante que liga os Cerrados no Vale do Gurgueia, no Estado do Piauí.

Também um entendimento que tivemos com o Ministério das Minas e Energia e com o Ministério do Meio Ambiente, que garante as condições da inclusão das hidrelétricas do Parnaíba nos novos leilões que a Presidenta Dilma deverá autorizar esses dias.

Votações importantes aqui, como as votações que garantiram um tratamento digno para garçons, para *maîtres*, para cozinheiros, para confeiteiros. E, ainda, a aprovação do Projeto de Cotas. V. Exa. fez uma brilhante defesa, fiquei muito emocionado. A aprovação da Lei do Jornalista, meu querido Inácio Arruda, na qual V. Exa. teve um papel importante, e que garante a exigência do diploma, embora permita que outros profissionais possam trabalhar, inclusive respeitando aqueles que já estão em atividade, foi uma iniciativa do Senador Valadares. Do Defensor Público, o advogado dos que mais precisam, de quem não tem condição de pagar advogado, o que passa a garantir uma autonomia e permite um planejamento maior. A aprovação das Medidas Provisórias 563 e 564, tratando do Brasil Maior, garantindo, por exemplo, investimentos na educação, investimentos que vão permitir computadores nas escolas, um exemplo singelo entre tantos outros, e que garante um conjunto de medidas incentivando empreendedores para o desenvolvimento, incluindo aí a carnaúba, ceras diversas. O projeto que criou o Fundo da Cajucultura, importantíssimo, meu querido Inácio Arruda, para o Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte e para outros Estados. O Projeto da 564, que assegura um incentivo às amêndoas, incluída aí a amêndoa da castanha do caju. A capitalização do Banco do Nordeste: R$4 bilhões, que permitem dar um salto. Aliás, a mudança de regras para o Fundo Constitucional, o que vai permitir em 10 anos chegarmos a cerca de R$40 bilhões com o FNE e o FNDE só para a região Nordeste, assim também como para a região amazônica e outros.

Enfim, são semanas que, com certeza, marcam a história do Parlamento pela capacidade produtiva do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, amanhã, dia 9 de agosto, será celebrado no mundo todo o Dia Internacional dos Povos Indígenas, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução nº 49/214, de 23 de dezembro de 1994.

Naquela oportunidade, a ONU havia estabelecido, como chamamento à defesa dos direitos dos povos originários, a primeira década mundial dos povos

indígenas, de 1995 até 2004. Em 2004, proclamou a segunda década internacional dos povos indígenas, que termina em 2015.

A principal vitória dos povos indígenas em âmbito mundial foi a aprovação pela ONU, com apoio do Brasil, da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e alguns de seus princípios já estão consolidados na legislação brasileira, seja pela Constituição Federal, seja pela Convenção 169 da OIT. Questões como autogestão e etnodesenvolvimento ainda estão por serem entendidas em nosso País.

Os direitos dos povos indígenas estão na agenda mundial e qualquer país que pretenda ser considerado uma potência mundial deve estar preparado para respeitar e valorizar a diversidade de seus povos originários.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, divulgou uma mensagem pelo Dia Internacional dos Povos Indígenas, da qual faço a leitura:

> *Já transcorreram cinco anos desde que foi adotada a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Durante esse tempo, os indígenas aproveitaram, a título individual e comunitário, o alcance dos meios de comunicações tradicionais e dos novos meios para contar sua história e fazer com que sua voz seja escutada.*
>
> *Neste ano, o Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo coloca em destaque os meios de comunicações indígenas e o empoderamento das vozes indígenas. Desde o rádio e a televisão comunitárias, até os filmes e os documentários temáticos [*agora, só para citar, está sendo trabalhado pelo nosso querido Paulo Betti o filme Mandu Ladino, que conta a história de um herói indígena do Estado do Piauí.*], passando pelos vídeos e os jornais, Internet e as redes sociais, os povos indígenas estão se servindo desses potentes instrumentos para questionar o discurso oficial, chamando a atenção da opinião pública internacional [*e em nível local*] para as violações dos direitos humanos e fomentar a solidariedade mundial. Também estão desenvolvendo seus próprios meios de comunicação para refletir os valores indígenas e combater mitos e mal-entendidos.*
>
> *Os indígenas estão contando na primeira pessoa suas emocionantes histórias de luta contra séculos de injustiça e discriminação e de defesa aos recursos e direitos que preservarão suas culturas, idiomas, espiritualidade e tradições.*
>
> *Apresentam outro ponto de vista sobre os modelos de desenvolvimento que excluem as experiências indígenas, e promovem o respeito mútuo e a compreensão intercultural que são indispensáveis para construir uma sociedade onde não haja a pobreza nem os preconceitos.*
>
> *Neste Dia Internacional, prometo que o sistema da ONU prestará todo apoio para colaborar com os povos indígenas e seus meios de comunicação buscando promover a plena aplicação da Declaração. Também convoco os Estados Membros e os principais meios de difusão para criar e manter oportunidades para que os povos indígenas possam articular seus pontos de vista, prioridades e aspirações.*
>
> *Vamos utilizar os meios de comunicação, indígenas ou não, e sobretudo os novos meios, para construir pontes e criar um mundo verdadeiramente intercultural onde se celebre a diversidade; um mundo onde as distintas culturas não somente coexistam, mas também sejam valorizadas de forma recíproca em suas abordagens e potencialidades.*

Vemos que a ênfase das Nações Unidas está na comunicação como instrumento para acabar com mal-entendidos e preconceitos. Os povos indígenas começam a percorrer esse novo caminho, porque, a partir da comunicação, estabelecemos o diálogo; com o diálogo, o entendimento; e, com o entendimento, aprendemos a respeitar a diversidade.

É nesse contexto de comemoração do Dia Internacional dos Povos Indígenas, meu querido Paulo Paim, que o nosso Governo deveria, como interlocutor positivo desse diálogo – e encaminhei esse pleito –, revogar a Portaria nº 303/2012, da Advocacia-Geral da União. Recebi como um pleito importante das lideranças indígenas. Essa portaria promove, na nossa opinião, um atraso nunca visto na interpretação da legislação indigenista, na contramão de todas as políticas mundiais.

Fiz esse apelo à Presidenta Dilma e ao nosso Advogado-Geral da União, no sentido de que a gente possa pelo menos manter a correta interpretação para aquilo que assegura as garantias de direitos individuais, aliás cumprindo aquilo de que o Brasil é signatário, que são os tratados a respeito dos povos indígenas.

Um grande e venturoso Dia Internacional dos Povos Indígenas para os povos do Brasil e do mundo!

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias!

Lembrando a sessão histórica do dia ontem, quero me somar ao seu pronunciamento, no seu conjunto. Para atender à questão dos defensores públi-

cos, realizamos, inclusive, audiências públicas tanto na Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita e Senador Wellington Dias, como na Comissão de Assuntos Sociais, para levantar o debate sobre a situação. E, felizmente, hoje, isso foi consagrado com a votação da PEC da Senadora Vanessa Grazziotin.

Parabéns por lembrar o dia dos povos indígenas de amanhã! Sempre é uma lembrança muito grata para nós que trabalhos junto às políticas de direitos humanos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim, é importante destacar que, quando falamos da política de cotas, sempre lembramos dos afrodescendentes, dos negros, mas também ali são contemplados, além da rede pública, os povos indígenas. É algo que merece comemoração. Parabenizo esta Casa, em nome de V.Exa., por essa importante vitória. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Senador Inácio Arruda, permita-me aproveitar a presença de quatro parlamentares no plenário para votar um requerimento da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em votação o **Requerimento nº 737, de 2012**, da Senadora Ana Rita, que requer licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, para participar de diligência da CPMI da Violência contra a Mulher, na cidade de Queimadas, no dia 16 de agosto de 2012, e de audiência pública dessa CPMI no dia 17 de agosto de 2012, a realizar-se na Assembleia Legislativa da Paraíba, em João Pessoa, conforme os Requerimentos n°s 497 e 404, de 2012-CPMI, aprovados em 22 de maio de 2012 e em 29 de março de 2012, respectivamente.

É o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Inácio Arruda, como Líder, V. Exª está com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero também registrar o êxito extraordinário do nosso esforço concentrado.

Senador Correia, V. Exa., que aqui representa o Estado de Rondônia, também é um cearense da cidade de Granja, e muito nos honra a presença de V. Exa. neste plenário e no Senado da República.

Quero registrar que, além da atividade legislativa, também houve uma atividade comemorativa pelos os seis anos da Lei Maria da Penha. É uma conquista que devemos consolidar e ampliar, para fazer cessar no nosso País a brutalidade, que ainda se espraia, do ataque às mulheres, especialmente o ataque doméstico e o terrível crime passional que se abate sobre as mulheres, principalmente na nossa Nação.

Quero cumprimentar as mulheres que atuaram de forma tenaz, não só para garantir a aprovação da Lei, mas também para manter viva a ideia de que as leis têm de funcionar. Registro aqui o esforço da Deputada Jandira Feghali e, especialmente na nossa Casa, da Senadora Ana Rita, que buscaram tratar essa questão com a energia necessária, para que não nos esquecêssemos jamais de fazer cumprir a Lei.

A luta dos defensores foi transformada em emenda constitucional, consolidada no dia de hoje.

E as cotas? São 10 anos apenas, Senador Paim, um período relativamente pequeno. Houve uma resistência de tempo. Demoramos a aprová-la. Essa é uma conquista extraordinária, que devemos ressaltar e pôr em prática imediatamente.

No Ceará, na cidade de Redenção, há a nossa Unilab – Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira, unidade internacional onde buscamos fazer uma reparação brasileira do que cometemos. A nossa elite econômica da época cometeu crimes bárbaros contra os escravos trazidos da África. Então, é a busca de se examinar a história no sentido de corrigir o absurdo e a estupidez humana que nós cometemos.

Houve a aprovação das duas medidas extraordinárias que estão ligadas ao plano Brasil Maior. É a tentativa da nossa Presidente, ao lado da política de redução da taxa de juros, de buscar incrementos que permitam à economia avançar. Refiro-me à Medida Provisória nº 563 e à Medida Provisória nº 564.

Registro aqui importantes conquistas da nossa Região, citadas há pouco pelo Senador Wellington Dias.

Ressalto o trabalho que fizemos para ampliar as conquistas na área da produção de caju, desde a lavoura até o seu beneficiamento. É também feito o reconhecimento da importância da cera de carnaúba e da carnaúba para a economia do Nordeste brasileiro.

Destaco ainda a alavancagem do Banco do Nordeste. Tive a alegria e a satisfação de ver uma emenda de minha autoria ser acolhida pelos Srs. Relatores, o Relator e o Relator revisor, na Câmara e no Senado, ampliando o papel do Banco do Nordeste, o reforço ao Banco do Nordeste. Isso tem grande significado e impacto na nossa Região, no Estado do Ceará e em todo o Nordeste. O Banco do Nordeste atua do Nordeste até parte do Sudeste, porque envolve ainda o Estado de Minas Gerais e o Estado do Espírito Santo. Quero registrar essa como uma das mais importantes medidas de impacto para a nossa Região, para a minha

cidade de Fortaleza, para a nossa região metropolitana e para todo o Estado do Ceará especialmente.

Sr. Presidente, quero fazer um registro, fazer um destaque do que terminou vindo para a nossa reunião de esforço concentrado. Nós votamos aqui, no dia de hoje, a escolha da Sra. Magda Maria Regina Chambriard para a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). Essa mulher, que já ocupa a posição de Diretora-Geral da ANP, é reconduzida ao cargo e vai se manter nessa posição destacada por mais quatro anos, por decisão, evidentemente, da nossa Presidenta Dilma Rousseff.

O fato é que, durante a sabatina, durante as discussões, durante o debate, veio-me exatamente a informação do que a Petrobras ofereceu na última quinta-feira, que para nós tem um significado enorme: a ocorrência de petróleo em águas profundas na Bacia Ceará, bacia que vai de Fortaleza até São Luís do Maranhão, durante a perfuração do poço 1-BRSA-1080--CES (1-CES-158). Esse é o título do poço, que é muito importante e que ficou conhecido, informalmente, como Pecém, próximo à área do Porto do Pecém, mas localizado a 76 quilômetros do Município de Paracuru, na costa do Ceará. O poço está a uma profundidade de 2.129 metros de lâmina d'água, e a ocorrência de óleo, de petróleo veio a 4.410 metros de profundidade, que era a profundidade naquele momento em que foi dada a informação pela Petrobras. Mas o trabalho seguiria até alcançar a profundidade de 5,5 mil metros.

Naquela região do Nordeste brasileiro, estamos construindo, a partir de iniciativa da Petrobras, por decisão também da Presidência da República, do Presidente Lula, da Presidenta Dilma – com quem temos discutido, permanentemente –, esses grandes empreendimentos no Estado do Ceará, como a refinaria Premium. A descoberta de petróleo em águas profundas em nosso Estado vai se somando a esse grande esforço.

O poço está em estudo. Foi um único furo, no qual houve um acerto. A coluna de hidrocarboneto chega à altura de 290 metros, e o reservatório de óleo está com espaço de 140 metros. É claro que tudo isso está sendo avaliado, para ver o grau de viabilidade, o que vai significar esse negócio para a Petrobras e para os seus sócios – ou a sua sócia, que, no caso, é a BP, sócia da Petrobras nesse lote que está sendo perfurado.

A notícia traz otimismo para o nosso Estado, para aqueles que dirigem e governam e também para o povo cearense, que vê na perspectiva de haver mais petróleo e mais gás também uma alavanca para o nosso desenvolvimento.

Ajuda o Ceará, ajuda a minha cidade, Fortaleza, mas ajuda, sobretudo, o Brasil, numa hora importante em que nós precisamos que essa riqueza seja transformada em produtos para alavancar a economia brasileira. Ajuda a nossa área tecnológica, a nossa área da pesquisa, ajuda a ciência, porque, pela legislação e pela regulação do setor, atualmente, parte desses recursos é investida exatamente na pesquisa científica e na inovação tecnológica. É essa a contribuição que pode vir exatamente da Região Nordeste.

Por isso, peço que a nossa Presidenta examine a questão da 11ª rodada de leilões da Petrobras – ou de leilões da Agência Nacional de Petróleo, dizendo melhor –, porque esse leilão está dirigido especialmente à Região Norte e à Região Nordeste do Brasil, abrindo grandes perspectivas, meu caro Senador Correia, a quem concedo um aparte neste momento.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Senador Inácio Arruda, eu até estava saindo, mas resolvi voltar para ouvi-lo, porque, sendo V. Exa. do meu Estado de origem, o Ceará, e trazendo tanta notícia importante, eu não poderia deixar de parabenizá-lo. Eu, hoje, represento o Estado de Rondônia, com muita honra, é o Estado que me adotou, mas tenho orgulho da origem lá da minha querida Granja. Eu quero só dizer a V. Exa., quando V. Exa. falou da diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, só quero lembrar que ela foi quase que por unanimidade aprovada aqui neste plenário.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – Inclusive com saudação e voto favorável da oposição, que fez questão de registrar o voto favorável.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade.

O Sr. Tomás Correia (Bloco/PMDB – RO) – E é uma pessoa que tive o prazer de conhecer por seu intermédio, uma pessoa extraordinária, uma técnica da mais alta qualidade. Então eu queria só fazer este registro e parabenizá-lo porque os elogios que ouvi aqui são de uma pessoa extremamente qualificada e eu tive a honra de votar tanto na Comissão de Infraestrutura, onde ela foi sabatinada hoje, quanto aqui no plenário, e votei a pedido de V. Exa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Eu lhe agradeço, Senador Tomás Correia, nosso conterrâneo, mas que representa esse importantíssimo Estado de Rondônia, que todos nós queremos muito bem aqui na Casa. E para nós é um grande prazer, uma satisfação, uma alegria poder conviver com V. Exa.

Quero dizer que é fato que a nossa amiga Magda Maria Chambriard é uma especialista, conhece profundamente o setor. Funcionária durante muitos anos – mais de 30 anos – da Petrobras, conhece o detalhe

da informação sobre as possibilidades do Brasil. Ela é uma entusiasta; tem examinado a área continental brasileira, que ainda precisa ser estudada com profundidade. E ela tem grandes expectativas de que pode haver a ocorrência de petróleo em terra, em grande quantidade, cuja exploração é mais barata.

Então, estamos também na expectativa de que as novas rodadas, os novos leilões também se dirijam a essa área imensa do continente brasileiro. E quem sabe, daqui a alguns dias, vamos ter essa ocorrência em grande quantidade, em Rondônia, no Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, nessa região do interior, nesse Brasil profundo, que pode responder também às nossas necessidades.

Mas eu queria concluir, fazendo este registro: a ocorrência de petróleo em águas profundas na região da Bacia Ceará – essa é uma resposta muito positiva – e o grau do acerto da Petrobras, que mostra o seu domínio tecnológico. Normalmente, as grandes companhias que perfuram pelo mundo afora realizam quatro, cinco, seis, sete, oito, dez furos em uma região, para localizar o petróleo. E a Petrobras, apesar de perfurar pouco no Brasil, comparativamente com as outras grandes companhias mundo afora, tem tido um grau de acerto extraordinário.

Então, quero também cumprimentar os técnicos, os especialistas, os homens e mulheres do povo que estão, meu caro Senador Walter Pinheiro, assentados ali no Cenpes, Centro de Pesquisa da Petrobras, que tem núcleos espalhados hoje pelo Brasil. A Bahia é um espaço reservado a um desses grandes núcleos da Petrobras na área de pesquisa; o Ceará tem um núcleo na Fábrica de Lubrificantes. É gente de altíssima qualidade, que o nosso País consegue manter pesquisando no Brasil. E são esses homens e mulheres que têm permitido que a Petrobras vá buscar petróleo no Ceará, a 5,5 mil metros de profundidade.

Eu tenho a convicção de que nós vamos dar, a partir dali, uma grande contribuição para o nosso Estado, mas sobretudo para o nosso País, que precisa dessa riqueza na nossa mão, sendo bem-cuidada.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade para me dirigir ao povo brasileiro nesta noite e digo uma vez mais que o nosso esforço concentrado foi coberto de êxito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra, neste momento, a Senadora Ana Rita, como oradora inscrita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, expectadores da **TV Senado** e ouvintes da Rádio Senado, primeiramente, quero reafirmar o que o nosso querido Senador acabou dizer: esta semana realmente foi bastante proveitosa, pois tivemos a oportunidade de aprovar diversos projetos, inclusive o projeto de quotas étnico-raciais há tantos anos tramitando nesta Casa e que, felizmente, conseguimos fazer com que fosse aprovado, seguindo para a sanção da nossa Presidenta Dilma.

Mas também subo a tribuna no dia de hoje para falar dos seis anos da Lei Maria da Penha.

Na verdade, celebramos ontem seis anos da criação da mais importante legislação de proteção aos direitos das mulheres de viverem sem violência: a Lei Maria da Penha. Fizemos uma série de comemorações no Congresso Nacional, entre elas uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e também a abertura da exposição de fotos "Lei Maria da Penha: seis anos em defesa das mulheres". A exposição reuniu fotografias do período que a lei tramitou no Senado, bem como de reuniões e diligências da CPMI da Violência contra a Mulher, na qual sou relatora.

Ambos os eventos foram um sucesso e contaram com a presença de parlamentares, entre eles o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e da Vice-Presidenta, Senadora Marta Suplicy. Também contamos com a presença de dois atores da **TV Globo**, os Srs. Malvino Salvador e Oscar Magrini, que já atuaram em papéis ligados à violência contra a mulher. Destaco também o repentista Tião Simpatia, cantor, compositor, autor de um DVD intitulado: "Mulher de Lei", cujo repertório é todo focado no universo feminino, com ênfase na Lei Maria da Penha. Ele trabalha em parceria com o Instituto Maria da Penha e veio representando a entidade.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, deixando as comemorações de lado, é preciso mostrar que a data é muito além disso. Precisamos lembrar que o direito de viver sem violência é violado cotidianamente e é comum recebermos notícias de que alguma mulher foi morta por seu marido, companheiro ou ex-companheiro, em alguma parte deste País.

No dia 25 de julho, Cristiane Yuriko Miki, servidora da Mesa do Senado Federal, foi brutalmente assassinada por seu ex-companheiro quando se dirigia ao aeroporto, após visitar sua filha de nove anos, que se encontrava doente, em São João Del Rey, Minas Gerais. Ontem, fizemos uma homenagem a ela, com um minuto de silêncio. Inclusive, contamos com a presença de membros de sua família.

O aniversário da Lei Maria da Penha é importante para fazermos uma avaliação sobre sua implementação, os obstáculos para sua efetivação e como podemos avançar para melhorar o seu cumprimento. Na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito insta-

lada pelo Congresso Nacional para investigar a violência contra a mulher, temos como um dos objetivos investigar a implementação da Lei Maria da Penha no Brasil, legislação fundamental na garantia de direitos das mulheres. Para cumprir com essa sua missão, a CPMI já realizou audiências e diligências em nove Estados brasileiros: Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, São Paulo, e Bahia. Iremos, na próxima semana, a Sergipe.

Nesse período, eu, como relatora da CPMI, tenho uma avaliação de alguns pontos que devem ser revistos. Começo pelo orçamento: sem recursos não há política pública que se sustente. O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado pela Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, em 2007, é a maior política de enfrentamento à violência contra as mulheres do País.

O Pacto se constitui com a adesão dos Estados e prevê uma série de ações transversais. Desde o seu lançamento, a SPM já distribuiu mais de R$132 milhões em recursos para os Estados e Municípios. No entanto, os Estados ainda destinam muito pouco de seu orçamento para dar continuidade a essas ações. No orçamento dos Tribunais de Justiça, quase inexiste verba para a ampliação dos juizados. Esse descompromisso das esferas governamentais é inaceitável.

Com o Pacto, a existência de organismos de mulheres nos governos passa a ser fundamental na coordenação dessas políticas e no fortalecimento e na implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência e da Lei Maria da Penha. Estes organismos devem ter recursos e estrutura adequada para cumprir com esse papel.

No que se refere aos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o primeiro aspecto a mencionar é que os Tribunais de Justiça dos Estados não estão levando a sério a sua atribuição de fazer cumprir, pois em todo o País existem apenas 60 juizados especializados, grande parte deles localizados nas capitais.

A criação de juizados especializados no atendimento a mulheres é fundamental para o cumprimento da Lei Maria da Penha e deve vir acompanhada da estrutura física e de recursos humanos adequados, além da equipe multidisciplinar, conforme determina a Lei Maria da Penha.

A CPMI também verificou que alguns juizados não estão cumprindo a Lei Maria da Penha, ou em virtude da formação religiosa dos magistrados ou magistradas ou em virtude do descumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal. Isto indica que o Conselho Nacional de Justiça precisa estar mais atento às posições individuais de juízes ou juízas que violam a Lei.

Nos juizados de violência doméstica, de 22 de setembro de 2006 a 31 de dezembro de 2011, tramitaram em torno de 686 mil procedimentos. Esse número já sinaliza a enorme dificuldade que magistradas e magistrados enfrentam para julgar e impulsionar os processos. Há um número excessivo de procedimentos para um número reduzido de juízes e juízas, que não ultrapassa a 100.

Se compararmos o número de juizados especializados com o número de varas de família ou criminais, veremos que nos juizados o número de procedimentos é muito maior. Isto requer, também, do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais de Justiça estaduais, medidas concretas para buscar o equilíbrio.

A Lei Maria da Penha prevê uma política integrada entre o sistema de justiça e a rede de apoio e enfrentamento à violência contra mulheres. Por isso, a integração do sistema de justiça com a rede é essencial para o cumprimento da lei e isso nem sempre acontece.

Nesse aspecto, o papel extrajudicial do Ministério Público é fundamental, pois deve contribuir para a articulação desses atores. Verificou-se que o Ministério Público exerce muito pouco sua função extrajudicial. É importante que tenha um papel mais ativo, inclusive de fiscalização e exigência na criação de serviços onde não exista. É muito importante que essas determinações sejam oriundas da direção dos Ministérios Públicos e também do Colégio de Procuradores-Gerais.

Com a Lei Maria da Penha, o papel das delegacias especializadas de atendimento à mulher foi reforçado. No entanto, observou-se que, devido a pouca estrutura e a falta de capacitação, as DEAMs vêm sofrendo críticas. E necessário aparelhá-las, dotá-las de recursos humanos adequados e, fundamentalmente, capacitar os servidores e servidoras.

Além disso, sua articulação com a rede e o sistema de justiça deve ser fortalecida. Na maioria dos lugares, há pouca integração das delegacias à rede e é baixa sua articulação com o movimento de mulheres.

A situação que vivem os Institutos Médicos Legais e Departamentos Médicos Legais é dramática. Com estrutura física sucateada, sem material adequado, sem cursos de qualificação profissional, os IMLs e DMLs contam apenas com o esforço dos seus profissionais.

Em quase todos os lugares que visitamos, verificamos que as casas abrigo não estão conseguindo cumprir com os seus objetivos. Em geral, estão ociosas, em condições ruins de manutenção e com equipes técnicas incompletas. Isso nos leva a refletir sobre a política de abrigamento para torná-la mais efetiva para as mulheres. É importante que a Secretaria de Política

para as Mulheres (SPM), que tem investido muito nesses equipamentos, faça uma análise cuidadosa da atual situação das casas abrigo para repensar o seu papel.

Os Centros de Referência são também importantes equipamentos da rede de atendimento às mulheres, mas, em geral, não estão estruturados, não têm equipe e atendem ainda poucas mulheres. A política de assistência social vem criando muitos centros de referência para atendimento à família, e isso tem contribuído para o desaparelhamento dos centros especializados. É importante pensar essa política em conjunto e entender a especificidade e importância dos centros de referencia para as mulheres.

Ressalto alguns aspectos positivos gerados desde que esta CPMI foi instalada: alguns Estados já criaram mais juizados; já foram também nomeados novos juízes ou juízas em vários desses juizados; já houve nomeação de mais delegadas onde havia número insuficiente; houve a criação de mais núcleos dentro de alguns Ministérios.

Quero destacar a importância da mobilização dos movimentos de mulheres para o trabalho da CPMI e na fiscalização dos órgãos públicos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha. Sem a atuação das mulheres organizadas não teríamos acesso a muitas informações relevantes para a construção de nosso relatório e apuração da omissão dos Poderes Públicos.

Parabenizo também o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, através da SPM e parceiros do sistema de justiça, pelo lançamento da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é mais forte, campanha que foi lançada no dia de ontem, pela manhã, com a presença massiva e extremamente importante de todas as delegadas das delegacias de mulheres do nosso País. .

E com certeza contribuiremos para que, a cada ano, esta lei possa ser ainda mais conhecida e aplicada por todos e todas. A luta é diária e contínua.

Sr. Presidente, era o que eu gostaria de dizer neste momento, e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita, pelo brilhante trabalho que vem realizando na liderança da CPMI da Violência contra as Mulheres, apresentando proposta concreta.

Permita-me que eu a cumprimente também pelo brilhante relatório feito por V. Exa. em matéria da política de cotas, relatório que acompanhei na Comissão de Direitos Humanos e também na Comissão de Educação, e que esta Casa votou ontem. Percebi que há um grande apoio da sociedade organizada, porque, agora, 50% das vagas das federais e das escolas técnicas públicas federais serão asseguradas para alunos das escolas públicas, com corte social e racial, e ainda na proporção da população de cada Estado, o que é mais do que justo.

Parabéns a V. Exa. Fui seu parceiro, caminhamos juntos. Fico feliz ao saber que, eu, negro, e V. Exa., branca – permita-me dizer –, estamos na mesma linha, na mesma condição de ação.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu é que agradeço, Senador Paulo Paim, nosso amigo e companheiro que também nos ajudou muito na defesa do projeto aqui no plenário, fazendo intervenções importantes. Como representante da população negra, a participação de V. Exa. foi fundamental em todo o processo. Acredito que, juntos, oferecemos ao País uma importante contribuição, que é fazer justiça social à maioria do povo brasileiro, que ainda está excluída do acesso às universidades públicas brasileiras, em função do preconceito e da falta de condições de muitos de nossos jovens de poderem continuar estudando. Acredito que o que aprovamos ontem fará justiça a muitos dos nossos jovens, que, assim que terminam o ensino médio, têm dificuldades em acessar as universidades públicas. Com isso, acredito que possibilitaremos que nossos jovens tenham acesso às universidades, não enveredando por outros caminhos que os levem a uma vida de dificuldades, de violência, muitas vezes, com dificuldades, inclusive, de acesso ao mercado de trabalho. Precisamos fazer justiça social ao povo brasileiro.

Quero agradecer a V. Exa. Aproveito a oportunidade para agradecer também a todos os Senadores e a todas as Senadoras que, no dia de ontem, nos ajudaram a aprovar o nosso projeto, que é nosso e do povo brasileiro e que teve a participação de muitas pessoas, de muitos parlamentares, que, num processo histórico de 13 anos de andamento neste Congresso Nacional, deram sua contribuição. Diversos parlamentares ajudaram não só nos relatórios, nas comissões pelas quais passou – tanto na Câmara quanto no Senado –, mas também ajudaram a fazer a defesa aqui no plenário ontem à noite. Quero agradecer a V. Exa. pelo companheirismo e pela força que nos deu durante todos esses dias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Rita.

Convido o Senador Walter Pinheiro para usar a tribuna, como Líder.

Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, quero só ler o seguinte ofício:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Deputado Diego Andrade, como membro titular, e os Deputados Geraldo Thadeu e Hugo Napoleão, como membros suplentes, para inte-

grarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória n° 574, de 2012, conforme o disposto na **Resolução n° 1, de 2012-CN**, e o **Ofício n° 1.470, de 2012**, do Presidente da Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of.nº 1.470/2012/SGM/P

Brasília, 8 de agosto de 2012

Assunto: Indicação de membros para as Comissões Mistas.

Senhor Presidente,

Em aditamento ao ofício nº 1463/2012/SGM/P, da Câmara dos Deputados, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Ofício nº 844/2012, da Liderança do PSD, que indica membros para as vagas destinadas à bancada na Comissão Mista para oferecer à Medida Provisória nº 574, de 2012.

Atenciosamente, – **Marco Maia**, Presidente

Ofício GAB/PSD nº 844/2012

Brasília, 8 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico, nos termos regimentais e na forma abaixo, os seguintes deputados para ocuparem as vagas do Partido Social Democrático – PSD na Comissão Mista para oferecer parecer à Medida Provisória nº 574, de 2012.

TITULAR	**SUPLENTE**
Diego Andrade	Geraldo Thadeu
	Hugo Napoleão

Deputado **Guilherme Campos**, Líder do PSD

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Walter Pinheiro, Líder do PT, que foi brilhante ontem, foi o primeiro a ir à tribuna no dia de ontem para iniciar o debate da política de cotas e que, no fim, deu resultado positivo, e a votação foi praticamente por unanimidade.

Líder Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, Sras. e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores dos nossos sistemas de comunicação, quero, Senador Paulo Paim, fazer uma referência muito positiva. A Senadora Ana Rita falava aqui do tempo de tramitação dessa importante matéria e V. Exa., desde a época de parlamentar na Câmara dos Deputados, foi um dos mais brilhantes e, eu diria até, persistentes dentre aqueles que lutaram o tempo inteiro por essa importante conquista, dentre outras que poderíamos listar.

Essa, meu caro Senador Correia, é uma das vitórias importantíssimas, principalmente, Senador Paulo Paim, para uma cidade como a cidade de Salvador. Temos uma brilhante experiência, Senadora Ana Rita, na universidade federal e desde a primeira hora aqui no Congresso Nacional, que a Bancada do PT, particularmente a nossa Bancada aqui no Senado, que tenho a honra de liderar, experiência essa aliás muito interessante...

Recordo-me, Senador Paulo Paim, que fui Líder da Bancada do PT num dos momentos de muita disputa em 2001. Éramos da oposição e lembro-me de que uma das experiências mais interessantes era liderar uma bancada repleta de quadros neste País, alguns deles inclusive estão conosco no Senado. Portanto, tive essa oportunidade ímpar na minha vida, que sempre realço, Senadora Ana Rita, que isso só é possível exatamente por uma lógica, por uma decisão política que experimentamos muito na convivência nas nossas bancadas que é de oportunizar a todos chegar a este posto e, portanto, a experiência de comandar uma bancada, os debates.

Aqui, particularmente, iniciamos essa jornada, Senadora Ana Rita, até aguerrida, na Comissão de Constituição e Justiça, para que lográssemos êxito no dia de ontem, numa matéria muito importante para todos nós. Então eu, Paulo Paim, cumpri a minha obrigação de Líder e, portanto, toquei a tarefa – esse quadrante aqui são os meus liderados e é uma honra muito grande poder liderar figuras como o Senador Paulo Paim, como a aguerrida, Senadora Ana Rita, que se dedicaram de corpo e alma a essa bandeira nesta Casa.

Mas eu quero fazer aqui, nesta noite, uma...

A Sra. Ana Rita (Bloco/PT – ES) – Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A Sra. Ana Rita (Bloco/PT – ES) – Permita-me apenas fazer um aparte muito rápido. Eu acabei não fazendo o registro da tribuna, mas quero fazer neste momento um reconhecimento público pelo papel importante que V. Exa. desempenhou durante todo esse processo. Nós tivemos enormes dificuldades enquanto o projeto tramitava na Comissão de Constituição e Justiça, desde o ano passado, e V. Exa. este ano, ao assumir a liderança da nossa Bancada, nos possibilitou fazer toda essa articulação com o Governo Federal, com os demais parlamentares, com a Presidência da Comissão de Justiça e com o próprio movimento social, no sentido de que o projeto pudesse realmente estar na pauta e ser debatido. Então eu quero agradecer de público todo o empenho que V. Exa. fez, juntamente com os demais Senadores, mas o senhor, como líder,

nosso líder, o Líder da nossa Bancada, teve um papel extremamente importante, fundamental, nessa articulação. Muito obrigado pela força. É conjuntamente, é coletivamente que nós vamos conquistando esses espaços e alcançando vitórias para o nosso povo. Muito obrigada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É como eu disse, Senadora Ana Rita: na realidade, a liderança é um exercício da junção de partes e, portanto, de pedaços, de opiniões. Essa é uma proeza que todos nós, em conjunto, tocamos. Portanto, é mediar exatamente essas questões. De fato não fiz mais do que a minha obrigação, mas a fiz exatamente porque Senadores, como o Paulo Paim, Senadoras como V. Exa., tiveram aqui a capacidade de resistir, de conduzir e, ao mesmo tempo, de fazer essa ligação entre o clamor lá de fora com a articulação aqui dentro. Portanto, é uma vitória de todos nós e que nós recebemos do Senado aqui, com o Senador Paulo Paim, no momento em que estava presidindo a sessão, nós recebemos o apoio de todo mundo.

Creio que foi muito importante a gente abrir a tarde de ontem, Senador Paulo Paim, com esse debate como prioridade. Quero, exatamente, registrar isso aqui, porque foi fundamental para que a gente tivesse o estabelecimento desse compromisso com o povo, com a sociedade e com o País.

Mas quero chamar a atenção para algumas matérias aqui aprovadas no dia de ontem e no dia de hoje; elas têm uma incidência muito grande na vida do nosso povo onde eles vivem. Eu tenho insistido muito nessa tese da vida na cidade. Representamos aqui os Estados da Federação, mas, por exemplo, na minha querida Salvador, onde moro, onde vivo, onde os soteropolitanos resistem todos os dias, apesar da beleza da nossa cidade, ainda temos muitos problemas que precisam ser superados, assim como nos 416 Municípios para além de Salvador que compõem a minha querida Bahia. É no Município que o cidadão vive.

No dia de ontem, nós aprovamos aqui a Medida Provisória 563, dando um passo significativo para impulsionar a economia, dando um passo significativo para estimular a economia, dando um passo significativo para gerar postos de trabalho, para gerar renda, para alterar as condições adversas que ainda experimentamos fruto da própria relação com o chamado comércio internacional ou com a crise econômica internacional.

Essa medida tem um impacto importante para a Bahia, Paulo Paim, porque através da medida provisória aprovada ontem, nós vamos impulsionar a chegada de mais uma montadora para instalar-se na região metropolitana de Salvador, gerando postos de trabalho, alterando as condições adversas, mexendo na economia. Esse impulso leva também ao que nós chamamos das sistêmicas e, portanto, você tem uma capacidade de envolver outros atores que não só uma montadora. Isso vai também para a atividade comercial, para concessionária, enfim, isso chega às outras cidades, se espalha e, portanto, ganha outros caminhos, a partir da economia.

Salvador, inclusive no dia de amanhã, Paulo Paim, terá oportunidade de já receber outra parcela importante na ação social, mas também de caráter estruturante, do Programa Minha Casa, Minha Vida. O Governador Jaques Wagner visitará uma importante obra num dos bairros de Salvador, o projeto ali da Lagoa da Paixão I e II e o Projeto Moema com 1.288 unidades habitacionais, que nós poderíamos dizer que deverá abrigar algo em torno de cinco mil pessoas. Então o Governador deve fazer essa visita à Bahia, que tem recebido muitos recursos do Minha Casa, Minha Vida, e a cidade de Salvador contemplada com mais esse conjunto de obras. Aliás, Salvador experimenta uma das experiências mais ousadas.

Nós temos um chamado eixo de ligação na cidade de Salvador, Senador Paulo Paim, que ficou batizado como Rótula do Abacaxi. O nome já diz, não é? Hoje até estamos pensando seriamente fazer uma espécie de enquete com a população para ver se é possível mudar o nome, porque na Rótula do Abacaxi, o abacaxi já foi descascado. Então é um complexo, um anel, uma rota com uma via expressa, com pistas para a cidade, uma via expressa ligando a BR-324 ao Porto de Salvador, além das vias que vão transitar na nossa conhecida Barros Reis, cortando a parte da Baixa de Quintas, como chamamos, a Estrada da Rainha, modificando completamente uma das estruturas mais apertadas da cidade. Uma obra importante, que vai chegando a sua etapa final, obra feita na cidade de Salvador, com recursos do Governo Federal, com parceria com o nosso Estado, mas obra na cidade de Salvador. É um importante empreendimento, importante para cidade, para o fluxo, para os deslocamentos. Então é fundamental que esse debate se estabeleça, inclusive do aspecto da contribuição com a cidade de Salvador, a partir dessas intervenções.

Salvador também receberá algo em torno de R$1 bilhão para obras de infraestrutura, de saneamento e abastecimento de água. Nós já temos emissário submarino, um novo emissário do Boca do Rio funcionando e também teremos algo em torno de R$697 milhões, que serão investidos até 2014, aproximadamente, com a consolidação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade do Salvador.

É importante chamar a atenção desses pontos, até porque, pelo seu traço, Salvador sofreu muito no

que diz respeito ao sistema de abastecimento da água e, claro, com o sistema de saneamento, o sistema de esgotamento sanitário. Assim também foi produzida, na região do São Bartolomeu, no subúrbio ferroviário, entre o Subúrbio Ferroviário e o nosso Alto de Pirajá, um empreendimento importante, a preservação do manancial, a construção de unidades habitacionais, portanto, área de preservação ambiental mesclada a áreas de reurbanização, investimentos fundamentais na nossa cidade de Salvador.

Salvador também ganhará uma nova Arena, a Arena Fonte Nova, se preparando para 2014. Aliás, a nossa Arena Fonte Nova deve se preparar, inclusive, para 2013. Salvador sediará a Copa das Confederações. Portanto, uma obra importante, um investimento que deve resultar algo em torno de R$780 milhões investidos para entregar ao soteropolitano mais um equipamento para a prática do esporte, uma arena multiuso, que é mais importante do que a Copa, tenho insistido nisso, meu caro Correia, porque a Copa é passageira. A Copa deve durar, com todos os seus efeitos, 30 dias. Depois, nós vamos ter os 365 dias todos os anos. Então os equipamentos devem ser consolidados exatamente para essa gente que transita os 365 dias de todos os anos. A Copa se vai, mas a vida fica. É importante que esse legado seja pensado. Por isso, é fundamental aproveitar o caminho da Copa para estabelecer, para além da Copa, marcos duradouros.

Por isso estamos discutindo o sistema de mobilidade urbana na cidade de Salvador. Salvador parou, Salvador trancou, Salvador não se mexe, Salvador não anda, Salvador não tem passeio, ou, como em alguns lugares do Brasil as pessoas costumam chamar, calçada, onde o pedestre pode circular livremente, pode caminhar. Sempre tenho chamado a atenção para o ponto mais movimentado da cidade, a região onde tem hoje a rodoviária, o Shopping Center, conhecido como Iguatemi. Dessa Rótula do Abacaxi, que citei aqui, para o Iguatemi, é uma área de grande circulação de trabalhadores que se movem a pé, a mobilidade urbana é “na paleta”, como diz o baiano. No entanto, esses baianos, esses soteropolitanos, fazem isso todo dia no sentido do chamado Novo Centro, pela manhã, e no retorno para suas residências, no período da tarde, tendo de disputar ali um pedaço de chão com grama ou se arriscar nas travessias com veículos e, portanto, arriscando a sua vida. Portanto, é preciso reurbanizar essa área da cidade, vamos pensar nisso, permitir essa circulação, ciclovias, passeios, calçadas, faixas específicas, passarelas, porque quando se fala em mobilidade urbana todo mundo só pensa no carro, carro, carro, carro...

Salvador parou, como eu disse aqui. Mas o cara que está dentro do carro, Paulo Paim, no engarrafamento – óbvio que é constrangedor, que é problemático –, mas ele liga o rádio e ainda liga o ar-condicionado. Mas o peão que está dentro do ônibus pode até levar o radinho dele ali para botar no pé da orelha, mas não sei nem se dá para botar, porque ou ele segura o rádio ou se segura no “buzu” – no bom “baianês” – e tenta se equilibrar ali num ônibus completamente lotado. O deslocamento, às vezes, processa-se em horas e horas por conta do engarrafamento. O peão que sai de casa às vezes 5h da manhã não consegue estar às 5h da tarde em casa de jeito nenhum. Já chega em casa pronto para dormir para acordar no outro dia de madrugada. Pronto não, cansado.

Então, portanto, é outra estruturação importante. Tenho conversado isso permanentemente com meu companheiro Pelegrino, que é nosso candidato a prefeito de Salvador, da oportunidade que nós temos agora na apresentação desse projeto. Salvador ganhará 22 quilômetros de metrô interligando Salvador, interligando esse centro, interligando essa Arena à cidade de Lauro de Freitas, na cidade da região metropolitana.

Precisamos pensar as cidades também de forma metropolitana, integrar com as cidades que estão em volta. A vida nossa não acontece só estanque, ali isolada nessas cidades. Nós dialogamos com quem está em volta, nós nos relacionamos com quem está em volta, tanto no que diz respeito aos serviços quanto a essa mobilidade, o ir e vir.

Então, portanto, também para essa área nós fizemos aqui um grande convênio com o Governo aproveitando a Copa, captando recursos da ordem de R$3 bilhões para o sistema de metrô. Mas metrô, Paulo Paim, não é só para transportar gente! Óbvio que o objetivo é transporte de massa, mas o metrô transporta gente e, ao mesmo tempo, tira veículos de circulação, oferta um transporte público de qualidade e eficiência para você, inclusive, planejar melhor essa sua forma de se mexer.

E aí, nesse mesmo planejamento, nós estamos também discutindo com o Governo Federal outros corredores de transporte, outras vias públicas, diminuindo a distância. Às vezes, o percurso de ônibus sai de uma ponta e vai para outra, quando você poderia fazer isso num chamado corte transversal. No caso lá de Salvador, meu caro Paim, nós estamos planejando fazer a ligação da orla com a BR passando pelo miolo da cidade. Para quem nos está ouvindo na nossa querida Salvador, é sair da orla, atravessar a paralela, pegar ali o miolo, atravessar a Cajazeiras, chegar na BR-324 e dar um pulinho até o subúrbio.

Portanto, fazendo o chamado corte transversal, reduzindo a distância, permitindo uma maior fluidez no trânsito, mas, principalmente, eliminando o tempo de deslocamento desse trabalhador. Então, há dois grandes projetos que vamos implementar na cidade de Salvador para esse processo da Copa e, claro, para ficar para a vida.

Há algo importante também: outro debate que nós estamos fazendo com a chegada do parque tecnológico, com alteração das condições para adoção de novas indústrias em Salvador, indústrias limpas, atividade de serviço, atividade de comércio, é a instituição de centros de serviços.

Sobre esse ponto também tenho conversado com o meu companheiro Pelegrino como programa para essa nossa caminhada, no sentido de adotarmos esses centros de serviço, que são um dos programas da plataforma do companheiro Nelson Pelegrino. Assim, o sujeito labora próximo de casa, ele tem também estrutura de lazer próximo de casa. Não estamos, com isso, querendo prender o sujeito em seu bairro, mas dar a ele as condições ideais de moradia, de trabalho, de lazer e de serviços públicos naquela região.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – No passado era assim, Paulo Paim: para o sujeito acessar um serviço público, ele tinha de pegar um ônibus e se deslocar para o centro da cidade, Sérgio. Esse não é mais o conceito das grandes cidades. O sujeito, quando quiser se deslocar para a cidade, tem de se deslocar para ir à praia, ao teatro, para outro lugar, para o lazer. O serviço tem de estar próximo de casa. Mas é um massacre.

Então, estamos fazendo este debate na cidade de Salvador, aproveitando a oportunidade. Por isso, são fundamentais esses projetos que temos discutido com o Governo Federal. Por isso, foi importante aprovar a lei ontem. Por isso, é importante captar recursos, como estamos fazendo, para o parque tecnológico e aproveitar a criatividade da nossa turma da Bahia na área de *software.*

Nós temos, Paulo Paim, uma grande produção de *softwares* pelos baianos. Portanto, temos de aproveitar essa excelente capacidade, ...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ...essa criatividade e ir ao encontro da vocação.

Morei em Salvador, Paulo Paim, em um bairro que era o bairro industrial de Salvador; morava junto à fábrica de chocolates. Morei lá e, depois, quando casei, voltei a morar na mesma casa, junto com meus filhos. Estudei junto à fábrica de cigarros, na Cidade Baixa. Isso não cabe mais na nossa cidade. Foi deslocado para outra região. Então, nós precisamos, agora, ver o tipo de indústria que se encaixa nessa cidade de Salvador.

Por isso, meu Presidente, quero reafirmar esse esforço que vem sendo feito pelo Governo Jaques Wagner, com construção de hospitais, com melhoria das vias públicas, com melhoria dos serviços e melhoria da infraestrutura de turismo, para que a gente possa requalificar a nossa querida Salvador, para que os soteropolitanos possam fazer uma grande Copa para quem vier de fora, mas que, além da Copa, no sentido de casa, a gente construa a casa como um todo, para que o soteropolitano continue servindo bem.

Uma coisa boa em Salvador, todo mundo diz isso, ou na Bahia: o baiano é muito, mas muito, dado – é esse o termo utilizado. Ele se entrega. Ele é capaz, inclusive, de conhecê-lo, Paulo Paim, e, na primeira vez, até levá-lo à casa dele. É essa coisa solta, espontânea, carinhosa, de entregar a sua cidade.

Então, nós queremos uma cidade bonita para quem chega para ver a cidade, mas nós queremos uma cidade feliz para quem nela vive. Esse é o desafio importante.

Eu vou encerrar usando uma expressão de um grande publicitário brasileiro, até a partir de um momento de muita dificuldade na relação familiar, por um processo de doença. Ele, falando de Salvador, chegou a fazer esse comparativo que me chamou muito a atenção. É um baiano que todo mundo conhece pela sua capacidade criativa: Nizan Guanaes.

Nizan Guanaes chegou a dizer, uma vez, o seguinte: “Salvador está com Alzheimer”. Todo mundo parou e pensou: “É isso”. É como se Salvador estivesse esquecendo-se da sua gente, como se Salvador estivesse esquecendo-se de olhar para a sua gente, esquecendo-se de cuidar da sua gente; os gestores, com Alzheimer, esquecendo-se de cuidar da nossa Salvador.

É esse o desafio que temos feito a partir de matérias que aprovamos aqui, de busca de recursos, como citei aqui, agora: Minha Casa, Minha Vida, infraestrutura urbana, requalificação de ruas, requalificação da orla marítima, o terminal pesqueiro na cidade de Salvador, a arena Fonte Nova. Agora, a ampliação do nosso aeroporto para receber bem, mas eu insisto: vamos continuar recebendo muito bem quem vai a Salvador, mas vamos querer, meu caro Paulo Paim, ter claro que Salvador tem de voltar a se lembrar, voltar a cuidar da sua gente, que, em 365 dias por ano, mantém essa nossa bela e querida capital.

Um aparte, Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O aparte será rápido. Eu, quando V. Exa. foi à tribuna, o cumprimentei,

porque V. Exa. suscitou ontem o debate das cotas, que permitiu que a Casa votasse praticamente à unanimidade, respeitando a votação de um Senador que fez legitimamente a exposição do seu ponto de vista. Mas eu quero mais é falar, nestes dois minutos, sobre Salvador. Tenho muito orgulho. Estive com Pelegrino, em Salvador, na época em que recebi o título de cidadão da cidade de Salvador. Isto eu falo com muito orgulho. O povo de Salvador, da Bahia, é isto que V. Exa. fala mesmo: um povo carinhoso, amigo, solidário, eu diria, meio cúmplice na caminhada pela cidade e tal. Então, aproveito a oportunidade para cumprimentar o nosso Nelson Pelegrino pela forma como me recebeu lá; ele me mostrou a cidade e seus problemas e o que ele pensa de Salvador. Também quando estive lá, lembro-me de que V. Exa. e eu caminhamos e, depois, nos encontramos, em outro momento, no supermercado. É sinal de que eu vou a Salvador. Meus cumprimentos a V. Exa. De fato, Salvador merece os cumprimentos de todo o povo brasileiro pelo seu povo. Salvador há de melhorar cada vez mais por ter homens públicos como V. Exa. e o nosso querido Pelegrino.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas é isso.

Senador Sérgio Souza.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Meu caro colega Walter Pinheiro, tive a oportunidade de conhecer, pela primeira vez, agora, no início deste ano, Salvador. Cidade linda, maravilhosa, de um povo ímpar, acolhedor, e percebi que por lá passa o Brasil todo; muitos sotaques eu ouvi nas ruas de Salvador. Mas, dentro da sua linha de reflexão, eu acho que não é só Salvador que está com Alzheimer, com todo respeito àqueles que o têm. Alzheimer, eu entendi, no sentido de uma cidade que está ultrapassada ou velha em alguns aspectos. O problema que nós temos hoje nas capitais brasileiras de mobilidade urbana é realmente algo que temos de refletir e criarmos uma solução. Sabemos que, nas últimas três décadas, em especial na última década, aumentou em muito o número de tráfego de automóveis, já que as pessoas tiveram um poder aquisitivo pouco melhor. Então aí talvez o transporte coletivo adequado seja, de fato, a solução que nós precisamos sugerir para que pessoas, independentemente da sua condição econômica, andem neles. Por que, por conta do tempo, quanto custa o tempo de um cidadão dentro de um veículo ou dentro de um transporte coletivo até chegar ao seu trabalho? Independe da condição social. Ele deixa de ficar uma hora a mais, ou chegar uma hora mais cedo com sua família, ou deixa de produzir no seu trabalho uma hora a mais. Eu acho que reflexões como essas que V. Exa. traz à tribuna do Senado são importantes para nós repensarmos não só Salvador, mas repensarmos a mobilidade urbana no Brasil como um todo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É isso. Obrigado, Senador Sérgio.

Estou encerrando e acho que o fundamental é que nós continuemos nessa nossa caminhada aqui, com aprovação de matérias, buscando contribuir, buscando auxiliar, mas buscando principalmente recursos e investimentos para a melhoria, para a qualidade de vida de cada cidadão, onde quer que ele esteja vivendo neste nosso Brasil. Como estamos fazendo, Paulo Paim, nessa caminhada em relação à longa estiagem que enfrentamos na Bahia, com medidas, com ações importantes.

Amanhã mesmo, a Bahia assina mais um convênio para a construção de 27 mil cisternas, amanhã à tarde. Estamos fazendo uma liberação de recursos do Garantia Safra. Estamos fazendo cinco adutoras. A expectativa é de fazermos 1.240 sistemas simplificados de abastecimento no Estado da Bahia como um todo.

Mas fiz questão de frisar hoje principalmente esses investimentos, porque nesses últimos tempos nós temos buscado recursos aqui, numa parceria União-Estado, para investir na nossa querida Salvador, com o esforço do nosso Governo do Estado, com o esforço dos nossos parlamentares em nível federal, com o esforço da nossa bancada, também, lá em nível estadual, mas principalmente num compromisso.

E aí há uma coisa que o Senador Sérgio disse e que é muito importante. O que fez inclusive aumentar o número de carros nas ruas foi a mudança substancial que o brasileiro ganhou – para melhor, é claro –, ou seja, o aumento do seu poder aquisitivo. Isso é bom. Trouxe-nos outro problema, de como engenhosamente resolver essa tão propalada mobilidade urbana nas cidades. Mas ganhamos outra coisa boa, que é distribuir a renda, ver mais e mais pessoas tendo como se alimentar três vezes ao dia e mais e mais pessoas tendo condição de levantar de manhã cedo, ir para o seu local de trabalho e voltar para casa; portanto, ter um posto de trabalho.

Essa foi uma proeza que começou com um sujeito chamado Luiz Inácio Lula da Silva e que hoje é muito bem tocada pela nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Parabéns, Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Souza, do Estado do Paraná, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Tomás Correia. É um prazer vê-lo na Presidência do Senado Federal. Tenho certeza de que o povo de Rondônia se orgulha muito de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Caros Senadores e Senadoras, telespectadores da **TV Senado**, ouvintes da Rádio Senado, companheiro Zezinho, que nos atende aqui no plenário, já ultrapassadas as 21h do dia de hoje, venho à tribuna para fazer algumas reflexões sobre as Olimpíadas de 2016 e também sobre as Olimpíadas de 2012, que ocorrem em Londres.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa aprovou, na data de ontem, requerimento de minha autoria com a finalidade de discutir o planejamento, os investimentos e os resultados da participação brasileira nas Olimpíadas de Londres, em 2012, e as perspectivas para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

A oportunidade de sediar, pela primeira vez na América do Sul, os Jogos Olímpicos, como será o caso do Rio de Janeiro, em 2016, deve ser aproveitada em sua integralidade, tanto para promover a imagem do Brasil no cenário internacional, quanto para desenvolver e aprimorar a prática desportiva no País.

E, assim, diante da participação atual da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Londres, pareceu-me importante analisar a experiência recentemente vivida, os resultados e as metas atingidas para, eventualmente, nortear o planejamento para 2016 no Rio de Janeiro. Para tanto, sugeri o convite a várias autoridades envolvidas com o tema, a exemplo do Ministro do Esporte, Deputado Aldo Rebelo; o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Sr. Carlos Arthur Nuzman; o Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), Sr. Ary Graça; o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Sr. José Maria Marin; o Sr, Roberto Gesta de Melo, Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo; a Sra. Maria Luciene Cacho Resende, Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica; o Sr. Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos; o Sr. Paulo Wanderley Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Judô; o Sr. Carlos Boaventura Corrêa Nunes, Presidente da Confederação Brasileira de Basketball; e o Sr. Carlos Luiz Martins Pereira e Souza, Presidente da Confederação Brasileira de Vela e Motor.

Sras. e Srs. Senadores, sei que usualmente as audiências públicas na Casa têm menos debatedores, porém, diante da complexidade e sobretudo da abrangência do tema, pareceu-me razoável convidar as duas maiores autoridades no assunto: o Ministro dos Esportes e o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, bem como os representantes das confederações, que têm apresentado maior destaque na história olímpica brasileira, sem prejuízo de que alguma outra modalidade seja acrescida no debate.

Penso que, se for necessário, podemos até realizar outras reuniões para discutir esse tema.

Enfim, primeiramente, cumpre ressaltar que não há, por parte deste Senador, nenhum interesse em personalizar críticas ou apontar eventuais fracassos na participação brasileira nos jogos de Londres, até porque entendo que o simples fato de estar classificado para defender o País nas Olimpíadas já representa uma vitória para o Brasil e para esse esportista.

Em verdade, a motivação para trazer a discussão do tema ao Senado é justamente procurar auxiliar no desenvolvimento do esporte brasileiro, aproveitando a realização dos jogos no País.

O crescimento da prática desportiva em qualquer nação representa ganhos significativos em vários aspectos sociais. Além de ajudar na construção da cidadania e do patriotismo, representa a defesa da conquista pelos próprios méritos, o incentivo ao espírito da competitividade e a promoção de uma sociedade mais saudável.

Isso, sem falar na capacidade de retirar a juventude do caminho da violência ou das drogas. Enfim, os reflexos positivos são muitos, e a ocorrência de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas no País deve ser aproveitada ao máximo.

Trata-se do momento de fazer crescer valores morais e éticos exemplares nas gerações futuras nacionais. Trata-se do período de incentivar a aparição de novos heróis nacionais que possam inspirar nossos jovens.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, somos amplamente conhecidos como País do futebol, o que é natural, afinal nossas conquistas nessa modalidade nos credenciam para tanto. Entretanto, senhoras e senhores, no que se refere à participação brasileira em Olimpíadas ainda estamos muito distantes das nações mais vencedoras.

Não seria razoável imaginar que, no curto período de tempo, no prazo de um ciclo olímpico que nos separa dos Jogos no Rio, conseguiríamos nos aproximar de países como a China, os Estados Unidos, a

Grã-Bretanha ou a Rússia, cuja tradição olímpica data de muito tempo.

Contudo, entendo que é fundamental nos inspirarmos no exemplo da Coreia do Sul que realmente aproveitou a realização dos Jogos Olímpicos em Seul, no ano de 1988, para, desde então, ter se transformado numa das atuais potências médias olímpicas, obtendo cerca de 30 medalhas a cada participação.

É forçoso reconhecer que a participação brasileira nos Jogos vem melhorando desde 1982, mas, diante do tamanho de nossa população e, sobretudo, levando em consideração nossa aparente vocação esportiva, penso que poderíamos almejar resultados mais expressivos e sonhar com metas mais ousadas, especialmente agora que chegou a hora de realizarmos os jogos em terras nacionais.

Parece-me absolutamente fundamental aproveitarmos o momento em que, na condição de sede, poderemos inscrever atletas em todas as modalidades para elevarmos nosso número de medalhas conquistadas e, assim, incentivar o crescimento das práticas desportivas no País. Nossa melhor participação em quantidade de medalhas ocorreu nos Jogos Olímpicos de Pequim, quando obtivemos 15 medalhas, sendo três de ouro, quatro de prata e oito de bronze, o que nos colocou na 23ª posição.

Porém nossa melhor classificação aconteceu quatro anos antes, em Atenas, em 2004, quando obtivemos cinco medalhas de ouro, duas de prata, três de bronze e ficamos em 16° lugar. Porque são as medalhas de ouro, Sr. Presidente, que dão a prioridade entre os primeiros lugares.

Até o momento, faltando ainda cinco dias para o término das competições, o Brasil já conquistou dez medalhas, sendo duas de ouro, uma de prata e sete de bronze, ocupando a 23ª colocação no quadro de medalhas. Já garantimos, pelo menos, outra medalha no boxe, uma medalha no vôlei de praia masculino, uma medalha no futebol masculino, e ainda temos chances de medalha no voleibol masculino e no feminino.

Ao que tudo indica, podemos superar nossa marca total de medalhas em Pequim, afinal existem outras modalidades em disputa que podem nos surpreender.

No entanto, creio que nossas pretensões para 2016 devem ser muito maiores e, para tanto, é fundamental que as autoridades envolvidas trabalhem de forma estratégica, com planejamento, metas e transparência, na administração dos recursos públicos envolvidos.

Antes do início das Olimpíadas de Londres, houve um pequeno desencontro nas declarações do Ministério dos Esportes e do Comitê Olímpico Brasileiro no que se refere às expectativas de medalhas conquistadas. As pretensões do Ministério dos Esportes se mostravam claramente superiores àquelas anunciadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro, em torno de quinze medalhas.

Na verdade, o Ministério dos Esportes demonstrou descontentamento com o fato de a pretensão do COB para Londres ser idêntica aos resultados obtidos em Pequim, quando o investimento do Governo Federal no esporte de alto rendimento dobrou de uma Olimpíada para outra, passando de R$1 bilhão, nas Olimpíadas de Pequim, em 2008, para R$2,1 bilhões, nos Jogos Olímpicos atuais.

É bem verdade, Sras. e Srs. Senadores, que as competições esportivas de alto nível, como são os Jogos Olímpicos, não podem ser comparadas a ciências exatas e não podemos imaginar que, ao dobrarmos o investimento, dobraremos o número de medalhas conquistadas.

Mas, em se tratando de recursos públicos, é absolutamente salutar, numa democracia consolidada como a nossa, que haja prestação de contas em relação ao planejamento e aos resultados, de preferência para que possamos ser ainda mais bem-sucedidos nos próximos Jogos. É exatamente essa a finalidade principal do requerimento de audiência pública que propus na Comissão de Fiscalização e Controle.

As várias experiências vividas nos Jogos de Londres, aquelas que se mostraram bem-sucedidas e aquelas que, eventualmente, podem ter sido equivocadas merecem discussão, e o Parlamento é o local adequado para isso.

Sei, por exemplo, que em Londres, pela primeira vez a delegação teve a sua disposição um centro esportivo de treinamento, o Cristal Palace, o que, em princípio, me parece louvável, porém, me parece bastante razoável avaliar em que medida tal decisão aprimorou nossa participação nesses Jogos.

Outra questão que me parece absolutamente importante, e por isso sugeri o convite de tantos presidentes de confederação, é avaliar os casos de sucesso de algumas modalidades olímpicas brasileiras, responsáveis por parte expressiva das medalhas que conquistamos ao longo da história, como é o caso do judô, da vela ou do vôlei. Afinal, o que podem estes esportes ensinar para outras categorias também obterem o mesmo sucesso?

Igualmente importante é ouvir daqueles responsáveis pela gestão esportiva no País, quais são os principais desafios e obstáculos para suas respectivas modalidades e em que ponto o Poder Público pode auxiliar.

E obviamente, em se tratando de distribuição de recursos públicos, temos a obrigação de debater a gestão adotada por cada confederação, especialmente

no que se refere à transparência, à organização e aos resultados de cada trabalho.

Enfim, Sr. Presidente, como disse há pouco, não se trata de procurar fracassos ou criticar o passado, mas, sim, de colocar o Poder Legislativo Federal a serviço do esporte brasileiro desde o início desse próximo ciclo olímpico que começa no dia 13 de agosto, daqui a seis dias, e se encerra em 2016 com o Rio de Janeiro se transformando na sede das Olimpíadas.

Temos que trabalhar para ampliar nossas conquistas olímpicas, porém, mais do que tudo, temos que garantir o crescimento do esporte na vida nacional, nas categorias de base, nas escolas e nos nossos clubes.

Espero que a audiência pública que realizaremos possa prestar esse serviço ao esporte brasileiro. Que seja um primeiro passo do trabalho conjunto que haveremos de fazer para que, ao final das Olimpíadas de 2016, possamos nos orgulhar da realização e da nossa participação nesses jogos.

Gostaria ao final, Sr. Presidente, de saudar e parabenizar todos os medalhistas brasileiros em Londres e todos aqueles que representaram ou representam o Brasil nas Olimpíadas de Londres. Trata-se, todos eles, de heróis nacionais. Gostaria, entretanto, de destacar os feitos da piauiense Sarah Menezes, do judô, e do paulista Arthur Zanetti, da ginástica, ambos campeões olímpicos pelo nosso País. São histórias belíssimas de conquistas individuais que tanto nos orgulham e nos inspiram.

Espero que, até o final dos Jogos de Londres, ainda possamos celebrar mais conquistas de novos heróis. E parabenizo todos aqueles que lá estiveram defendendo as cores da bandeira brasileira e honrando o nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Desejo a todos uma boa noite e até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Parabenizo o Senador Sérgio Souza.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Senador Tomás Correia, são quase 22 horas, e o Senado está em plena atividade, o que demonstra que este é um esforço concentrado mesmo, até por tudo que votamos no dia de ontem e no dia de hoje. É claro que, depois, haverá um período em que ficaremos nos Estados, envolvidos com o debate nas campanhas municipais.

Mas quero destacar a votação no dia de hoje da questão dos defensores públicos. Tive a satisfação de realizar, em conjunto, na Comissão de Assuntos Sociais e na de Direitos Humanos, duas audiências públicas, para suscitar, discutir, defender e alavancar o reconhecimento dos defensores públicos e uma maior estrutura para essa categoria. É por isso que, com muita alegria, hoje, vimos a aprovação da PEC da Senadora Vanessa Grazziotin.

Também há a PEC dos jornalistas. Quantos debates, quantas conversas! E se tornou agora realidade. Já que o Senado cumpriu sua parte, espero que a Câmara vote com rapidez.

Quero também destacar o projeto do Senador Gim Argello que garante aposentadoria especial para os garçons, essa categoria de homens e mulheres que dedicam sua vida a bem atender a todos nós. Quem não gosta de chegar a um restaurante e ser bem atendido, ser tratado com respeito e carinho por eles? E eles são os que ficam expostos ao contato diário com a população, seja no atendimento no balcão dos consumidores, quando vêm entregar mercadoria, ou mesmo nos ambientes fechados de uma cozinha.

Então, ficam aqui meus cumprimentos a todos os garçons do Brasil. Votamos com muito orgulho o seu projeto.

Por fim, Sr. Presidente, nesta saudação que faço aos projetos aprovados, quero destacar não somente as operações de créditos que votamos para quatro Estados e os outros projetos importantes que aqui votamos. Hoje, Sr. Presidente, quero falar sobre a importante votação do dia de ontem, e o faço neste momento, porque, amanhã à tarde, terei de viajar. V. Exas., Senador Tomás Correia e Senador Ricardo Ferraço, foram parceiros, defenderam com convicção, no diálogo no plenário, o projeto das vagas nas universidades federais e nas escolas técnicas federais para alunos oriundos de escolas públicas.

Quero deixar este meu pronunciamento neste plenário.

O Senado Federal, mais uma vez, fez história no dia de ontem, fez justiça social ao aprovar o projeto que garante 50% das vagas em universidades federais e em escolas técnicas para alunos oriundos das escolas públicas.

É bom destacar, mais uma vez, Sr. Presidente, o que destaquei ontem: 90% da juventude brasileira estudam em escolas públicas. Se eles estudam em escolas públicas, por que eles não podem ir para a universidade pública federal? Eu diria que a ampla maioria está na escola pública porque não pode pagar uma escola particular. Então, é mais do que legítimo que os alunos que estão na escola pública tenham o direito a cursar a universidade pública federal.

Vejam bem, somente 10% da juventude brasileira é que está na escola privada. E, assim mesmo, para

aqueles que são críticos às cotas, eu digo: não é justo que 90% tenham direito a 50% das vagas, porque os outros 10% que vêm da escola privada, assim mesmo, terão direito a mais 50%.

Eu acho que é um critério que começa a fazer justiça. Por isso eu fiquei muito empolgado, muito satisfeito. Até disse: ontem foi um dos dias mais felizes da minha vida, quando o Congresso Nacional, enfim, aprova a política de cotas social e também com o critério etnorracial: para os pobres, brancos, negros, índios e pardos. No critério proporcional, há ainda a população de cada Estado, não é? Então, ninguém pense que num Estado como o Rio Grande do Sul, que nós vamos ter lá 30%, 40% de negros nas cotas. Não. Lá, nós temos mais ou menos 15% da população, e 16%, negros. Esse é o critério que será adotado na cota para a Federal. O outro percentual, para atingir os 25%, será naturalmente de índios, de pardos, e também temos o corte social, e assim todos estarão contemplados.

Eu queria aqui lembrar, por razão de justiça, Sr. Presidente, que a primeira vez que eu participei de um debate de cotas foi com o Frei Davi, lá de São Paulo. Ele me explicava: "Paim, é preciso entender que o debate das cotas é como se fosse uma corrida e uma rústica, em que alguns saem da metade para a frente já e outros saem atrás, porque não tiveram a oportunidade e o preparo técnico – ele me dizia – que os outros tiveram porque tinham mais condições financeiras". Então, ali eu fui entendendo a justeza da política de cotas como uma política transitória. Por isso ela só vai valer por dez anos. Daqui a dez anos tudo será avaliado, e o Congresso vai decidir se ela deve ou não permanecer.

Mas quero deixar bem claro a todos: esse projeto contempla a todos – brancos, repito, brancos, negros, índios e pardos. Todos serão contemplados. É o que eu dizia aqui no dia em que fiz a defesa: filhos de classe média, filhos de pobres, brancos e negros agora terão com mais facilidade o acesso à universidade. Sem prejuízo de que aqueles que estão na escola privada também tenham direito a 50% das vagas.

Houve aqui a votação, eu diria, por unanimidade. Só houve um voto de um único Senador – que é legítimo também que ele exponha o seu ponto de vista –, e ele manteve o seu voto.

Todos os partidos apoiaram o projeto que faz justiça, enfim, àqueles que vêm das camadas mais pobres, sejam brancos ou negros

Sr. Presidente, quero ainda, se V. Exa. permitir, fazer rápidas citações sobre essa questão. Temos de aprofundar o debate, avançando na lógica de que a universidade pública tem que ser para todos, efetivamente para todos. Na verdade, a lógica se inverte. Há quase que um cruzamento. Quem estuda na escola pública é obrigado – em grande parte, não todos – a ir à escola privada. Era o que eu dizia aqui ontem. Na escola pública estão brancos, negros e índios. Ele estuda na escola pública e, depois, como não passa no vestibular pela disputa acirrada que há na universidade federal, acaba indo para a universidade privada. Então, trabalha de dia para pagar a universidade, onde estuda à noite. Na minha região mesmo, no Rio Grande do Sul, na região da serra, muitos e muitos trabalhadores – e lá quase 90% são brancos – trabalham de dia para pagar a universidade à noite. E há o inverso. Aqueles que estão na escola privada vão para a universidade federal, pública.

Então, há uma inversão de valores, eu diria, se o nosso critério é fazer justiça. Repito: não são todos, mas grande parcela da população que estuda em escola pública é obrigada, no final, a pagar a universidade privada, onde estuda à noite. Então, trabalha de dia para estudar à noite.

Repito, novamente, que são brancos e negros que sofrem com essa questão. Por isso, o projeto que aprovamos aqui é um corte social e racial para contemplar todos.

Sr. Presidente, quero também destacar que em 1998 apresentei, na Câmara dos Deputados, o PL nº 4.370 para a implantação de cotas. Em 2000, após um amplo debate, apresentei o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, que também continha as cotas. Pela aprovação, resolvermos retirar as cotas e deixar o debate para esse projeto, o nº 180.

Também no ano de 2000, apresentei um outro projeto que previa as cotas nos partidos políticos. Que os partidos políticos tivessem um percentual mínimo para negros, pardos e índios. É claro que é um debate muito mais amplo. Depois, chegamos ao entendimento de que isso só poderia ser implementado via reforma política. Só aí poderíamos apontar nesse sentido.

Mas quero lembrar também que o Presidente José Sarney, em 1999, apresentou aqui, e aprovou, um projeto de política de quotas nas universidades e também no serviço público. O projeto foi remetido à Câmara. Eu estava na Câmara, e apensei o projeto do Presidente José Sarney ao Estatuto da Igualdade Racial, conforme entendimento que fiz com S. Exa.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que a ex-Senadora e agora Ministra Ideli Salvatti, que hoje está como Ministra do nosso governo, apresentou, em 2007, um projeto de quotas, e eu tive a honra de relatar a matéria na Comissão de Educação. Aprovamos, e o projeto foi para Câmara dos Deputados.

Na Câmara, pegando todas essas ideias, construiu-se um substitutivo chamado PL nº 180, que o Se-

nado Federal, depois de debater na Comissão de Educação, onde relatei, na Comissão de Direitos Humanos, onde relatei, e na CCJ, onde relatou a Senadora Ana Rita, ontem aprovou praticamente por unanimidade.

Por isso digo que, na verdade, o projeto aprovado ontem é uma fusão do projeto da Senadora Ideli, do Senador Sarney, de um projeto antigo de minha autoria e de um projeto da Deputada Nice Lobão, e com a contribuição de todos os Deputados e Senadores. Por isso, o meu agradecimento aqui a todos os Senadores e Deputados que participaram da elaboração desse projeto.

Claro, não há lei perfeita. Perguntaram-me isso e aquilo. Isso vai ser regulamentado agora, detalhadamente, pelo MEC. A partir daí, os editais das universidades darão encaminhamento. Já que não é dito, além de a lei valer por dez anos, são quatro anos para a instalação. Ninguém está obrigando que a universidade aplique o total de política de quotas a partir de janeiro do ano que vem. Ela poderá aplicar, a partir de janeiro do ano que vem, um percentual, desde que, ao longo de quatro anos, aplique a política de quotas.

Veja bem como não é uma proposta radical, meu querido Senador Tomás Correia. A lei é por dez anos, e as universidades ainda terão quatro anos para implementá-la, desde que apliquem, a cada ano, um percentual. Que apliquem uma parte em 2013, em 2014 e em 2015, o que vai ser acompanhado pelo MEC.

Por fim, quero registrar, Sr. Presidente, que recebi hoje o Presidente da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, que veio nos cumprimentar pela aprovação do Estatuto e da Política de Quotas e, ao mesmo tempo, me convidou para que, no dia 14 de setembro, eu estivesse em São Paulo. Ele até me convidou para ser paraninfo da formatura de uma turma de 70 negros que concluem o curso de Direito, mas por problemas de agenda e com campanha eleitoral todos nós sabemos que não vai ser fácil.

Meus parabéns à Universidade Zumbi dos Palmares. Acho que o sonho desses meninos e meninas se torna agora realidade, já que eles serão, rapidamente, os homens que estarão operando o Direito em nosso País. Parabéns, José Vicente. Parabéns, Universidade Zumbi dos Palmares.

Mas, Sr. Presidente, concluindo minha avaliação desse projeto, quero ainda lembrar que a política de quotas foi aplicada na Índia desde 1949. Nos Estados Unidos, a partir da década de 70. E deu certo. Na África do Sul, a partir de 1994. É aplicada também hoje no Canadá, no México, na Nova Zelândia, na Colômbia, entre outros países. No Brasil, das 98 universidades federais, 70 já aplicam algum tipo de método de inclusão de negros, índios e pobres brancos, via o sistema de quotas. É só lembrar aqui, por exemplo, o ProUni, em que também já é adotado.

Quero também lembrar que a UnB foi a primeira Universidade Federal a adotar a política de quotas. A UERJ já vinha aplicando. Até mesmo na UnB, é bom lembrar, as políticas afirmativas, destinando 50% das vagas para alunos da rede pública. O ProUni, desde 2004, já adota as quotas, nos mesmos termos do PL nº 180 que nós aprovamos ontem. Nunca é demais lembrar que, graças ao ProUni e o sistema de quotas, mais de 1 milhão de jovens estão na universidade. Pobres, repito, brancos, negros e índios.

E aqui também eu destaco a importância da decisão do Supremo Tribunal Federal, que aprovou, por unanimidade, em abril deste ano, o sistema de quotas. E o parecer do Relator, Ministro Ricardo Lewandowski, foi, sem sombra de dúvida, um marco, uma peça, que entra para a história dos direitos humanos, dos direitos civis.

Essa reflexão eu faço, Senador Ricardo Ferraço, e vou passar para V. Exa., dizendo que nós demos um passo, mas um passo importante.

Eu tenho certeza que esse exemplo que o Senado deu, que a Câmara deu e que o Supremo deu, vai contribuir muito, inclusive para diminuir a violência no nosso Brasil, para buscar uma distribuição de renda mais igualitária. Vai contribuir muito mais para preparar mais jovens para enfrentar o mercado de trabalho e – por que não dizer? – para ocupar o espaço dos intelectuais do amanhã, sejam brancos, negros ou índios.

Senador Ricardo Ferraço, por favor.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Paulo Paim, ontem, o Plenário do Senado da República manifestou-se nessa direção. Hoje pela manhã, nós aprofundamos o debate na Comissão de Assuntos Sociais.

E assim como V. Exª, eu exerci o meu voto e o exerci com muita convicção na direção de repararmos essa extraordinária dívida que o Estado brasileiro tem com esses segmentos mais humildes da sociedade brasileira. Na prática, tanto os concursos para acesso às universidades públicas, como os concursos para acesso às escolas técnicas federais, não se dão em igualdade de condição, porque a verdade é que há uma distância grande entre a escola de ensino médio pública e a escola de ensino médio privada. Os alunos egressos da escola privada são minoria, como V. Exa. bem afirmou da tribuna do Senado, não há uma igualdade de oportunidade no acesso. Se em algum momento ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Ricardo Ferraço, me permita fazer um aparte a V. Exa. antes que o Senador Renan Calheiros saia. Quero dar

o depoimento que desde o primeiro momento, ele sempre disse – V. Exa. me permite porque os dois são do PMDB – que ficasse tranquilo porque o PMDB votaria em bloco para garantir que os alunos da escola pública, que são 90% da nossa juventude, têm acesso à universidade. Como ele ia sair, eu lhe fiz um aparte, Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Foi decisiva a liderança do Senador Renan Calheiros nesse episódio para que nós conseguíssemos essa grande concertação aqui plenário e nós pudéssemos dar essa demonstração de afirmação do Plenário do Senado. O que dizia é que se em algum momento, e nós precisamos continuar trabalhando para isso, houver uma paridade na qualidade do ensino médio privado com o ensino médio público, essa lei pode ser revista. Ela é uma lei que faz justiça, ela oportuniza a igualdade de condição do acesso à universidade pública, assim como a Escola Técnica Federal demora a preparar a nossa juventude para que, de forma capacitada, possa enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais sofisticado, complexo, que exige esse tipo de preparação. Mas também quero homenageá-lo, ao registrar e dar o meu depoimento do esforço, da liderança de V. Exa em relação a esse tema. Parabéns a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Ricardo Ferraço, eu quero, se me permitir, fazer esse registro. Houve dois momentos em que V. Exa falou comigo, aqui e da tribuna. V. Exa não é de falar aqui uma coisa e, na tribuna, falar outra coisa. Quero cumprimentar V. Exa. pela coerência. Na questão do voto secreto, em todas as situações, eu sou favorável a sua PEC, a PEC 50, e foi à tribuna e defendeu. Na questão das cotas, V. Exa sempre teve a mesma posição por entender que era uma questão de justiça, distribuição de renda e política de oportunidades iguais para todos.

Cumprimento V. Exa., é uma alegria enorme ser Senador ao lado de homens do caráter, da qualidade e da coerência como V. Exa.

Meus cumprimentos.

Sr. Presidente, agora concluo, só dizendo que eu gostaria de registrar esse documento que, neste mês de julho, nós comemoramos os 50 anos do 13º salário no Brasil para o assalariado brasileiro, um projeto ainda da época do Presidente João Goulart, mas que a lavra foi de Floriciano Paixão e Aarão Steinbruch. Lembro que Floriciano Paixão, um Deputado Federal do PDT do Rio Grande do Sul, já falecido, foi o grande articulador desse projeto do 13º para o assalariado brasileiro.

Por fim, deixo também registrado esse documento em que eu explico detalhadamente a importância da recente decisão da nossa Justiça assegurando aos aposentados e pensionistas do nosso INSS o direito à revisão da sua aposentadoria, daqueles que se aposentaram entre 1999 e 2009. O cálculo foi inadequado; eles usaram os 100% das contribuições, quando o correto era usar as 80 maiores contribuições, porque daí o salário dá uma alavancada.

Essa decisão da Justiça vai fazer com que cerca de 491 mil assegurados passem a receber uma aposentadoria maior, inclusive, recebendo os atrasados.

Meus parabéns à Justiça. Faz-se, assim, justiça. Para os assegurados e de mais de 60 anos, os atrasados serão pagos na folha de fevereiro e março de 2013; de 2014 a 2016, serão pagos àqueles que ficam entre 49 e 59 anos; de 2016 a 2019, recebem a diferença aqueles com mais de 45 anos.

Então, meus cumprimentos pela decisão, que teve a provocação feita pelo próprio Ministério Público, contemplando 500 mil aposentados e pensionistas.

Peço a V. Exa. que considere, na íntegra, o meu pronunciamento e, de já, agradeço a tolerância.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. No dia 13 de julho de 2012, o 13º Salário completou 50 anos. Essa conquista dos trabalhadores foi sancionada pelo presidente João Goulart (Jango), em 1962, por meio da Lei Federal nº 4.090.

Essa lei teve como base os projetos de autoria dos deputados federais Floriceno Paixão e Aarão Steinbruch. Aliás, tive uma grande convivência com Floriceno na Constituinte de 88.

É claro que até virar projeto de lei e depois lei federal, a classe trabalhadora fez muito barulho em nosso país. Foi para as ruas, avenidas e praças exigir avanços sociais e trabalhistas.

O 13º Salário é um incremento importante na economia do país. Tornou-se Cláusula Pétrea da Constituição Federal. E hoje, é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), somente no ano de 2011, o 13º injetou R$ 118 bilhões na economia doméstica.

O percentual correspondeu a 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do ano passado e é 16% maior do que o volume “despejado” pelo benefício no exercício anterior (R$ 102 bilhões).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula que o benefício é pago a 78 milhões de brasileiros. Esse número agrega trabalhadores da ativa, empregados domésticos, aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, o décimo terceiro salário aquece a economia todo final de ano. Temos mais consumo, mais emprego e mais produção. É um dos maiores avanços sociais que o nosso país já teve.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Senado Federal fez história e justiça social ao aprovar o projeto que prevê 50% das vagas em universidades federais e escolas técnicas para alunos que cursaram escolas públicas.

O substitutivo (180/2008) aprovado estabelece critérios de renda familiar e étnico-raciais. Dentro da cota mínima de 50%, haverá a distribuição entre negros, pardos e indígenas, proporcional à composição da população em cada estado, tendo como base as estatísticas mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O projeto de lei agora vai à sanção da presidenta Dilma Rousseff. A política de cotas tem validade de dez anos a contar de sua publicação. Parabéns a esta Casa, parabéns a todos os senadores e senadoras.

Sr. Presidente, há mais de 30 anos eu venho fazendo o bom combate em defesa e implantação em nosso país das chamadas ações afirmativas, do sistema de cotas. Aliás, lembro que a primeira vez que ouvi falar em cotas foi através do Frei Davi dos Santos, da Educafro. Ele me disse que essa questão poderia ser comparada a uma maratona, onde uns em melhores condições largam na frente; e outros entram algum tempo depois.

Portanto você tem que estabelecer igualdade de condições, da plena cidadania para negros, brancos, pardos, indígenas, pobres, daqueles que durante décadas e séculos foram discriminados em nosso país.

É um processo de exclusão social, uma ferida que está há muito tempo aberta em nossa sociedade e que temos que enfrentar com as armas do diálogo, debate, da boa argumentação.

Uma vez eu disse aqui mesmo neste plenário que a exclusão social poderia ser solucionada por meio de investimento direto nas bases da educação. É claro que a ideia é correta, mas os frutos de medidas assim só seriam colhidos daqui a algumas gerações. Nós sabemos disso, temos que fazer isso, estamos fazendo isso. É política de Estado. Mas a questão é: que perspectiva dar às pessoas que hoje buscam entrar em universidades? Ou seja, a esses discriminados da nossa história, filhos do vazio social, impostos pelos "Donos Poder", como tão bem escreveu o ex-presidente da OAB, Raimundo Faoro.

Em 1998, apresentei na Câmara dos Deputados, o PL 4370, para a implantação de cotas nos meios de comunicação; em 2000, após, amplo debate, apresentei o Estatuto da Igualdade Racial, que hoje é Lei Federal.

Ainda no ano de 2000 apresentei outro projeto, agora com previsão de cotas nos partidos políticos. Aqui, eu abro um parêntese e, lembro que o senador José Sarney apresentou uma proposta um ano antes, 1999, também sobre a questão de cotas e ações afirmativas. Ela foi aprovada aqui no Senado e encaminhada para a Câmara dos Deputados. Lá foi incluída no Estatuto da Igualdade Racial.

A Senadora e agora ministra Ideli Salvatti, que hoje está à frente da Secretaria de Relações Institucionais, apresentou em 2007 um projeto de cotas. Tive a honra de relatar a proposta na Comissão de Educação. O projeto passou por outras comissões, aprovado e encaminhado para a Câmara dos Deputados.

O substitutivo (180/2008) que o Senado Federal aprovou, foi relatado por mim nas comissões de Educação e Direitos Humanos. Depois foi para a CCJ e relatado pela senadora Ana Rita. Aliás, o texto aprovado ontem aqui na verdade foi uma fusão de ideias, depois de um amplo debate e acordo, com outros projetos: falo dos projetos da senadora Ideli (546/2007), do senador Sarney (6912/2002), e do PLS 453/2003, de minha autoria, que foi aprovado no Senado e encaminhado à Câmara; do PL 3627/2004, do Poder Executivo; e do projeto (73/1999) da deputada Nice Lobão.

Sr. Presidente, eu fiquei muito feliz hoje ao receber o Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, que me cumprimentou pela aprovação do projeto das cotas.

Ele sempre esteve ao nosso lado e faz parte dessa longa caminhada que trilhamos para chegar ao resultado que chegamos.

E, ao mesmo tempo, também foi com muita alegria que recebi de suas mãos, o convite para a formatura dos primeiros 70 negros do curso de Direito daquela Faculdade.

A formatura será dia 14 de novembro e eu farei o possível para estar lá.

Eu faço questão de deixar meu abraço a todos esses alunos, verdadeiros guerreiros que, superando as dificuldades, souberam alcançar seu sonho. A luta valeu a pena!

Levem para suas vidas essa mesma energia que fez vocês chegarem até aqui e eu tenho fé de que o futuro irá sorrir prá vocês e virá pleno de realizações.

Parabéns José Vicente!

Parabéns Universidade Zumbi dos Palmares!

O passo que estamos dando hoje é imenso, Senhoras e Senhores. Para se ter uma ideia do passo que o nosso país está dando, a Índia aderiu as cotas em 1949; Os Estados Unidos em 1972; África do Sul

em 1994; e depois Canadá, México, Nova Zelândia, Colômbia, entre outros.

Das 98 universidades federais, 70 já possuem algum método de inclusão, de cotas, ou seja, 71,4%. Vejam só, Senhoras e

Srs. Senadores, é com certeza um dado expressivo, de avanço.

A UNB foi a primeira Universidade Federal do país a destinar 20% das vagas aos afro-descendentes; A UERJ já havia adotado ações afirmativas destinando 50% das vagas para alunos da rede pública, com percentual para negros e índios.

O ProUNI desde 2004 já adota as cotas, nos termos do PL 180. São cerca de 500 mil jovens que ingressam nas universidades públicas pelas cotas, se levarmos em consideração os jovens do ProUni, ultrapassa 1 milhão.

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por unanimidade, em abril deste ano o sistema de cotas. O parece do relator, ministro Ricardo Lewandowski entrou para a história, foi uma aula de direitos civis.

Sras. e Srs. Senadores. Outros dados para a nossa reflexão...

Conforme o MEC, o Censo Escolar 2010 apontou 51,5 milhões de estudantes matriculados na educação básica pública e privada. Desse total, 85,4% estudam nas redes públicas.

Já no ensino médio, os alunos matriculados no ano de 2010 foram 8,3 milhões, 85% em rede publica.

Outro dado interessante diz respeito ao ensino superior: dos 5,95 milhões de estudantes matriculados em 2009, 4,43 milhões estudavam na rede privada e somente 1,52 milhões na rede pública.

Sr. Presidente, apesar de quase metade da população brasileira ser composta por negros ou afro-brasileiros, isso não se reflete nos indicadores sociais.

Não haverá inclusão social em nosso país, justiça na distribuição de renda ou diminuição da violência, se não trabalharmos para a inclusão social.

Não haverá inclusão social em nosso país enquanto somente uma pequena parte da nossa sociedade for beneficiada, enquanto apenas uma pequena parte tiver acesso à educação., saúde, nós sabemos, os números estão aí, as universidades públicas não atendem a maioria esmagadora da população carente, dos excluídos, dos discriminados. Isso não é justo. Por isso que defendemos a política de cotas.

Quando as cotas não forem mais necessárias, a exemplo dos Estados Unidos, não faremos mais uso delas.

Quando os espaços forem igualmente distribuídos. Quando os vestígios do preconceito forem extintos.

Quando os homens forem valorizados pela sua capacidade, pelos sentimentos que levam no coração e nunca pela cor da pele, aí estaremos prontos para uma nova era, para um novo país, para um novo Brasil. Aí sim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estaremos prontos para vivenciar a verdadeira igualdade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Quero registrar que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentou no ultimo dia 2, proposta de acordo ao Ministério Público de São Paulo e ao Sindicato Nacional dos Aposentados para a revisão do cálculo dos benefícios por incapacidade.

A decisão decorreu de sentença proferida em uma Ação Civil Pública que tramitou no Estado de São Paulo.

Os beneficiários que têm direito à revisão dos valores são aqueles cujos benefícios por incapacidade (aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e pensão por morte) foram concedidos entre 1999 e 2009.

Acontece que, na época, o valor dos benefícios foi calculado levando em conta 100% dos salários de contribuição, quando o deveria incluir apenas 80% dos maiores salários de contribuição.

Ou seja, foram considerados os 20% menores salários de contribuição.

Essa forma de calcular o valor do benefício prejudicou alguns segurados.

Segundo o INSS o novo calculo beneficiará 491 mil segurados que possuem benefícios ativos da Previdência Social e 2.300 milhões segurados que já tiveram seus benefícios cessados receberão os atrasados referentes aos últimos cinco anos.

Segundo o presidente do Instituto, Mauro Luciano Hauschild, a revisão dos benefícios será realizada automaticamente.

Lembramos que não será necessário que os aposentados e pensionistas procurem uma Agência da Previdência Social pois todos os casos serão identificados pelo órgão.

Os segurados que possuem benefícios ativos passam a receber o aumento na folha de pagamento de janeiro de 2013, a ser paga no início do mês de fevereiro do próximo ano.

Para os segurados com mais de 60 anos, os atrasados serão pagos na folha de fevereiro, com pagamento em março de 2013.

De 2014 a 2016, serão pagos os atrasados aos segurados com benefício ativo e que têm de 46 a 59 anos.

No período de 2016 a 2019, recebem a diferença aqueles com até 45 anos.

Para os segurados que tiveram o benefício cancelado, mas que valor era inferior ao devido, receberão os atrasados entre 2019 a 2022.

Quero salientar a importância da sentença proferida bem como parabenizar o Ministério Público pela atuação em defesa dos beneficiários do INSS.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – V. Exa. será atendido, na forma regimental.

Parabéns pelo pronunciamento que faz hoje.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ricardo Ferraço, pelo Estado do Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Senador Tomás Correia, Presidente em exercício desta sessão, representante do fraterno Estado de Rondônia, Estado que nós capixabas temos um carinho especial.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – É verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É um Estado que acolheu um conjunto muito grande de famílias capixabas quando o nosso Estado, nos anos 50, nos anos 60, atravessou uma crise muito profunda. O nosso Estado, o Espírito Santo, era um cafezal de ponta a ponta e nós vivemos um período muito forte de erradicação do café. Nesse momento, faltou muita oportunidade aos capixabas. Esses capixabas da região norte do meu Estado, de São Gabriel da Palha, de Águia Branca, de São Domingos, de Colatina, de Boa Esperança, de toda a região norte, encontraram abrigo, encontraram oportunidade no Estado de Rondônia. Portanto, é sempre com muito carinho que me refiro ao Estado de Rondônia, um Estado representado aqui pelo Senador Tomás Correia.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem ganhando finalmente relevo uma discussão da maior importância em nosso País, importante para o cidadão, importante para a indústria, importante para a economia nacional, que precisa ir bem, porque a economia, indo bem, é geradora de oportunidade, e quem gera oportunidade gera honra para que as pessoas, com seu esforço, possam seguir adiante transformando os seus sonhos em realidade. Trata-se do debate em torno do custo da energia no Brasil, um custo absurdo, injustificável, que sobrecarrega as contas domésticas e reduz ainda mais a competitividade das nossas empresas, já sufocadas por uma carga tributária pesada, pela burocracia e pelas deficiências de logística e de infraestrutura.

O fato é que o preço da energia no Brasil chega ao dobro da média mundial. Em termos reais, as tarifas tiveram uma alta superior a 100% nos últimos nove anos e chegaram a um ponto insustentável. Reduzir, portanto, o custo da energia é dever de casa básico num cenário de desaceleração econômica, em que o grande desafio é exatamente impulsionar a produção e o crescimento econômico.

É, portanto, com bons olhos que vejo a iniciativa anunciada pelo Governo Federal de cortar alguns dos encargos que compõem a tarifa de energia elétrica no Brasil. A iniciativa é importante, mas insuficiente e até mesmo tímida em relação a um projeto que protocolamos aqui na Casa, em 11 de julho, projeto que já está distribuído à Comissão de Infraestrutura.

Não existe, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o menor cabimento estarem embutidos na conta de luz tantos encargos setoriais, tantos subsídios, descontos e isenções compulsórias e de inegável natureza tributária, todos com a finalidade de financiar projetos e programas que deveriam ser financiados pelo Tesouro Nacional, ou seja, pelo conjunto da sociedade e não só pelo consumidor de energia elétrica.

Ora, a falta de transparência é absoluta. O consumidor – seja ele pessoa física ou jurídica – não faz ideia do que está pagando na conta de luz, do que vem embutido na tarifa de energia elétrica; não sabe que está bancando parte da geração térmica no Norte, com a Conta de Consumo de Combustíveis; que está ajudando a estimular fontes alternativas de energia, como o Proinfa, e a Conta de Desenvolvimento Energético; que está ajudando a financiar o importante Programa Luz para Todos e a agência reguladora do setor, a Aneel, com a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia. O consumidor também não sabe que parte do seu dinheiro é destinada a subsídios para a baixa renda e para a Reserva Global de Reversão, que indeniza ativos de concessões vencidas e retomadas; não sabe ainda que está contribuindo para o Encargo de Energia de Reserva, que aumenta a segurança do fornecimento. É do bolso também do consumidor que sai a compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, que compensa o uso de água e terras produtivas para fins de geração, e ainda, Encargos de Serviços do Sistema, que subsidia a manutenção da confiabilidade do Sistema Interligado Nacional. O consumidor não sabe, mas paga, e paga caro. Paga também PIS, Cofins e ICMS, que representam carga superior a 40% do setor.

Pois o nosso projeto retira todos esses encargos e subsídios da conta de luz e pode aliviar no teto o consumidor em até 20%, seja ele consumidor pessoa física, mas, sobretudo, a pessoa jurídica.

É fundamental ressaltar que os programas financiados hoje pelos consumidores de energia não serão

prejudicados. Todos esses programas fazem sentido, são programas de largo alcance social em nosso País, são programas importantes do ponto de vista ambiental e do ponto de vista econômico.

Mas é o Tesouro Nacional, segundo minha proposta, que precisa arcar com esses programas, que, a bem da transparência pública, devem constar como política pública no Orçamento Geral da União, para que o Senado possa votar, deliberar e exercer um programa de fiscalização no que diz respeito a essas metas que precisam ser justificadas dentro deste debate.

Pois bem, com a redução do custo da energia, a indústria ganharia maior competitividade e margem para ampliar sua produção e gerar, portanto, mais oportunidades, mais renda e mais empregos para os brasileiros.

Vale aqui destacar o estudo da LCA Consultores, com base em dados do IBGE: a energia elétrica responde por 5% do custo total da indústria brasileira. Em alguns setores, esse peso é ainda maior: 9% no caso da indústria do cimento; 8% no caso do setor têxtil; 7% no caso da indústria de celulose; e 12% na metalurgia, para citar apenas alguns segmentos da nossa indústria.

A discussão em torno do custo da energia não envolve apenas a questão dos encargos embutidos na conta de luz. A baixa competição no mercado de energia elétrica, a insegurança jurídica para os atuais concessionários e a possibilidade de renovação das concessões são fatores importantes e decisivos neste debate.

Não foi por menos que apresentei requerimento, agora em março, para uma audiência pública, na Comissão de Infraestrutura, para os encaminhamentos em curso para a renovação das concessões do setor elétrico. O requerimento foi aprovado, mas a audiência ainda não foi marcada. A despeito dos esforços da Comissão, o Governo tem-se mostrado – esta é a verdade – refratário a fazer o enfrentamento e o debate deste tema aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado.

Entidades empresariais, como a Fiesp e a CNI, têm-se mobilizado contra a prorrogação automática dessas concessões de energia elétrica que foram renovadas em 1995, por 20 anos. A alegação é a de que as atuais usinas, com idade média de aproximadamente 60 anos, já tiveram seus investimentos amortizados e, a partir de agora, o maior custo será apenas de manutenção.

Um novo leilão, no entender de técnicos e analistas, poderia levar a uma redução de até 50%, segundo esses mesmos cálculos, e as contas poderiam ficar ainda muito mais em conta, para que nós pudéssemos transformar a energia elétrica não em ameaça, mas em oportunidade para a expansão da competição dos arranjos econômicos, que dependem desse insumo de fundamental importância.

O fato é que o sistema Eletrobras controla boa parte, grande parte das usinas hidrelétricas do País, controle que teria de lutar para manter no caso de um novo leilão, ou seja, disputando em pé de igualdade com o mercado, para que nós pudéssemos priorizar o usuário, o contribuinte que necessita dessa energia para movimentar a sua atividade econômica, importante geradora de oportunidades em nosso País. Mas essa é uma outra história e esse é um debate que nós precisamos aprofundar aqui, no Senado Federal.

Certo é que temos, Sr. Presidente, margem considerável para a redução dos custos de energia no Brasil e esse, por assim dizer, é um bom problema. É um problema e um desafio que nós precisamos enfrentar, neste momento em que nós precisamos não apenas de medidas pontuais e conjunturais, mas de iniciativas estruturantes, que possam dar à nossa economia condição de competir com a economia internacional, até porque, nesse mundo globalizado e nesse mundo que é praticamente plano, a competição se dá em nível global. É um problema que, tenho certeza e confiança, iremos enfrentar com firmeza, o mais breve possível, a bem, é verdade, do crescimento, do desenvolvimento e da nossa capacidade de fazer o enfrentamento dessa crise que tem gerado incertezas e inseguranças em todo o País.

Muito obrigado a V. Exa., Presidente Tomás Correia, Presidente em exercício da sessão.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Parabéns, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 738, DE 2012

Nos termos do Art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos Sessão Especial para homenagear o centenário de nascimento do político e guerrilheiro **Carlos Marighela.** Inicialmente filiado ao Partido Comunista do Brasil - PCB, **Carlos Marighela** foi um dos principais organizadores da luta armada contra a ditadura militar. Também era poeta e, foi por causa de um poema criticando o interventor Juracy Magalhães, foi preso pela primeira vez. Por criticar o governo de Getúlio Vargas, foi novamente preso em 1º de maio de 1936 e torturado pela polícia de Filinto Müller. Fica um ano preso. Solto, entra para a clandestinidade. Sempre combatendo as ditaduras brasileiras, em 1939 é preso novamente e fica preso até 1945. Foi eleito Deputado Federal Constituinte em 1946 pelo PCB baiano.

Em maio de 1964, após o golpe militar, é baleado e preso por agentes do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS dentro de um cinema, no Rio de Janeiro. Em 1965 foi libertado por decisão judicial. No ano seguinte opta pela luta armada contra a ditadura, escrevendo 'A Crise Brasileira'. Em agosto de 1967, participa da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade, em Havana, Cuba, a despeito da orientação contrária do PCB. Ainda em Havana, escreve 'Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil', dedicado à memória do comandante Che Guevara e publicado pelo Jornal do Brasil em setembro de 1968. Em fevereiro de 1968 funda o grupo armado Ação Libertadora Nacional - ALN. Em setembro de 1969, a ALN participa do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, juntamente com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR-8.

Em 4 de novembro de 1969, **Carlos Marighella** foi assassinado a tiros por agentes do DOPS, em uma emboscada chefiada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, na alameda Casa Branca, na capital paulista.

Sala das sessões, 13 julho de 2012

Senador **João Capiberibe** Senadora **Lidice da Mata**

Senador **Randolfe Rodrigues** Senador **Inácio Arruda**

Senador **Antonio Carlos Valadares** Senador **Rodrigo Rollemberg**

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO
Nº 739, DE 2012

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO à Equipe Piauiense de Badminton.

JUSTIFICAÇÃO

A Equipe Piauiense de Badminton, composta pelos atletas Fabrício Farias, Francielton Farias, Juliana Vieira, Sâmia Lima, Sânia Lima, Thainara Borges e a treinadora Norma Rodrigues possui um relevante e vitorioso currículo no Badminton piauiense e brasileiro:

O badminton piauiense foi responsável por trazer 05 (cinco) das 16 (dezesseis) medalhas conquistadas pela Seleção Brasileira no Pan-Americano Júnior de Badminton, no Canadá, realizado em julho de 2012, sendo 01 ouro, 01 prata e 03 bronzes, com 100% de aproveitamento dos piauienses.

Os atletas Piauienses sempre se destacaram nas competições nacionais e internacionais de Badminton. Ao longo dos últimos anos foram diversas conquistas como podemos destacar: Ouro no Sul-Americano, em 2010; Ouro Pan-Americano Júnior, na Jamaica, em 2011; Primeiro lugar nas Olimpíadas Escolares, em 2011 e a mais recente conquista, Ouro no Pan-Americano Júnior, no Canadá, em 2012.

Receberam do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) o "Troféu Comitê Olímpico Internacional – Esporte e Responsabilidade Social", pelo projeto: "Jovens Talentos de Badminton".

Atualmente a Confederação Brasileira de Badminton (CBBd) é presidida pelo piauiense Francisco Ferraz de Carvalho, ex-presidente da Federação de Badminton do Piauí, sendo a primeira vez que a entidade terá em seu comando um presidente da região nordeste do país, mostrando ainda mais a força do Badminton do Estado do Piauí.

Estendo também este Voto de Aplauso aos pais e demais familiares dos atletas e da comissão técnica.

Por estas razões, a Equipe de Badminton Piauiense é merecedora desta homenagem por esta Casa.

Sala das Sessões, de agosto de 2012.

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**
PTB/PI

REQUERIMENTO
Nº 740, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao Empresário **José Roberto Tadros**, que recebeu Medalha de Ouro Cidade de Manaus pelos relevantes serviços prestados aos amazonenses há quase três décadas atuando no desenvolvimento do comércio da cidade de Manaus, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: FECOMÉRCIO: Rua São Luís, 555 – Adrianópolis/ Manaus/AM. CEP 69057.250.

JUSTIFICAÇÃO

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Turismo e Serviços do Estado Amazonas (Fecomércio-AM), José Roberto Tadros, recebeu a Medalha de Ouro Cidade de Manaus, em reconhecimento a contribuição dada ao Município e ao Estado. A solenidade foi dirigida pelo presidente da Câmara Municipal de Manaus (CMM), Isaac Tayah (PSD) e ainda contou com a presença dos vereadores Mário Frota (PSDB), Lúcia Antony (PCdoB), Socorro Sampaio (PP), e de representantes do setor comercial, literário e do poder judiciário do Amazonas.

Os trabalhos desenvolvidos pelo empresário não mostram apenas uma boa administração, mas o olhar futurista e o amor ao próximo, ao implementar projetos voltados à população do interior do estado. Sua família fincou raízes neste estado e decidiu contribuir com o desenvolvimento econômico do local. Da mesma forma, hoje, Tadros investe em projetos no interior, o que mostra sua capacidade de pensar no dia de amanhã.

Roberto Tadros está à frente da instituição há 26 anos. O empresário, que também é autor de três livros, é Cônsul Honorário da Grécia. Seu último livro foi lançado em novembro de 2011 com o título "Ideias Confessadas". A obra traz uma compilação de entrevistas concedidas por ele durante sua trajetória à frente da Federação.

Parabéns Roberto Tadros pela honraria, que é concedida a cidadãos que residem em Manaus, que tenham prestado relevantes serviços à comunidade e cuja vida seja irrepreensível. Parabéns por ser esse cidadão de bem e um profissional, que tem contribuído com o desenvolvimento do setor comercial da região Norte. Muitos empregos têm sido gerados pela FECOMÉRCIO e isso é reflexo da gestão institucional.

Sala das Sessões, 08 de Agosto de 2012.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/AM

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – O Senado Federal recebeu os **Ofícios nºs 599 a 601, de 2012**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2009** (nº 510/2011, na Câmara dos Deputados), que *institui o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação*, sancionado e convertido na Lei nº 12.685, de 2012;

– **Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2003** (nº 2.277/2003, na Câmara dos Deputados), que *normatiza a divulgação de documentos institucionais produzidos em língua estrangeira, nos sítios e portais da rede mundial de computadores – internet mantidos por órgãos e entidades públicos,* sancionado e convertido na Lei nº 12.686, de 2012; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2000** (nº 4.219/2001, na Câmara dos Deputados), que *altera dispositivo da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no caso que menciona*, sancionado e convertido na Lei nº 12.687, de 2012.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 599/12/PS-GSE

Brasília, 7 de agosto de 2012

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 510, de 2011 (PLS nº 306/09), que "Institui o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.685, de 18 de julho de 2012.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via do autógrafo do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 600/12/PS-GSE

Brasília, 7 de agosto de 2012

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.277, de 2003 (PLS nº 225/03), que "Normatiza a divulgação de documentos institucionais produzidos em língua estrangeira, nos sítios e portais da rede mundial de computadores – internet mantidos por órgãos e entidades públicos", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.686, de 18 de julho de 2012.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via do autógrafo do referido projeto. Bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes** Primeiro-Secretário.

Of. nº 601/12/PS-GSE

Brasília, 7 de agosto de 2012

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 4.219, de 2007 (PLS nº 170/00), que "Altera dispositivo da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no caso que menciona", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via do autógrafo do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto de lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 29, de 2012**, na origem, do Tribunal de Contas da União, sobre o Seminário Desastres Naturais – Ações Emergenciais, realizado nos dias 28 e 29 de maio de 2012.

O expediente, acompanhado de mídia eletrônica, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 29/2012 – GAB.MIN-AC

Brasília, 25 de julho de 2012

Assunto: Seminário Desastres Naturais

Senhor Presidente,

Como é de seu conhecimento, nos dias 28 e 29 de maio de 2012 ocorreu, neste Tribunal, o Seminário "Desastres Naturais – Ações Emergenciais."

As apresentações e discussões realizadas na ocasião propiciaram a elaboração de anteprojeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional, visando ao estabelecimento de novo marco regulatório acerca deste tema.

Certo de que o assunto possa receber a especial atenção de V. Exª, é com satisfação que envio-lhe material em DVD com o registro do evento.

Aproveito a oportunidade para renovar os meus votos de estima e apreço.

Atenciosamente, – **Aroldo Cedraz**, Ministro do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Sobre a mesa, comunicação que será lida.

É lida a seguinte:

Brasília, 08 de agosto de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho através deste, justificar a minha ausência nas votações nominais ocorridas na sessão de hoje (08/08/2012), em virtude de compromissos externos.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Assis Gurgacz,** PDT – RO

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – A Presidência designa o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo **Requerimento nº 1, de 2012-CN**, conforme a **Resolução nº 1, de 2012-CN** e o **Ofício nº 185, de 2012**, da Liderança do PSOL, no Senado Federal.

A Presidência comunica ainda que o Senador Randolfe Rodrigues deixará de ocupar a vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM).

É o seguinte o Ofício:

Ofício GSRR nº 185/2012

Brasília – DF, 8 de agosto de 2012.

Assunto: Indicação de membro titular do PSOL para a CPMI – Práticas criminosas desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal – CPMI/VEGAS

Senhor Presidente,

Foi destinada uma vaga como membro titular, ao PSOL, na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional – CPMI – Práticas criminosas desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal – CPMI/VEGAS, criada pelo RQN nº 1, de 2012, em decorrência da promulgação da Resolução nº 1, de 2012 – CN, conforme comunicação feita através do OF. nº 339/2012 – CN, de 2 de agosto de 2012.

Por conseguinte, em atendimento ao art. 78 do Regimento Interno, na condição de líder do PSOL e como seu único representante, indico meu nome para ocupar a referida vaga.

Na oportunidade da designação, comunico que o PSOL deixará de ocupar a vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM). – Senador **Randolfe Rodrigues**, PSOL/AP

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:

Of. GLPMDB nº 185/2012

Brasília, 1º de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Tomás Correia para integrar as Subcomissões abaixo relacionadas, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valdir Raupp.

Como Suplente:

– CISTAC – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil

– CISPEL – Subcomissão Permanente para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Of. nº 256/20112 – CRE/PRES

Brasília, 7 de agosto de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunico a Vossa

Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 5 de julho do ano em curso, o Requerimento nº 28, de 2012 – CRE em aditamento ao Requerimento nº 10 de 2011, para que a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20, e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, com apreço do Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 297, DE 2012

Revoga os incisos IV, V e VII do art. 3º a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família aos casos que especifica.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados os incisos IV, V e VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, no *caput* do seu art. 6º, garante a todo cidadão, o direito social à moradia, sendo que o art. 226 da mesma Carta constitucional assegura à família a proteção do Estado.

Com o intuito de fornecer um dos instrumentos legislativos que possibilitem a consecução do referido direito social à moradia e assegurar a devida proteção da família pelo Estado, foi editada a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que "Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família", estatuindo, em seu art. 1º, a impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, impedindo que responda por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam.

Contudo, esse mesmo diploma legal criou diversas exceções à impenhorabilidade do bem de família que acabou por dar-lhe um alargamento excessivamente abrangente, desse modo fragilizando severamente o arcabouço protetivo do direito à moradia consagrado à família brasileira.

O exemplo mais emblemático dessa extensão indevida das exceções à impenhorabilidade do bem de família é a hipótese prevista no inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 1990, advinda de modificação introduzida pela Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que tornou possível a penhora do bem de família do fiador, por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação. Isso significa dizer que, desde então, todo aquele que resolva ajudar um parente ou conhecido próximo a alugar um imóvel, tornando-se seu fiador em contrato de locação, passou a correr sério risco de perder para o locador o imóvel que sirva de moradia a si e à sua família.

Mas não é só somente essa a hipótese aberrante prevista no nosso ordenamento jurídico. Também se faz necessário impedir que o bem de família seja ameaçado em decorrência de cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar, assim como nas execuções de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar, hipóteses essas previstas nos incisos IV e V do art. 3º do mencionado diploma legal, que também pretendemos revogar por intermédio do presente projeto de lei.

No nosso modo de ver, não se justifica, de um lado, que o nosso ordenamento jurídico assegure, expressa e claramente, a proteção da moradia familiar, e, de outro, permita que o legislador esbanje na criação de exceções à impenhorabilidade do bem de família, razão pela qual consideramos da mais alta relevância social que sejam revistas as três hipóteses apontadas na Lei nº 8.009, de 1990.

Sala das Sessões, – Senador **Blairo Maggi.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.

Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

Art. 2º Excluem-se da impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.

Parágrafo único. No caso de imóvel locado, a impenhorabilidade aplica-se aos bens móveis quitados que guarneçam a residência e que sejam de propriedade do locatário, observado o disposto neste artigo.

Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I – em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias;

II – pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato;

III – pelo credor de pensão alimentícia;

IV – para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;

V – para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar;

VI – por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.

VII – por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação. (Incluído pela Lei nº 8.245, de 1991)

.....

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

CAPÍTULO II
Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

.....

CAPÍTULO VII
Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso
(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º – O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º – O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º – Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)

§ 4º – Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º – Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010)

§ 7º – Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Regulamento

§ 8º – O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

.....

LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

.....

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 298, DE 2012

Institui a gratificação de representação dos juízes estaduais no exercício da jurisdição federal, por delegação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O juiz estadual, quando no exercício da jurisdição federal por delegação, na forma do § 3º do art. 109 da Constituição, terá direito ao recebimento de verba de representação.

Parágrafo único. A gratificação mensal de juízes estaduais corresponderá a dezesseis por cento do subsídio de juiz federal.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o disposto no art. 169 da Constituição e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com varas instaladas em apenas 241 dos 5.564 municípios brasileiros, a Justiça Federal não consegue, sozinha, garantir acesso a quem precisa demandar contra a União, especialmente, quando o tema envolve questões com grande número de ações e pulverizadas em todo o país, como a previdência social.

Para equacionar esse problema e garantir o acesso dos jurisdicionados à justiça, a Constituição Federal, no § 3º do seu art. 109, atribuiu a tarefa também à Justiça dos Estados, cuja ramificação alcança todos os municípios do Brasil.

É nos tribunais regionais Federais que os efeitos dessa demanda são vistos, uma vez que, conforme o mesmo dispositivo constitucional, as cortes federais julgam os recursos contra decisões estaduais em processos federais.

Dos 2,6 milhões de processos distribuídos nos cinco tribunais regionais federais (TRFs) entre 2005 e 2010, de acordo com o Conselho da Justiça Federal (CJF), apenas 1,5 milhão vieram de varas federais.

O restante 42%, se refere a recursos contra decisões estaduais e a processos originários de segundo grau, como os de foro privilegiado.

No Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por exemplo, do total de 232 mil recursos em processo previdenciário tramitando em dezembro de 2010, 127 mil vinham da Justiça Estadual, o equivalente a 55%, segundo o CJF.

Entre 2007 e 2011, as varas estaduais levaram, em média, 58% dos recursos recebidos pelo tribunal na área previdenciária.

Para o presidente do TRF da 3ª Região, Desembargador Newton De Lucca, a competência delegada é indispensável. As dimensões gigantescas deste país, somadas à nossa realidade social, só poderiam ser efetivamente contornadas com a atribuição de competência federal aos juízes de Direito das comarcas em que estão domiciliados os segurados e beneficiários da previdência social.

Trata-se de situação similar à da Justiça Eleitoral, na qual a jurisdição, também de responsabilidade da União, é exercida, em grande medida, pelos juízes estaduais.

Nesse caso, a magistratura estadual recebe, em representação à competência eleitoral, a gratificação prevista na Lei nº 8.350, de 28 de dezembro de 1991, que, por força do art. 3º da Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, corresponde, desde 1º de janeiro de 2006, a 16% do subsídio de Juiz Federal.

A justificativa da gratificação é lógica, ou seja, no desempenho da jurisdição eleitoral o juiz estadual está a exercer um *plus* na sua atividade laboral que deve, necessariamente, ser remunerada.

Em situação semelhante, encontra-se o juiz estadual quando exerce competência federal por delegação, na forma do § 3º do art. 109 da Constituição.

Impõe-se, assim, em nome da isonomia, assegurar vantagem equivalente a esses magistrados.

Sala das Sessões, – Senador **Blairo Maggi.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II – as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III – as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

V-A as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI – os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII – os "habeas-corpus", em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII – os mandados de segurança e os "habeas--data" contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX – os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1º As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

§ 3º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – exoneração dos servidores não estáveis. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

LEI Nº 8.350, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre gratificações representações na Justiça Eleitoral.

.....

LEI Nº 11.143, DE 26 DE JULHO DE 2005

Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, inciso XV, da Constituição Federal, e dá nova redação ao caput do art. 2º da Lei nº 8.350, de 28 de dezembro de 1991.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 299, DE 2012**

Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para dispor sobre a cumulação dos deveres de reparação do dano ambiental e de indenização, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto, cumulativamente, a condenação em dinheiro e o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta visa trazer medidas mais eficazes à defesa do meio ambiente, esclarecendo que é possível, em ação civil pública ambiental, a cumulação de pedidos de condenação a obrigação de fazer (reflorestamento de área) e de pagamento pelo dano material causado.

Já é entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) segundo o qual é pó possível a cumulação entre as obrigações de recompor/restaurar/recuperar as áreas afetadas por danos ambientais e a obrigação de indenizar em pecúnia.

A jurisprudência do STJ mantém entendimento sobre a possibilidade de cumular a obrigação de fazer ou não fazer e a condenação de pagar para fins de completo retorno ao *status quo ante*, tendo em conta a degradação ambiental, mesmo quando a perícia técnica entende que é possível recuperar *in natura* a área afetada.

Pela relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.

Regulamento
Regulamento
Regulamento
Mensagem de veto

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I – ao meio-ambiente;

II – ao consumidor;

III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Incluído pela Lei nº 8.078 de 1990)

V – por infração da ordem econômica e da economia popular; (Redação dada pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

VI – à ordem urbanística. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

Parágrafo único A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Art. 4º Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2012

Dispõe sobre o instituto da multa civil, aplicável às questões ambientais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O descumprimento das obrigações ambientais sujeita o infrator à multa civil, proporcional à gravidade da infração, à vantagem auferida, à condição econômica do infrator e à posição do agente no mercado relevante, cominada pelo juiz em ação proposta por qualquer dos legitimados à defesa da proteção ambiental em juízo, sem prejuízo de perdas e danos, indenização por danos morais, e outras sanções cabíveis.

§ 1º A multa civil será destinada ao Fundo Ambiental, seja federal ou estaduais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta visa trazer medidas mais eficazes à defesa do meio ambiente, inovando o sistema jurídico brasileiro, ao incorporar ao ordenamento o instituto da multa civil.

Por mais que a jurisprudência brasileira venha fazendo grande esforço em realocar a finalidade punitivo-pedagógica e/ou preventiva em institutos outros, como é o caso da indenização por dano moral, fato é que tais institutos servem a funções distintas.

No caso da questão ambiental, a presente proposta desloca o foco indenização para o foco no infrator e na infração (multa civil), restando clara que a finalidade da medida não é compensatória ou restauradora, mas guarda o escopo de inibir a conduta do infrator. Por essa razão, os recursos eventualmente auferidos com a multa civil serão destinados a um Fundo Ambiental Federal ou Estaduais.

O projeto, ainda, contempla as balizas necessárias à consideração judicial para se aferir o valor da multa civil. Além das características do ofensor como critério para cálculo da multa, o projeto também inova ao inserir, ao lado da vantagem auferida, também o critério relativo à *posição do agente no mercado relevante.*

Volta-se à atenção para as medidas que efetivamente inibirão as condutas perquiridas.

A responsabilização penal deve ser a última *ratio* lançada pelo Estado para regular uma conduta. No caso da questão ambiental, alcançar-se-á maior eficiência se as medidas previstas sejam aplicadas ao infrator. Parece-se afirmação óbvia, porém o direito, costumeiramente, padece da eleição equivocada dos meios corretos para se alcançar os fins buscados.

Assim, a dupla pretensão que se guarda com tal medida – pedagógica e inibidora de conduta -, não se consegue por meio da responsabilização penal, mas sim por meio dos chamados *punitive damages* – o que, no Brasil, por falta dessa figura jurídica no ordenamento local, a Administração Pública tem como único instrumental a aplicação da multa administrativa, que já se mostrou limitada e desproporcional, e os tribunais acabam relegando tais funções para a indenização por danos material e moral.

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, DE 2012

Altera a Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar

a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências, para determinar a implantação de estações de apoio à atividade profissional do condutor de veículo de transporte de carga ou de transporte público de passageiros ao longo das rodovias federais concedidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

"Art. 7º-A. A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 37. .....

.....

IV – construir e manter, quando se tratar de concessão para exploração de infraestrutura rodoviária, estações de apoio à atividade profissional dos condutores de veículo de transporte de carga ou de transporte público de passageiros, conforme padrões, normas e especificações técnicas estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único. As estações de apoio de que trata o inciso IV deste artigo serão implantadas às margens da rodovia objeto da concessão e incluirão, necessariamente, área de estacionamento para os veículos e instalações destinadas ao descanso, à alimentação e à higiene dos condutores.' (NR)

'Art. 82. .....

.....

II – estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para a elaboração de projetos e a execução de obras viárias, inclusive das estações de apoio aos condutores de veículos de transporte de cargas e de transporte público de passageiros mencionadas no art. 37 desta Lei;

.....' (NR)"

Art. 2º A exigência de que trata o inciso IV do art. 37 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, não se aplica aos contratos de concessão que já se encontrarem em vigor na data de publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em boa hora, a Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, veio disciplinar o regime de trabalho dos motoristas profissionais, estabelecendo limites para a extensão da jornada e o tempo máximo de permanência ao volante. Em especial, a nova lei permite conter excessos que vinham sendo cometidos por motoristas de veículos de transporte de carga pressionados por compromissos contratuais ou em busca da maximização do rendimento financeiro de sua atividade. Como se sabe, a fadiga ao volante, fruto de jornadas contínuas demasiadamente longas, é prática que, não raro, deságua em graves acidentes de trânsito, já tidos como símbolo da violência do trânsito nas principais rodovias do País.

Ocorre que, para cumprir os períodos de descanso previstos na nova legislação, o condutor sujeita-se, agora com mais freqüência, a interromper a jornada em pontos intermediários do percurso. Daí advém a principal dificuldade que os motoristas passaram a enfrentar no dia a dia do exercício profissional. Ainda que tenha as viagens planejadas, o condutor não consegue encontrar, ao longo do trajeto a ser percorrido, locais que ofereçam condições adequadas para os períodos de descanso obrigatórios.

Para tal, o sistema rodoviário brasileiro deveria contar com uma rede de estações de apoio regularmente distribuídas pela malha, cada uma delas dispondo de, no mínimo, área para estacionamento do veículo combinada a instalações e serviços voltados para o repouso, a alimentação e a higiene pessoal do condutor. Essas são facilidades que a rede tradicional de postos de combustíveis instalados às margens das rodovias há muito deixou de prover em quantidade suficiente e, principalmente, nas condições de segurança, conveniência e conforto desejáveis para os motoristas.

Vislumbro, assim, no programa de concessões rodoviárias em curso no País a oportunidade para o primeiro passo no sentido da implantação dessas unidades, de modo que, entre os investimentos previstos, os novos contratos de concessão de rodovias federais passem a incluir a exigência de implantação, pelo concessionário, de estações destinadas a apoiar o trabalho do motorista profissional.

A iniciativa não é inédita, visto que outros parlamentares me antecederam na apresentação de proposta legislativa com a mesma finalidade, antes mesmo da edição da Lei nº 12.619, de 2012. Considerando, todavia, o impasse gerado pelas novas regras e as dificuldades enfrentadas pelos motoristas para cumpri-las, associo-me aos autores das demais matérias em tramitação nesta Casa ou na Câmara dos Deputados na busca de solução para o problema.

Pelo exposto, espero contar com o apoio necessário à aprovação do projeto que ora submeto à apreciação dos ilustres membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Magno Malta**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.619, DE 30 DE ABRIL DE 2012

Mensagem de veto (Vigência)

Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.

A Presidenta da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de motorista profissional, atendidas as condições e qualificações profissionais estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Integram a categoria profissional de que trata esta Lei os motoristas profissionais de veículos automotores cuja condução exija formação profissional e que exerçam a atividade mediante vínculo empregatício, nas seguintes atividades ou categorias econômicas:

I – transporte rodoviário de passageiros;

II – transporte rodoviário de cargas;

III – (VETADO);

IV – (VETADO).

Art. 2º São direitos dos motoristas profissionais, além daqueles previstos no Capítulo II do Título II e no Capítulo II do Título VIII da Constituição Federal:

I – ter acesso gratuito a programas de formação e aperfeiçoamento profissional, em cooperação com o poder público;

II – contar, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, com atendimento profilático, terapêutico e reabilitador, especialmente em relação às enfermidades que mais os acometam, consoante levantamento oficial, respeitado o disposto no art. 162 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

III – não responder perante o empregador por prejuízo patrimonial decorrente da ação de terceiro, ressalvado o dolo ou a desídia do motorista, nesses casos mediante comprovação, no cumprimento de suas funções;

IV – receber proteção do Estado contra ações criminosas que lhes sejam dirigidas no efetivo exercício da profissão;

V – jornada de trabalho e tempo de direção controlados de maneira fidedigna pelo empregador, que poderá valer-se de anotação em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, nos termos do § 3º do art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ou de meios eletrônicos idôneos instalados nos veículos, a critério do empregador.

Parágrafo único. Aos profissionais motoristas empregados referidos nesta Lei é assegurado o benefício de seguro obrigatório, custeado pelo empregador, destinado à cobertura dos riscos pessoais inerentes às suas atividades, no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial de sua categoria ou em valor superior fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 3º O Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção IV-A:

"TÍTULO III

.....

CAPÍTULO I

.....

Seção IV-A

Do Serviço do Motorista Profissional

Art. 235-A. Ao serviço executado por motorista profissional aplicam-se os preceitos especiais desta Seção.

Art. 235-B. São deveres do motorista profissional:

I – estar atento às condições de segurança do veículo;

II – conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

III – respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

IV – zelar pela carga transportada e pelo veículo;

V – colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

VI – (VETADO);

VII – submeter-se a teste e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com ampla ciência do empregado.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no inciso VI e a recusa do empregado em submeter-se ao teste e ao programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica previstos no inciso VII serão consideradas infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei.

Art. 235-C. A jornada diária de trabalho do motorista profissional será a estabelecida na Constituição Federal ou mediante instrumentos de acordos ou convenção coletiva de trabalho.

§ 1º Admite-se a prorrogação da jornada de trabalho por até 2 (duas) horas extraordinárias.

§ 2º Será considerado como trabalho efetivo o tempo que o motorista estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso, espera e descanso.

§ 3º Será assegurado ao motorista profissional intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, além de intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas a cada 24 (vinte e quatro) horas e descanso semanal de 35 (trinta e cinco) horas.

§ 4º As horas consideradas extraordinárias serão pagas com acréscimo estabelecido na Constituição Federal ou mediante instrumentos de acordos ou convenção coletiva de trabalho.

§ 5º À hora de trabalho noturno aplica-se o disposto no art. 73 desta Consolidação.

§ 6º O excesso de horas de trabalho realizado em um dia poderá ser compensado, pela correspondente diminuição em outro dia, se houver previsão em instrumentos de natureza coletiva, observadas as disposições previstas nesta Consolidação.

§ 7º (VETADO).

§ 8º São consideradas tempo de espera as horas que excederem à jornada normal de trabalho do motorista de transporte rodoviário de cargas que ficar aguardando para carga ou descarga do veículo no embarcador ou destinatário ou para fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, não sendo computadas como horas extraordinárias.

§ 9º As horas relativas ao período do tempo de espera serão indenizadas com base no salário-hora normal acrescido de 30% (trinta por cento).

Art. 235-D. Nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista profissional permanece fora da base da empresa, matriz ou filial e de sua residência por mais de 24 (vinte e quatro) horas, serão observados:

I – intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção, podendo ser fracionados o tempo de direção e o de intervalo de descanso, desde que não completadas as 4 (quatro) horas ininterruptas de direção;

II – intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo coincidir ou não com o intervalo de descanso do inciso I;

III – repouso diário do motorista obrigatoriamente com o veículo estacionado, podendo ser feito em cabine leito do veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário ou em hotel, ressalvada a hipótese da direção em dupla de motoristas prevista no § 6º do art. 235-E.

Art. 235-E. Ao transporte rodoviário de cargas em longa distância, além do previsto no art. 235-D, serão aplicadas regras conforme a especificidade da operação de transporte realizada.

§ 1º Nas viagens com duração superior a 1 (uma) semana, o descanso semanal será de 36 (trinta e seis) horas por semana trabalhada ou fração semanal trabalhada, e seu gozo ocorrerá no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou em seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido descanso.

§ 2º (VETADO).

§ 3º É permitido o fracionamento do descanso semanal em 30 (trinta) horas mais 6 (seis) horas a serem cumpridas na mesma semana e em continuidade de um período de repouso diário.

§ 4º O motorista fora da base da empresa que ficar com o veículo parado por tempo superior à jornada normal de trabalho fica dispensado do serviço, exceto se for exigida permanência junto ao veículo, hipótese em que o tempo excedente à jornada será considerado de espera.

§ 5º Nas viagens de longa distância e duração, nas operações de carga ou descarga e nas fiscalizações em barreiras fiscais ou aduaneira de fronteira, o tempo parado que exceder a jornada normal será computado como tempo de espera e será indenizado na forma do § 9º do art. 235-C.

§ 6º Nos casos em que o empregador adotar revezamento de motoristas trabalhando em dupla no mesmo veículo, o tempo que exceder a jornada normal de trabalho em que o motorista estiver em repouso no veículo em movimento será considerado tempo de reserva e será remunerado na razão de 30% (trinta por cento) da hora normal.

§ 7º É garantido ao motorista que trabalha em regime de revezamento repouso diário mínimo de 6 (seis) horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo ou, se na cabine leito, com o veículo estacionado.

§ 8º (VETADO).

§ 9º Em caso de força maior, devidamente comprovado, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional poderá ser elevada pelo tempo necessário para sair da situação extraordinária e chegar a um local seguro ou ao seu destino.

§ 10. Não será considerado como jornada de trabalho nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração o período em que o motorista ou o ajudante ficarem espontaneamente no veículo usufruindo do

intervalo de repouso diário ou durante o gozo de seus intervalos intrajornadas.

§ 11. Nos casos em que o motorista tenha que acompanhar o veículo transportado por qualquer meio onde ele siga embarcado, e que a embarcação disponha de alojamento para gozo do intervalo de repouso diário previsto no § 3º do art. 235-C, esse tempo não será considerado como jornada de trabalho, a não ser o tempo restante, que será considerado de espera.

§ 12. Aplica-se o disposto no § 6º deste artigo ao transporte de passageiros de longa distância em regime de revezamento.

Art. 235-F. Convenção e acordo coletivo poderão prever jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso para o trabalho do motorista, em razão da especificidade do transporte, de sazonalidade ou de característica que o justifique.

Art. 235-G. É proibida a remuneração do motorista em função da distância percorrida, do tempo de viagem e/ou da natureza e quantidade de produtos transportados, inclusive mediante oferta de comissão ou qualquer outro tipo de vantagem, se essa remuneração ou comissionamento comprometer a segurança rodoviária ou da coletividade ou possibilitar violação das normas da presente legislação.

Art. 235-H. Outras condições específicas de trabalho do motorista profissional, desde que não prejudiciais à saúde e à segurança do trabalhador, incluindo jornadas especiais, remuneração, benefícios, atividades acessórias e demais elementos integrantes da relação de emprego, poderão ser previstas em convenções e acordos coletivos de trabalho, observadas as demais disposições desta Consolidação."

Art. 4º O art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 71. .....

.....

§ 5º Os intervalos expressos no caput e no § 1º poderão ser fracionados quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais do trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada." (NR)

Art. 5º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo III-A:

"CAPÍTULO III-A

Da Condução de Veículos por Motoristas Profissionais

Art. 67-A. É vedado ao motorista profissional, no exercício de sua profissão e na condução de veículo mencionado no inciso II do art. 105 deste Código, dirigir por mais de 4 (quatro) horas ininterruptas.

§ 1º Será observado intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas ininterruptas na condução de veículo referido no caput, sendo facultado o fracionamento do tempo de direção e do intervalo de descanso, desde que não completadas 4 (quatro) horas contínuas no exercício da condução.

§ 2º Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção estabelecido no caput e desde que não comprometa a segurança rodoviária, o tempo de direção poderá ser prorrogado por até 1 (uma) hora, de modo a permitir que o condutor, o veículo e sua carga cheguem a lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados.

§ 3º O condutor é obrigado a, dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, observar um intervalo de, no mínimo, 11 (onze) horas de descanso, podendo ser fracionado em 9 (nove) horas mais 2 (duas), no mesmo dia.

§ 4º Entende-se como tempo de direção ou de condução de veículo apenas o período em que o condutor estiver efetivamente ao volante de um veículo em curso entre a origem e o seu destino, respeitado o disposto no § 1º, sendo-lhe facultado descansar no interior do próprio veículo, desde que este seja dotado de locais apropriados para a natureza e a duração do descanso exigido.

§ 5º O condutor somente iniciará viagem com duração maior que 1 (um) dia, isto é, 24 (vinte e quatro) horas após o cumprimento integral do intervalo de descanso previsto no § 3º.

§ 6º Entende-se como início de viagem, para os fins do disposto no § 5º, a partida do condutor logo após o carregamento do veículo, considerando-se como continuação da viagem as partidas nos dias subsequentes até o destino.

§ 7º Nenhum transportador de cargas ou de passageiros, embarcador, consignatário de cargas, operador de terminais de carga, operador de transporte multimodal de cargas ou agente de cargas permitirá ou ordenará a qualquer motorista a seu serviço, ainda que subcontratado, que conduza veículo referido no caput sem a observância do disposto no § 5º.

§ 8º (VETADO).

Art 67-B. (VETADO).

Art. 67-C. O motorista profissional na condição de condutor é responsável por controlar o tempo de condução estipulado no art. 67-A, com vistas na sua estrita observância.

Parágrafo único. O condutor do veículo responderá pela não observância dos períodos de descanso estabelecidos no art. 67-A, ficando sujeito às penalidades daí decorrentes, previstas neste Código.

Art. 67-D. (VETADO)."

Art. 6º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 145. .....

Parágrafo único. A participação em curso especializado previsto no inciso IV independe da observância do disposto no inciso III." (NR)

"Art. 230. .....

.....

XXIII – em desacordo com as condições estabelecidas no art. 67-A, relativamente ao tempo de permanência do condutor ao volante e aos intervalos para descanso, quando se tratar de veículo de transporte de carga ou de passageiros:

Infração – grave;

Penalidade – multa;

Medida administrativa – retenção do veículo para cumprimento do tempo de descanso aplicável;

XXIV – (VETADO)." (NR)

"Art. 259. .....

.....

§ 3º (VETADO)." (NR)

"Art. 261. .....

.....

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO)." (NR)

"Art. 310-A. (VETADO)."

Art. 7º (VETADO).

Art. 8º (VETADO).

Art. 9º As condições sanitárias e de conforto nos locais de espera dos motoristas de transporte de cargas em pátios do transportador de carga, embarcador, consignatário de cargas, operador de terminais de carga, operador intermodal de cargas ou agente de cargas, aduanas, portos marítimos, fluviais e secos e locais para repouso e descanso, para os motoristas de transporte de passageiros em rodoviárias, pontos de parada, de apoio, alojamentos, refeitórios das empresas ou de terceiros terão que obedecer ao disposto nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outras.

Art. 10. (VETADO).

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. (VETADO).

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001.

Mensagem de Veto
Regulamento
Regulamento

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
Do Objeto

Art. 1º Constituem o objeto desta Lei:

I – criar o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte;

II – dispor sobre a ordenação dos transportes aquaviário e terrestre, nos termos do art. 178 da Constituição Federal, reorganizando o gerenciamento do Sistema Federal de Viação e regulando a prestação de serviços de transporte;

III – criar a Agência Nacional de Transportes Terrestres;

IV – criar a Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

V – criar o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

CAPÍTULO II
Do Sistema Nacional de Viação

.....

.....

.....

Art. 37. O contrato estabelecerá que o concessionário estará obrigado a:

I – adotar, em todas as suas operações, as medidas necessárias para a conservação dos recursos naturais, para a segurança das pessoas e dos equipamentos e para a preservação do meio ambiente;

II – responsabilizar-se civilmente pelos atos de seus prepostos e indenizar todos e quaisquer danos decorrentes das atividades contratadas, devendo ressarcir à Agência ou à União os ônus que estas venham a suportar em conseqüência de eventuais demandas

motivadas por atos de responsabilidade do concessionário;

III – adotar as melhores práticas de execução de projetos e obras e de prestação de serviços, segundo normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor.

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2006**, do Senador Paulo Paim, que *acrescenta art. 48-A à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir refinanciamento de saldo de financiamento imobiliário com interveniência de novo agente financeiro credor*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2009**, do Senador Francisco Dornelles, que *eleva para cinquenta por cento, nos anos-calendário de 2010, 2011 e 2012, o limite previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009**, da Senadora Rosalba Ciarlini, que *altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para dispor sobre o exercício da profissão de Compositor, e dá outras providências*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2011**, do Senador Eduardo Amorim, que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas a promoção da saúde mental*.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – O Sr. Senador Romero Jucá e a Sra. Angela Portela enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) foi lançada no ano de 2011, com a intenção de dar continuidade ao processo de promoção do desenvolvimento nacional iniciado na sua primeira fase. Nessa nova modelagem, vem priorizando, como alavancas, a recuperação da infraestrutura do País; o resgate do papel do Estado no processo de desenvolvimento; e, por último, mas sem dúvida fundamental, a geração de renda e de emprego, por meio da criação de milhares de novos postos de trabalho.

Destaco, ainda, entre as principais linhas de orientação adotadas no PAC 2, o privilégio que nele foi dado ao desenvolvimento regional!

É que, além de desigual, do ponto de vista da estrutura social – ou seja, da intolerável distância que separa os mais pobres dos mais ricos –, o Brasil também se configura injusto no evidente desequilíbrio estabelecido entre suas regiões. Entre um Sul desenvolvido e um Norte caracterizado por muitas deficiências econômicas e por tremendas fragilidades sociais.

Por esse motivo, é animador verificar que o principal programa governamental voltado ao desenvolvimento, um programa que mobiliza montante total de 955 bilhões de reais – públicos e privados –, demonstre tanto cuidado em descer às realidades regionais, em todas as suas etapas, projetos e iniciativas.

Gostaria, por isso, de analisar, no decurso deste pronunciamento, a programação e o desempenho do PAC 2 no Estado de Roraima, Unidade Federativa que tenho o orgulho e a honra de representar nesta Casa, desde 1994.

Inicio registrando que a parcela exclusivamente dedicada a Roraima no âmbito do Programa é de cerca de 900 milhões de reais, a serem aplicados entre 2011 e 2014, havendo previsão de aporte de outros 350 milhões de reais adicionais, após esse período. Além disso, Roraima participa de outras iniciativas de caráter regional – ou seja, de projetos que incluem outros Estados da Região Norte –, cujo montante financeiro para investimento é de mais de 1 bilhão de reais, até 2014, e de quase 380 milhões adicionais, a serem despendidos nos anos subsequentes.

Isso totaliza um investimento total de dois bilhões e 670 milhões de reais, sendo de praticamente dois bilhões de reais o desembolso previsto para o período mais próximo, ou seja, até o fim do ano de 2014.

Trata-se de números respeitáveis, Senhor Presidente; de cifras que demonstram a ambição e o alcance do PAC 2!

Mas a melhor notícia de todas é que sua materialização também vem sendo rápida, tendo o conjunto do Programa obtido um excelente nível de desempenho físico e financeiro desde o momento de seu lançamento, sendo possível acompanhar essa evolução praticamente a cada caso.

No setor de transportes, por exemplo, encontra-se em licitação a construção e a pavimentação do trecho da BR-432 entre Vila Novo Paraíso e a BR-401, estando em execução concomitante várias obras de controle de velocidade, nas rodovias federais no Estado, bem como a compra de equipamentos para recuperação das estradas vicinais estaduais. Existem, também, em diversas fases de desenvolvimento, outros projetos viários, voltados para a manutenção e a sinalização de rodovias.

No setor de energia, a principal iniciativa é a integração do Estado ao Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica (SIN). Ela encontra-se em estágio de licitação, e sua conclusão irá permitir conectar Roraima ao restante da rede nacional de transmissão de energia, viabilizando a substituição do atual sistema de geração, quase todo ele baseado em onerosas, ineficientes e poluentes centrais termelétricas.

Neste momento, estão sendo preparados os processos para aproveitamento dos potenciais de geração de energia hídrica de Bem-Querer e de Paredão. Estão também sendo executados estudos e pesquisas para levantamento do inventário hídrico da bacia do Rio Negro, que ocupa (por meio do Rio Branco, seu afluente) a maior parte do território estadual. Na área dos combustíveis fósseis, está sendo feito o levantamento do potencial do petróleo e do gás natural presentes na Bacia Sedimentar do Tacutu.

Na área do saneamento urbano, nada menos do que 36 iniciativas estão em curso, a maior parte delas por conta da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). E localizam-se não somente em Boa Vista, a Capital do Estado, mas também em cidades do interior, tais como Amajari, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz e Uiramutã. Do total de projetos, 10 se encontram em obras e 14, em estágio avançado de contratação, vencidas as etapas preparatórias preliminares.

Mas também a distribuição de água foi bem dimensionada, com cerca de 60 projetos, 40 deles situados em áreas indígenas. Desse montante, oito se encontram concluídos e 40, em obras. Também estão concluídos os trabalhos de macrodrenagem da Bacia do Caxangá, em Boa Vista, estando em curso ações preparatórias para contratação da primeira etapa do perímetro de irrigação de Passarão.

Os investimentos do Programa Comunidade Cidadã, por sua vez, abrangem a construção de sete Unidades Básicas de Saúde, de uma creche e uma quadra esportiva, esta última situada em ambiente escolar.

No setor habitacional, os números são igualmente expressivos. Entre recursos do Programa "Minha Casa, Minha Vida" e os demais, oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, mais de 27 milhões de reais já foram empregados. Para a urbanização de assentamentos precários foram destinados quase 80 milhões de reais, em 15 projetos, dos quais seis em obras e dois concluídos.

São esses, Sr. Presidente, os números principais que a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento tem a apresentar, no âmbito do Estado de Roraima.

De minha parte, na condição de componente da bancada roraimense nesta Casa, somente posso me congratular com todos aqueles que, de alguma forma, estão envolvidos nesse espetacular esforço de promoção do desenvolvimento socioeconômico – não somente em minha terra, mas em todo o território nacional.

Cito, em especial, os servidores públicos que, com grande empenho e dedicação, tocam no dia-a-dia, com tanta competência, as iniciativas inscritas no PAC. E cito, com particular relevo, todos os trabalhadores que, na execução desse formidável conjunto de obras e de projetos, constroem, com seu suor e sua labuta, um País melhor para nós e para os nossos filhos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, está de parabéns o Governo Federal, pelo exemplo de apreço que vem demonstrando à ideia de que vale a pena lutar pelo princípio da igualdade, não somente entre os brasileiros, como cidadãos que são, mas também entre as diversas regiões que compõem o Brasil. E o PAC, Senhoras e Senhores Senadores, é isso: um instrumento de grande valor, um instrumento verdadeiramente decisivo no rumo de transformar nossa terra em um lugar mais justo, mais equânime e mais solidário.

Muito obrigado pela atenção.

É o que gostaria de dizer neste instante.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srs. e Sras. Senadoras, desde ontem, quem visitar o Espaço Senado Galeria, no Anexo I desta Casa, terá a oportunidade de conhecer uma história peculiar: a trajetória neste Congresso Nacional, da Lei 11.340/06, a chamada 'Lei Maria da Penha".

A exposição "Lei Maria da Penha: 6 anos em defesa das mulheres" exibe um momento da história de organização das mulheres brasileiras, que resultou numa grande conquista.

A Lei Maria da Penha é fruto de muitos anos de luta de mulheres que, organizadas, cobravam do Estado brasileiro um instrumento legal que tornasse crime a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em 2004, um consórcio de Ongs feministas e da sociedade civil, juntamente com representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), operadores do direito e servidores da segurança pública elaboraram uma proposta que, após ser reformulada por um grupo interministerial, foi enviada ao Congresso Nacional.

Ao longo de 2005, tramitando nesta Casa e sendo discutido em audiências públicas, realizadas nas cinco regiões do país, o projeto resultou em um substitutivo, que foi aprovado nesta Casa, por unanimidade.

Em 2006, sancionada pelo ex-presidente Lula, a Lei Maria da Penha passou, enfim, a cumprir a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (a Convenção de Belém do Pará), da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificada pelo Brasil há mais de uma década.

Também passou a cumprir a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Toda esta historia começou com a determinação de uma grande mulher, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que, há quase 30 anos, foi vítima da violência doméstica.

Por duas vezes, seu marido tentou assassiná-la, por arma de fogo, eletrocussão e afogamento.

Sobrevivente, Maria da Penha lutou por justiça, indo até a Organização dos Estados Americanos (OEA), e tornou-se símbolo maior da luta das mulheres brasileiras pelo fim da violência doméstica.

É fato que há avanços nestes seis anos. O governo federal e a Justiça lançaram ontem, a campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte".

Os objetivos desta campanha são tornar céleres os julgamentos dos casos e mobilizar a sociedade brasileira para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Também, recentemente, o Ministério da Previdência Social, a SPM-PR, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Instituto Maria da Penha formalizaram parcerias, estabelecendo ações repressivas e medidas preventivas de proteção à mulher.

Com este acordo, de forma inédita, a Previdência Social passará a cobrar dos agressores de mulheres, uma reparação financeira dos valores que são pagos em benefícios previdenciários.

Outro exemplo de avanços nas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica é a Portaria 104 de 2011, do Ministério da Saúde.

Esta portaria determina que qualquer caso de violência doméstica ou sexual identificado pelos profissionais de saúde, passem a compor a Lista de Notificação Compulsória (LNC).

Mas, Sras. e Srs., não obstante, reconhecermos avanços com a Lei Maria da Penha, ainda temos a tristeza de computarmos terríveis estatísticas de violência contra as mulheres.

Dados do Mapa da Violência de 2012 revelam que a cada cinco minutos, uma mulher é agredida em nosso país, perfazendo 4,4 assassinatos de mulheres em cada grupo de 100 mil.

O Brasil ocupa neste mapa, o 7º lugar entre os 87 países que mais matam mulheres. Conforme o mapa, entre 1980 e 2010, quase 92 mil mulheres foram assassinadas, a maioria – 43.486 – delas, só na última década.

Entre as unidades federativas mais violentas, Roraima aparece em 13° lugar neste mapa, com uma taxa de homicídio de mulheres da ordem de 5,0 por 100 mil.

Os dados sistematizados pelo Ligue 180, a Central de Atendimento à Mulher da SPM, mostram nestes seis anos de vigência da Lei Maria da Penha, foram registradas quase três milhões de ligações, e a violência física foi a mais freqüente denúncia, entre os cinco tipos de violência, classificados pela Lei Maria da Penha (sexual, psicológica, moral e patrimonial), que foram relatadas.

Este ano, de janeiro até junho foram notificadas 388.953 ligações efetuadas para o Ligue 180, perfazendo uma média de 2.150 atendimentos por dia.

São pedidos de informações sobre os direitos das mulheres, rede de serviços especializados, Lei Maria da Penha e denúncias de violência doméstica.

Neste balanço semestral da SPM, meu Estado aparece em 24° lugar no ranking de demandas registradas pelo Ligue 180, com 18,82 registros em um universo de 10 mil mulheres.

Tanto os dados do balanço semestral de demandas registradas quanto os da taxa de homicídios de mulheres são preocupantes.

Um país como o Brasil, que tem 5.565 municípios, 27 Unidades Federadas, 27 Capitais e 33 Regiões Metropolitanas, enfrenta grandes desafios para resolver problemas sociais, econômicos, culturais, estruturais e políticos.

Garantir segurança pública eficiente no combate à violência cotidiana (urbana e rural), que afeta a todos os brasileiros, é, sem dúvidas, um destes desafios.

Neste contexto, assegurar proteção às mulheres que vivem sob o risco de violência de gênero – na

floreta, no campo e nas cidades – é um desafio sem precedentes.

Isto porque, ao apresentar números de violências que nos assustam, a violência de gênero, mostra o quanto ainda estamos distantes de uma sociedade menos preconceituosa e mais justa com as mulheres.

A implementação da Lei Maria da Penha nos Estados ainda enfrenta a falta de recursos financeiros e humanos. O pouco que os estados brasileiros têm hoje é enviado pela União.

É meta da SPM/PR, chegar em 2014, tendo atingido pelo menos 10% dos municípios brasileiros nos serviços especializados à mulher em situação de violência de gênero, e aumentar em 30% a quantidade dos serviços especializados existentes em todo o país, por meio do Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres.

Neste cenário, torna-se imprescindível o fortalecimento das 374 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), existentes no país. Porém, faz-se urgente, a criação de outras DEAMS, inclusive, em Roraima, onde existe apenas uma delegacia especializada.

No nosso caso, já requeri junto à CPMI do Combate à Violência Contra a Mulher, uma visita de diligência ao Estado, para verificar as condições da rede de serviços especializados.

Neste Parlamento, marcamos com uma audiência Pública, os seis anos de vigência da lei que tipifica a violência doméstica como uma forma de violação aos direitos humanos, altera o Código Penal e possibilita a prisão dos agressores de mulheres.

A exemplo desta Casa de Leis, outros órgãos públicos também registraram a passagem ontem, dos seis anos desta moderna e tão visibilizada lei, que ultrapassou fronteiras brasileiras.

Registro, pois, que, pela sua relevância, a Lei Maria da Penha tem se firmado entre os assuntos mais importantes que estão em pauta em nossa sociedade na atualidade.

Mas, infelizmente, não posso deixar de registrar, também, que nossa lei enfrenta, ainda, a dificuldade de ser implementada em Estados e municípios brasileiros.

Enquanto isso, nossas mulheres estão morrendo todos os dias.

Era o que tinha a falar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2011

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Parecer sob nº 395, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos vencidos dos Senadores José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues.

3
REQUERIMENTO Nº 618, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 618, de 2012, do Senador Sérgio Souza, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2009, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 79 e 171, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143, 155 e 371, de 2008; 279, de 2009; 95, 232 e 254, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (insere a disciplina Ética Social e Política nos currículos do ensino médio).

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 59 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 5ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 571, DE 2012, ADOTADA EM 25 DE MAIO DE 2012, PUBLICADA NO DIA 28 E RETIFICADA EM 29 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA; ALTERA AS LEIS NºS 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, E 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006; REVOGA AS LEIS NºS 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E 7.754, DE 14 DE ABRIL DE 1989, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001".

Às dez horas e vinte e um minutos do dia doze de julho de dois mil e doze, na Sala número três, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Deputado Bohn Gass, reúne-se a Comissão Mista, com a presença das Senadoras Ana Amélia e Kátia Abreu; dos Senadores Luiz Henrique, Waldemir Moka, Sérgio Souza, José Pimentel, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi, Gim Argello, Benedito de Lira e Walter Pinheiro; das Deputadas Luci Choinack e Jô Moraes; e dos Deputados Márcio Macêdo, Edinho Araújo, Luis Carlos Heinze, Abelardo Lupion, Bernardo Santana de Vasconcellos, Pastor Eurico, Giovanni Queiroz, Roberto de Lucena, Nelson Marquezelli, Celso Maldaner, Valdir Colatto, Ronaldo Caiado; e dos não membros, Deputados Júnior Coimbra, Ronaldo Benedet, Moacir Sopelsa, deixando de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à discussão e votação do Relatório oferecido pelo Senador Luiz Henrique. Em seguida, o Deputado Ronaldo Caiado requer a leitura da Ata da reunião anterior que é lida pelo Deputado Edinho Araújo, Relator-Revisor. Após a discussão, a Ata é colocada em votação e aprovada. Imediatamente, o Deputado Ronaldo Caiado solicita Verificação de Votação, e declara a obstrução dos Democratas, sendo seguido pelos Deputados Luis Carlos Heinze, Bernardo Santana de Vasconcellos, Giovanni Queiroz, Roberto de Lucena e Márcio Macêdo. Em seguida, o Presidente consente e procede à Votação Nominal da Ata, que é aprovada. E, posteriormente, fica anulado o pedido de Verificação de quórum apresentado pelo Deputado Ronaldo Caiado, em razão de contestação apresentada pelo Senador José Pimentel, invocando inciso X, do Artigo 293, do Regimento Interno do Senado Federal, sendo acatada pelo Senhor Presidente, convalidando, assim, o resultado da votação da Ata pelo processo simbólico. Após a Presidência informar o

encaminhamento de Voto Em Separado do Deputado Abelardo Lupion, a palavra é concedida ao Senador Luiz Henrique, que passa a relatar as razões que o levaram a propor retificação de redação no Relatório e Projeto de Lei de Conversão. Em seguida, o Presidente concede vista, a pedido, ao Senador Rodrigo Rollemberg pelo prazo de uma hora. Decorrido o intervalo, o Senhor Presidente reabre a reunião. A seguir, o Deputado Abelardo Lupion lê seu Voto em Separado. Dando continuidade à Pauta de trabalhos, o Senhor Presidente declara aberta a fase de discussão do Relatório, assegurando o uso da palavra, de forma alternada, entre pronunciamentos favoráveis e contrários ao Relatório, encerrando a fase de discussão com as considerações prestadas pelo Relator, Senador Luiz Henrique. Comunicando a existência de acordo, para se votar na Reunião o Relatório e a admissibilidade em globo dos trezentos e quarenta e três Requerimentos de Destaque. O Presidente coloca em votação a admissibilidade dos Requerimentos de Destaque, que é dada por aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente comunica prejudicado o requerimento de autoria do Deputado Roberto de Lucena em função de sua ausência, bem como informa haver sobre a Mesa três Requerimentos de autoria do Deputado Ronaldo Caiado, versando dois deles sobre pedidos de adiamento de votação do Relatório pelos prazos de trinta e seis horas e quarenta e oito horas, respectivamente, e o terceiro postulando votação pelo processo nominal, sendo este último acatado, de ofício, pelo Senhor Presidente. Submetidos à votação, são rejeitados os Requerimentos de adiamento de votação. O Presidente, em resposta ao Deputado Ronaldo Caiado, informa que, no caso de declaração de obstrução, a presença não é computada para quórum. Posteriormente, o Deputado Valdir Colatto, usando da palavra, manifesta interesse em saber, da Presidência, quem dentre ele e o Deputado Celso Maldaner se constitui, de direito, suplente imediato do Deputado Paulo Piau, que se encontra ausente. Ante a questão, o Senhor Presidente informa ser o Deputado Celso Maldaner, conforme Ofício de nº 792, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves. A seguir, anunciando a abertura do regime de votação, o Senhor Presidente convida o Relator-Revisor, Deputado Edinho Araújo, para proceder à chamada dos votantes pelo processo nominal ao Relatório do Senador Luiz Henrique. São apurados dezesseis votos, todos favoráveis ao Relatório e quatro obstruções dos Deputados Luiz Carlos Heinze, Abelardo Lupion, Bernardo Santana de Vasconcellos e Giovanni Queiroz. O Senhor Presidente declara aprovado o Relatório, ressalvados os destaques. Fazem uso da palavra a Senadora Kátia Abreu; os Senadores Rodrigo Rollemberg, José Pimentel, Blairo Maggi, Jorge Viana, Luiz Henrique, Relator; e Deputados Edinho Araújo, Relator-Revisor, Ronaldo Caiado, Giovanni Queiroz, Bernardo S. Vasconcellos, Celso Maldaner, Abelardo Lupion, Roberto de Lucena, Luiz Carlos Heinze, Valdir Colatto, Márcio Macêdo e Bohn Gass (Presidente). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Sérgio da Fonseca Braga, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a integra das notas taquigráficas.

Deputado Bohn Gass
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Saudando cada Deputado, cada Senador e, regimentalmente amparados, vamos iniciar nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião desta comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 571, de 25 de maio de 2012. Conforme convocação, esta reunião destina-se a discussão e votação do relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique.

Nós temos sobre a mesa a Ata da reunião anterior de cuja leitura solicito a dispensa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, solicito a leitura da Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Solicitada a leitura. Passo a palavra ao Deputado Edinho para que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

Deputado Edinho com a palavra.

O SR. EDINHO ARAUJO (PMDB – SP) – Ata da 4ª reunião da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 571, de 25 de maio de 2012.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, é possível pedir à secretaria da Mesa que distribua cópia da Ata para acompanharmos a leitura, já que esta situação dificulta ouvir o nobre Parlamentar que está fazendo a leitura; dificulta fazermos a comparação da leitura dele com aquilo que está redigido e a nossa compreensão para debatermos a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Solicito a distribuição por parte da secretaria.

Continua a leitura.

O SR. EDINHO ARAUJO (PMDB – SP) – Medida Provisória 571, de 25 de maio de 2012.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, sem silêncio é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Atenção! Suspenda um pouco a leitura.

Atenção, solicito mais uma vez que elevem o volume do som. Em segundo lugar solicito, enquanto providenciamos a entrega da cópia da Ata da reunião anterior para todos os nossos Parlamentares, que o Deputado Edinho continue a leitura da ata.

Por favor, Deputado Edinho.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O pedido feito foi para nós termos a cópia da Ata para acompanharmos a leitura do Deputado Edinho. V. Exª diz que vai mandar distribuir a cópia e que o Deputado Edinho continue a leitura da Ata. Então será

desnecessário. Nós só teremos interesse se fizermos a comparação entre a leitura e o que nos for distribuído. Do contrário, não temos como comparar, não temos como ter noção, nem temos como discutir a Ata, Sr. Presidente. É regimental o que estamos solicitando. Como tal, eu gostaria que a Mesa distribuísse cópia da Ata e, aí sim, o Deputado Edinho iniciasse a leitura, nós acompanharíamos e iríamos para o debate, para a discussão da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Nobres Deputados, como é praxe em todas as comissões, e eu já tenho participado de várias em que há a solicitação do acompanhamento da ata, a secretaria já está providenciando e nós continuaremos a leitura. Passo a palavra ao Deputado Edinho para continuar a leitura.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Vou recorrer da decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O senhor tem todo o direito regimental.

Com a leitura, o Deputado Edinho.

O SR. EDINHO ARAUJO (PMDB – SP) – Prosseguindo na leitura da ata da 4ª reunião, adotada em 25 de maio de 2012, a Medida Provisória publicada no dia 28 e retificada em no dia 29 do mesmo mês e ano, que altera a lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2066. Revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada no dia 10 de julho de 2012, quarta-feira, às 14h no plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, Edifico Anexo II do Senado Federal.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, está impossível ouvi-lo. Ou V. Exª pede a solidariedade do silêncio ou é impossível ouvi-lo. É impossível ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – SP) – Solicito, mais uma vez, o silêncio nesta sala para que possamos dar sequência à leitura. Solicito a compreensão de todos para a sequência da leitura.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Solicito que fique bem marcado nas notas taquigráficas que não estamos ouvindo a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – SP) – Deputado Caiado, há um orador. Solicito que todos aguardem a leitura da ata que está com o nobre Deputado Edinho. Continue a leitura o Deputado Edinho.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exª tem que assegurar o silêncio para podermos entender o que está sendo lido. A condição de Presidente é essa.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – SP) – Deputado Caiado, primeiro, passarei aqui a determinar que todos os que usam da palavra e que são

integrantes desta Comissão passem a contar, conforme o Regimento, presença. Segundo, solicito mais uma vez, que todos possam colaborar com o silêncio. Em terceiro lugar, esta Casa tem um Regimento a ser cumprido. Enquanto há um relator, um leitor ou um Deputado ou Senador usando a palavra, nós respeitaremos esse tempo. Todos poderão falar, mas no seu devido tempo, e não dois ao mesmo tempo. Isso não está amparado em nenhum lugar deste Regimento. Portanto, a palavra está com o Deputado Edinho para continuar a leitura da ata. Por favor.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia dez de julho de dois mil e doze, na Sala de número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Deputado Bohn Gass, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 571, de 2012, com a presença das Senadoras Ana Amélia, Kátia Abreu e Vanessa Graziottin; dos Senadores Luiz Henrique, Waldemir Moka, Sérgio Souza, José Pimentel, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Walter Pinheiro e Cyro Miranda; e dos Deputados Bohn Gass, Márcio Macêdo, Edinho Araújo, Paulo Piau, Leonardo Vilela, Luis Carlos Heinze, Abelardo Lupion, Bernardo Santana de Vasconcellos, Giovanni Queiroz, Sarney Filho, Nelson Marquezelli, Celso Maldaner, Valdir Colatto, Carlos Magno, Lira Maia, Nelson Padovani e Zé Silva. Deixando de comparecer os demais membros, confirma-se, no entanto, presenças dos Deputados Homero Pereira e Reinhold Stephanes, não membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à leitura do Relatório oferecido pelo Senador Luiz Henrique, Relator da Comissão. Em seguida, por iniciativa do Deputado Giovanni Queiroz, que requer a leitura integral da Ata da Reunião anterior, o Senhor Presidente designa o Relator-Revisor, Deputado Edinho Araújo, com vistas a proceder à leitura da Ata, que, na sequência, é dada por aprovada. Dando início à pauta de trabalho, o Sr. Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, com vistas à leitura do relatório oferecido à medida provisória. Em meio às suas considerações, o Relator solicita um intervalo maior para concluir ajustes em andamento nos termos de sua apreciação. Não havendo manifestação em contrário dos membros, o Sr. Presidente declara suspensa a reunião às 15 horas, mantendo-se a mesma lista de presença no dia 11 de julho, seguinte, às 8 horas e 37 minutos. O Sr. Presidente, o Deputado Bohn Gass, reabre a reunião, passando a palavra ao Relator, para proceder à leitura do relatório, após o que, suspende novamente a reunião, às 9 horas e 40 minutos, por um intervalo de 20 minutos, com vistas à transferência de sala, em razão de intermitente problema técnico verificado no circuito elétrico e sistema de som. Às 10 horas, com a reunião devidamente instalada no plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa, são retomados os trabalhos, quando, após a apresentação de pedidos de vista por mais de um parlamentar, o Sr. Presidente declara a concessão coletiva, nos termos regimentais, e, ato contínuo, convoca, de ofício, a próxima reunião para 12 de

julho às 10 horas. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Amélia, os Senadores Luiz Henrique, Relator, Waldemir Moka, Jorge Viana e Sérgio Souza e os Deputados Giovanni Queiroz, Edinho Araújo, Sarney Filho, Abelardo Lupion, Carlos Magno, Homero Pereira, Bernardo Santana de Vasconcellos, Valdir Colatto, Luiz Carlos Heinze e Bohn Gass, Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 11 horas e 10 minutos, lavrando eu, Sérgio da Fonseca Braga, Secretário da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no Diário do Senado Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Assina o Deputado Bohn Gass, Presidente.

Está lida a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado Edinho.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Para discutir. Por uma questão de acordo, para se ter equidade entre todas as falas aqui, vamos determinar cinco minutos e seremos rigorosos no tempo.

O senhor está com a palavra, Deputado Caiado, por cinco minutos, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Antes, porém, questão de ordem. O Regimento me garante, na discussão, 15 minutos. V. Exa. diz ser o guardião do Regimento e, como tal, solicito a V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, não. Só um esclarecimento. O Regimento Comum diz, claramente, em artigo: quando estiverem em discussão o relatório e os destaques, o tempo será de 15 minutos. Fora isso, está dentro do Regimento a possibilidade de determinar os 5 minutos e assim o farei, conforme o Regimento.

O senhor está com a palavra, por cinco minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, essa é uma matéria que, sem dúvida nenhuma, já vem se arrastando por alguns anos aqui, no Congresso Nacional.

Ao que estamos assistindo? Exatamente a um processo em que tentam responsabilizar apenas um segmento da sociedade pelos problemas ambientais. O Governo é o primeiro a posar de vestal e, realmente, não cumprir aquilo que é sua obrigação. Ficou claro, em toda a tramitação desse processo, que o Governo, realmente, fecha os olhos para uma política ambiental no momento de termos combustíveis de fontes renováveis. O Governo prioriza e enaltece a exploração do pré-sal, se vangloriando disso, com os vários acidentes que já ocorreram nestes últimos anos, de sequelas inimagináveis ao meio ambiente. Ninguém fala disso.

Ninguém reconhece – aquilo que é claro hoje, noticiado por toda a mídia – que o Governo quebrou o projeto do Pró-Álcool, o Pró-Álcool hoje não existe. O Brasil, hoje, é o maior importador de álcool dos Estados Unidos. Estamos importando mais de 1 bilhão e 200 milhões de litros de álcool para podermos fazer a mistura com o combustível fóssil, a gasolina. Além do mais, Sr. Presidente, qual é a medida que o Governo toma? Em vez de dar o tratamento certo, a dose certa do remédio, é como aquele médico incompetente, reduz a dose do medicamento. Então, hoje, a mistura já não é mais de 25% do álcool hidratado. Agora, o Governo, por não ter o álcool e por estar quebrando o projeto do Pró-Álcool no País, inviabilizando a produção de álcool no País e fomentando cada vez mais a venda de combustível fóssil, diminui o percentual de 25% para 20%, sem dúvida nenhuma, comprometendo enormemente o meio ambiente.

Para isso, o Governo realmente não tem nenhum compromisso em poder responder à sociedade o mal que tem feito, fazendo com que o BNDES cada vez mais repasse à Petrobras a condição de poder continuar se beneficiando de juros subsidiados para fazer a exploração...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O pedido de V. Exa. foi para discutir a ata e o senhor até agora não falou da ata.

Então, conclua o seu tempo fazendo referência ao que o senhor solicitou, que é regimental.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sem dúvida, Presidente. Mas V. Exa. tem que entender que como não foi possível ouvir a ata, sem dúvida alguma, V. Exa. não garantiu o silêncio aqui, eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – A ata já está com todos os presentes, por isso não se justifica.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, eu não dou conta de fazer duas coisas ao mesmo tempo. Tão logo chegou a ata, V. Exa. iniciou a discussão. Então não posso discutir a matéria que não li, não ouvi. É impossível, porque não tem silêncio na sala. V. Exa., como Presidente, dizendo que é o guardião do Regimento, que vai manter aqui a condição de nós entendermos e debatermos, estou então tendo que debater uma matéria que diz respeito à Medida Provisória que estamos discutindo.

Gostaria que V. Exa. me garantisse então cinco minutos, que regimentalmente tenho direito a eles.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Está concluindo o seu tempo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que essa Medida Provisória deveria ter um alcance real para que nós distribuíssemos a todos os segmentos da sociedade a responsabilidade sobre o meio ambiente. E não apenas onerarmos um segmento da sociedade.

Veja que o projeto elaborado e aprovado na Câmara dos Deputados, sem dúvida alguma, é aquele que tem tudo a ver com o Brasil real, não com o Brasil da indústria das multas.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Está encerrado o seu tempo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, o tempo que V. Exa. me interrompeu, eu pedi exatamente um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Então o senhor tem um minuto para concluir.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Obrigado.

Exatamente aquilo que nós colocamos, nós não podemos determinar ao Executivo que faça. Mas tem um projeto de indicação dizendo que o Brasil então só mantenha relações comerciais com os países que tenham um código florestal análogo ou semelhante ao nosso. O que ia ocorrer? O Brasil ia ficar isolado do mundo. Porque não tem nenhum outro país no mundo onde obrigam que o produtor rural seja obrigado a doar de 80% da sua propriedade a 35% de outras regiões e 20% no restante do País.

Concluindo, Sr. Presidente, sem dúvida nenhum, é muito mais um código elaborado para implantar uma penalização ao produtor rural e para criar uma indústria da multa no Brasil e para inviabilizar o homem de atender todas essas regras do que realmente atender à necessidade do Brasil real.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado Caiado. O próximo inscrito é o Deputado Giovanni Queiroz. O senhor tem 5 minutos.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ontem, sem dúvida nenhuma, a Ata foi lida e, logicamente, é a síntese dos fatos que, ontem, ocorreram, porque não traz, no seu bojo, aquilo que o nosso Relator ontem descreveu, em síntese, na leitura que fez do seu relatório e que foi de extrema importância. Lamento que, na Ata, não conste a matéria pelo Senador abordada.

Mas, aí, Senador, na abordagem de V. Exa., identificamos algumas coisas que poderiam ainda ser corrigidas. Haveremos de concordar com uma coisa que é comum a todos nós. Tínhamos uma legislação que perdurava, já por muitos anos, do Código Florestal, ainda de 1946, acrescido, na verdade, por anomalias extremas de decretos, portarias, normas internas do Ibama, etc. Subjugava e colocava todo produtor na margem da marginalidade, ou além dessa margem, na marginalidade propriamente dita. Houve avanços, não temos por que negá-los, no entanto, a Presidente resolveu vetar parte do nosso projeto aqui votado e aprovado no Congresso Nacional e emitiu uma medida provisória, que também já traz alguns avanços, mas não traz aquilo que possa dar conforto maior ao nosso produtor e penaliza, de forma veemente, alguns produtores, não pela

vontade expressa da letra da lei aprovada, mas porque temos atrás de todo produtor, hoje, um procurador, normalmente um Procurador de Estado, querendo penalizar alguém, e pega o mais fraco, pega o produtor, principalmente o pequeno.

Entre essas correções, Senador Luiz Henrique, nosso Relator, eu gostaria de fazer já uma da fala de V. Exª de ontem. Ela não consta da Ata. Por isso, quero repetir. Não podemos permitir que continue sem essa palavra no texto: "as faixas marginais de qualquer curso d'água natural e perene". Por que o "natural", que já foi incluído por V. Exª? Porque, senão, os artificiais também deveriam ser margeados por reflorestamentos. E perenes, por quê? Porque temos muitas grotas secas em Santa Catarina e no Pará e, lá, no Acre, também, do nosso Senador Vice-Presidente. Portanto, não faz sentido querermos que haja recomposição florestal nas margens de cursos d'água que não sejam perenes. Em função do afloramento, no período chuvoso, de vários olhos d'água ou de várias nascentes, corre água durante três meses ou quatro meses, depois, é uma grota seca chamada. Portanto, a palavra perene se impõe de forma a calar para todo País a condição de não ser vítima de um Ministério Público, às vezes, que, não tendo a sensibilidade, venha penalizar todos os produtores rurais do Brasil. Essa é a primeira questão.

Segunda questão, a denominação de crédito de carbono vegetal. É uma emenda de um Parlamentar do nosso Partido, do PDT, de Minas Gerais, que foi Presidente da Emater, em Minas Gerais, durante muitos anos, e que trouxe para a nossa lei esse conceito de crédito de carbono vegetal, que seriam títulos de direito sobre bem intangível e incorpóreo, transacionável, após o devido registro junto ao órgão competente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, V. Exª garante o silêncio da sala ou realmente fica impossível ouvir o nobre Parlamentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – V. Exa. tem toda razão.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Então, V. Exª peça que as pessoas se retirem. Não é possível mantermos essa condição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – V. Exa. tem toda razão no sentido de pedir a colaboração para que as pessoas possam permanecer no ambiente, este ambiente democrático, mas que colaborem com o silêncio, por favor.

E o Deputado Giovanni continua com a palavra.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – A inclusão desse conceito vem contribuir para a perpetuação, através de lei, do conceito de crédito de carbono. Tal ação diminuirá futuros problemas relacionados a terminologias nos mercados internacionais de crédito.

Cabe lembrar que esse conceito foi suprimido do documento original proveniente do Senado. Este conceito já foi para a Câmara quando, para lá, seguiu do Senado. Queremos restabelecê-lo. Essa é outra questão.

A terceira, Sr. Presidente, ainda dos cursos d'água perenes, que já colocamos, significa o pousio.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Para concluir, por favor.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Vou concluir.

O pousio é uma questão fundamental, principalmente para a Região Norte. Os nossos colonos das áreas de assentamento, e nós temos os maiores projetos de assentamento do Brasil, se utilizam do pousio como instrumento de recuperação do solo para não derrubar mais matas, senão não lhes resta outra opção senão derrubar mais área. Então, eles precisam de 10 anos, e não 5 anos, com 25%.

É extremamente importante, Senador Luiz Henrique, o pousio. Se não para Santa Catarina, que não tem pousio praticamente, para a Amazônia, Senador, é importante, porque o nosso colono – nós temos um dos maiores projetos de assentamento do Brasil; acho que nós temos vinte vezes mais que Santa Catarina – se utiliza do tempo de repouso do terreno para que ele se autofertilize porque ele não tem dinheiro para fertilizar nem máquina para trabalhar. Então, é importante que a gente dê os 10 anos sem limitar a 25% da área.

Era mais isso que eu queria concluir. Depois teriam outras matérias, mas o meu tempo já se esgota.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso.

Agradeço, Deputado Geovanni, e passo a palavra para o Deputado Roberto Lucena.

O SR. ROBERTO LUCENA (PV – SP) – Sr. Presidente, eu não pretendo aqui discutir a Ata. Tenho uma nota da bancada do Partido Verde que eu quero trazer aqui, quero manifestar. Talvez seja oportuno que seja feito após o momento em que V. Exª submeter a Ata à votação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não! Agradeço.

O próximo inscrito Deputado Bernardo Santana.

O SR. BERNARDO SANTANA (PR – MG) – Sr. Presidente, iniciando aqui as nossas palavras, gostaria de dizer, em primeiro lugar, que a diferença muitas vezes do remédio para o veneno está na dose. O açodamento neste momento em não observar questões legais pode impossibilitar a aplicação de uma lei pela qual o Congresso Nacional tanto trabalhou, pela qual tantos debates foram feitos dentro desta Casa, Câmara e Senado, mas também em todo o Brasil. Foi um esforço hercúleo para se atingir uma lei que atendesse ao Brasil real. Corremos o risco hoje de, muitas vezes, criar uma insegurança jurídica ainda maior, criar uma judicialização maior sobre o tema.

Cito como exemplo o art. 1º, o parágrafo único, que elenca uma série de princípios.

Existe a Lei Complementar nº 95, de 1998, que não tem outra função que não ensinar como se faz lei, determinar como se faz e como se procede, no processo legislativo, à elaboração de uma lei. É uma lei que tem que ser seguida, porque aqui nós estamos no poder público, vinculados ao princípio da estrita legalidade. Então, não se pode fazer uma lei sem atentar para a Lei nº 95, de 1998, que diz que o art. 1º traz apenas o objeto e o respectivo âmbito de aplicação.

Aqui nós temos um verdadeiro elenco de princípios que levam a uma subjetividade, a qual, com certeza, acaba sendo aplicada em detrimento da segurança jurídica. Mesmo sem má-intenção, abre-se para cada agente de cada ente, de cada entidadezinha, cada uma dessas fiscalizatórias, que são muitas nesse País, excessivamente burocrático ainda, a possibilidade de criar juízos de exceção e penalizar a produção rural.

O país não pode fechar os olhos para o momento econômico que estamos vivendo. Estamos, às vezes, nos fazendo sombra com uma falsa ilusão de uma grande prosperidade, de uma pujança econômica, que não existe. Se resistimos ainda às crises que assolam o mundo, devemos, em significativa parte, em maior parte, à produção que é dada no agronegócio e em toda a cadeia industrial que depende dos produtos ali produzidos.

Então, aqui, hoje, nós estamos votando, nós estamos discutindo, nós estamos falando de uma ata de uma reunião desta Comissão que trata de uma lei que atinge a todos os brasileiros. É a diferença do percentual que a comida representará na renda familiar. É esse percentual, que ultrapassava 55%, quando o Ministro Alyson Paulinelli assumiu o Ministério da Agricultura, e que hoje, segundo o IPEA, é de pouco mais de 14%.

Aprovada essa lei, porque houve, sim, evoluções, isso é indiscutível, mas é preciso muitas outras para garantir o acesso, para garantir a produção, para garantir a inclusão social através da produção de alimentos, essa lei poderá tirar todo o avanço que houve no combate à pobreza, no combate à desnutrição, no acesso à comida. Essa lei, com certeza, penalizará...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Isso é mérito, Sr. Presidente.

O SR. BERNARDO SANTANA (PR – MG) – ...sobremaneira... Fui interrompido. Desculpe, Sr. Presidente.

E na ata de ontem havia uma proposta de se colocar uma data de 7 de agosto para a votação desta matéria, que pensamos ser uma proposta bastante coerente, uma proposta bastante sensata, que não traz maiores prejuízos.

Não podemos repetir o erro da noite de ontem, quando a falta de entendimento levou a não aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. É preciso atentar para esse ponto da ata e talvez propor essa negociação.

Era o que tinha a dizer. Agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado por esses minutos concedidos para a minha fala.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não, Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, está muito claro que há uma manobra protelatória, porque todos os que pediram a palavra até este momento para discutir a ata não a discutiram. Discorreram sobre outros temas, sobre o mérito do projeto, mas efetivamente ninguém discutiu a ata.

Então solicito a V. Exª que garanta o Regimento e encaminho a solicitação para que possamos encerrar a discussão da ata e imediatamente iniciar a discussão do texto.

Portanto solicito o encerramento da discussão da ata.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Sobre o atendimento da questão de ordem primeira, da manifestação sobre o mérito, esse precisa ser incorporado porque é regimental. As pessoas precisam se pronunciar sobre isso.

Quanto ao segundo pedido, do ponto de vista da questão de ordem, eu tenho duas inscrições.

Se nós encerrarmos com essas duas inscrições, quero propor ao plenário, porque são duas inscrições de cinco minutos, do Deputado Colatto e do Deputado Lupion, e não temos mais inscrições, nós encerraremos ouvindo os dois e colocando em votação.

Quero fazer esse acordo com o plenário. Pode ser?

Então nós concluímos dessa forma. A palavra está com o Deputado Colatto.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu concordo com a sua proposta desde que as manifestações, todas legítimas e democráticas, sejam a respeito da ata e do mérito da ata, e não do conteúdo da matéria que iremos votar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Concordo plenamente com isso, Senadora.

O SR. MARCIO MACÊDO (PT – SE) – Para complementar, Sr. Presidente, os dois inscritos também têm todo o direito de declinar da palavra para passarmos ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Ah, sim.

Indago ao Deputado Colatto se declina da palavra.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Então o senhor tem cinco minutos.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Vou me manifestar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Peço colaboração com o silêncio, por favor.

Deputado Colatto com a palavra.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, estamos voltando de uma manifestação dos suinocultores no Petrônio Portela, e eu gostaria que eles fossem o público aqui para que os Senadores e Deputados soubessem das dificuldades que esses agricultores estão tendo e o que eles pensariam desse Código Florestal em que estamos trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Atenção à ata, por favor.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Estou entrando na questão da ata.

Sr. Presidente, foi lida a ata, e o relatório do Senador Luiz Henrique não constou da ata. E pelas notícias que nós temos houve mudanças no relatório do Senador Luiz Henrique. Então, se houve mudanças do relatório de ontem para hoje, nós temos um novo quadro, uma nova situação que regimentalmente nós temos que discutir e saber como vamos tratar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Deputado Colatto, permite-me um aparte?

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Deputado Colatto, não houve nenhuma mudança. Eu vou propor hoje uma mudança redacional, mas o texto que eu li é o texto que foi submetido a V. Exª, sem nenhuma mudança de vírgula.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Se o nobre relator vai apresentar outro texto, com um aditivo, está me cerceando o direito de análise do texto para apresentar emendas sobre o texto.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Nós apreciaremos esse tema posteriormente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Caso haja alteração do texto, eu solicito a V. Exª o cumprimento do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Por favor, Deputado, já estou informando – seguro o seu tempo, Deputado Colatto – que esse é um

tema que não está em discussão neste momento. Neste momento está em discussão a ata, e o senhor continua com a palavra, Deputado Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Estou discutindo a ata, Sr. Presidente.

Então, levando em conta que, pela informação do Senador Luiz Henrique, não houve mudança nenhuma, todas as tratativas que houve para as mudanças que aconteceram, a proposta por escrito da frente e tal, não houve qualquer aceitação de novas mudanças no relatório, e é isso que nós estamos discutindo.

No nosso entendimento, esse relatório que está sendo apresentado agora é o que vai constar da ata sem alterações. Sei que uma alteração que já houve, uma negociação muito forte, que é a questão da Amazônia, que é a questão da APP e Reserva Legal, que existe, existia na Lei nº 4.771. O pessoal tem que saber que existia APP mais Reserva Legal; era possível somar sim, sem condicionantes. Hoje está condicionando a 80% da Amazônia e 50% em outras regiões. Quero dizer que o sul precisa de 20% da Reserva. Está se condicionando a 50%. Estamos penalizando o sul do Brasil e tenho certeza de que o Senador Blairo e a Senadora Kátia não concordam com 80% na Amazônia. Se isso foi alterado altera profundamente a questão de APP e Reserva Legal.

E nós temos uma alteração sim no relatório de ontem para hoje.

Eu quis deixar claro aqui para ficar registrado que nós não concordamos que haja mudança, já que o Senador Luiz Henrique disse que o relatório de ontem é o mesmo relatório de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado Colatto.

Deputado Lupion, cinco minutos.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer algumas coisas.

O art. 30 do Regimento Comum, que nós temos a obrigação de seguir, diz o seguinte em seu § 1º:

> *Art. 30. Uma vez aberta a sessão, o 1º Secretário procederá à leitura do expediente com as comunicações relevantes.*
> *§ 1º A ata da sessão, salvo disposto no § 5º do art. 27, será a constante do Diário do Congresso Nacional, na qual serão consignados, com fidelidade, pelo apanhamento taquigráfico, os debates, as deliberações tomadas e demais ocorrências.*

O que aconteceu na última sessão?

Nós, munidos de todo o interesse de fazermos um grande acordo no relatório do Senador Luiz Henrique, abrimos diversas concessões.

Anteontem, nós, na nossa reunião, não encerramos, concordamos em não encerrar, para que, ontem, nós pudéssemos continuar a leitura do relatório.

Mas, durante essa reunião, não diz aqui que nós combinamos que nós iríamos fazer uma reunião com todos os membros interessados desta Comissão para tentarmos chegar a acordo.

Foram tratados diversos assuntos que não constam dessa ata.

No dia de ontem, o Senador Luiz Henrique pediu à Comissão para que não precisasse ler todo o relatório, ou seja, nós abrirmos mão de ouvir parte do relatório. Isso também não está constado na ata.

Portanto, o relatório não foi lido na íntegra, e isso não diz na ata.

Portanto, eu quero aqui contestar a ata, quero requerer as notas taquigráficas e recorrer, conforme for vossa decisão, para o Congresso Nacional se isso não for incluído na ata. Porque só demonstra, se isso não for incluído, que nós fizemos uma discussão completamente sem nenhum tipo de contestação, nós fizemos uma discussão onde não houve o levantamento de questões de ordem, nós fizemos uma discussão onde ninguém se apercebeu de certos fatos que aconteceram nessa reunião e que está todo mundo concordando com tudo o que aconteceu nesses dois dias.

Portanto, eu acho extremamente grave que isso não tenha constado na ata. E eu gostaria que V. Exa. mandasse constar dessa ata tudo o que aconteceu e nós discutíssemos a ata do que realmente aconteceu. E eu queria saber da decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado Lupion.

Nós encerramos, então, as inscrições do debate e nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, eu preciso responder, primeiro, as questões de ordem que foram apresentadas.

A ata, como os senhores conhecem, ela consta, ao final – todos os senhores a têm em mãos –, e coloca exatamente junto com a íntegra de todas as notas taquigráficas. Isso também tem amparo regimental no art. 30, § 1º, que diz o seguinte:

> *Art. 30. .....*
> *§ 1º A ata da sessão será a constante no Diário do Congresso Nacional, na qual serão consignados, com fidelidade, pelo apanhamento taquigráfico, os debates, as deliberações tomadas e demais ocorrências.*

Então, nós estamos dentro do Regimento.

Vamos, portanto, agora, proceder, encerradas as inscrições, a votação...

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Eu quero só contestar a decisão...

O SR, RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – ...sem antes ouvir a questão de ordem do Deputado Ronaldo Caiado, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Obrigado.

Presidente, a Mesa não aceitou um requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 571, de 2012.

Recorro da decisão porque não existindo Regimento Comum, o Regimento do Senado é claro aí no seu art. 235, inciso III, letra "d", 7: "d) na fase da sessão em que a matéria respectiva foi anunciada – requerimento de: (...) 7 – retirada de proposição constante da Ordem do Dia;"

Então, no momento em que o Regimento Comum não faz referência, nós recorremos tanto ao da Câmara quanto ao do Senado.

Com isso, eu peço o deferimento da questão de ordem e que a Mesa realmente acolha o nosso pedido de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Será feito no momento oportuno. É que estamos, neste momento, na discussão da ata, e nós a colocamos em votação.

Os senhores que concordam com a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os contrários se manifestam...

Está aprovada...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – ...a ata.

Vamos para a verificação.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Democratas em obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Em votação...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Democratas em obstrução, Presidente.

O SR. BERNARDO SANTANA (PR – MG) – PR em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Nós vamos proceder a votação nominal.

Eu passaria para o...

O SR. ROBERTO LUCENA (PV – SP) – PV e PPS em obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Quem aprova diz Sim...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu só apresentaria para o Deputado Edinho para recolher os votos dos Srs. Deputados e Senadores.

A votação "Sim" é favorável à ata; a votação "Não", contrário; ou abstenção.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Vou proceder à chamada dos Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas.

Renan Calheiros. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Já vai ser providenciada pela Secretaria a listagem dos presentes aqui para a votação.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Foi-me entregue uma lista que não é dos membros da Medida Provisória nº 571. Até foi surpreendente para mim.

O SR. MARCIO MACÊDO (PT – SE) – PT em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Sim.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Ana Amélia. *(Pausa.)*

Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pela aprovação.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – José Pimentel. *(Pausa.)*

Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sim, Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sim.

Acir...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Vou chamar o suplente. Wellington Dias. *(Pausa.)*

Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Lobão Filho. *(Pausa.)*

Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

José Agripino. *(Pausa.)*

Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Jayme Campos. *(Pausa.)*

Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sim.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Gim Argello. *(Pausa.)*

Bohn Gass.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Sim.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sim.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Alfredo Nascimento. *(Pausa.)*

João Vicente. *(Pausa.)*

Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Edinho Araújo, sim.

Paulo Piau.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Celso Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Vamos só encerrar...

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – É sobre o assunto, é sobre o assunto.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB - SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB - SC) – Sr. Presidente, é pela votação.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Nós vamos encerrar a votação primeiro.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, é questão da votação. Eu peço pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

Pela ordem, o Deputado Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Eu sou suplente do Deputado Paulo Piau. Ele me ligou agora, de manhã, junto com o Presidente da Federação de Agricultura de Minas Gerais e me pediu para votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Nós verificamos a indicação do Líder... A ordem da Casa e do Regimento é o seguinte: é pela ordem da indicação do Líder. Na ordem da indicação do Líder do seu partido, o PMDB, o primeiro inscrito é o Deputado Celso Maldaner e ele terá o voto.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Só para esclarecer: o Paulo Piau me ligou já ontem e pediu para votar aí...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Então, está esclarecido...

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Eu falei com o Líder ontem e não tem nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – A questão é a seguinte...

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Eu queria levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – É regimental, é regimental. É o líder que indica e, na ordem indicada, está essa indicação. Eu só consulto a Secretaria para me alcançarem esta confirmação...

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Se a ordem é... Pela indicação que eu possuo, é o Celso Maldaner.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Vota, neste momento... Está posicionada a sua questão de ordem. Recolho o voto do Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Voto "sim".

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Contra o voto do Paulo Piau. Tem que ficar bem claro. Santa Catarina vai saber que Celso Maldaner votou contra.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Paulo Piau me delegou.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Mentira!

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Continuando a chamada, Leonardo Vilela. *(Pausa.)*

Cesar Colnago. *(Pausa.)*

Luis Carlos Henze.

O SR. LUIS CARLOS HENZE (PP – RS) – Obstrução.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Obstrução.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Bernardo Vasconcellos.

O SR. BERNARDO VASCONCELLOS (PR – MG) – Obstrução.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Pastor Eurico, do PSB.

O SR. PASTOR EURICO (PSB – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Giovanni Queiroz. *(Pausa.)*

Roberto de Lucena.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV –SP) – O PV em obstrução, Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Nelson Marquezelli. *(Pausa.)*

Osmar Júnior. *(Pausa.)*

Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Sim, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Está encerrada a votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Está encerrada a votação. Estou aguardando para anunciar a votação.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, está feita a chamada, total de 17 Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas: 11 responderam "sim", 6 abstenções e nenhum "não".

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Gostaríamos de saber se é mantida a proporcionalidade, Câmara e Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – A proporcionalidade é pela presença.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, na comissão mista, tem que ter maioria na Câmara e maioria no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sete Senadores e sete Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, é somente... Só para esclarecer o Regimento, para não ficar nenhuma dúvida.

Senhores, todos nós sabemos do tensionamento político em torno do tema. Nós faremos todo o debate com a maior tranquilidade possível, porque isso rege todos os nossos princípios e todos os parlamentares. Agora, o que não vamos fazer é descumprir o Regimento, e o Regimento é muito claro. Para eu iniciar uma reunião, eu preciso das duas Casas, da presença de cinco parlamentares de cada Casa; para votar, nós precisamos ter o quórum de sete integrantes de cada Casa. Quanto ao Regimento Comum, no resultado agora aposto, precisa, no total, o resultado aprovado.

Portanto está aprovada a....

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Presidente, são sete obstruções. Nós fizemos obstrução, não foi abstenção. Não pode ser contado para quórum sob hipótese nenhuma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Estão presentes. Conta quórum. Nós temos, portanto...

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Negativo.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Está definido esse ponto, conforme amparo regimental. Nas deliberações da comissão mista, tomar-se-ão em separado os votos do membros do Senado e da Câmara dos Deputados sempre que não haja paridade em sua composição.

Então, está aprovado.

Vamos para o próximo requerimento.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – V. Exª está distorcendo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exª contou a obstrução como...

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pela ordem, Deputado Edinho.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente?

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma retificação quanto à contagem...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, obstrução não tem o quorum de 14, Sr. Presidente. Por favor. Nós não vamos aceitar tratorar o Regimento.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, para retificar ...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – A obstrução não pode ser contada porque não é quórum. Não teve quórum.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, para retificar...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Não teve quórum. O quórum mínimo são 14, V. Exa. pode ter mais de sete Senadores, mas atingir o quórum mínimo. Obstrução não pode ser contada como quórum.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, para retificar...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Isso é um desrespeito ao Regimento. Eu solicito que seja cancelada a ...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu quero garantir a palavra, por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu estou com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não. Deputado Caiado, quem está com a palavra, quem está com a palavra...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, eu estou no uso da palavra. Eu fiz uma questão de ordem a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, o senhor não está no uso da palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, eu estou pedindo a V. Exª questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Deputado Lupion.

Caiado. Deputado Caiado.

O senhor não está autorizado por esta Mesa. Esta Mesa eu presido, eu não lhe passei a palavra. Quem está com a palavra é o Deputado Edinho, para fazer uma correção.

Por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exª tem que respeitar a questão de ordem que proponho a V. Exª, à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não está com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu não tenho que propor questão de ordem ao Relator. Eu tenho que propor questão de ordem ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Deputado Caiado! Deputado Caiado! Eu não costumo elevar a voz para fazer debate. Aqui nós estamos numa povoação civilizada, eu não lhe dei a palavra, o senhor não está com a palavra.

Quem está com a palavra... Eu peço que o senhor respeite o Regimento,...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – PT) – Respeito o Regimento. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – ...e não fale enquanto tem orador.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – PE) – Obstrução não pode ser computada como quorum.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Quem está com a palavra é o Deputado Edinho.

O senhor não está com a palavra.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, para retificar que participaram do processo de votação 19 Srs. Congressistas integrantes da Comissão Mista, sendo que 13 responderam "sim" e houve 6 abstenções. Portanto, total de 19.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso.

Agora, para não ficar nenhuma dúvida...

Eu estou com a palavra agora, Deputado. Para não ficar nenhuma dúvida, eu tenho aqui o Regimento do Senado, e este Regimento eu vou ler para não deixar nenhuma dúvida. Prestem atenção, senhores, porque é muito importante.

"Art. 306. Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de quorum."

Portanto, esse assunto está resolvido e nós vamos para o próximo ponto.

O SR. RONALDO CAIADAO (DEM – GO) – Para contraditar, Presidente. Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O próximo ponto...

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Presidente, para contraditar. Para contestar sua decisão.

Sr. Presidente, me garanta a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O próximo requerimento em apreciação...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Levanto uma questão de ordem, Sr. Presidente. Metade mais um seriam 14 votos. V. Exª não pode deliberar sobre 13.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Sobre essa matéria já está decidido.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, não está decidido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Essa matéria já está decidida.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Isso não é imparcialidade da Presidência.

V. Exª está descumprindo o Regimento. Metade mais um são 14, não 13. Não pode computar nossos votos para quorum. Foi obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu acabei de ler...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exª leu, mas não soube interpretar.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não. A interpretação é clara.

Esse assunto está vencido. Eu não vou fazer bate boca com ninguém aqui.

E o requerimento em questão. Nos arts. do Regimento 40...

Atenção, senhores.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Isso não é maneira de nós convivermos na Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Nos termos do Regimento Comum do Congresso, requeiro a V. Exª o adiamento da votação da proposição na Medida Provisória 571 por 48 horas.

Quem assina esse requerimento é o Deputado Ronaldo Caiado.

Nós vamos proceder da seguinte forma: todos os requerimentos aqui...

Quero fazer um procedimento de acordo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, V. Exª nem respondeu a minha questão de ordem sobre o requerimento que foi negado pela Mesa, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu quero insistir...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Já está decidido. O senhor recorra dessa decisão.

Nós temos dois requerimentos aqui. O primeiro eu já li, que é da autoria do Deputado Ronaldo Caiado.

E o segundo: Nos termos do art. 44, parágrafo único do Regimento Comum do Congresso Nacional, requeiro a V. Exª a votação no processo nominal do requerimento de adiamento de votação.

Então, nós temos agora um pedido de adiamento de votação e nós vamos proceder da seguinte forma. Nós vamos pedir... Ou votamos direto ou abriremos uma defesa a favor e uma contrária.

Quem vai decidir isso é o próprio Plenário. Ou vamos fazer um acordo de uma votação a favor e uma contrária.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem a V. Exª, anterior, no momento em que estávamos finalizando a discussão de Ata. V. Exª sequer concluiu sobre a minha questão de ordem, disse que seria em momento oportuno.

V. Exª não está acolhendo os nossos requerimentos, está aqui com sustentação no Regimento do Senado Federal, porque é omisso o Regimento Comum, que é exatamente a retirada de pauta da proposição da Medida Provisória 571, Sr. Presidente.

Como tal, eu quero que seja incluído...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O senhor tem direito de recorrer. A Mesa aqui já tomou a decisão, está amparada regimentalmente. O senhor recorre na instância da Casa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exª nem respondeu minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu já respondi. Nós vamos agora para o requerimento que foi apresentado pela vossa questão.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Qual requerimento da minha questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – A minha questão é a seguinte. Eu quero propor ao Plenário aqui. Nós temos dois requerimentos: um requerimento que pede o adiamento da votação por 48 horas e o segundo que pede, o requerimento de adiamento da votação, que seja por processo nominal. Nós podemos votar os dois juntos? *(Pausa.)*

Então, vamos fazer o seguinte: vamos votar.

Quem concorda com... Nós precisamos, primeiro, fazer a defesa, aqui? *(Pausa.)*

Não precisa de defesa. Então, colocamos em votação.

Quem vota a favor dos requerimentos, quem vota "sim" nos dois vota pelo adiamento. Certo? *(Pausa.)*

E quem vota "não"... Eu só quero que vocês confirmem bem, porque essas votações, às vezes, dão confusão. Então, quem vota "sim" vota a favor dos dois requerimentos, que pedem para adiar e para fazer votação nominal; e quem vota "não" pede para darmos continuidade à votação, neste momento. Está certo?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente. Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não. Só uma pergunta. A questão de ordem é sobre um assunto já definido?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Então, qual é o novo assunto?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Primeiro, como é que V. Exa. está colocando para votação requerimentos de votação, se V. Exa., sequer, iniciou a discussão, Sr. Presidente? O que é isso, Sr. Presidente! Peça à assessoria de V. Exa. para ter mais atenção. V. Exa. não iniciou a discussão. V. Exa. já está querendo discutir requerimento de adiamento de votação. Onde é que está esse Regimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Estamos...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Onde? Por favor, V. Exa. tem que abrir discussão. E discussão... Antes de encerrar a discussão, Sr. Presidente, temos que apresentar nossos destaques – certo, Presidente? –, é o período que nós temos para poder colocar nossos pontos de vista; é o tempo que nos é garantido de 15 minutos. V. Exa. não pode atropelar. V. Exa. atropelou na votação. Agora, quer atropelar nos requerimentos e excluir a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, aqui não há. Respondo, então.

Concluiu? V. Exa. concluiu?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Essa é a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu respondo a questão de ordem.

A questão de ordem sobre dois aspectos: sobre o atropelo anterior, ele não existiu; e sobre a questão que o senhor observa, agora, de abrirmos o processo de discussão e, durante o processo de discussão, levarmos em questão e apreciarmos esse requerimento, nós o faremos dessa forma. Eu só o pus em votação, porque houve uma solicitação de V. Exa. para que eu apreciasse esse requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Foi por essa razão...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu disse o que V. Exª rejeitou. O que V. Exa. rejeitou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, não. Esse requerimento o senhor solicitou antes. As notas taquigráficas dirão que o senhor solicitou.

Então, nós vamos proceder da seguinte forma: nós entramos, agora, num processo de discussão...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, reconheça o erro. Tenha humildade de reconhecer o erro.

Presidente, o que eu pedi foi a retirada de pauta da matéria. Isso que V. Exa. está discutindo é de votação. O Regimento diz, primeiro, vamos para a discussão. No final da discussão, eu já não tenho mais como apresentar destaques. V. Exa. só me garante, está certo?, o tempo para que eu possa destacar até o final da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O senhor tem razão. Eu concordei.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Então, Presidente, vamos. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu já coloquei. Eu concordei.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu sei que V. Exª está...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu concordei com esse ponto.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – ...,e já ouvi isso, com o trator ligado para passar por cima de todos nós. Está certo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu concordei.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Está certo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu concordei.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exa. está com o trator ligado para passar sobre todos nós. Mas, tudo bem, não vamos rasgar tanto o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Deputado Caiado, o senhor pode ficar muito tranquilo...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Não, não estou tranquilo, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – ...porque, aqui, ninguém vai ser vítima, como nós muitas vezes fomos, quando outras pessoas coordenaram a Mesa.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu estou perplexo. Eu estou indignado. Eu estou perplexo. Eu jamais vi tamanha truculência na mão do...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Essa não é uma questão de ordem. Essa não é uma questão de ordem.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Vamos repor as questões.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Vamos começar a discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Nós temos a necessidade de fazer a discussão. É isto que vamos fazer: a discussão.

Encerra-se, até o momento da votação posterior, a entrada de todos os requerimentos dos destaques. Neste momento, vamos iniciar a discussão. O nobre Relator Luiz Henrique solicitou a palavra para que pudesse apresentar uma correção frente ao texto do relatório. E nós gostaríamos de ouvi-lo neste momento.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Deputado Lupion, pois não, pela ordem.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Eu quero saber de V. Exa. o seguinte. Eu tenho um voto em separado. Eu quero saber em que momento que vou inscrever o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Até o final da discussão, como diz o Regimento.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Então, estou, agora, entregando para a Mesa um voto em separado sobre o assunto, sobre a Medida Provisória nº 571.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso. Pode apresentá-lo, como diz o Regimento.

A palavra está com o nobre Relator Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, é muito importante que esta votação se realize num clima da maior tranquilidade, da maior serenidade possível, porque temos buscado, Sr. Presidente, o entendimento nessa matéria tão complexa e tão polêmica; temos buscado a convergência; temos buscado o consenso máximo para que essa votação exalte a capacidade conciliatória do Congresso Nacional num tema tão importante, que vai definir o futuro deste País.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu exaurí o dia de ontem fazendo negociações, procurando o entendimento, e percebi que, após observações feitas pelo Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Deputado Homero Pereira, e por vários Senadores – Senador Moka, Senador Blairo, Senadora Kátia, Senadora Ana Amélia, dentre outros –, havia a necessidade de fazer um ajuste redacional no §4º do art. 15 e também no §5º daquele artigo.

Assim, verificando pleno entendimento entre os ilustres Parlamentares e o Governo, estou apresentando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros desta Comissão, a seguinte proposta de retificação da redação dos §§4º

e 5º do art. 15, no relatório e no projeto de lei de conversão à Medida Provisória sob exame:

Substituam-se, no §4º do art. 15, as expressões "O órgão ambiental competente do Sisnama admitirá o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa existente em Área de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal, desde que não implique em conversão de novas áreas para uso alternativo do solo ou quando a soma da vegetação nativa, em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, exceder a:" pelas expressões "É dispensada da aplicação do inciso I do caput deste artigo, quando as Áreas de Preservação Permanente, conservadas ou em processo de recuperação, somadas às demais florestas e outras formas de vegetação nativa existentes no imóvel ultrapassar:"

Inclua-se, no inciso I do §4º do art. 15, as expressões "em áreas de floresta", após as expressões "do imóvel rural localizado".

Substitua-se, no inciso II do §4º, as expressões "localizado nas demais regiões do País" pelas expressões "nas demais situações."

Suprima-se o §5º do art. 15, ficando, portanto, com a seguinte redação:

Art. 15.....

.....

§4º. É dispensada a aplicação do inciso I do *caput* deste artigo, quando as Áreas de Preservação Permanente conservadas ou em processo de recuperação, somadas às demais florestas e outras formas de vegetação nativa existentes no imóvel ultrapassar:

I – 80% (oitenta por cento) do imóvel rural localizado em áreas de floresta na Amazônia Legal; e

II – 50% (cinqüenta por cento) do imóvel rural nas demais situações, observada a legislação específica.

É este o requerimento que faço, Sr. Presidente.

O SR RODRIGO ROLLEMBERG (PSDB – DF) – Sr. Presidente, solicito vistas por uma hora.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Solicito vistas por 24 horas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Esse assunto já debatemos ontem. Portanto, acato o seu pedido, Senador Rodrigo Rollemberg, e suspendo, já que é uma matéria nova, por uma hora para o pedido de vista.

Está suspensa por uma hora e retornaremos, impreterivelmente, daqui a 60 min. Está suspensa a reunião para o pedido de vista.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 31 minutos.)

(A reunião é reaberta às 12 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Senhores, nós estamos, portanto, retomando a nossa reunião na Comissão, e nós estamos abrindo o processo de discussão...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Para discutir...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O deputado tinha pedido a palavra por favor. Depois o Deputado Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Depois vou passar para o Senhor. Ele pediu primeiro pela ordem.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV – SP) – Sr. Presidente, peço aqui a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Só um instante. Nós estamos retomando... Estávamos num bom ambiente hoje pela manhã, com a colaboração de todos os senhores e senhoras. Atenção, eu só gostaria que repusesse, então, o silêncio para que a gente pudesse dar com tranqüilidade.

Deputado, com a palavra.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV – SP) – Para ler aqui uma nota da Bancada do Partido Verde.

> *O relatório à MP 571, de 2012, apresentado pelo eminente Senador Luiz Henrique, tem como único mérito manter algo que fazia parte do texto original: o reconhecimento das florestas e demais formas de vegetação nativa como bens de interesse, afirmando o compromisso do Brasil com a preservação das suas florestas, da biodiversidade, do solo e dos recursos hídricos para o bem-estar das gerações presentes e futuras. As demais inovações apresentadas em nada beneficiam o meio ambiente.*
>
> *Infelizmente, nenhuma das propostas apresentadas pelo Partido Verde foi acatada pelo relator.*
>
> *Entre várias alterações prejudiciais ao meio ambiente, introduzidas no relatório, destacamos as seguintes:*
>
> *1) Supressão dos §§ 9º e 10º do art. 4º, descartando as regras para a definição das APPs nas áreas urbanas;*

2) Com relação ao controle da origem dos produtos florestais, o relator inscreveu no texto permissão para o plantio ou reflorestamento, com a possibilidade de utilização de espécies frutíferas e exóticas;

3) Abre a possibilidade de regularização de atividades agrossilvopastoris nas áreas consolidadas em APPs que foram ampliadas de quatro para dez módulos;

4) O infrator é dispensado de prova de isenção ambiental ilegal. Agora, basta a simples inscrição no cadastro ambiental rural (CAR) para ter acesso ao crédito;

5) O produtor rural foi dispensado da averbação da reserva legal junto ao cartório. Isso era exigido há décadas, exatamente como prova de que o agricultor estava cumprindo a lei, inclusive para ter acesso ao crédito.

6) A nova proposta de alterações apresentadas pelo relator implica novos desmatamentos.

O Partido Verde lamenta que o relator não tenha construído um texto mais avançado. O PV continuará lutando para que o Código Florestal seja mais justo e adequado a toda a sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, esta é a nota da bancada do Partido Verde, que coloca-se, que mantém-se em obstrução.

E faço questão aqui de fazer um destaque. Os motivos de obstrução aqui colocados pelo Partido Verde são, evidentemente, são, certamente, distintos daqueles que têm levado a bancada ruralista a assumir a mesma postura, a mesma posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado Roberto de Lucena.

Eu passo para a questão de ordem do nobre Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, questão de ordem do art. 4º, § 6º, da Resolução nº 1, de 2002, dos arts. 51 e 52 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, ficou evidente que existe uma regra bem clara na resolução que normatiza, que rege a maneira como as medidas provisórias serão apreciadas pelo Congresso Nacional.

Como tal, eu quero recorrer da decisão de V. Exa. em relação ao resultado no momento em que foi a votação a Ata, porque o art. 4º do § 6º é muito claro ao dizer: Os trabalhos da Comissão Mista serão iniciados com a presença, no mínimo, de um terço dos membros de cada uma das Casas, aferida mediante a

assinatura do livro de presenças, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas.

Significa, claramente, 7 Deputados e 7 Senadores. Atendido esse mínimo, é lógico, todo e qualquer resultado será aceito.

Eu gostaria que o Presidente pudesse pelo menos ter atenção na questão de ordem que estou formulando, e o que Deputado Marcio Macedo nos concedesse exatamente esse tempo em respeito àquilo que V. Exa. diz do cumprimento do Regimento, Sr. Presidente.

Eu solicitei uma cópia da lista de votação e ela vai fazer parte, com as notas taquigráficas, da questão de ordem que vou formular não só à Mesa, mas também ao Supremo Tribunal Federal, por essa maneira como a Mesa atropelou a minoria.

O que diz aqui a lista de votação nominal? Nós temos titulares e suplentes, e a votação é "sim", "não" e abstenção. A Comissão Mista não tem a prerrogativa de anular aquilo que consta em todos os regimentos, que é a obstrução. Obstrução não conta em quorum, nem no Senado e nem na Câmara.

Ora, quando nós aqui nos pronunciamos e nos colocamos em obstrução, não poderia ser contabilizada a nossa presença física para atingir o quorum de 7 Deputados.

Então, se existe outra regra que não seja aquela que funciona nas duas Casas, e que a vida toda, a menos que realmente resolvam, nesta comissão especial, excluí-la, deletá-la, que é exatamente a obstrução, que é prerrogativa principalmente das minorias, eu pergunto a V. Exa: no quadro aqui de votação só houve seis Deputados, incluindo V. Exa., como Presidente, que votaram. Os demais Deputados que aqui foram colocados como abstenção, V. Exa. pode recorrer às notas taquigráficas, estão em obstrução, obstrução. Como tal, apenas seis Deputados Federais estavam presentes no momento da votação da Ata. Como tal, Sr. Presidente, a votação caiu. Não existe essa votação e a sessão deveria ter sido encerrada, como acredito que V. Exa., com o bom-senso que tem, encerrará neste momento.

Mas, só para saber, qual é a ordem que V. Exa. dará à discussão e no momento da primeira votação? Qual será? V. Exa. vai manter esse mesmo critério de contabilizar obstrução, exigindo, então, que os Parlamentares sejam obrigados a se retirar do plenário, o que não existe nem no plenário da Câmara nem no plenário do Senado?

Como tal, recorrerei da decisão de V. Exa., tanto à Mesa, como às Comissões de Constituição e Justiça, como ao Supremo Tribunal Federal, por essa prerrogativa nossa, dizendo que não tem suporte, porque o resultado da votação não cumpre aquilo que reza o § 6º, que é bem claro, do art. 4º da Resolução nº 1: tem que ter maioria de sete Deputados e sete Senadores para podermos chegar a um resultado final da votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É a questão de ordem que formulo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Suspendo a reunião por um minuto para uma questão de acerto, aqui, no entendimento com a assessoria.

A reunião está suspensa por um minuto.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, suspensa às 11 horas e 31 minutos, reaberta às 12 horas e 42 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 50 minutos.)

(A reunião é reaberta às 12 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Retomo a reunião para dar a seguinte explicação e a justificativa da presença de quórum.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não, Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – ...a questão de ordem e o recurso apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – O Regimento do Senado, Sr. Presidente, que é o que se aplica, em primeiro lugar, nas comissões mistas, determina que quem pede verificação obrigatoriamente tem que votar e, se estiver em obstrução, é considerado não presente.

Quem pediu a verificação tinha legitimidade, que é o Deputado Caiado, que é Suplente do DEM. Tinha legitimidade, no entanto, é obrigatório o voto dele, sob pena de cair o pedido de verificação.

Portanto, a minha questão de ordem, Sr. Presidente, é que o senhor declare nulo o pedido de verificação, porque o autor não votou, nos termos do art. 293, inciso X do Regimento do Senado Federal, e declare aprovada a Ata, porque houve número suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu agradeço, Senador Pimentel. É exatamente essa observação que eu iria fazer. Nós temos quorum exatamente por esta razão, porque o Regimento é muito claro: ao processar-se a verificação de quorum [que é o que nós fizemos], se os requerentes não estiveram presentes ou estiverem deixados de votar [e foi requerido pelo nobre Deputado Ronaldo Caiado] considerar-se-á como tendo dela desistido. Ele não votou e, portanto, está resolvido este aspecto. Esta votação solicitada para verificação está anulada, e nós seguimos o nosso debate.

Nós temos inscritos, agora...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Vou requerer...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – A questão é vencida.

Agora eu quero passar a palavra a Sr. Abelardo Lupion.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, antes do Deputado Abelardo Lupion, gostaria de recorrer da decisão de V. Exª e dizer que eu tenho a prerrogativa de pedir como Líder, não como membro.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Naquele momento...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – É prerrogativa minha.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Naquele momento...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT –RS) – Para contraditar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – O nobre Deputado não pediu como Líder. Pediu como membro da Comissão. Pegue as notas taquigráficas.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Como Líder que sou. Estou aqui investido na condição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Este assunto está resolvido. O nobre Deputado tem o seu direito de fazer o seu recurso, como ampara o Regimento.

Eu gostaria de solicitar ao nobre Deputado Abelardo Lupion, que fez um voto – porque nós vamos entrar agora em um processo de discussão –, uma manifestação de voto... Então, eu gostaria de passar o tempo agora para que possa fazer o voto em separado, para que possa fazer a sua manifestação.

Então, eu passo a palavra para o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Estou agora passando a ler o relatório de voto em separado da Comissão Mista designada para apreciar a Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de dezembro de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.761, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.

Passo a ler o relatório.

A Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, estabelece as novas regras para proteção da vegetação nativa de Áreas de Preservação Permanentes (APP) e de Reserva Legal (RL).

A mencionada Medida Provisória introduziu 32 (trinta e duas) modificações na Lei nº 12.651, de 2012, conhecido como novo Código Florestal.

Eu queria que V. Exª me, me...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu solicito para todos estão que nesta sala que possamos ouvir com atenção. Existe um deputado fazendo sua manifestação de voto.

O senhor está com a palavra, Deputado Lupion.

O SR. ALBELARDO LUPION (DEM – PR) – 1. Resgata, na integra, o texto do art. 1º aprovado pelo Senado Federal.

2. Altera a definição de veredas (art. 3º, inciso XII).

3. Retoma o conceito de pousio aprovado no Senado Federal.

4. Restabelece o conceito de área abandona aprovado no Senado Federal.

5. Restabelece o conceito de áreas úmidas aprovado no Senado Federal.

6. Insere o conceito de área urbana consolidada, nos exatos termos do definido pelo inciso II, do *caput* do art. 47 da Lei nº 11.977, de 2009.

7. Adequado ao texto relativo à proteção dos olhos d'água perenes.

8. Restabelece a faixa mínima de 50 metros, incluída pelo Senado Federal.

9. Veda supressão de vegetação nativa, não seja recomposta a APP no entorno das acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a um hectare.

10. Veda supressão de vegetação nativa quando imóveis de até 15 (quinze) módulos fiscais, realizarem aquicultura nas faixas de APP.

11. Inclui o § 9º no artigo 4º da Lei, para determinar que as Áreas de Preservação Permanentes urbanas e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, submetam-se aos limites estabelecidos pelo inciso I do caput do artigo 4º, como inicialmente previsto no texto aprovado pelo Senado Federal.

12. Acrescenta o § 10 no artigo 4º da Lei, para determinar que as Áreas de Preservação Permanentes urbanas e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, submetam-se ao disposto nos incisos do caput do artigo 4º, como inicialmente previsto no texto aprovado pelo Senado Federal.

13. O *caput* do artigo 5º foi alterado para estabelecer a faixa máxima de proteção de 30 metros no entorno de reservatórios d'água em área urbana, posto que o dispositivo aprovado pelo Congresso Nacional apenas previa a faixa máxima para os reservatórios situados em área rural, sem estabelecer quaisquer regras para os situados em áreas urbanas.

14. O § 1º do artigo 5º, define que o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório poderá prever a destinação de área não superior a dez por cento da Área de Preservação Permanente para outros usos.

15. Restabelece o conceito de "áreas úmidas.

16. A Medida Provisória acrescenta a expressão "nos pantanais" ao artigo 10.

17. A Medida Provisória acresce à Lei o artigo 11-A, que traz disciplina específica para as atividades de carcinicultura e de exploração de salinas em áreas de apicuns e salgados, ecossistemas associados aos mangues.

18. Restringiu no § 2º do artigo 14 somente a suspensão e sanções impostas por órgão do Sisnama.

19. Alterou o § 3º do artigo 15 da Lei, restringindo a regra do uso do instituto da compensação, para o cômputo das áreas de APPs no percentual de reserva legal.

20. Desmembrou o § 3º do artigo 17 nos §§ 3º e 4º.

21. O § 4º do artigo 17 exige o início da recomposição da área desmatada em até dois anos a partir da publicação da lei.

22. A Medida Provisória alterou o § 1º do artigo 29, para tornar mais claras as competências dos diversos órgãos ambientais em relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) Com a alteração, a inscrição no Cadastro Ambiental Rural poderá ser feita, "preferencialmente", nos órgãos ambientais municipais ou estaduais.

23. Acrescenta ao *caput* do artigo 35 da Lei, a competência do Sisnama para regulamentar o sistema nacional de controle de origem de madeira e subprodutos florestais.

24. Exclui ação do § 1º do artigo 35 da Lei, a possibilidade do plantio de exóticas sem licenciamento prévio.

25. Possibilita o bloqueio da emissão de Documento de Origem Florestal (DOF) dos Entes federativos não integrados ao referido sistema nacional.

26. Determina que o órgão ambiental federal do Sisnama é quem regulamentará os casos de dispensa da licença para o transporte e o armazenamento de madeira, lenha, carvão e outros produtos ou subprodutos florestais oriundos de florestas de espécies nativas, para fins comerciais ou industriais.

27. Retira do *caput* do artigo 41 a previsão de prazo de 180 dias para a instituição do programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente.

28. Retira do *caput* do artigo 58 da Medida Provisória a obrigatoriedade do Poder Público de instituir programa de apoio técnico e incentivos financeiros, dando a este, a faculdade de fazê-lo de acordo com a disponibilidade de seus recursos, focando, prioritariamente, os pequenos proprietários e posseiros rurais.

29. Inclui o artigo 61-A, estabelecendo critérios mínimos para a recomposição de áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente.

30. Fixa percentuais máximos de Áreas de Preservação Permanente consolidadas.

31. Privilegia, com a individualização das áreas para aplicação da regra disposta, para áreas consolidadas em APP os assentamentos agrários.

32. Inclui no artigo 78-A da lei determinação que veda às instituições financeiras, após cinco anos da vigência da lei, conceder crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que não estejam inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e que não comprovem sua regularidade ambiental.

As disposições contidas na Medida Provisória nº 571, de 2012, entram em vigor na data de sua publicação.

Nesta Comissão Mista foram apresentadas 696 emendas à Medida Provisória.

Análise.

A Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012, feriu a independência e a autonomia dos Poderes da República ao desconsiderar a vontade do Poder Legislativo reeditando o texto aprovado pelo Congresso Nacional.

Do Mérito

Ao longo das últimas décadas, vêm sendo introduzidas alterações no Código Florestal de 1965. Essas alterações, contudo, não conseguiram atingir o seu mister, instalando, no País, uma situação de grave insegurança jurídica. Essa afirmação se justifica porque havia incontroversa impossibilidade da aplicação da lei em função da desconexão da realidade instalada no País com as disposições legais a ela aplicadas.

O incompatível sistema de comando e controle submeteu a sociedade a toda sorte de ações das autoridades ambientais e do Ministério Público, criando grande temor e até repulsa da população.

Como afirma o Relator, Senador Luiz Henrique, em Santa Catarina, a apreensão e angústia transformou-se em revolta da população minifundiária, constantemente ameaçada por multas e notificações e, via de regra, impelida a submeter-se a termos de ajustamento de conduta. Essa situação gerou forte êxodo rural, já que muitos produtores rurais não resistiram à repressão que lhes foi imposta.

Foi dentro desse cenário tenebroso, que a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade e o Governador do Estado sancionou o Código Ambiental catarinense.

Essa nossa iniciativa provocou grande celeuma no País. Foi a partir desse episódio que repercutiu neste Congresso a necessidade de revisão do Código Florestal, cujo texto aprovado e em deliberação é seguramente muito mais benéfico aos produtores rurais do que a lei catarinense, sobretudo em relação aos pequenos agricultores.

Nascida, assim, na base da sociedade brasileira, nos Municípios do interior do País, essa questão acabou e, quando no Congresso Nacional, ganhou força a tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, que instituiu o novo Código Florestal.

Desde a publicação da Lei 12.651, de 2012, alterada pela Medida Provisória 571, de 2012, e apesar do pequeno lapso temporal da vigência dessa MP, várias situações de conflito, de dificuldades de interpretação e de aplicação já se concretizaram.

Diante desse cenário, foram encaminhados aos parlamentares, visando a dar conhecimento de tais fatos, apresentar proposta para melhor aplicabilidade da nova legislação e solicitar modificações urgentes no texto da medida provisória em comento, com o intuito de não termos, mais uma vez, no cenário nacional, uma legislação incompatível com a realidade do País, que, sem sombra de dúvidas, caso não seja alterada, se tornará uma norma natimorta.

Assim, para promover as necessárias alterações no texto da Medida Provisória 571, de 2012, apresento o presente voto em separado, nos seguintes termos:

VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2012
(MEDIDA PROVISÓRIA Nº 571, de 2012)

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º-A Esta lei estabelece normas gerais sobre a proteção e o uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa, em harmonia com a promoção do desenvolvimento das atividades econômicas."

"Art.3º .....

XII – vereda: fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa*, buriti, emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas;

.....

XXIV – pousio: prática de interrupção temporária de atividades agrícolas, pecuárias ou silviculturais, para possibilitar a recuperação da capacidade do uso do solo;"

"Art. 4º.....

I – As faixas marginais de qualquer curso d'água natural e perene, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

.....

IV – as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio de 50 (cinquenta) metros;

.....

§6º Nos imóveis rurais é admitida, nas áreas de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo, a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada, desde que:

.....

§11 Nos imóveis rurais é admitida, inclusive nas áreas de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo, a construção de reservatórios para projetos de irrigação ou aquicultura e a infraestrutura física a eles associadas."

"Art. 5º Na implantação de reservatório d'água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana.

§1º Na implantação de reservatórios d'água artificiais de que trata o *caput*, o empreendedor, no âmbito do licenciamento ambiental, elaborará plano ambiental de conservação e uso em torno do reservatório em conformidade com o termo de referência expedido pelo órgão competente do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente), não podendo o uso exceder a 10% da área de preservação permanente.

.....

§4º O plano ambiental de conservação e uso do entorno de reservatório artificial poderá indicar áreas para a implantação de parques aquícolas e pólos turísticos e de lazer no entorno do reservatório, de acordo com o for definido nos termos do licenciamento ambiental, respeitadas as exigências previstas em Lei."

"Art. 10. Nos pantanais e planícies pantaneiras é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nas recomendações mencionadas nesse artigo." (NR)

"Art. 11. Em áreas de inclinação entre 25 e 45º serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvopastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas as boas práticas agronômicas, sendo vedada, a partir da inclinação de 45º, a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social." (NR)

"Capítulo III-A
Do uso ecologicamente sustento dos Apicuns e Salgados

Art. 11-A. A zona costeira é patrimônio nacional, nos termos do §4º, do art. 225, da Constituição Federal, devendo a sua ocupação e exploração se dar de modo ecologicamente sustentável.

§1º Os Apicuns e Salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados os seguintes requisitos:

I – área total ocupada em cada Estado não superior a 10% desta modalidade de fitofisionomia do bioma amazônico... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu solicito a atenção dos senhores e peço ao Sr. Deputado que... A sua leitura, estamos acompanhando; todos nós temos o texto, para poder ler de uma forma mais rápida, pois todos estamos acompanhando atentamente.

Peço silêncio dos senhores e peço a V. Exa. que agilize a leitura.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Repito:

I - área total ocupada em cada Estado não superior a 10% desta modalidade de fitofisionomia do bioma amazônico e a 35% no restante do país, excluídas as ocupações consolidadas que atendam ao disposto no §6º desse artigo;

II - salvaguarda da absoluta integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a eles associados, bem como a sua produtividade biológica e condição de berçário de recursos pesqueiros;

III – licenciamento da atividade da atividade das instalações pelo órgão ambiental estadual cientificado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA; e no caso de uso de terrenos de marinha e de outros bens da União, realizada a realização prévia da titulação perante a União;

IV – recolhimento, tratamento e disposição adequados dos efluentes e resíduos;

V – garantia da manutenção da qualidade da água e do solo, respeitadas as áreas de preservação permanente; e

VI – respeito às atividades tradicionais de sobrevivência das comunidades locais.

§2º A licença ambiental, na hipótese desse artigo, será de cinco anos, renovável apenas se o empreendedor cumprir as exigências da legislação ambiental e do próprio licenciamento, mediante comprovação anual, inclusive por mídia fotográfica;

§ 3º São sujeitos à apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA os novos empreendimentos:

I - com área superior a 50 (cinqüenta) hectares, vedada a fragmentação do projeto para ocultar ou camuflar seu porte;

II - com área de até 50 (cinqüenta) hectares, se potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente; ou

III - localizados em região com adensamento de empreendimentos de carcinicultura ou salinas cujo impacto afete áreas comuns.

§ 4º O órgão licenciador competente, mediante decisão motivada, poderá, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, bem como do dever de recuperar os danos ambientais causados, alterar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, quando ocorrer:

I - descumprimento ou cumprimento inadequado das condicionantes ou medidas de controle previstas no licenciamento, ou desobediência às normas aplicáveis;

II - fornecimento de informação falsa, dúbia ou enganosa, inclusive por omissão, em qualquer fase do licenciamento ou período de validade da licença; ou

III - superveniência de informações sobre riscos ao meio ambiente ou à saúde pública.

§ 5º A ampliação da ocupação de apicuns e salgados respeitará o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira - ZEEZOC, com a individualização das áreas ainda passíveis de uso, em escala mínima de 1:100.000, que deverá ser concluído por cada Estado no prazo máximo de 1 (um) ano a partir da data da publicação desta Lei.

§ 6º É assegurada a regularização das atividades e empreendimentos de carcinicultura e salinas cuja ocupação e implantação tenham ocorrido antes de 22 de julho de 2008, desde que o empreendedor, pessoa física ou jurídica, comprove sua localização em apicum ou salgado e se obrigue, por termo de compromisso, a proteger a integridade dos manguezais arbustivos adjacentes.

§ 7º É vedada a manutenção, licenciamento ou regularização, em qualquer hipótese ou forma, de ocupação ou exploração irregular em apicum ou salgado, ressalvadas as exceções previstas neste artigo."

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuado o disposto no art. 68 desta Lei." (NR)

"Art. 14.....

.....

§ 2º A partir da data de publicação desta lei e durante o prazo previsto para protocolo da documentação exigida para análise, bem como durante o prazo para a aprovação da localização da área de Reserva Legal, ao proprietário ou possuidor rural não poderá ser imputada sanção administrativa, inclusive restrição a direitos, em razão da não formalização da área de Reserva Legal."

"Art. 15.....

I - O benefício previsto neste artigo não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo, salvo quando a soma das áreas de preservação permanente e de reserva legal exceder à:

a - oitenta por cento da propriedade rural localizada em áreas de floresta na Amazônia Legal;

b - cinquenta por cento da propriedade localizada nas demais regiões do país."

"Art.18.....

.....

§ 4º A partir da publicação desta Lei, fica proibida a exigência de averbação da Reserva Legal no Cartório de Registro de Imóveis."

"Art. 29.

§ 1º A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, que, nos termos do regulamento, exigirá do proprietário ou possuidor rural:"

"Art. 41- É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação." (NR)

"Art. 58 - Assegurado o controle e a fiscalização dos órgãos ambientais competentes dos respectivos planos ou projetos, assim como as obrigações do detentor do imóvel, o Poder Público poderá instituir programa de apoio técnico e incentivos financeiros, podendo incluir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, os imóveis a que se refere o inciso V do *caput* do art. 3º, nas iniciativas de:"

"Art. 59.....

.....

§4° No período entre a publicação desta Lei e a implantação do PRA em cada Estado e no Distrito Federal, bem como após a adesão do interessado ao PRA e enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008 e serão suspensas as sanções relativas à supressão irregular de vegetação.

§5° Cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA ou no termo de compromisso para a regularização ambiental das exigências desta Lei, nos prazos e condições neles estabelecidos, as multas referidas neste artigo serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas conforme definido no PRA."

"Art. 59-A As obrigações constantes nos termos de ajustamentos de conduta relativos à regularização ambiental, assinados com o Ministério Publico na vigência da Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, bem como os acordos firmados nos autos de ações civis públicas, ficam com a exigibilidade suspensa até a instituição do CAR e do PRA, devendo-se adequar seus conteúdos e prazos às disposições desta lei, afastada a aplicação de multas ou outras sanções.

Sr. Presidente, o barulho está insuportável.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Repito o pedido para que todos possam ouvir com atenção. O senhor pode continuar a leitura.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – "Art. 60 A assinatura de termo de compromisso para regularização de imóvel ou posse rural, perante o órgão ambiental competente, mencionado no art. 59, suspenderá a punibilidade dos crimes previstos nos arts. 38, 38-A, 39, 48 , 50, 50-A da Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, enquanto o termo estiver sendo cumprido,"

"Art. 61-A Nas Áreas de Preservação Permanente é autorizada a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

§ 1º A existência das situações previstas no *caput* deverá ser informada no CAR para fins de monitoramento, sendo exigida, nesses casos, a adoção de técnicas de conservação do solo e da água que visem à mitigação dos eventuais impactos.

§ 2º Antes mesmo da disponibilização do CAR, no caso das intervenções já existentes, é o proprietário ou o possuidor responsável pela conservação do solo e da água, por meio de adoção de boas práticas agronômicas.

§ 3º A realização das atividades previstas no *caput* observará critérios técnicos de conservação do solo e da água indicados no PRA, previsto nesta lei.

§ 4º Será admitida a manutenção de residências e da infraestrutura e as atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, inclusive o acesso a essas atividades, independentemente das determinações contidas no *caput*."

"Art. 63 Nas áreas consolidadas nos locais de que trata os incisos V, VIII, IX e X do art. 4º, será admitida a manutenção de atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, bem como da infraestrutura física associada ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris." (NR)

"Art. 66 .....
.....
III .....
§ 5º ou contribuição para o fundo público que tenha esta finalidade, respeitados os critérios estabelecidos em regulamento."

"Art. 78-A Após cinco da data da publicação desta lei, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR."

"Art. 81
Art. 35 A conservação, em imóvel rural ou urbano, da vegetação primária ou da vegetação secundária, em qualquer estado de regeneração, em todos os biomas, cumpre função social e é de interesse público, podendo, a critério do proprietário, as áreas sujeitas à restrição de que trata essa lei serem computadas para efeito da reserva legal e utilizadas, em sua totalidade, para fins de compensação ambiental ou instituição de cota de reserva ambiental (CRA).
Art. 82 Revogam-se as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, 7.754, de 14 de abril de 1989, e suas alterações posteriores à Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973."

Esse é o voto em separado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Muito obrigado.
Passamos, então, à discussão.
Para falar contra o Deputado Bernardo Santana, que é o primeiro inscrito.
O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Para me manifestar a respeito do voto do Relator, o ilustre Senador Luiz Henrique.
Em primeiro lugar, reafirmo a minha maior admiração pelo Senador Luiz Henrique, lembrando com satisfação o verdadeiro ato heróico que esse homem público tomou quando colaborou para que fosse criado o Código Florestal de Santa Catarina, então, o Código Florestal mais moderno no Brasil. Naquele momento, mesmo ameaçado pelo então Ministro do Meio Ambiente de que os produtores seriam perseguidos pela Polícia Federal, afirmou, austero que o Estado também tinha Policia Militar para proteger os seus produtores, que, legitimamente, trabalhavam no solo e produziam comida para a sua gente. Não há como deixar de admirar esse ato.
Pensando neste grande momento histórico, remontamos a nossa historia dentro desta questão da produção rural, do uso e ocupação do solo no Brasil.
O Brasil, no seu descobrimento, começou com Fernando de Noronha e alguns judeus conversos a explorar o pau-brasil. Já naquele tempo a Coroa exigia corte raso de todas essas árvores. Pego esse extremo paralelo do descobrimento do Brasil, até o surgimento do Código de 65, e as posteriores leis que os afetaram. A política...
Sr. Presidente, eu peço a garantia da palavra, com o devido silêncio.
O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso. Por favor, *pode* continuar.
O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Toda a política pública que permeou a História brasileira ao longo da legislação florestal, de ocupação de terra ou de florestas protetoras, como se falava no Império, ela sempre foi de incentivar, de financiar e até mesmo de induzir ao aumento da nossa produção, a reduzir o efeito litorâneo de ocupação brasileira, que predominava a princípio, e de fazer com que os empreendedores se aprofundassem na exploração do interior do País, levando culturas, fazendo agricultura, fazendo a pecuária, fazendo a silvicultura, e assim garantindo uma produção que fosse capaz não somente de sustentar as nossas necessidades internas, importadores líquidos de comida que era. E para isso, basta pensar que um império, como as indústrias Matarazzo, começou com a importação de banha de porco. A garantia do suprimento interno e a garantia do surgimento de um gigante no mercado internacional dentro do agronegócio brasileiro. Este foi o incentivo. É por isso que precisamos ter um respeito muito grande à segurança jurídica, ao ato jurídico perfeito àquela pessoa que, quando produziu, o fez dentro da forma da lei, muitas vezes incentivado ou mesmo financiado pelo Estado; o mesmo Estado que emprestou o dinheiro – e Estado aqui, digo União, Estado e Município – para plantar, via o programa ProVárzea, é o que hoje diz que plantar

em várzea é crime. O mesmo Estado que falou em relação à Amazônia que era "integrar para não entregar", hoje coloca quem não tem mais de 80% da sua propriedade em possessão administrativa como criminoso. Este mesmo Estado que colocava a reserva legal como 20% do remanescente da mata da propriedade, é o Estado que hoje exige índices maiores, sob pena de penalização do produtor rural.

Na medida provisória que ora se aprecia, apresenta-se o presente projeto de lei de conversão. A princípio, eu, como advogado, como estudioso do tema, me sinto até muito tentado a me aprofundar na questão de sua admissibilidade.

Não me conformo, a princípio, com o argumento de que só não se pode editar medida provisória sobre matéria que esteja passível de veto e pendente de veto, seja o veto a uma autorização para que se faça medida provisória de matéria já derrotada no plenário, no mesmo ano legislativo. Porque não posso aceitar que o Executivo tenha prerrogativa que esta Casa mesmo não tem. Desta forma, tenho dificuldades até de pensar nessa admissibilidade, por mais que reconheça a evoluções na medida provisória. Mas eu não acho que o fim justifique qualquer meio.

Mas, ultrapassando esta questão, para o bem da produção rural, para o bem do consumo nas cidades, para o bem da sustentabilidade, para o que tem três pilare: social, ambiental e econômico.

Entendemos que naquele momento de Rio+20 houve um apelo muito grande, apelo que geralmente é feito de forma unilateral, pois me lembro bem que apresentamos na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados uma proposição, para que fosse levada à Rio+20; proposta para que o mundo inteiro, e não somente o Brasil, todos aqueles países que conosco se relacionam, em respeito à bilateralidade, adotassem uma política de revegetação de um percentual que fosse. Sugeríamos até, caro Deputado Lupion, 20%, algo muito brando para um País como o nosso, que exige muito mais.

Pois, veja bem, alcançamos alguma sensibilidade de organismos internacionais ditos de preservação ambiental? Alguns deles de fato o são? E foram lá cobrar essa medida.

Apresentaram uma proposta ao Parlamento britânico de 7%, para aprovar proposta para trazer à Rio+20. Não era uma lei para colocar 7% de reserva legal. Eu encaminhei a todos os membros desta Comissão cópia do jornal britânico que traz a resposta do Parlamento em sua íntegra de que não aprovaria aquela lei que tirava 7% da Inglaterra, por risco de insegurança alimentar.

E dizia mais: como a proposta era para toda União Européia, o que se aplica na Sicília não pode ser aplicado na Itália, em Portugal e na Inglaterra, pelas suas diferenças regionais.

Pois aqui num País continental é da mesma forma. Não se pode aplicar no Sul...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Deputado, eu peço para o senhor encerrar. Nós vamos...

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Eu estou no prazo regimental, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Mas eu vou alterar o próximo prazo regimental.

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Pois é. Mas eu estou no prazo regimental vigente, acompanhando o relógio. Não gastarei nenhum segundo a mais, mesmo contando a interrupção de V. Exª.

Então, o respeito ao ato jurídico perfeito é algo de que não se pode abrir mão.

Lembremos que a Constituição Federal, nossa Carta Magna, coloca como responsabilidade do Poder Público recuperar qualquer área que entenda que seja estratégia para o interesse nacional recuperar. Não passa a terceiros, senão há ato lícito. E ato ilícito não pode ser ilícito com lei que retroage, que passe a ser ilícito depois do ato praticado.

E também, salvo engano, pegue a Lei de 1965 e verá que tínhamos, até então, o art. 6º naquela Lei, que garantia que quando o ente público queria fazer qualquer alteração de revegetação em uma área, fosse ele órgão Federal, Estadual ou Municipal, tinha que pagar. Isso estava no art. 6º da Lei de 1965. Infelizmente, foi retirado do Código Florestal. E hoje, quem paga a conta é apenas quem ainda produz no campo, não só para alimentar as pessoas, mas para exportar, gerar divisa e a matéria prima essencial ao bom crescimento e à boa produção da nossa indústria.

Não existe, nesse Código Florestal, sequer a menção da expressão "crédito de carbono". Participei da rodada em Copenhague. Acompanho esse processo há muito tempo. Em minha carreira profissional, participei da primeira aprovação de um projeto de crédito de carbono em nível industrial, uma substituição de combustível fóssil por biomassa. E é exigência legal que se tenha ao menos a menção da palavra e o reconhecimento do mecanismo, para que o País possa adotar e praticar essa política no seu território e haja projetos.

Sinto nesse processo... e isso não é responsabilidade, quero repetir, do Relator, Senador Luiz Henrique, porque desde o início S. Exa. pegou um processo extremamente viciado, porque é um processo que prestigiou pouco, na minha modesta opinião, a técnica, a opinião do amparo técnico, tanto é que há a tentativa de se fazer uma régua, uma lei reta, igual, idêntica para todas as condições diferentes desse imenso Brasil: num terreno argiloso, num terreno arenoso, numa região de estresse hídrico, em outra que chove todo dia, numa área montanhosa, numa planície ou numa chapada, tudo o que se aplica é o mesmo.

Uma lei como essa peca pela inteligência, peca pela falta de técnica e de responsabilidade com a própria sustentabilidade. Em muitos lugares, se cinco metros serão suficientes no recuo de um rio, em outros será necessário algo muito maior do que isso. Mas, não. Foi praticada apenas a régua reta.

Temos aqui, também, algo que quero deixar bastante frisado, até para discussões futuras, para constar das nossas notas taquigráficas: uma ofensa praticada contra a Lei Complementar nº 95, de 2008, ao colocar, no art. 1º, princípios que informam, com subjetivismo, essa norma e que podem levar a interpretações persecutórias em face das pessoas que querem, precisam e têm o direito de buscar nessa lei sua segurança jurídica e a continuidade da produção de suas atividades. Dentro desses princípios, cito o exemplo do inciso II: a reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária, do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida, e assim vai.

Penso que aqui deveríamos colocar na agropecuária, porque este Código não atingirá apenas a agropecuária. Em vários momentos, quando ele quer falar de floresta plantada, ele usa agrosilvopastoril. O programa ABC usa agrosilvopastoril. Aqui, floresta está em outro conceito. A mineração é atingida por este Código. Ela também se reporta a ele. Talvez, seria muito mais sensato falar em setor primário em se admitindo falar em princípios no art. 1º. Com toda a vênia, sou obrigado a discordar da possibilidade, porque afronta a lei complementar que determina a forma de se legislar, a já citada Lei Complementar nº 95, de 2008.

Por isso, com todo respeito ao Relator, que, dentro do que encontrou possível nas negociações com o Governo e dentro da negociação nesta Casa, fez o seu relatório, gostaria de dizer que podemos avançar mais e, com todo respeito ao Relator, com todo respeito que esse grande homem público merece, encaminho, peço, faço aqui essa sustentação em favor do voto em separado do Deputado Abelardo Lupion, o que demanda, infelizmente, da rejeição, a princípio, do relatório do Relator, Senador Luiz Henrique. É como faço aqui a minha discussão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Próximo inscrito...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Questão de Ordem, sim.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Art. 13 do Regimento Comum: "Apresentado o parecer, qualquer membro da Comissão Mista poderá discuti-lo pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos, uma única vez, permitido ao Relator usar da palavra, em último lugar, pelo prazo de 30 (trinta) minutos." Fica claro, no art. 13, questão de ordem que faço a V. Exa., que tenha todo membro da Comissão o direito de utilizar o seu tempo até 15 minutos. Ele pode usar 10, 5, 12, quanto quiser, mas é prerrogativa garantida no Regimento o tempo mínimo. Como

tal, eu gostaria que V. Exa. garantisse a todos aqueles que desejarem os 15 para poderem aqui fazer a sua discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso. Obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, para "adendar" a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – É verdade que a qualquer membro é assegurado. O prazo é de até 15 minutos para o orador. No entanto, o art. 275, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal determina que, após a intervenção de três Senadores a favor e três contra, pode ser encerrada a discussão.

Portanto, queria só fazer esse adendo para que, se algum membro da Comissão requerer o encerramento da discussão, isso possa ser feito, sem prejuízo da questão de ordem do nobre Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Senhores, eu ouvi as manifestações das questões de ordem, e nós precisamos fazer a discussão, só que quero consultar os senhores, porque essa decisão temos que tomar. Geralmente, nas mesas, nos plenários, abrem-se as inscrições a favor e contra. Aqui, foi aberta pela Secretaria uma única folha. Então, precisamos administrar essa questão, porque ela é do Plenário, é de responsabilidade do Plenário.

Então, o assessor fez a consulta para ver como cada um se posiciona, e eu queria decidir junto com os senhores que a gente tem que respeitar o Regimento – poderá usar até 15. Depois, nós podemos decidir. Se alguns falaram no prazo, nós podemos fazer, via requerimento de solicitação, para encerrar a discussão, se tiver falado o número mínimo que está no Regimento. É isso que precisamos observar. Agora, o acordo que nós precisamos fazer aqui é o seguinte: ou se fala na ordem, ou se fala um a favor e um contra.

O SR JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Alternado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Alternado, na ordem dos inscritos, obviamente. Tudo bem?

Então, a favor do relatório do Senador Luiz, o Deputado Heinze é o próximo inscrito. Foi essa a sua inscrição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) –Sr. Presidente, colegas parlamentares, havia aí um impasse com relação a favor e contra. Nós estávamos achando que era o relatório do Lupion, mas vamos falar a favor do Senador Luiz Henrique. Já me manifestei ontem e vou voltar a falar. Entendo o seu esforço, Senador. Vou fazer algumas colocações.

Sou engenheiro agrônomo, sou técnico agrícola, sou produtor rural, tenho uma vida dedicada a esse setor. Sei que o Senador Jorge Viana trabalhou

muito nesse tema. Infelizmente, sobre essa questão, no Brasil temos muitos entraves.

Senadora Kátia, queria cumprimentá-la pelo lançamento do programa, juntamente com o Rei do Futebol, Pelé, fazendo alusão a nossa agropecuária brasileira.

Esse seria o momento extremamente importante, Senador Moka, em que poderíamos resolver questões e avançarmos no processo. Fazendo uma comparação, a China produz praticamente quatro vezes o que produz o Brasil e tem apenas o dobro, Senador Luiz Henrique, da área cultivada pelo Brasil, sem contar as florestas. As florestas, eles têm onze vezes mais do que o Brasil

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Presidente, eu gostaria de ouvir – está certo? – a discussão do Deputado Heinze. Realmente, eu gostaria que V. Exª pedisse àqueles que querem conversar, o corredor está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Já está solicitado. O Deputado Heinze está com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Nesse caso específico, nós teríamos uma oportunidade nesse relatório e não teremos outra, a não ser que façamos outra lei. Existe uma lei sobre irrigação nesta Casa, que não pode ser alterada. Já foi do Senado, foi para a Câmara, voltou para o Senado. Não pode acrescentar mais nada. Aqui nós teríamos oportunidade sobre essa questão da irrigação e outras questões mais. O Brasil tem que fazer isso. E o que nós vimos aqui, neste relatório, o meu descontentamento, não apenas nesse relatório, mas, na própria lei já sancionada pela Presidenta Dilma, há várias pegadinhas.

O Deputado Colatto vai falar, depois, da convenção de Ramsar, de que o Brasil foi signatário. Nessa convenção, destacam-se onze áreas úmidas no Brasil. Nesse relatório, Senador Blairo Maggi, todas as áreas úmidas do Brasil estão condicionadas. O Brasil assinou um acordo internacional e colocava onze áreas. Aqui, qualquer área úmida fica ao julgamento de qualquer burocrata de plantão, de qualquer Estado, ou mesmo dos órgãos federais. Esse tipo de coisa entrava o crescimento do Brasil. O Brasil tem, hoje, o que a China não tem. Nós temos sessenta milhões de hectares plantados, Senadora Kátia Abreu, com grãos, por exemplo. Nós podemos plantar duzentos, trezentos milhões, além da área de pecuária, além das áreas de floresta, com cana, com tudo que o Brasil tem, nenhum país do mundo tem. Agora, da forma como estamos, levaremos muito tempo para chegar a quatrocentos, quinhentos milhões. O meu colega engenheiro agrônomo aqui está, o Marquezelli. Nós poderíamos chegar a quatrocentos, quinhentos milhões facilmente. Mas, dessa forma, nós já estamos há muitos anos com 130, 140, 150, e vamos dez para lá e dez para cá. Não conseguimos avançar justamente pelos entraves que foram colocados, não só apenas nesse relatório. Eu sei que há outros interesses, Deputado Giovanni Queiroz.

Se falar em Brasil, dá pra lembrar os interesses que havia contra o Brasil. Um conterrâneo meu, do vosso partido, Getúlio Vargas, já tinha interesse

na Amazônia, isso lá nos anos 40, anos 50. Quando ele segurou aquelas fronteiras do Acre, Rondônia, Roraima, tinha outro interesse. Já nos anos 50, da mesma forma. E, hoje, neste século, nós estamos sofrendo os mesmos interesses pela concorrência. E tem gente, nesta Casa e no próprio Governo, que se presta a isso.

O Brasil, sem sombra de dúvida, Senadora Kátia, será a maior potência, se nós tirarmos esses entraves que estão colocando, como nesse relatório, especificamente. O Brasil pode fazer isso. Temos clima, temos solo, temos água. A China tem 4,8% da água doce do mundo e o Brasil tem 15%. Imagina que eles produzem muito mais do que nós porque eles sabem utilizar a água. Sessenta milhões de hectares irrigados, enquanto nós temos cinco milhões. Desse jeito, quando é que nós teremos vinte ou trinta? Não sei quando, pelos entraves que são colocados nesse relatório e em tantos outros. Por isso, é muito importante que a gente possa prestar atenção.

Falei na Convenção de Ramsar e vou falar noutra convenção. O Brasil, Srs. Senadores e Srs. Deputados, assinou um tal de Acordo de Adicionalidade. Os ambientalistas que aqui estão sabem disso. Por esse Acordo de Adicionalidade, o Brasil, talvez muito mais do que o pré-sal, nós poderíamos cobrar pelas florestas existentes. Imagina só o Estado do Amazonas, com 150 milhões de hectares de floresta intacta, desde que o mundo é mundo, só no Estado do Amazonas. Agora, imagina se a gente cobrasse serviços ambientais de toda a área florestal do Brasil. Não podemos cobrar porque a lei diz – é o tal do princípio de adicionalidade, Senador Luiz Henrique – que, dentro da propriedade, eu tenho que ter 80% de reserva legal, eu tenho que ter tantos por cento de APP, 35% ou 20%. Eu não posso cobrar dessas áreas. Essas áreas... O Brasil assinou, num acordo internacional. Talvez por aí, Senador Blairo Maggi, que um dia alguém colocou 80% quando era 50% de reserva legal no seu Estado, por exemplo. No meu Estado, que era zero, colocaram 20%, porque não tinha reserva legal.

Por essas questões, eu chamo atenção. Estamos para votar. É histórico para o Brasil. Nós estamos defendendo a soberania do nosso País. Por isso, não podemos aceitar que ONGs internacionais venham se infiltrar muitas vezes nos nossos Ministérios e nos governos, não apenas nesse. Já no de Fernando Henrique, quando criou a reserva legal, foi ele que criou a reserva legal. Passou pelo Lula, estamos hoje com a Dilma, e a história é a mesma se repetindo.

Por isso, temos essa responsabilidade, hoje, ao votarmos esse relatório, Senador Luiz Henrique, de procurarmos avançar. Avançar pelo Brasil, para um setor extremamente importante. É agora. Saímos com a Senadora Ana Amélia Lemos da questão da suinocultura, gente que paga para trabalhar, quebra trabalhando, não é explorando. Está ali o caso mostrando R$70,00, R$80,00 por cada suíno produzido. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, no ano passado, e no seu Estado, Santa Catarina, Senador Luiz Henrique, Estados que produzem 80% do arroz, cada rizicultor perdeu R$6,00 a R$7,00 por saco. Hoje, nós estamos

comemorando porque estamos empatando no custo de produção e o preço de comercialização.

Por essas questões todas é que eu chamo atenção. Nós tínhamos oportunidade e temos ainda oportunidade ao votar esse relatório e procuramos nos destaques avançar naquilo que for possível pelo nosso País, pelo nosso Brasil, e não aceitarmos que alienígenas venham aqui dentro do Brasil dizer o que nós brasileiros temos que fazer.

Portanto, vou falar, estou falando favoravelmente porque sei do seu empenho, Senador. Sei de todo o trabalho que o senhor fez tentando resolver questões cruciais, mas, infelizmente, existe gente que se contrapõe a essas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado Heinze.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Regimento Comum. Art. 39, § 1º, em resposta ao Senador Pimentel.

A discussão poderá ser encerrada, a requerimento escrito de Líder ou de dez membros de cada Casa, após falarem, no mínimo, quatro Senadores e seis Deputados. Como tal, prevalece sobre o Regimento do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso. O próximo inscrito...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Mas eu acredito, com a imparcialidade de V. Exa., que V. Exa. dará espaço a todos aqueles que estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O próximo inscrito para falar contrário é V. Exa., Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, essa matéria, indiscutivelmente, é uma matéria polêmica. Mas o interessante é que existe um entendimento para avançarmos no Código Florestal. Depois que se escreve a primeira lauda vêm todas as contestações. E aqui eu tenho que reconhecer a habilidade do Senador Moka, que, quando essa matéria tramitava pela Câmara dos Deputados, teve a lucidez, o estalo de trazer para esta discussão um parlamentar que não fazia parte de tendência alguma, do ponto de vista pró-ambientalista, pró-produtor rural, pró-meio urbano. Não. É um estudioso, um parlamentar altamente conceituado, culto, preparado, respeitado nacionalmente, que é o Deputado Aldo Rebelo.

Mas o mais importante é que o Deputado Aldo Rebelo teve a humildade de realmente calçar as sandálias da humildade e caminhar o Brasil. Não ficou sentado no gabinete lá na Câmara dos Deputados. Ele saiu percorrendo o Brasil, visitando cada Estado, cada região, cada bioma, conversando com o

sertanejo, conversando com o pantaneiro, conversando com o cidadão do Pampa, da divisa do Brasil, no extremo norte, enfim, foi aquele homem que, realmente, sabendo da importância do projeto, soube buscar aquilo que chamamos de Brasil real – Brasil real. Ele soube interpretar aquilo que o cidadão comum pôde mostrar a ele: como é a vida no campo, como é a realidade do dia a dia. E, com essa humildade, esse homem, sem dúvida alguma, voltou à Câmara dos Deputados e elaborou um relatório que, indiscutivelmente, é algo com que todos nós, não só os que o reconhecemos, como o Brasil todo, ficamos impressionados por sua independência intelectual e moral. A independência do Deputado Aldo Rebelo é algo que tem que ser enaltecido neste momento em que estamos discutindo.

E quais foram as palavras de Aldo Rebelo no momento em que ele relatava, na Câmara dos Deputados, este projeto? Ele disse, com muita clareza, Deputada Jô: "Jamais contará com a minha assinatura um projeto para expulsar o homem do campo, aquele que verdadeiramente está lá, trabalhando, produzindo e sustentando este Brasil". O Brasil hoje não é a República Federativa do Brasil. Hoje, é a República Federativa das montadoras do Brasil. É a República Federativa do BNDES. Não é a República Federativa do Brasil que trabalha. Hoje, o Brasil que trabalha não tem nenhum apoio.

Este Governo fez dezenas de reuniões. Até me causou estranheza, pois dizem que um projeto, para passar pelo Planalto, tem que passar por uma sessão de espancamento. Publicado na mídia. Eu já vi tudo quanto foi requerimento de urgência, de preferência, de aditamento, mas sessão de espancamento, primeira vez. Este projeto foi para a sessão de espancamento, lá dentro do Palácio do Planalto. Por quê? Porque as ONGs, quando se colocou o Heinze, pressionavam para que o Brasil fizesse o Código Florestal de acordo com a vontade de outros, como um país colonizado, que, infelizmente, ainda tem aquela submissão de achar que outros podem determinar, Heinze. E aí nós vimos aquilo tudo que foi colocado na Câmara dos Deputados, que passou a ser um princípio maior, passou a ser a coluna vertebral do projeto, aquilo que nós chamamos de área consolidada. Isso é aquilo que, com a inteligência do Deputado Aldo Rebelo, nós conseguimos trazer para a Casa, aquilo que é o respeito à área consolidada. O cidadão está produzindo. Não vou ser aqui repetitivo às palavras de oradores que me antecederam, para explicar que, em vários momentos, Deputado Bernardo – V. Exa. relatou bem –, nós tínhamos o incentivo para drenar as várzeas do Brasil; nós tínhamos o incentivo para explorar as margens dos rios pela calamidade do momento, que era a malária; nós tínhamos, sem dúvida nenhuma, o incentivo para avançar cada vez mais naquelas regiões onde o Brasil realmente não estava produzindo, e, como colocou muito bem V. Exa., a renda familiar era gasta em torno de 60% para o cidadão ter a cesta básica na sua mesa.

Este Brasil com a Embrapa, este Brasil com a tecnologia, com a pesquisa e com a ciência, com o qual aprendi... Aprendo muito. Eu sou uma pessoa que tem a humildade de ouvir e de aprender.

Ouvi uma conferência na CNA, em que os cientistas da Embrapa demonstraram a todos nós que a situação das APPs, das Áreas de Preservação Permanente, não é uma regra rígida, fixa por nenhum iluminado de Brasília – está cheio de iluminados aqui em Brasília –, no sentido de definir qual é a extensão de uma APP. Uma regra única. Quem conhece o agreste nordestino sabe disso. O curso d'água é intermitente. E, de repente, iluminados dizem: "Lá tem que ser dez metros em torno do curso d'água". "Mas, dez metros como, doutor? Nós nem temos água! O rebanho morreu. Eu estou mudando para a cidade. Se eu tiver sorte de ir para Vitória da Conquista, eu vou ter vinte litros d'água para viver três dias".

E o Governo não convoca ministros, o Governo não convoca o BNDES, o Governo não incentiva o produtor rural. Nada! Mas, para espancar o projeto da Câmara, foram várias reuniões de ministros.

Morreram sertanejos, o rebanho foi dizimado, a seca implantou a calamidade em mil e duzentos Municípios, e o Governo não enxergava aquilo. O Governo enxergava a necessidade de atender às ONGs, de ir para a Rio+20, para não poder ali irritar a Hillary Clinton ou os representantes asiáticos. Bom, mas vamos aos fatos. Com isso, então, a Câmara dos Deputados teve o bom-senso, teve aquilo que...

Eu hoje gostaria de chamar o nobre Senador Luiz Henrique de Governador Luiz Henrique, pela coragem dele de enfrentar a estrutura federal e dizer alto e bom som: "Aqui, no meu Estado, o artigo constitucional que garante a todos nós essa prerrogativa do direito concorrente vai prevalecer. Aqui, no meu Estado, eu vou ouvir o cidadão catarinense, e vamos elaborar um plano ambiental, para que se possa respeitar o clima, respeitar o ambiente, a produção, com base científica".

Agora, eu pergunto: qual é a base científica que existe? Onde vamos imaginar que a largura dessa mesa seja um curso d'água?

Do lado de lá, um produtor rural que tenha um módulo fiscal. Ele tem que ter cinco metros. Do lado de cá, um produtor rural que tenha, do mesmo curso d'água, onze módulos fiscais. De cá, cem metros. Do outro lado do curso d'água, cinco metros. Do lado de cá, do mesmo curso d'água, cem metros. Qual é a base científica? Isso é demagogia! Isso é populismo! Quer dizer, um cirurgião vai dizer o seguinte: "Nesses pacientes vou fazer assepsia para operá-los; esse aqui não precisa. Para esse, eu preciso de um centro cirúrgico; esse aqui vou operar no corredor".

O que é isso?! Como é que o Senado pode criar um texto que cria a indústria da multa no País? Isso é indústria da multa! Eu desafio qualquer Senador a escolher uma média propriedade no Brasil e implantar esse relatório na

propriedade. Implantar com as exigências que há, com tudo aquilo a que o cidadão está subordinado nos órgãos ambientais, a todas aquelas licenças que ele tem que obter.

Infelizmente, o Deputado Irajá não está aqui para me passar os dados do levantamento que ele fez do Tocantins. Só para poder ter uma atividade de exploração numa propriedade rural, são mais de seis licenças, em valores que extrapolam mais de R$50.000. Cinquenta mil reais, Senador Rollemberg! A vida como ela é.

Como é que um produtor rural vai dar conta de, a cada dia, a cada ano, apresentar um Plano de Manejo Florestal que, numa propriedade de 100 hectares, custa mais de R$48.000? Que renda é essa?

Então, o que nós precisamos fazer é votar algo que possa ser autoaplicável, para que o cidadão não fique naquela situação: Pelo amor de Deus, eu não posso ser fiscalizado, porque, se eu for fiscalizado... Com raras e honrosas exceções, Sr. Presidente, Srs. Relatores! Com raras e honrosas exceções!

Talvez os grandes grupos, as grandes empresas poderão atender às exigências que estão sendo feitas aqui ao produtor rural, retirando a prerrogativa do Estado de legislar, porque à União cabe regra geral. Desde quando 5 metros e 10 metros são regras gerais? Cabe ao Estado decidir. O Cerrado é diferente do Agreste, que é diferente do Pampa, que é diferente do Pantanal, que é diferente da mata amazônica, que é diferente da Mata Atlântica. Que iluminado é esse que tem uma tese só que atende a todos? E aí todos terão que cumprir de uma maneira engessada aquilo que eles querem para o Brasil.

Mas ninguém diz, Sr. Presidente, que nós atingimos isso tudo com 236 milhões de hectares, num Brasil de extensão de 851 milhões de hectares de terras. Esta é a realidade produtiva.

O Brasil, hoje, só pode bater no peito e dizer que pagou dívida externa. Não pagou nada! Quem pagou foi o produtor rural, com a sua produção e superávit na balança comercial. Não pagou com indústrias, não pagou com serviços, não pagou com tecnologia, não pagou com as indústrias montadoras em São Paulo e no ABC Paulista, que são atingidas por todas as benesses deste Governo e pelo BNDES.

Nós estamos vendo um produtor rural hoje sucumbir aos cartéis montados e muito bem avalizados e com participação direta do BNDES. Quem desconhece hoje o cartel da carne, dos insumos? Foram escolhidas pessoas que deveriam sobreviver, recebendo injeção direta do dinheiro do Tesouro, subsidiado. E o produtor rural tendo que comprar a preços abusivos.

Qual é a garantia dada? Qual é a política agrícola que existe? Qual é o benefício que há de 20% da sua propriedade estar lá arrestada, sem poder ser utilizada, e a sua APP podendo atingir quase 40% ou 50% da mesma propriedade?

São essas injustiças, Sr. Presidente, pelas quais não podemos fazer aqui cara de paisagem e dizer: olha o que é possível. Não. A nossa representatividade aqui nos impõe a obrigação e o direito de contestarmos regras que não sejam aplicadas e que não possam ser; que oneram o cidadão que trabalha e que não tem como arcar com as despesas que esse projeto lhe impõe.

Esse projeto é a indústria das multas. Aí sim!

Sei da impaciência de V. Exª, mas faltam 2 minutos, Presidente.

Para concluir, quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O seu tempo está encerrado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Faltam 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, não, seu tempo está encerrado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – 14h13min, 14h15min.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, não, é a nova modalidade agora. Eram dois segundos.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Era o quê?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eram dois segundos. Encerrou o seu tempo. A máquina está marcando para todos. Eu lhe dou um minuto para concluir o seu pensamento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu olhei nesse relógio atrás do senhor. Eram 14 horas e são 14h13min.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Esta é a marca. Eu marco para todos. É um aparelho aqui do Senado, e o senhor não haverá de duvidar do relógio aqui do Senado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO)– Então, para concluir, Sr. Presidente, queria dizer que o meu voto é contrário, com a esperança de que, sem dúvida nenhuma, vai prevalecer o bom senso, vai prevalecer a vontade do cidadão comum, pobre, que não tem como estar aqui para dizer quantas multas lhe foram impostas e que não tem como arcar com elas.

É com isso que tenho o espírito de que esta Comissão poderá refletir, resgatar aquele que é o conceito da terra consolidada e dar tranquilidade e paz ao homem do campo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado Caiado.

Próximo orador Senador inscrito é o Senador a favor, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu não vou ocupar os 15 minutos porque sei que há vários colegas que precisam viajar na tarde de

hoje. Mas eu gostaria de aqui elogiar o trabalho do Senador Luiz Henrique e de V. Exª na Presidência.

Sei, todos nós sabemos, que a tarefa de agasalhar todos os interesses dentro de uma única lei como essa, uma lei tão importante para o desenvolvimento do País e para a manutenção das atividades agrícolas, não é uma tarefa fácil.

Eu mesmo saio desse embate, não com todas as coisas que gostaria de ver colocadas nessa lei; abro mão de muitas coisas por que deveria trabalhar mais, brigar mais para conseguir. Mas sei que, numa lei, estamos fazendo o possível, não aquilo que nós desejamos ou queremos ou as nossas regiões diferentes no Brasil, que têm especificações diferentes e têm demandas diferentes.

Eu, que particularmente vivo no Centro-Oeste, mas no Centro-Oeste junto da Amazônia e do Estado do Mato Grosso, do qual fui governador por dois mandatos, também a exemplo do Senador Luiz Henrique, e tive de fazer meus embates com o sistema do meio ambiente porque, da forma como estava, era impossível e inviável de ver os agricultores, os pecuaristas, enfim, o campo trabalhando com uma certa tranquilidade.

Chegamos a ponto de ter que requerer e também fazer uma lei estadual em que chamamos o nosso programa de MT Legal, de Mato Grosso Legal, que nasceu de uma experiência chamada Lucas Legal, de Lucas do Rio Verde Legal, onde um grupo de produtores se reuniu para tentar resolver os seus problemas. E o estado de Mato Grosso, então, chamou para a mesa de negociação todos os atores envolvidos nessa área: Ministério Público Federal, Estadual, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, os Senadores, o Executivo Estadual, todos os agricultores, pecuaristas. Colocamos todos numa mesa e dissemos: "Não é mais possível continuarmos da forma como estamos. E a partir dali, nós tiramos um rumo a ser seguido, com regras balizadas pela regra nacional, mas que nos dava uma certa tranquilidade para trabalhar. E o que nós vemos nesta lei que estamos hoje aqui discutindo, na medida provisória, e já levada a cabo na lei que foi sancionada, é algo muito parecido com o que foi feito no MT Legal. Criando condições e dando tranquilidade àqueles que produzem e que estão no campo de terem no mínimo uma tranquilidade para trabalhar.

Quando o Presidente Lula assinou o decreto obrigando a recomposição vegetal e a reserva legal, nas demais regiões além da Amazônia – se não me engano, foi em 2008 que ele fez isso e a gente vem prorrogando ou vinha prorrogando –, no dia em que o Presidente Lula fez isso, eu sei que o resto do Brasil chorou, mas nós, da Amazônia Legal brasileira, comemoramos. E comemoramos, Luiz Henrique, porque sabíamos que, a partir daquele decreto, nós, o Brasil inteiro, teríamos que achar uma solução. A solução que nós tínhamos achado para Mato Grosso era manca, ela ainda era pendurada, ainda havia risco, de um momento para o outro, de ela cair. Portanto, comemorei no dia em que o

Presidente Lula emitiu o decreto dando prazo de regularização de todas as propriedades rurais brasileiras.

Assim, nós da Amazônia Legal, nós, do Centro-Oeste, e mais do Centro-Oeste ligado ao Norte, à Amazônia Legal, estamos hoje, aqui, para dizer: estamos satisfeitos com aquilo que nós conseguimos.

É claro que eu queria poder usar da floresta 50%, como foi no passado, mas esse é um assunto, Senador Jorge Viana, que não cabe neste momento e não passa neste momento, mas eu não tenho dúvida nenhuma, Srs. Senadores, Deputados Federais, de que, num futuro não muito distante, a população mundial, outros países virão ao Brasil ou virarão para o Brasil e dirão: "Vocês terão de fazer um novo zoneamento das suas atividades, das suas áreas de florestas, porque o mundo vai precisar de mais alimentos daquilo que nós precisamos hoje."

Mas acho que eu, como agricultor, não vou... Não é que eu acho, eu, como agricultor, desisti de brigar, de ficar abrindo cada vez mais áreas, porque no tempo em nós abríamos mais áreas, os preços caíam e o porrete, na nossa cabeça o tempo inteiro. Então, nós vamos inverter essa posição.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que eu ainda virei, ou ainda verei essa mudança de postura no Brasil, onde nós temos, ainda, grandes maciços de florestas, ou ao redor da fralda da Floresta Amazônica.

Onde temos infraestrutura, onde temos conhecimento agrícola, onde temos tecnologia, nós vamos ver uma mudança, ainda, no zoneamento, pedindo para que a gente possa abrir um pouco mais de espaço.

Podemos fazer isso, porque com a experiência que tem a ciência, hoje... Alguns Senadores visitaram comigo uma propriedade em Querência, onde 50% da propriedade são abertos e 50% da propriedade são fechados, têm suas reservas. Dessa propriedade, a ciência diz o seguinte: que todas as espécies vegetais e todas as espécies do reino animal estão presentes. Não há qualquer tipo de prejuízo para a biodiversidade, o que nós podemos fazer nessa direção, mas, como eu disse, essa não é a discussão.

Para mim, como Centro-Oeste e amazônida, quero dizer que estou satisfeito com o que nós estamos discutindo. Sei que poderíamos avançar mais, sei que tem coisas que podemos mudar, mas, para quem estava numa situação tão complicada em 2008, até 2010, onde nós estamos chegando com o seu relatório é a um lugar de muito tranquilidade.

Quero cumprimentá-lo e esclarecer que o meu voto é favorável ao seu relatório, porque sei que V. Exa., junto com o Presidente e os demais que participaram, está fazendo o melhor que pode ser feito neste momento.

Parabéns, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, que, de fato, tem colaborado na busca de um entendimento, de uma solução para um tema tão caro para o Brasil, para os

recursos naturais e, também, para todos aqueles que querem seguir produzindo dentro da lei.

Com a palavra, agora...

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Senador, eu estou inscrito em que lugar? Por favor, Deputado Lupion.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Um minutinho.

O próximo inscrito, Deputado, agora, é o Deputado Colatto, falando contra.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – O próximo é Giovanni Queiroz, não?

O SR. MÁRCIO MACEDO (PT – SE) – O próximo é Márcio Macedo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – A questão é que V. Exa. é o proponente do voto em separado, apresentou o voto...

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Eu apresentei o voto, mas não fiz nenhum comentário, justamente esperando o meu momento...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – A inscrição do Presidente...

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – ...para poder fazer a inscrição, para poder falar.

Eu já estava inscrito, eu só apresentei o voto e o relatório para deixar os comentários para os meus 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Bem, eu volto a inscrever V. Exa.

Com a palavra, o Deputado Colatto, pelo tempo regimental de 15 minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Como falou um Senador a favor, não seria razoável algum outro Senador contrário, se porventura estiver inscrito? Porque nós iríamos fechando as listas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – O certo é que nós não temos... O Presidente estava dando um procedimento, que nós estamos trazendo até aqui, de um contra e um a favor, independentemente de ser Senador ou não, porque nós temos, no Senado, uma posição mais favorável.

O SR. BERNARDO SANTANA (PR – MG) – Pela ordem, Presidente. Seria até interessante procurarmos um Senador contrário para falar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Pois é.

Então, segue, por gentileza, o Deputado Colatto com a palavra.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sras. e Srs. Deputados, Senadores, Relator, meu ex-governador e Senador Luiz Henrique, eu, na verdade, gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Por gentileza, vamos dar atenção ao Deputado que está com a palavra, Deputado Colatto.

Por gentileza, Deputado.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Gostaria de ser como o Deputado Blairo Maggi, que não precisa mais abrir terra. Não é? Porque tem tanta. Então, não precisa realmente. Está tudo compensado, bonitinho, lá. *(Pausa.)*

Não é Santa Catarina, Senador. Por isso, estamos lutando aqui. É diferente do Centro-Oeste, do Mato Grosso, da Amazônia, que tem terras. Quem chegou primeiro levou vantagem: compensado, tudo certo, tudo certo.

Sr. Presidente, eu queria aqui dizer que me inscrevi também para comentar essa questão do Código. Não é uma posição contrária ao Senador Luiz Henrique. Ele sabe a minha posição.

Eu queria que os Senadores e Deputados do Brasil, neste momento, esquecessem que aqui tem um humilde Deputado, originário da roça. Sempre disse que eu saí da roça, mas a roça não saiu de mim. Por isso, às vezes, o pessoal diz que eu sou meio temperamental, mas, na verdade, eu sou um cara indignado com o que acontece com a agricultura, o que se faz com os agricultores deste País, com os agricultores. Por isso, peço à Senadora Kátia Abreu que nos ajude, dentro da CNA, para que nós possamos levantar o impacto que vai dar esse projeto no Brasil, em cada Estado, em cada município, em cada propriedade, porque quem vai pagar essa conta chama-se agricultor brasileiro.

Quando fizeram a Rio+20, procuraram no mundo quem financiasse a regularização ambiental do mundo. Não acharam. Não acharam, ninguém quis fazer isso. Mas era só alguém dizer lá que o Brasil já sabe a solução. O Brasil já sabe: são os agricultores brasileiros, que vão pagar a conta. É só pegar esse projeto, ler o projeto e ver que tudo é debitado na conta dos produtores rurais; de nenhum ambientalista, com certeza. Nenhum ambientalista vai pôr um centavo nisso. Viu, Senador Rodrigo Rollemberg? Ninguém vai pôr um centavo. A agricultura brasileira foi escolhida para pagar a conta da regulação ambiental do maior projeto ambiental e florestal deste planeta.

E digam vocês o número que quiserem, porque o Governo não teve competência para colocar os números na mesa, dizendo qual é o impacto que vai haver na implantação desse Código Florestal. Ninguém, Senador Rodrigo! Ninguém! Nem a Embrapa! Se deu, não tornaram público.

O Ministério do Meio Ambiente diz que são 33 milhões de hectares de impacto que estão sendo ocupados pela agricultura e pecuária; o Ministério do Desenvolvimento Agrário diz que são 30 milhões, Deputado Marquezelli; o Ministério da Agricultura tem um documento do ex-ministro Wagner Rossi, por escrito, num pedido de informação, dizendo que são 85 milhões de hectares que estão sendo ocupados por APP e reserva legal no Brasil. Esses são os dados que tenho, Senador Luiz Henrique.

Em Santa Catarina, eu tenho dados de um técnico da Embrapa dizendo que são 200 mil hectares que vão ser retirados de APP e reserva legal.

Documento de um técnico da Embrapa. Isso representa um milhão de tonelada de milho a menos que Santa Catarina vai ter. Dos dois milhões que importa, vai importar três milhões de toneladas. É um número para pensar, para raciocinar.

Eu queria falar não como Deputado, mas como engenheiro agrônomo, conhecedor profundo dessa área da agricultura e estudioso e apresentador do Projeto nº 5.367, que é Código Ambiental brasileiro. As duas Casas olimpicamente esqueceram, mas era Código Ambiental, não florestal. Por que, Deputado Caiado, foi florestal? Porque a floresta está na área rural. Quem é o culpado? Tinham que achar um culpado no meio ambiente. É o agricultor. A floresta está lá na agricultura, não está no centro da cidade. Encontraram o agricultor, esse bandido que está produzindo comida para o Brasil. Viu, Giovanni Queiroz?

São essas questões que nós temos que discutir.

Eu quero discutir com os Senadores, meu colegas Deputados, o *day after*, o dia depois desse projeto aprovado, aquele que a Câmara aprovou, que o Senador aprovou, que voltou para a Câmara e que a Presidente Dilma vetou e que, agora, nós temos outro relatório aqui.

Não vou discutir a questão de ser bonzinho ou não ser bonzinho com Deputado e Senador. Eu quero ser justo com os produtores brasileiros. É isso que nós temos que fazer.

Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte, quando esse projeto chegar a nossa agricultura, dentro da porteira... Os Senadores e Deputados que estão fazendo e aprovando esse relatório, que estão sendo aplaudidos pelo Brasil, estão sendo aplaudidos porque as pessoas não conhecem a profundidade dos conceitos e dos princípios inseridos espertamente pelos ambientalistas nesse projeto. É isso que está acontecendo. Quando pego isso – e sou um engenheiro que trabalha nesse processo – e levo numa propriedade, eu me arrepio e digo: "Não posso votar esse projeto". Porque amanhã, quando eu voltar lá no produtor, ele vai me dizer: "Vocês fizeram a coisa errada e deixaram a conta para nós pagarmos". E foi isso que eu fiz, Senador Luiz Henrique, lá na Copercampos, na sexta-feira passada, com mais de 500 produtores. Quando, explicando o que é o CAR – Cadastro Ambiental Rural, o que é o PRA, o que é um TAC, que vai ter que assinar, Termo de Ajuste de Conduta, quando disse para ele que a não aplicação dessa lei é o uso irregular da propriedade, portanto, de execução sumária para o nosso produtor, ninguém fala isso lá fora, mas o produtor vai ter que pagar essa conta, o produtor vai ter que pagar essa despesa. Quando eu falei isso, simplesmente disseram: "Deputado, pare de falar. Se vocês estão aprovando isso, rasguem e joguem no lixo, porque vocês vão nos prejudicar, nós não temos como assumir isso".

É disso que estou falando, Srs. Senadores e Deputados, é disso que eu estou falando e é disso que já falei bastante com meu querido Senador Luiz Henrique, que sabe muito bem, se não tivesse tomado uma decisão sábia lá em

Santa Catarina e batido na mesa e dito: "Se aplicar o Código Florestal Brasileiro em Santa Catarina, 80% das propriedades serão inviabilizadas e eles disseram: "Não, não vai ser". E nós fizemos o Código Ambiental Catarinense, que eu andei por todo o Estado de Santa Catarina pregando e a Assembleia votou. Por isso Santa Catarina está em pé.

Mas, com certeza, quando nós jogamos, por exemplo, que 25 graus é a área que não se pode mais utilizar... Eu queria que os Senadores prestassem atenção, principalmente aqueles que estão montanhosos. O Senador Moka fez um trabalho muito grande em trazer como área consolidada de 25 graus a 45 graus, uma luta que nós fizemos lá atrás antes de o projeto ser votado no Senado. Mas ficaram 25 graus e 45 graus como áreas impedidas de terem novas lavouras ou pecuária. Com isso, Senador, tenho um estudo aqui de São Joaquim, da Serra Catarinense, dizendo que as propriedades que hoje são utilizadas em 53%, se não forem retirados 25%, vão voltar a 23% apenas de utilização. Isso é dado concreto, estudo técnico da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Serra Catarinense.

Nós vamos inviabilizar, por exemplo, o plantio das sementes de batata. A Serra Catarinense, a região de água doce em Santa Catarina, planta e só pode fazer um plantio por causa da contaminação da fitossanidade, vamos impedir que se plantem batatas em sementes no Brasil, porque ela precisa do clima que só tem a Serra Catarinense, assim como a questão da água doce.

Então, Sr. Presidente, o relatório, o voto em separado que o Deputado Abelardo Lupion apresentou não é criado da cabeça dele não. Nós fizemos um estudo profundo na Frente Parlamentar da Agropecuária, estudamos ponto a ponto e encaminhamos a proposta para nosso Relator para que fosse estudada a possibilidade de se obter uma diferença. Eu estava conversando com o Deputado Márcio, dizendo a ele que nós tivemos 100 emendas aceitas. Eu diria que, daquelas que nós apresentamos, algumas emendas de redação, porque, de conteúdo, nós não tivemos nada, a não ser a promessa de que poderá ser votada em destaques. Essa é a questão.

Vou a alguns pontos no tempo que me resta, só para colocar alguma coisa concreta dentro do projeto que está aqui.

Dos estudos que nós fizemos, que é *(Pausa.)*.

Presidente, eu quero continuar falando, mas a galera...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Por gentileza, se der para melhorar o som, inclusive, do Deputado que faz uso da palavra. Peço encarecidamente aos assessores que, por gentileza, possam garantir o silêncio necessário para que todos possamos ouvir o Deputado Colatto. Por gentileza.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Concluo, obrigado, Presidente.

Na questão do art. 1º, principiologia, Senador Luiz Henrique, nós debatemos muito profundamente e trouxemos aqui um ex-juiz, Zé Maria, que colocou exatamente a principiologia, o princípio não pode mudar a lei, o princípio

não pode nortear as decisões dos juízes quando houver alguma decisão dessas. E, segundo, a visão do juiz de que se ele fosse julgar alguma ação dessas, sempre julgaria no princípio e não no que a lei determina.

Esse princípio envolve a questão agrária, a questão fundiária, a questão econômica, a questão social e a questão ambiental. Está tudo ali. E nessa linha de princípios e conceitos nós estamos sendo enganados aqui: estamos votando alguma coisa boa para o nosso agricultor e não estamos, porque quem vai dizer no conceito, quem entende que é terra, área úmida ou vereda , etc, será o fiscal que irá à propriedade, que não admite ser questionado de jeito nenhum. Essa é uma questão que eu queria levantar.

Quanto á questão da área, Luis Carlos Heinze, o senhor que é o homem do arroz, com certeza nas várzeas em que nós plantamos arroz, nesse conceito que está aqui de área úmida, vão ser áreas de preservação permanente. As pessoas têm de saber disso.

Eu tenho aqui um estudo, Senador Luiz Henrique, que quero lhe passar depois. Falava aqui o Heinze da questão da Convenção de Ramsar: só há 11 áreas úmidas no Brasil. Nem vou ler; depois, deixo a cópia do documento. Aqui, como está nesta redação, todas as áreas úmidas são AAPs. Imaginem vocês os banhados, as veredas, essas coisas todas. É uma coisa que nós não podemos admitir.

Também queria mostrar para os Senadores a questão do custo, e só darei um exemplo do custo. Eu tive um dado, Senadora Kátia Abreu. O Brasil...

Há uma conferência com Senadora. Luis Carlos Heinze, posso falar?

A ANA – Agência Nacional de Águas, disse que nós temos 1,6 milhão de quilômetros de rios no Brasil. Ora, nas duas mais são 3,5 milhões quilômetros de rios, e 40% são propriedades privadas. O senhor sabe, Sr. Presidente, quantos palanques nós vamos precisar fazer isso? De 296 milhões de palanques para fazer essas cercas, isolando a bovinocultura deste Brasil. Atenção, Senadores e Deputados pecuaristas! Vocês irão ter que isolar as suas vacas e os seus capões no meio das invernadas. Eu não tenho um boi. Não me preocupo com isso, mas, com certeza, isso é APP, onde o animal não pode entrar na água direto, e tem-se de fazer corredor para chegar. Serão isoladas todas as águas do Brasil. Isso, na prática, já está acontecendo. E sabe quanto custa isso, Senador Luiz Henrique? Com estudo do Instituto, o Anaulpec, R$15 bilhões; de R$9 bilhões a R$15 bilhões, dependendo do tipo de madeira que se utilizar. Acho que haverá muito mais árvore derrubada do que preservada só para fazer cerca. Eu queria colocar esse dado. Posso deixar à disposição de quem quiser, porque é uma questão real.

Quanto à questão da averbação da reserva legal, Senador Luiz Henrique, ficou pior a emenda do que o soneto. Com certeza, nós temos uma carta dos cartórios de Santa Catarina dizendo que só depois que fizer o CAR irão respeitar a não averbação da reserva legal. Com a redação que está aqui, está-se

exigindo que se faça a averbação da reserva legal antes do CAR. Deram uma coisa boa para nós, dizendo que não se vai pagar por essa averbação. Isso é uma compensação. Então, vai ficar descoberto, sim. Até o Cadastro Ambiental Rural, os cartórios vão continuar cobrando para fazer escritura e para fazer licença ambiental. Acho que isso nós tínhamos de resolver imediatamente, porque nós temos muita complicação.

Art. 17 Suspensão imediata das atividades em áreas desmatadas após 22 de julho de 2008. Ora, se até meia-noite eu estou podendo recuperar em 20 vintes, passando da meia-noite, eu tenho simplesmente que suspender imediatamente. Eu queria saber se algum Senador ou Deputado que tem seu gado no pasto ou que tem sua soja, como o Sr. Blairo Maggi, se houve um desmate depois de 2008, faria a retirada imediata dessa soja ou desse gado que está lá. Com certeza, não irão fazer isso.

Quanto à questão do art. 3º, inciso XXV, nós trabalhamos muito claramente com o Ministro do Desenvolvimento Agrário e retiramos esse parágrafo, porque ele trata da reforma agrária, da questão do índice de produtividade. Qualquer propriedade que não tenha esse índice de produtividade está enquadrada na Lei da Reforma Agrária e será considerada área improdutiva e desapropriada. Aqui é uma questão fundiária e não, uma questão ambiental.

Por isso, Sr. Presidente, encerrando, eu queria chamar atenção dos nossos Deputados e Senadores e dizer que nós teremos realmente um tempo para refletir, para mudar de posição, para buscar a solução. É por isso que estou pedindo que deixemos para o dia 7 ou 8 de agosto, para que possamos levar aos Estados, às federações, à CNA, a todas as entidades, a fim de que façam uma análise do impacto desse projeto e nos tragam essa decisão para que nós aqui possamos fazer a lei de acordo com a realidade. Se a realidade for de acordo com a lei, com certeza esta Casa vai errar menos e os nossos produtores vão ser beneficiados, e também o meio ambiente, porque os agricultores vão pagar essa conta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Obrigado, Deputado Colatto.

Eu passo agora, para fazer a defesa, ao Deputado Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos assistem neste momento, imprensa aqui presente, eu queria dizer que esse tema é um tema que foi amplamente debatido nas duas Casas legislativas do Congresso Nacional e na sociedade propriamente dita. Esse é um tema que tomou prioritariamente a agenda do Congresso Nacional, nesses últimos dois anos desta legislatura.

É um tema que faz parte da história recente do Brasil. A primeira versão do Código Florestal é da década de 30, com o domínio pleno da

aristocracia rural. A segunda versão do Código Florestal é da década de 70, em plena vigência da ditadura militar. O Código Florestal desse início de século XXI, dos tempos atuais, não pode ser mais atrasado do que as duas versões anteriores. Nós não podemos deixar de legar para o Brasil uma legislação que é fundamental para o seu futuro, que vai versar sobre o patrimônio florestal, que tem a ver com a agricultura familiar e tem a ver com o agronegócio.

Nós não podemos, Senador Jorge Viana, deixar como herança para o País uma legislação que comprometa o desafio de ser o Brasil um país democrático e um país sustentável.

Eu quero dizer que, embora eu tenha crítica pontual à MP 571 e ao relatório do Senador Luiz Henrique... Eu as tenho. Embora eu tenha crítica ao fato de o Relator Luiz Henrique ter acatado uma centena de emendas da chamada bancada ruralista e não ter sequer aceito uma emenda dos ditos parlamentares ambientalistas ou daqueles que discutem o desenvolvimento sustentável; embora eu tenha uma imensa preocupação com essa última redação que aqui foi lida pelo Senador Luiz Henrique, cujas alterações colocam a Amazônia como foco, uma área que tem menos vocação para a agricultura e muito mais vocação para manter a floresta de pé, com todo o seu patrimônio natural, com seu patrimônio biológico, com seu patrimônio genético e com as suas possibilidades de desenvolvimento econômico para o presente e, sobretudo, para o futuro, eu acho que o ótimo é inimigo do bom, como diz o ditado popular.

Portanto, é fundamental que nós aprovemos neste dia de hoje a MP 571, como mandou a Presidente Dilma para esta Casa do povo do Brasil, MP em que o Relator manteve a essência e os princípios fundamentais.

A MP 571 resolve um vácuo e complementa os vetos que a Presidente Dilma fez no passado recente e resolve um problema fundamental, Senador Rodrigo Rollemberg, que é o da insegurança jurídica, sobretudo dos pequenos agricultores deste País, a insegurança jurídica tão propagandeada no debate que foi feito a respeito do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Essa MP veio para corrigir esse vácuo e resolver o problema dos agricultores do País, sejam eles do agronegócio, sejam eles da agricultura familiar.

Agora, a minha preocupação central é porque os grandes proprietários de terras têm capital econômico para resolver os seus problemas, têm condição de ter grandes escritórios de advocacia, têm condições de ter uma ação forte de tensionamento e de pressão no Judiciário brasileiro; mas o pequeno, não. O pequeno precisa da lei, do marco legal, da legislação, para que continue produzindo e levando, como dizem os dados do MDA, 70% da comida que chega à mesa dos brasileiros.

Quem está falando aqui é alguém que é filho de um camponês, um pequeno proprietário lá do Nordeste brasileiro que – com suas mãos calejadas do trato com a enxada, com a foice, com a "enxadeta", com sua face queimada pelo sol de janeiro a janeiro, do Nordeste brasileiro, e do seu corpo marcado pela lida

com o gado – criou seis filhos e formou todos os seis. E aqui estou: um biólogo, um mestre de desenvolvimento em meio ambiente e Deputado da República Federativa do Brasil.

Estou preocupado é com esses pequenos que, assim como o meu pai, tiveram na pequena propriedade o sustento da sua família e o encaminhamento dos seus filhos para terem uma vida decente.

Então, essa medida provisória é fundamental para garantir a segurança jurídica dos pequenos proprietários do Brasil e poder harmonizar a tríade proteção natural de um país megadiverso como o Brasil, de um país que tem a maior biodiversidade do Planeta, de um país que detém 10% da água doce da Terra e de um país que está aprofundando os seus equipamentos democráticos, de um país que está distribuindo renda e que, se tiver no seu bojo uma economia forte e um desenvolvimento sustentável com proteção do patrimônio natural, será, com certeza, um país líder no planeta Terra.

É isto que estamos escrevendo aqui: um capítulo importante da história do Brasil e dizendo qual país que nós queremos no futuro e qual país que nós queremos herdar para os nossos filhos.

Portanto, quero dizer aqui, Sr. Presidente, que a votação do texto dessa MP, com todas as críticas que podemos ter, é fundamental para suprir um vácuo: garantir a segurança jurídica e poder contabilizar preservação natural, defesa da agricultura familiar e preservação do agronegócio como um dos eventos que promove o PIB nacional. Mas a balança não pode pender para um lado mais do que para outro. Tem que equilibrar essa tríade, para que o Brasil continue crescendo nos padrões em que estamos hoje.

É fundamental que, quanto aos destaques, façamos o debate em agosto, quando entraremos no mérito dessa discussão. Mas não podemos entrar em recesso sem aprovar o texto da MP. Nós não podemos! Temos que dar essa notícia para o Brasil, que está esperando aí fora que esta Casa faça o seu dever de casa e construa esse capítulo importante da história do Brasil.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado Márcio Macedo.

O próximo orador a falar contra é o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadores, Deputados e Deputadas...

Sr. Presidente, eu já começo a falar com muito barulho, mas vou tentar sintetizar um pouco da minha fala.

Sr. Presidente, primeiro faço uma divagação. Em 2009, foi assinado pelo Presidente Lula um decreto – e junto com ele o Ministro Mantega assinou também e o Ministro Stefanes também o fez –, que limitava, regulamentava ou criava o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. Esse zoneamento

agroecológico da cana-de-açúcar excluía a Amazônia, o bioma Pantanal e do Alto Rio Paraguai.

As motivações de então é que poderíamos acelerar o processo de desmatamento na Amazônia. Os aconselhamentos vieram do gabinete da Casa Civil, da Presidência da República.

Eu duvido que o Presidente Lula soubesse, naquele momento, o que estava fazendo. Assinou, vetou, proibiu a expansão e a implantação de novas usinas de açúcar e álcool na Amazônia. Nós temos um estudo da Esalq dizendo que nós temos lá 14 milhões de hectares propícios ao plantio de cana-de-açúcar. Esalq é a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, vinculada à USP de São Paulo, uma das mais respeitadas da América Latina. Mas nós temos 9 milhões com alta aptidão, sem irrigação.

Naquele momento, em 2009, entendeu o Palácio que não deveria expandir as usinas de açúcar e de álcool para a Amazônia. Hoje, nós estamos importando álcool etanol dos Estados Unidos, produzido com milho, três vezes mais caro do que o nosso, que poderia ser produzido com cana-de-açúcar. Nós estaríamos aproveitando as áreas antropizadas da Amazônia, riquíssimas e propícias ao plantio da cana-de-açúcar, não fosse uma posição irresponsável dos nossos governos de tanto tempo. A subscrição foi questionada pelo então Ministro Stefanes, que subscreveu porque era de ofício fazê-lo, mas contestando essa posição.

Muito bem, Sr. Presidente, até hoje nós não mudamos essa condição. O Brasil continua importando etanol e teve de diminuir o percentual de etanol na gasolina e, portanto, comprar mais gasolina.

O que quero dizer com tudo isso, Sr. Presidente, é que nós temos de ter muita responsabilidade sobre o que votamos aqui. Mas é muita! Acabei de ouvir aqui o Deputado Márcio, um nordestino, veemente em suas afirmações de que o Brasil tem de avançar e tem de ser modelo para este mundo, mas vamos pensar que modelo nós queremos ser, ó Márcio. Porque, como está ali colocado, se não fizermos algumas correções, vamos debitar a todo nordestino produtor a condição de ser um marginal, já que toda grota seca ou todo rio seco que não é perene terá de ser recomposto, como está aqui no texto. Como está no texto, seu pai, produtor rural, se ainda o é, terá de recompor as margens das grotas secas, onde corre água esporadicamente a cada três ou quatro anos, ou a cada ano, dois, três meses por ano.

Então, o que eu quero dizer é que já melhorou muito – e tenho de concordar. Em relação ao Código Florestal, Deputado Edinho Araújo, melhorou bastante. Mas há correções importantes para que a gente não tenha vergonha de um dia ter votado contra o próprio País, como foi o caso da proibição da expansão das usinas de açúcar e álcool lá para a Amazônia, para o bioma Pantanal e para o Alto Rio Paraguai. Nós estamos com um decreto para, exatamente, derrubar o

decreto anterior, que é inconstitucional. Mas, enquanto isso não ocorre, temos de respeitá-lo.

Muito bem, essa é uma questão fundamental. Então, cursos d'águas perenes, em relação aos quais me reportei ao Deputado Márcio, têm de ser colocados como perenes, porque não basta serem naturais. O natural, mas não perene implicaria a recomposição de suas margens: de 5 metros para o pequeno, até 1 hectare; 8 metros, até 2 hectares; 10 metros, até 4 hectares e assim por diante. Então, é importante que a gente esteja muito atento a tudo isso.

Ali, quando o texto traz... E aí eu até me coloco em condição de aqui fazer a defesa dos nossos destaques, Sr. Relator – o senhor que já acrescentou benefícios a esse seu texto. Quero dizer a V. Exª que reconheço os avanços. Quero apenas chamar a atenção de V. Exª para o fato de que temos de aprimorar mais. Às vezes, as pressões palacianas nos colocam na condição de não poder muito flexibilizar a nossa cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu solicitaria a atenção do plenário. Há muita conversa paralela. Por favor, vamos ouvir o nobre Deputado.

Continue, por favor.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Às vezes, as pressões de homens de palácios de ar-condicionado, que não convivem com as dificuldades do produtor brasileiro, podem nos impor situações que não desejamos. Tenho certeza de que V. Exª está aqui para ouvir o Brasil. E ouvir o Brasil significa ouvir todos nós, parlamentares deste Brasil inteiro. A questão das águas perenes é importante. A questão do pousio de dez anos vai levar à condição de não serem marginais os colonos da Amazônia, porque eles deixam a terra no repouso de dez, doze, até quatorze anos, para depois retomá-la para produzir sem adubação. Não têm equipamento, não têm máquina. Aliás, na verdade, reforma agrária na Amazônia – e aí eu convido quem quiser para ir lá conferir o que eu estou dizendo – nada mais é do que grandes favelões. Favelões porque faltam assistência técnica, orientação, estradas e condições mínimas de sobrevivência.

Mas é importante que a gente tenha, Sr. Relator, o pousio de dez anos, conforme está previsto na Lei da Mata Atlântica. Nós só queremos isto: como está na Mata Atlântica. Lá em Santa Catarina já não tem mais pousio, porque a terra é todo ano trabalhada, e há a condição financeira para o adubo, para a máquina, para o equipamento que trabalha a terra. Essa é uma outra questão.

Uma outra questão é a do Deputado Sebastião Bala, lá do Amapá, Deputado nosso que foi Senador da República e que traz uma observação interessante. O §16 do art. 61-A diz assim:

"Art. 61-A.....

§16. As Áreas de Preservação Permanente localizadas em imóveis inseridos nos limites de Unidades de Conservação de Proteção Integral criadas por ato do Poder Público até a data de publicação desta Lei não são passíveis de ter quaisquer atividades consideradas como consolidadas."

O que é que ele quer? Ele quer dizer que são passíveis, porque o ocupante dessa área às vezes tem o título definitivo da terra, ou é posseiro de boa-fé de mais de vinte, trinta anos e, de repente, foi criada ali uma Unidade de Conservação e Proteção.

E com isso esse cidadão fica privado. Ele não foi indenizado; portanto, não pode sair, não tem para onde ir. E fica privado de continuar tendo sua vaquinha de leite ou de plantar o seu meio hectare de mandioca para fazer a farinha e continuar comendo-a com açaí. Portanto, é isso.

Essa é outra observação sobre mais uma emenda, que eu entendo ser legítima e que vai ao encontro daquilo que é o socorro àquele cidadão, para que ele não seja colocado como marginal e possa continuar sua atividade até que, logicamente, seja indenizado e tenha que deixar essa área de preservação.

Sr. Relator, o Deputado Miro Teixeira traz também uma proposta de mudança apenas de redação. É o inciso V do art. 11-A, em que ele coloca apenas "garantia da continuidade das atividades". Porque o texto que está hoje na medida provisória não fala em garantias, apenas dá continuidade. Ele quer garantias por quê? Porque garantia já está na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, publicado em 2007, que estabelece que sejam garantidos a esses povos o acesso aos recursos naturais.

Então, ele quer que no texto conste apenas "garantidos". É essa a emenda também do Deputado Miro Teixeira.

Sr. Presidente, eu falei, logo no início, sobre uma emenda também do Deputado José Silva, de Minas Gerais, em que ele traz a conceituação do que é crédito de carbono vegetal. E isso eu acho importante ser inserido, perfeito? Que nós possamos acrescentar o inciso XXVIII ao art. 3º da MP, para que, com essa conceituação, possamos nos antecipar, Deputado Edinho, ao que pode vir a ocorrer amanhã, que é a comercialização de créditos de carbono vegetal, que não está especificada em nenhuma legislação. É só com esse objetivo de contribuir para uma legislação mais completa.

Temos ainda, do mesmo Deputado José Silva, mais uma emenda ao art. 58, que diz:

"Art. 58. Assegurado o controle e a fiscalização dos órgãos ambientais competentes dos respectivos planos ou projetos, assim como as obrigações do detentor do imóvel, o Poder Público poderá instituir programa de apoio técnico..."

O que ele diz? Ele tira o "poderá" e coloca: "...instituirá o programa de apoio técnico" e não "poderá instituir". Ele determina que o Governo o faça. A nossa lei determinará ao Governo que faça o programa de apoio técnico e de incentivos financeiros, "incluindo medidas indutoras de linhas de financiamento para atender prioritariamente os imóveis a que se referem o inciso V do *caput*." São da agricultura familiar.

Sr. Presidente, Sr. Relator, a correção que V. Exa. propõe diz: "80% do imóvel rural localizado", e, aí, o senhor muda de "mata"... Termos... Os termos exatos usados por V. Exa. falam de florestas:"localizada em florestas". Se o senhor não modificar isso o senhor vai atingir 80% das florestas do Brasil inteiro, onde houver floresta. Teria que ser bioma Amazônia, ou amazônico, e, no inciso II, "50% dos demais biomas", porque se o senhor mantiver a palavra – eu estou sem o texto de V. Exa. Está aqui agora. (*Pausa.*)

Sr. Relator, o senhor podia me ajudar. Os incisos I e II, que V. Exa. traz como sugestão para modificar... Eu não tenho aqui a cópia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – V. Exa. quer o...?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Incisos I e II.

O SR. O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – "80% do imóvel rural localizado em áreas de floresta na Amazônia Legal e 50% do imóvel rural nas demais situações, observada a legislação específica."

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Pois é. Então, veja o senhor. Quando o senhor fala em Amazônia Legal, está incluindo o Cerrado, o campo da Amazônia. Então, não pode ser Amazônia Legal, tem que ser bioma amazônico. Porque os demais biomas, o bioma do Cerrado, o bioma dos Campos Gerais, que nós temos no Marajó, por exemplo, que teria que ser 80%, dos cerrados que nós temos mais ao sul do Pará, uma grande parte, e mesmo em Roraima, muito cerrado, se colocar "na Amazônia Legal", inclui 80% também do Cerrado, também dos Campos Gerais.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Esse texto é o recolhimento, para o projeto, praticamente do inciso VI do art. 16 do Código Florestal revogado, entendeu? Esse foi o artigo. Os Senadores com quem eu dialoguei a respeito me disseram que essa forma resolvia o problema tanto da Amazônia quanto do Cerrado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Os Senadores que o assessoraram talvez não estivessem atentos a essa questão, porque "80% da Amazônia"...

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – O texto "em áreas de florestas" foi incluído exatamente para atender a isso que V. Exa. quer.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Para substituir. Perfeito. Em "áreas de floresta" também inclui áreas de floresta de todo o Brasil, porque não fala aqui da Amazônia...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Não, não, da Amazônia Legal!

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Ah, bom! Se falar em áreas de floresta da Amazônia Legal, tudo bem. Mas não é como está o texto.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Em áreas de floresta da Amazônia Legal.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Então, vamos lá. Então, vai ficar em áreas de floresta da Amazônia Legal. Aí está certo. Aí tudo bem.

Agora, em outras situações, a palavra "em outras situações", teria que ser "50% em outros biomas".

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Seu tempo esgotou.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Só porque houve um pequeno debate.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Então, para concluir, por favor.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Eu acho que corrigindo nessa linha para Amazônia Legal, mantido "floresta da Amazônia Legal", pode ser. Bioma amazônico seria melhor.

Bom, eu concluo, Sr. Presidente, Sr. Relator, dizendo o seguinte: eu quero votar a favor de V. Exa. não tivesse o outro voto que expresse exatamente o que a frente parlamentar gostaria que o senhor incorporasse no todo ao seu relatório – e sei que o senhor é pressionado para não fazê-lo, porque, por consciência própria, eu tenho certeza de que o senhor o faria, porque o senhor fez melhor quando governador. Mas, logicamente, o senhor é Relator de pressões.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – V. Exa. me permita um esclarecimento. Eu não recebo nem acato nem aceito pressão de ninguém. O que eu busquei foi o consenso. Não adiante colocar coisas aqui que a Presidente vai vetar, entendeu?

O que eu busquei foi isto: aquilo que atenda V. Exªs da Câmara, do Senado e que a Presidente sancione, porque, senão, é a prática de um gesto inútil. Eu tenho 40 anos de mandato e aprendi que um dos crimes da política é praticar gesto inútil. Não estou aqui para fazê-lo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Eu tenho certeza disso e...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Para concluir, Deputado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – ...por isso, quero dizer a V. Exª que nós todos nos movemos em função das pressões, seja do mais humilde, seja do mais poderoso. Então, eu acho que V. Exª gostaria, eu tenho certeza, de atender a nossa demanda na sua totalidade.

Encerro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado.

A próxima a fazer uso da palavra é a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, falar um pouco, Sr. Presidente, nos meus quinze minutos que o senhor e o Regimento me permitem, dizer da importância dessa votação e de um histórico de que todos nós não podemos esquecer. Enquanto todos aqui, colegas Deputados e Senadores, falavam, esse histórico foi sendo relembrado aqui na minha memória, clareando a cada ano este debate. E eu fiquei imaginando quando Jonas Pinheiro, Senador da República de Mato Grosso, era Presidente da Comissão Mista e Micheletto foi o Relator naquela comissão no ano de 2001. Todos os dois, infelizmente, já faleceram e não vão estar aqui vivos para ver a votação do Código Florestal, porque foram dois grandes lutadores, companheiros nossos, os primeiros que começaram com essa luta e essa jornada em prol da mudança da legislação ambiental.

Nós estamos aqui, em 2012, discutindo um Código Florestal de 50 anos, Sr. Presidente! É a primeira vez que o Congresso Nacional tem o direito de cumprir o seu dever: o direito de votar uma legislação ambiental. Por que não fazíamos antes? Porque não tínhamos clima, não havia vontade política, nós não tínhamos maioria nesta Casa, a questão ambiental estava muito quente na sociedade e as pessoas ficaram confusas. Foram contaminadas pessoas de boa-fé em desfavor dos produtores do Brasil, em desfavor daqueles que defendiam a agricultura. Nós sofremos muito durante todos esses anos. Quando nós dissemos: "Não, não somos nós, Senadores e Deputados, que defendemos o agronegócio, mas aqueles cinco milhões de produtores que estão espalhados por todo o Brasil."

Nós só não podemos é querer discutir e resolver, depois de 50 anos, 100% das nossas vontades. Eu respeito, eu admiro os meus colegas: eles estão no dever deles, eles estão no direito deles de obstaculizar esta votação. Isso é democracia. Quem não quiser viver democracia que vá para a Venezuela viver uma ditadura. Nós temos que ser pacientes, porque hoje pode ser um que está aqui, fazendo óbice, mas amanhã pode ser eu, amanhã pode ser o outro, de acordo com os interesses, com os ideais, com as vontades, com as posições políticas. Nós temos que ter paciência, que é o sinônimo da democracia.

Se nós pegarmos aqui: daqueles que estão em obstrução, o discurso de todos eles não está errado. Os discursos são 100% corretos, começando do Caiado, do Heinze, do Lupion, do Giovanni, do Santana, de todos os Deputados que estão aqui em obstrução. A única unanimidade que nós temos aqui é que todos estão pensando na mesma direção. Uns querem avançar ainda mais. Está errado? Não, está certo. Todos quererem avançar está correto; avançar no limite está correto. Mas é possível alimentar essa esperança de, numa única votação, resolver 100%? Eu tenho as minhas dúvidas. A idade faz com que a gente vá observando e amadurecendo essas ideias.

Quando nós pensamos que nós fazemos uma das maiores e melhores agriculturas do planeta em 27,7% do território e que nós preservamos 61%, dá vontade, sim, de resolver 100% de uma vez! É injusto com os produtores do Brasil, não é certo com os brasileiros exigir de nós o que não é exigido em nenhuma parte do mundo. Quando nós observamos esses números e que nós fazemos agricultura sustentável, sim, e que ninguém no mundo está tentando recuperar os danos cometidos, dá vontade de resolver 100%, Sr. Presidente.

Mas eu também quero aqui fazer minha declaração de tranquilidade com relação a esta votação. Eu quero votar o relatório de Luiz Henrique, não porque ele me satisfaça completamente como produtora rural, como Presidente da CNA, mas porque me satisfaz 100% como cidadã, já que nós estamos votando democraticamente uma lei que nós nunca tivemos oportunidade... Eu fui Deputada e hoje sou Senadora e estou feliz com esta possibilidade. Mas não só como cidadã. Eu estou aqui escrevendo e conversando com os colegas sobre quais foram as perdas e ganhos que nós tivemos nesta votação. É claro que há reparos a fazer! Nós ainda temos destaques a fazer, e a vinda ainda vai continuar.

É claro que o ideal para nós, o 100% ideal seria mandar para os Estados resolverem esta legislação, legislar sobre suas peculiaridades, respeitar o pacto federativo. Nada é mais precioso do que isso, porque cada Estado, cada Município é que conhece José, Pedro, João e as diferenças de cada um; aquilo que faz mal ao meio ambiente, aquilo que não faz mal ao meio ambiente, sem essa mistura hipócrita de quererem mandar de Brasília as soluções de 800 milhões de hectares deste País. Mas ainda não foi possível derrubar essas hipocrisias 100%.

Vamos aqui lembrar, peço aos colegas, pois já tivemos tantas votações que fica parecendo que os ganhos estão sendo diminuídos. Eu começo pelo ganho número um: o cômputo da Reserva Legal e APP. Nós tínhamos de ter a APP mais a Reserva Legal. Havia produtor rural que ficava devendo e tinha de comprar área para poder pagar. As multas, nós conseguimos e conquistamos, a duras penas, a suspensão das multas. Se os produtores corrigirem seus erros, as multas serão extintas. Isso era ponto radicalíssimo dos ambientalistas xiitas que estão em extinção no País, pois o equilíbrio está fazendo valer agora em todos os fóruns. Nossas margens de rios – e nós aqui estamos brigando por metros e metros – eram de 30 metros a 500 metros. Nós estamos hoje com as margens de rios de cinco a 100 metros. Foi um ganho extraordinário e que nós não podemos abrir mão em nome dos produtores.

A averbação de Reserva Legal... Era obrigatório averbar a Reserva Legal e hoje não é mais obrigatório. A compensação da Reserva Legal era obrigatória ser na fazenda e hoje se pode recompor fora da fazenda, em outro Estado, no mesmo bioma. Foi ganho importante, sim! A retroatividade da Constituição foi respeitada. Aqueles produtores que desmataram antes de haver Reserva Legal estão isentos de recomposição de Reserva Legal. E os quatro

módulos aos produtores pequenos do Brasil foi uma das maiores conquistas deste Código. Os pequenos produtores do Brasil até quatro módulos estão isentos de Reserva Legal. E, além disso, que não pode ultrapassar essa Reserva Legal 10% de sua fazenda, e os médios produtores não podem atingir 20% de suas fazendas. Dizer que não foi um ganho extraordinário? Foi sim! Eu peço aos colegas que reflitam sobre isso.

E as APPs de morro? Nós íamos arrancar as maçãs de Santa Catarina, nós íamos arrancar as uvas do Rio Grande, toda a cana do Nordeste, todos os cafés de São Paulo e de Minas Gerais... Nós conseguimos, sim, os Deputados, os Senadores, os Relatores... Nós conseguimos consolidar toda produção do País que está hoje até 45 graus. O pessoal da floresta amazônica, que tinha de recompor 80% de toda sua Reserva Legal, onde se tem atividade já consolidada.

Nós conseguimos fazer com que a recomposição fosse só de 50% e não de 80%. Nós conseguimos que a infraestrutura de curral, de casa e de barracão não fosse arrancada, como erva daninha, da APP. Foi um ganho dos Deputados e Senadores da frente e, suprapartidariamente, de todos os Deputados e de todos os Senadores.

Nós, ainda... Quando ouço aqui um de nossos colegas, com muita razão, revoltado a dizer que nós temos de cercar a APP e fazer corredor para beber água, quero legar àqueles que estão esquecidos que nem com corredor não se podia beber água em beira de rio, o gado tinha de morrer de sede e tinha de beber água caída da chuva.

Então, nós ganhamos, sim, apesar de ter um corredor que é inadmissível e que nós nos revoltamos contra ele, mas nem isto se podia: beber água na beira do rio.

Termino por aqui, Sr. Presidente, lembrando que a recomposição de Reserva Legal era 100% de plantas nativas. Nós conseguimos que 50% possa ser recomposto com plantas exóticas e, emenda que ainda foi acrescentada, que ainda pode incluir árvores frutíferas que antes também não podiam.

Então, Sr. Presidente, ficou coisa para trás? Ficou; nós vamos corrigir e tentar complementar nos destaques. Eu sou uma pessoa que tenho milhões de defeitos e raríssimas exceções em qualidade, eu sou obstinada, eu sou determinada; esse assunto não está encerrado. Nós temos problemas em vários lugares do País, que precisam ser solucionados. A nossa tarefa não se encerra com a votação desse Código. A vida vai continuar, a luta continua, e eu quero dar parabéns a todos os relatores, começando por Aldo Rebelo, que foi um homem extraordinário, de um brilhantismo raro, que nos fez avançar pela sua imparcialidade, por ser de um partido de esquerda, por ser um nacionalista. Quero parabenizar o Luiz Henrique, pelo o exemplo; foi escolhido por tudo o que fez em Santa Catarina, pelo Código Florestal de Santa Catarina. Todos os parlamentares

que lutaram; o Senador Moka, Senador Blairo, Senadora Ana Amélia, todos os Senadores; todos nós estamos lutando aqui todos os dias.

Ainda ontem conseguimos avançar dentro do gabinete do Senador Luiz Henrique, e conseguimos diferenciar o cerrado da Amazônia, que tinha ficado, como dizia Giovanni Queiroz, com 80% de preservação. O Senador Luiz Henrique acatou na hora a minha proposta e a proposta do Senador Blairo Maggi, para que nós tirássemos o cerrado da Amazônia e mantivéssemos os 50%, como nas demais regiões do País. Ele sempre esteve aberto à discussão. Agora, de forma inteligente, racional, ele está negociando sim, e precisa negociar. Porque se esses ganhos existem aqui hoje é porque houve negociações, nós abrimos mão de determinados pontos; nós abrimos mão de algumas convicções, mas não abrimos mão dos nossos princípios. Pelos nossos princípios, os produtores estão em primeiro lugar, porque são brasileiro, são pessoas, são seres humanos acima de tudo, e fazem e praticam a mais importante atividade econômica do Brasil; representam 25% do PIB, 40% das exportações; 37% do emprego.

Eu acho que nós avançamos no debate. A vitória esmagadora, na Câmara e no Senado, nesta votação, demonstrou que aqueles xiitas ambientalistas, que tratavam o Brasil com desrespeito, que tratavam os produtores rurais como marginais, eles foram derrotados, e vitoriosos somos todos nós que estamos aqui.

O que nós precisamos reconhecer é que não existe mais nenhum ser humano na face da Terra, de bom senso, que não se diz preocupado com a sustentabilidade. Partindo desse princípio, todos nós somos ecologistas e a diferença entre nós são as prioridades. A minha prioridade é a água; a minha prioridade é o solo, mas isso não significa que aquele que defende a baleia azul, o mico-leão dourado seja menor que eu. Então, todos nós somos ecologistas, cada um com as suas reivindicações, cada um com as suas prioridades, cada um dando importância àquilo que acredita.

E eu, repito e agradeço, Sr. Presidente, a todos pelo esforço concedido a essa matéria. Há muitos anos o Congresso Nacional não era paralisado em quase sua totalidade para se debruçar sobre um único tema. Nós sabemos que aqui as tarefas são divididas. Normalmente, nós acompanhamos os colegas especialistas em determinadas áreas, e acompanhamos os seus argumentos e a sua votação.

No Código Florestal não; todo mundo abriu mão das suas convicções, das suas lutas pessoais e se debruçou no Código Florestal. Este é um dos maiores ganhos que nós tivemos aqui.

E quero registrar, de cabeça erguida, com convicção e clareza, que nós avançamos ainda mais, quando se tem no Ministério do Meio Ambiente, hoje, uma senhora Izabella, que não pensa exatamente como eu, 100%, mas que permitiu que o Ministério do Meio Ambiente não estivesse a favor de militância de ONGs, mas fez com o Ministério trabalhasse pelo Brasil; e nós temos que

reconhecer isso nessa moça, mesmo que ela não esteja fazendo tudo o que nós gostaríamos que fosse feito, mas eu não posso ser injusta e deixar de reconhecer também esse ganho. Hoje, a CNA, OCB, a sociedade rural, todas as entidades de classe do País podem entrar no Ministério do Meio Ambiente. Nós sequer éramos recebidos, nem com pedido de audiência.

Então, eu acho que nós avançamos graças a todos; graças aos nossos técnicos que nos embasaram, aos advogados que nos ajudaram, nós avançamos sim. Infelizmente, não conseguimos os 100%, mas nós ainda vamos chegar lá, vamos chegar lá, Senador Jorge Viana, que foi governador do Acre, que foi um dos relatores da maior importância, também classificado na categoria ambientalista, mas se colocou como um ex-Governador que tem espírito público, que compreende as dificuldades. Não abriu mão das suas convicções, das suas impressões sobre a floresta amazônica, mas foi da maior importância a sua ajuda e a sua participação. E vamos em frente, conquistando pessoas, corações, com as verdades, com transparência e demonstrando que esse mundo rural é extraordinário, que até o rei Pelé aderiu a esse grande setor brasileiro, que é a agropecuária brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Próximo inscrito, Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu sou muito prático ao analisar tudo o que está acontecendo nesse momento.

Quando eu vejo a defesa de teses dentro do Parlamento brasileiro, por mais absurdas que elas sejam, nós temos que respeitar o posicionamento ideológico daqueles que aqui estão. Essa convivência, depois de seis mandatos, tornou-se uma praxe, mas nós sempre precisamos entender que existe um limite. Nós temos que entender que ninguém pode trair a sua consciência nesta Casa, que ninguém pode desdizer o que já foi dito, e, principalmente, num momento como este, quando estamos decidindo a vida de cinco milhões de proprietários rurais no Brasil – mais de cinco milhões de proprietários rurais no Brasil –, nós temos que nos colocar na pele deles.

Eu não discuto se houve ou não houve ganho na excrescência ambientalista. Depois de dezesseis mil portarias e atos do Conama, é óbvio que havia um monte de excrescências. Com o tempo, nós, que estamos aqui, temos o compromisso com os nossos Estados, com os nossos cidadãos de corrigir essas distorções.

É um momento importante da nossa vida, que vai marcar o mandato de muitos de nós, conseguir votar um código florestal. Vai marcar muitos de nós, mas não nos vamos esquecer que estamos colocando, cada um de nós, a nota

digital nesse Código Florestal. Eu não tenho o direito de trair as minhas convicções. Eu sou um produtor rural.

A USP, Deputado Edinho, do seu Estado, instituiu uma Associação Nacional de Criadores e Pesquisadores, e, hoje, essa Associação tem quase dez mil associados produtores rurais. E sessenta e dois desses dez mil receberam um selo verde: propriedade ambientalmente sustentável com práticas ecológicas respeitadas. A minha propriedade foi uma delas, porque até o manejo racional a gente aderiu na nossa propriedade.

Então, eu posso falar porque eu pratico ambientalismo. Eu sou um defensor do ambientalismo. Eu sobrevivo em função do ambientalismo. Não existe uma propriedade igual a outra. Agora, todos nós temos o compromisso, sim, de respeitar as nascentes que existem dentro das nossas propriedades. E nós omos os primeiros a fazer isso. Temos exemplos de lugares onde não foram preservadas essas nascentes e nós perdemos lugares que brotavam água. Então, é óbvio que nós somos produtores rurais e nos orgulhamos de ser os maiores preservacionistas. Se hoje este País tem mais de 60% da sua área preservada, se hoje este País ainda tem grande parte da Mata Atlântica preservada, do Pantanal, desses biomas todos, é porque tinha o produtor rural e nos foi conferida a responsabilidade de cuidarmos do ambiente em que nós vivemos, nos foi dada a responsabilidade de cuidar de um bem comum que é a água. Não existe um produtor rural neste País que não reconheça isso.

É esse o apelo que temos feito ao Senador Luiz Henrique durante esses últimos dias. O que embasou o nosso voto em separado são princípios básicos de defesa do produtor rural contra aqueles mal-intencionados, que vão cobrar do produtor rural o que ele não pode pagar. São aqueles mal-intencionados que vão, por eles, achar pelo em ovo, tanto do Ministério do Meio Ambiente como do Ministério Público, que vão lá olhar e não querem saber o que está acontecendo dentro daquela propriedade e vão querer fazer, como disse o Deputado Ronaldo Caiado, a indústria de multa. E é isso que nós, como legisladores, temos obrigação de preservar. Que direito que eu tenho de impingir a um produtor rural, que já está na sua quinta, sexta, sétima geração dentro de uma propriedade, corrigir erros que hoje estão considerados?

Eu me lembro, no meu Estado, quando meu avô era governador, teve um decreto que obrigava a derrubar as margens do rio, porque a endemia da malária, do tifo e da febre amarela estavam dizimando a população.

Muitos dos nossos companheiros estão aqui, como o Deputado Colatto, foram para a Amazônia, lá pela década de 80, abrir uma propriedade, recebendo do Incra a responsabilidade, para receber o título definitivo da área, de derrubar 50% da propriedade. Derrubar. Era a lei. Porque senão ele não podia comprar do Incra aquela área e ele só recebia depois que tivesse derrubado os 50%.

Gente, o Brasil não é de hoje. O Brasil tem 512 anos. Nós temos atividade agropecuária há mais de 450 anos. Tudo o que aconteceu teve um momento histórico. Tudo o que aconteceu teve uma fase. Tudo que aconteceu tem um porquê. O produtor rural foi incitado, foi praticamente levado a desbravar este País, com as benesses que eram abertas às novas fronteiras.

O que nós vemos hoje? Nós estamos votando uma lei como se não tivesse esse passado. Qual é o pecado de nós usarmos, dentro do art. 61, a consolidação das APPs, daquilo que foi feito na época? Por que não podemos votar isso?

Nós fizemos uma audiência pública para tratar do art. 1º. Principiologia. Temos vários pareceres a respeito disso. Estamos simplesmente jogando o nosso produtor rural nas mãos de um magistrado que pode querer usar o princípio contra ele, porque é uma tese que os próprios homens da toga nos alertaram para não deixarmos isso fazer.

Eu fico muito triste em a gente ver o bom senso não prevalecer depois de todas as tratativas até que o Senador Moka colocou na mesa, todos nós mostrando aquilo, básico, que nós, depois de muito estudo, depois de muita audiência pública, depois de consultar os maiores especialistas deste País e criarmos um escopo legal, um escopo racional, científico sem nada de ideologia, usando a técnica como nós usamos nas nossas plantações, no trato das nossas propriedades. Nós usamos a máxima de que ecologia é ciência. Ecologia não é ideologia. Ecologia é para ser praticada. E nós não estamos usando a ciência quando colocamos certos artigos e não tivemos o apoio do Senador Luiz Henrique para acolher no seu relatório. Isso é muito triste!

Nós estamos generalizando área úmida. Nós temos até convenções assinadas sobre área úmida, em que dão 11 áreas úmidas no Brasil. Nós estamos generalizando para todas as áreas úmidas do País. E a minha Castro, lá no Paraná, onde os holandeses vieram e instalaram a melhor tecnologia do mundo hoje, em termos de agricultura, porque nós batemos todos os tipos de recordes de produção, onde nasceu o plantio direto da palha... Lá no meu Município de Castro, o meu holandês da quinta geração está desesperado porque a área dele é úmida. E quando nós falamos em área úmida, está aqui a Convenção de Ramsar, dando as 11 áreas úmidas do País. Qual é o problema de acolher a Convenção de Ramsar de que o Brasil é signatário, para que nós limitemos a ação predatória daqueles que nos perseguem, daqueles que são mal intencionados?

Que teoria é essa de área úmida que já está consolidada nessas áreas? E nós vamos jogar para todas as áreas do Brasil? Lá na sua Santa Catarina, uma várzea de arroz mal interpretada quebra um produtor rural, quebra o Município, quebra a economia regional. Para esse tipo de princípio, Senador Luiz Henrique, é que nós queremos o abrigo do seu relatório. São princípios científicos, são princípios que não são generalizados, são princípios daqueles que vivem o dia a dia e que precisam ter o apoio do legislador sob pena de nós

jogarmos esse cidadão numa marginalidade e ele ficar à mercê de qualquer cidadão que, com uma carteira de autoridade, possa vir a puni-lo em uma coisa que ele não merece.

Nós sabemos que o que nós estamos fazendo aqui nada mais é do que colocar para o País, para os produtores rurais um posicionamento. Princípios não se negociam. Princípios nós respeitamos e vivemos, exercemos. Por isso, nós sabemos que essa queda de braço que está havendo aqui, para nós... Nós não temos nenhum Senador aliado aqui. Nós sabemos disso. Deputados nossos, que inclusive são fundadores da Bancada, podem até votar com o Senador Luiz Henrique. Triste, mas pode acontecer. Agora, a única coisa que eu espero é que, em de agosto, na hora em que formos tratar das emendas, dos destaques, nós não sejamos tratorados, como fomos hoje. Que sejamos respeitados nesta Comissão. porque nós respeitamos cada posição de cada Senador e Deputado que aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Seu tempo está encerrado. E como respeitamos o Regimento, vamos dar continuidade.

A palavra é do nobre Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Bohn Gass. Serei muito breve.

Quero cumprimentar V. Exa., o Relator, Senador Luiz Henrique, assim como o Senador Jorge Viana, o Vice-Presidente Edinho e todos os Senadores.

Eu gostaria de começar manifestando minha profunda admiração pelos produtores rurais brasileiros, pelo trabalho que desempenham na produção de alimentos e de agroenergia para o nosso País. Penso que devemos buscar um texto que equilibre a produção de alimentos, a produção de agroenergia e a preservação do meio ambiente.

Fico imaginando o que nossos netos e bisnetos, o que as futuras gerações vão pensar de nós, que estamos aqui construindo uma legislação fundamental para o futuro do País, uma legislação que, necessariamente, deve ser intergeracional. Portanto, o apelo que faço a todos os Deputados e Senadores é que possamos lançar um pouco os olhos para o futuro. Todos os argumentos aqui são fortes, são consistentes, mas dizem muito respeito a uma realidade atual, e temos que pensar na sustentabilidade da agricultura brasileira. Nesse sentido, eu gostaria que refletíssemos sobre a importância da água para o futuro da sustentabilidade da agricultura e a importância da preservação do conhecimento e da utilização inteligente da nossa biodiversidade.

Aqui se disse que não poderíamos, aqui de Brasília, definir o tamanho das Áreas de Preservação Permanente. Efetivamente, o adequado seria que tivéssemos informações científicas de cada rio brasileiro a fim de definir as Áreas de Preservação Permanente de acordo com a biodiversidade daquela área, de acordo com a inclinação, a textura e a espessura do solo, mas, infelizmente,

não temos esses elementos hoje. Então, é muito melhor ter o princípio da precaução e, nesse sentido, preservar mais, porque, certamente, recuperar essa biodiversidade será impossível.

Eu quero registrar que aqui há muitos produtores rurais. No meu primeiro mandato, como Deputado Federal, eu me lembro de um depoimento que me impressionou bastante, de um respeitado pesquisador da Embrapa, Eduardo Assad, que mostrava os impactos do aquecimento global no mapa geográfico da agricultura brasileira. Na ocasião, ele demonstrava o que um aquecimento médio de 1% provocaria nesse mapa, com grandes produtos como soja, café e vários outros, tendo que mudar de posição geográfica. E ele se referia ao Cerrado brasileiro como o maior laboratório de genes do mundo. Porque é a biodiversidade presente no Cerrado que, num ambiente de aquecimento global e de mudanças climáticas, poderá propiciar que, no futuro, possamos continuar plantando milho, soja, feijão e sorgo na região do Cerrado brasileiro.

Portanto, tão importante quanto plantar e produzir agora é preservar a biodiversidade. Nós estamos falando de um bioma. E eu fico muito preocupado, porque, quando se fala em proteção, sempre se busca uma proteção diferenciada, menor, para o cerrado brasileiro. E nós estamos falando de um bioma que é responsável por 70% do abastecimento de água, das Bacias do Paraná, do Tocantins e do São Francisco. Águas que serão absolutamente indispensáveis para a sustentabilidade da agricultura brasileira.

Lembro que são características do cerrado as veredas, as nossas veredas. E é a partir das veredas que o lençol da água aflora, onde brotam as águas do cerrado; e é fundamental não apenas a preservação, mas a recuperação das veredas para garantir a sustentabilidade da agricultura brasileira. Portanto, nós precisamos lançar os olhos sobre o futuro, em defesa da própria agricultura.

Quero registrar aqui que vou votar a favor da continuidade do relatório do Senador Luiz Henrique, reconhecendo o enorme esforço dele e do Senador Jorge Viana, e que o Senado todo construiu para produzir um texto equilibrado, registrando que votarei na condição de resguardarmos todos os destaques. Eu tenho vários destaques e quero registrar um deles.

Parece-me um retrocesso inadmissível, na medida provisória encaminhada, já que havia sido incorporada no Senado, e aceito pela Câmara, a decisão, a obrigatoriedade de recomposição das áreas de preservação permanente, 30 metros em torno das nascentes. E nós não podemos abrir mão, nós não podemos flexibilizar a recuperação das áreas de preservação em torno de nascentes, sejam propriedades pequenas, médias ou grandes, porque nenhum rio nasce grande; os rios nascem pequenos. E se nós não protegermos, não recuperarmos as nascentes do Brasil, nós não teremos água para fazer irrigação no futuro, para fazer o Brasil continuar sendo um grande produtor de alimentos. Por isso, quero registrar, concluindo, cumprimentando o esforço dos relatos, cumprimentando esta Comissão pelo debate, um debate importante. Mas o apelo

que faço é que não votemos apenas olhando as condições de hoje, mas que possamos lançar os olhos para o futuro, porque não estamos aqui aprovando uma legislação qualquer; nós estamos aprovando uma revisão do Código Florestal, que necessariamente deve ser uma legislação intergeracional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Senador.

O próximo a fazer uso da palavra é o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço licença para falar daqui. Não tenho nenhuma intenção de me diferenciar dos colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, mas é apenas para tentar agilizar.

Este tema é muito caro para a vida de milhões de brasileiros, para a vida de muitos parlamentares e, especialmente, para a vida de nosso País.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que essa discussão não é invenção de ecologista, de ambientalista ou de ONGs; isso é parte dos desafios do nosso País.

O nosso País, logo sendo descoberto, traduz, de alguma maneira, a sua própria biodiversidade. Nós levamos o nome de uma árvore. E de lá para cá, temos nos debatido sobre como usar os recursos naturais abundantes e fartos neste País.

Não foi o Senador Luiz Henrique, não fui eu, não foi o Deputado Aldo, não foram os Deputados e Senadores que estão aqui que pusemos isso na agenda do Brasil.

Em 1934 – estou falando de quase cem anos atrás –, agrônomos, pessoas preocupadas e responsáveis pela agricultura no Brasil levantaram a questão: nós estamos causando grandes danos ambientais. E lá colocaram alguns preceitos e princípios. Nessa lei, fizeram o primeiro Código Florestal. As ONGs foram lá fazer.

Os argumentos, a justificativa era uma só: dar condições para que o Brasil pudesse ter mais produção. Para isso, tem-se que cuidar de solo, água, floresta, da nossa biodiversidade. Esse é o argumento de cientistas.

Lá, em 1934, já estava colocado que as florestas se constituem em um bem comum... Em 1934! Hoje, Srs. e Sras. é o Dia do Engenheiro Florestal. Exatamente neste dia estamos aqui discutindo o futuro das florestas em nosso País. Obviamente, não estou excluindo que isso tenha uma conexão, uma interrelação direta com a atividade produtiva no Brasil, com o uso do solo no Brasil, mas o Código é florestal. Faço isso, porque sei da dedicação do Senador Luiz Henrique. Não precisa falar e repetir a legitimidade que ele tem, até pelas injustiças que sofreu, ao tentar colocar esse assunto no seu Estado. Um Estado que é o da pequena produção da agricultura familiar e que passa dificuldades, como, hoje, a Comissão de Agricultura desta Casa, acolheu os suinocultores. Mas não vamos pegar todos os problemas da agricultura, da agropecuária, que são reais e concretos e são muitos, e jogar nas costas do meio ambiente. A questão

da legislação ambiental é parte dos desafios, mas não pode ser a responsável pelos problemas que nossos produtores enfrentam.

Senhores, senhoras, o mundo tinha seis bilhões e meio de hectares de florestas. A metade, tirando os oceanos, da terra era de floresta. Há quatro bilhões de hectares hoje. Dois bilhões e meio de hectares de florestas no mundo inteiro foram embora. O Brasil tinha 800 milhões de hectares de florestas. Trezentos milhões não são mais de florestas. Temos 506 milhões de hectares de florestas. Nosso País, certamente, tem uma enorme quantidade de áreas que pode ter maior e melhor produção e produtividade. A Embrapa aponta isso... Vou me pegar quando falo de floresta em uma figura muito respeitada por todos nós, Alysson Paulinelli. Quando Ministro, tentaram colocar as políticas públicas de substituir floresta na Amazônia por outras atividades. Ele disse: "Para! Não conheço e não conhecemos a Amazônia." E criou a Embrapa para pesquisar, para pôr o componente do conhecimento para, daí sim, procurar fazer as atividades econômicas no desconhecido.

Tem uma coisa muito importante sobre este tema que quero ressaltar aqui. Agora, tem uma medida provisória editada pela Presidenta Dilma. A Presidenta Dilma levou em conta, sim, tudo aquilo que teve de posicionamento da Câmara e do Senado e editou a Medida Provisória que ora apreciamos; que o Senador Luiz Henrique, com tanto amor e dedicação, é Relator.

Vi, pela primeira vez, em uma das audiências que fizemos, apresentada pelo Presidente Bohn Gass, o Governo inteiro, seis ministros, falando a mesma linguagem: buscando entendimento para virar essa página, pensando na proteção do meio ambiente, na conservação e pensando, também, na atividade produtiva.

Lamentavelmente, durante a manhã inteira, tudo o que nós fizemos pela pequena produção foram poucos os que falaram, pelo pequeno produtor... Setenta e cinco por cento das propriedades brasileiras – estou falando de mais de cinco milhões – são de pequenos produtores. Toda dedicação nossa aqui foi para os pequenos produtores, prioritariamente, como sempre falaram aqui, desde a Senadora Ana Amélia, Senador Moka e Deputados também... Mais nossos colegas Senadores daqui, porque ao ocupar 25% do território brasileiro produzem, praticamente, 70% de toda produção e são responsáveis por mais de 90% das propriedades do Brasil. Não estou, com isso, querendo tratar como que quisesse excluir os grandes produtores e médios produtores. Não tenho preconceito. Meu Estado tem muitos grandes produtores e lá fizemos a boa mediação, o zoneamento, sentamo-nos à Mesa e acabamos o conflito e encontramos a convergência de viver em paz e produzir. E lá temos a boa produção sustentável. Saímos da ilegalidade de 100% da madeira explorada para, hoje, essa madeira ser quase 100% legalizada e sustentável. Hoje, a floresta no Acre é renda no bolso do fazendeiro e do produtor. Eles queriam ter mais floresta para ganhar mais

dinheiro, porque agora a gente está começando a fazer aquilo que o Brasil ainda não fez: ver a floresta como ativo econômico.

Srªs e Srs. Senadores, o Governo da Presidenta Dilma acabou de apresentar o Plano Safra com juros diferenciado, com um programa que olha para o agricultor familiar de maneira diferenciada. Desde o governo do Presidente Lula, sem excluir outros que tenham feito ações, tem mudado bastante. Temos avançado!

Ou não é verdade que nos últimos dez anos o Brasil está protegendo mais e melhor suas florestas e tendo maior produtividade e produção? Isso está acontecendo! Nós saímos de uma situação em que éramos a referência de destruição de floresta no mundo e já não somos mais.

Quase quatro milhões de hectares de floresta eram desmatados todo ano, na década de 90. Agora, tivemos recorde de redução, graças aos produtores e aos avanços das políticas públicas. E isso não impediu de aumentar a produção agrícola; ao contrário, aumentaram a produção e a produtividade.

Eu queria tratar disso, para que não ficássemos num confronto em que fazemos uma escolha ou outra. A escolha é pela aproximação de quem produz, de quem cria com as florestas, com o meio ambiente. Não conheço ninguém que produza sem ter o meio ambiente como aliado.

De fato, como foi dito aqui, o melhor aliado para o meio ambiente – esperamos ter essa aproximação – é o produtor, que vive da terra, que trabalha. Mas para isso precisamos sair desse confronto, desse puxa pra cá e puxa pra lá, porque com isso todos perdem.

Sras. e Srs. Senadores e Deputados, quero concluir. Eu vou usar uma palavra forte. Pode ser uma conclusão forte, mas fica parecendo... Dependendo das situações – porque eu consigo separar o que são equívocos de políticas públicas –fica parecendo que o Brasil tem a riqueza que tem, a água doce que tem, tão cobiçada no mundo, o solo que tem, a possibilidade de produzir tudo e melhor do que os outros países, o clima que tem, a floresta que tem, a biodiversidade que tem e que tudo isso é maldição! Que isso é problema. Que nós não queríamos ter nada disso, para não ter debate, discussão. Não.

Os países do mundo inteiro queriam ser como o nosso País, ter um clima nosso, um solo nosso, a nossa riqueza natural, a biodiversidade nossa, as florestas que nós temos. E ter, obviamente, o nosso povo, que é talvez a maior riqueza. E ter, talvez, a nossa coisa mais rica: a disposição do nosso povo.

Senhoras e senhores, eu tenho consciência de que vamos, sim, avançar. Que o Brasil verá as florestas como um ativo econômico. Tem algum sentido um País como o nosso ter meio bilhão de hectares de floresta e nós termos a participação de apenas 4% no PIB florestal mundial? Esse é o problema!

Agora, nós precisamos tomar uma decisão, aqui, hoje. E eu diria que depois da Rio+20, a decisão que estamos tomando aqui hoje não é de quem

perde e quem ganha; a decisão que tomaremos aqui hoje é sobre que País nós queremos?

Qual o mercado que o agronegócio, que a produção brasileira disputa? O nosso? Ou é o mercado global e mundial? Nós disputamos o mercado mundial! E se é o mercado mundial que queremos conquistar, passar a União Européia e os Estados Unidos, nós precisamos aqui tomar uma medida pensando no futuro, pensando na estratégia deste País, cuidando dos nossos produtores.

Nesta medida provisória há um cuidado diferenciado. A Presidenta Dilma ousou, como nenhum outro governo ousou, ao dar um tratamento diferenciado para a agricultura, para o produtor familiar. Foi muito longe, além do que qualquer pessoa poderia imaginar. Isso não está sendo considerado.

Essa é a luta dos senhores, porque eu aprendi a respeitar muitos dos senhores que estão aqui, ou todos os senhores, pela luta que sempre travaram. Então, vamos considerar isso. Vamos separar aquilo que ainda tem que ser tratado. Mas, gente, todas as propostas que eu começo a ver são sempre contra o meio ambiente, que é um aliado importante!

O que nós já conquistamos nessa medida provisória dá todas as condições para o Brasil disputar o mundo, o que não é fácil, porque se queremos disputar o mundo vendendo para o mundo, temos que considerar que o mundo também está sendo exigente para consumir. Isso é importante.

Vou falar rapidamente, Sr. Presidente. A Rio+20 saiu meio desacreditada. Mas tem uma decisão importante que foi tomada lá. Ela debatia o desenvolvimento sustentável. Até 2015 o mundo está querendo se livrar de uma palavra chamada PIB, Produto Interno Bruto, que nos guiou de forma insustentável, que criou a exclusão social e que falseou o mundo, achando que estava indo para frente, mas o mundo estava andando para trás.

Tem miséria nos Estados Unidos. Tem fome, desemprego e miséria na Europa, mas a miséria e a pobreza também estão aqui, no entorno do nosso País. O Brasil é um dos poucos que cresce com inclusão social, mas o PIB, que já vai completar 100 anos, está vencido. E está estabelecido que, até 2015, a ONU, os países vão estabelecer os indicadores de desenvolvimento sustentável. E eu não conheço nada mais estratégico no Brasil do que a produção agropecuária. E nosso mercado é o mundo. E é olhando para esse mercado e para esse mundo que queremos conquistar que devemos levar em conta e ser uma referência de indicadores socioambientais, porque isso vai ser estabelecido como um padrão.

E concluo, Sr. Presidente, dizendo: está muito claro que esse debate não é só de parlamentares, não é só do Brasil. O mundo está procurando encontrar um novo padrão de produção e consumo. São sete bilhões de almas, e nós, produtores, nós, consumidores, todos nós estamos nos estabelecendo um novo padrão de consumo para que o mundo não seja destruído, para que o Planeta não seja destruído. E, dentro desse padrão de produção e consumo, os

consumidores estão querendo exigir sobre o produto que estão consumindo. E é bom que a gente mude e melhore o nosso padrão de produção.

Então, concluo, fazendo um apelo aqui: que a gente possa votar esse texto, com os destaques, como foi já colocado, respeitados os destaques, que a gente possa, sinceramente, ajudar os produtores a virarem essa página, resolverem esse problema, mesmo que tenhamos que consumir agosto e setembro. É muito importante. Às vezes, quando a gente passa do ponto, mesmo quem está na defesa dos produtores pode estar criando dificuldades para eles.

Então, esse equilíbrio, essa ponderação, o Senador Luiz Henrique, com autoridade que tem dos seus 40 anos de mandato e com o privilégio que me deu da sua companhia, da sua confiança, este Presidente e mais o Deputado Edinho, acho que merece o nosso voto de confiança para que a gente possa, atendendo ao País, o presente e o futuro do Brasil, virar essa página, resolvendo o problema do novo Código Florestal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu havia feito um esforço aqui para que, de fato, todos pudessem falar. Houve um pedido para nós encerrarmos regimentalmente. Se quatro Senadores e seis Deputados falam, o Regimento permitiria que nós pudéssemos suspender. Mas nós temos a compreensão do Senador Moka, que não se inscreveu, a quem agradeço; da Senadora Ana Amélia, que não se inscreveu; do Celso Maldaner, que abriu mão da sua inscrição. Eu combinei, então, para que todos pudessem falar, que tivéssemos rápidas falas para podemos votar, certo? Do Marquezelli; do Senador Sérgio Souza; depois, volta para o Edinho; e o Relator conclui.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Então, por favor, eu quero a compreensão dos senhores para que a gente possa ser muito sintético para podermos votar. Senão, fica difícil. Então, eu pediria essa compreensão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – É um acordo, né, Sr. Presidente? Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Seria o Marquezelli, o Senador...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, vamos ter, a partir das 16 horas, a Ordem do Dia. Os discursos são muito bons, mas temos outros momentos para continuar discursando.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu peço, então, assim... O Padre Eurico também não se inscreveu. Agradeço muito a sua questão. Então...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Abre mão? Agradeço ao Marquezelli. Retira dois minutos o Senador...

Senador Sérgio Souza, dois minutinhos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Eu quero também a salva de palmas, mas é bem rápido, é muito rápido.

Sr. Presidente, só queria, na linha do Senador Jorge Viana, em rápidas palavras, dizer que V. Exa., Senador Jorge Viana, tem muita razão no que está dizendo, como tem muita razão no relatório do Senador Luiz Henrique, e fazer uma breve reflexão do que vamos estar votando hoje aqui é o relatório do Senador Luiz Henrique, ressalvados todos os destaques, que são às centenas, que serão apreciados tão somente lá no começo de agosto, conforme acordo feito entre as lideranças e entre todos que estão aqui.

Para finalizar, Sr. Presidente, dizer o seguinte: tem muitos Senadores aqui, Deputado Lupion, que concordam com V. Exa. com relação à importância estratégica da produção de alimentos no Brasil. E não só para alimentar os sete bilhões hoje de seres humanos no mundo, Senador Jorge Viana, mas para alimentarmos os nove bilhões que teremos daqui a poucos anos, segundo informações da própria ONU. Isso é uma responsabilidade. E temos que mudar de padrões de consumo e produção, como disse a Presidente Dilma, na Rio+20 e nós temos de ter a responsabilidade de construir uma produção de 50% a mais de alimentos em 2050, como disse Ban Ki-moon.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso. Obrigado, Senador.

Eu quero agradecer, então, aos Deputados...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Eu quero só dizer ao Relator que ele vai aprovar o Código, vamos levar os destaques todos ao plenário e nós queremos que eles sejam examinados, um a um, lá. Nada de requerimento, coletivamente, e de não aceitar todos.

Vamos, um a um, discutir, porque nos destaques tem muita coisa que o senhor pode aproveitar. Só isso.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso.

Nós temos requerimentos, ainda, ...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Só um pouquinho.

Nós temos requerimentos, ainda, para apreciar. São requerimentos seus, inclusive, Deputado Caiado.

Agradeço, também ao Padre Eurico.

Passo a palavra... O Edinho abre mão também e eu passo então, para encerrar esta parte, ao nobre relator.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, uma questão, Sr. Presidente, antes da fala do nobre relator, Sr. Presidente, tempo de líder.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Tempo de líder. Tempo de líder.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Só um instante.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Federais, Sras. e Srs. Senadores, na redação do parecer que apresentei, eu me dediquei a ouvir todos.

Hoje, novamente, eu tive o privilégio de ouvir atentamente todos os colegas parlamentares e todas as colegas parlamentares.

Este é um momento histórico. Nós, que lutamos duramente para trazer de volta o Brasil à democracia estamos gratificados e recompensados por esta sessão, que nos deu uma bela lição do contraditório, uma bela lição do diálogo, uma bela lição do debate, em que cada um, no que disse, tem parcelas maiores ou menores de razão nos seus encaminhamentos.

Nós continuaremos na busca pelo equilíbrio. O equilíbrio é fundamental e eu quero secundar a Senadora Kátia Abreu: nós avançamos muito, sim.

Nós desejamos mais, mas não podemos ir além do conjunto de forças que atuam nesse processo, desde as forças da sociedade, até as forças instaladas neste Congresso e a do próprio Governo.

Vou repetir o que disse desde o início, que disse, há pouco, para o meu caro Senador Giovanni Queiroz, a quem tanto respeito.

Eu queria saber se V. Exa. estava atento.

O que eu disse a S.Exa. é que a elaboração desse projeto deve ter o mínimo de consenso, o mínimo de convergência que permita uma votação no Senado e na Câmara dos Deputados e que não enseje o veto presidencial.

Foi nessa direção que nós sempre norteamos o nosso trabalho.

Efetivamente, nós avançamos muito.

O Código Ambiental de Santa Catarina foi a grande bandeira que tremulou neste País, que causou tanta celeuma, e vou dar só um dado para mostrar como nós avançamos: o que dizia o Código Ambiental de Santa Catarina que causou tanta revolta do então Ministro do Meio Ambiente? Dizia que rios de 5 metros de largura apenas nos rios de cinco metros de largura seria respeitado o limite de cinco metros de área ripária para os agricultores de um módulo fiscal, contados do maior nível do rio. O que estabeleceu a Presidente da República na sua medida provisória? E eu posso homenageá-la porque não fui seu eleitor. Coordenei, em Santa Catarina, a candidatura do candidato derrotado José Serra,

que, aliás, superou a atual Presidente por quinhentos mil votos. Foi a maior diferença observada no País contra a candidata vencedora. Então, eu posso falar com toda independência que a Presidente da República merece uma grande homenagem dos cerca de 90% dos trabalhadores rurais deste País que foram beneficiados fantasticamente com essa medida provisória. Ela, a Ministra Izabella Teixeira e os demais Ministros, o Ministro Mendes Ribeiro e os demais Ministros que participaram dessa decisão.

Basta dizer isso, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Esse Projeto é um projeto da conciliação nacional. Servirá para garantir a preservação e para assegurar a missão nacional de alimentar seu povo e alimentar o mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Em função do pedido...

Obrigado, Senador. Parabéns! Quero testemunhar o grande esforço do Senador Luiz Henrique no trabalho. Tenho acompanhado.

Houve uma solicitação do Deputado Caiado numa comunicação de Liderança. O senhor tem cinco minutos, pelo Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é importante que seja dito que não existe nenhum parlamentar que não tenha aqui o sentimento de apoio e de preservação do meio ambiente, nenhum parlamentar que não venha aqui discutir com bom senso, equilíbrio e também com base científica.

O que nós estamos discutindo, Sr. Presidente, é outro assunto, porque, até agora, os defensores desse Projeto de Conversão... Não existe ninguém aqui que seja contrário à preservação. Não tem ninguém aqui que seja contrário a cada vez ampliar mais as reservas, a cada vez ampliar mais as APPs. Ninguém está contra isso. Se esse é o ponto que o Governo quer e se ele deseja...

Antes, estou perguntando objetivamente, Presidente, aos Relatores. Qualquer lei, para ser aprovada, precisa, primeiro, respeitar o princípio da razoabilidade. Isso é princípio primário. Nós não podemos elaborar uma lei que seja tipo linguagem de horóscopo. Todo mundo lê, todo mundo se adequa àquilo. Não tem problema algum. Eu estou perguntando objetivamente quem vai pagar a conta.

Senador Rollemberg, concordo com a tese de V. Exa. Quem vai pagar a qualquer produtor rural europeu ou americano? Se vão estender a área, ele tem direito a lucro cessante. Ele tem direito a ter a remuneração digna. Então, quando V. Exas., aqui, discutem o processo: "olha, não são mais trinta metros, são cem, são duzentos, são quinhentos..." Qual é a fonte que vai pagar ao produtor rural o impedimento de ele continuar produzindo se o benefício é a toda a comunidade? O benefício não é só a ele, é a todo o universo.

Então, esse é o ponto discussão, Presidente, esse é o princípio maior. Agora, desculpe-me, sou um homem que aprendeu muito rápido. Não podemos abrir mão do principal pelo acessório. O que é o principal? Principal é o que colocamos aqui. Não tendo a fonte para pagar, não tendo no projeto a condição de arcar com o impedimento de o cidadão continuar sobrevivendo na sua terra, o ônus que está sendo imposto a ele, o que não é imposto, há outras atividades no Brasil que são sim essas comprometedoras do maio ambiente, como, por exemplo, exploração do petróleo no pré-sal, a mais de 7 mil quilômetros, provocando o que está provocando, os desastres do meio ambiente, utilização de todos os carros do Brasil, principalmente à base de combustível fóssil.

Então, quanto a isso aí nós gostaríamos de saber: qual é a fonte que vai arcar com essa despesa? Porque, senão é cortesia com o chapéu alheio. "Ah, nós avançamos". Avançamos em quê? Tirou-se o bode da sala? Qual é o princípio maior, não é a garantia da área consolidada? Essa é a coluna vertebral do projeto que veio da Câmara e que foi discutido no Senado, é a preservação do direito do cidadão a não ser multado, não ter ali multas que vão lhe imputar na condição de ter que vender a sua propriedade. Por que não dar essa segurança jurídica? "Não, não vamos dar, não tem área consolidada e tem que recompor." E quem vai pagar a recomposição? Por que essa mesma medida não existe aqui? O Palácio do Planalto está na APP, o Palácio do Planalto esta na APP, a Marginal Pinheiros, Morro do Borel, Rocinha, Teresópolis, Petrópolis, as APPs lá não servem? As APPs nas margens do Tietê, dentro de São Paulo, isso tudo é irrisório, insignificante. A APP só vale com a rigidez e a penalização quando é no setor rural, no setor urbano e nas indústrias, não. Fechamos os olhos, deixa poluir, aí o crescimento global...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Para concluir.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Para concluir. É por conta do pobre coitado que está lá fazendo a lavoura dele, não é por conta de quem está explorando o pré-sal hoje em dia e fazendo com que milhões e milhões de carros no Brasil sejam abastecidos por...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – O tempo está encerrado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – ... combustível fóssil e dióxido de carbono.

Estou terminando, Presidente.

Olha, nós não teríamos reparo nenhum a fazer ao projeto do Senado se simplesmente dissessem: "Tudo bem, o produtor rural será recompensado, a fonte orçamentária é essa e o valor está sendo depositado na sua conta". Não tem problema, não tem problema, Presidente, se quiserem aqui transformar o Brasil todo em APP, não tem problema, desde que paguem ao cidadão que tem a propriedade como fonte de renda...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Obrigado, Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – ... para poder manter a sua família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Agora, para procedermos, então, estamos num processo. Temos 343 pedidos, requerimentos solicitando destaques.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente, o senhor está encerrando a discussão. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Sim, neste momento está encerrada a discussão já. A discussão está encerrada e temos então 343 requerimentos. O que nós vamos fazer é o que vimos conversando, exatamente a tentativa do acordo que sempre havíamos proposto. Nós votaríamos o relatório e que faríamos a admissibilidade global dos requerimentos e que o Relator trabalhará sobre eles, obviamente agora, e votaremos isso na sessão, a partir do dia 7 de agosto, que será a sessão que será conjunta naquela semana da Câmara e do Senado.

Então, coloco em votação neste momento...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 162, inciso II: "Antes de iniciar a votação da matéria principal, a Presidência dará conhecimento ao Plenário dos requerimentos de destaque apresentados à Mesa".

[P1] Comentário: Inciso II e não § 2º

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso, todos os requerimentos já estão aqui. Estão à disposição de todos os parlamentares.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, é regimental o que eu estou cobrando

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Dado o conhecimento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – É regimental, Sr. Presidente. Estou pedindo exatamente que seja dado conhecimento a todos nós. Não há outra maneira de não ser. Ou V. Exª manda distribuir, ou V. Exª terá que lê-los.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Só pode dar conhecimento na leitura. Eu não conheço outra maneira.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Questão de ordem 162, § 2º.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Senador Pimentel, para contraditar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, os requerimentos de destaque são apresentados até o final da discussão. Então, está encerrada. Como nós vamos admitir todos os requerimentos apresentados até o presente momento, não há necessidade dessa divulgação. Se nós fôssemos hoje dar parecer a cada um deles, aí sim. Portanto, Sr. Presidente, eu proporia a V. Exa. que admitisse todos os requerimentos apresentados até o presente momento ou até o encerramento da discussão. Em seguida, o nobre relator apresentaria o seu parecer sobre cada um deles, admitindo-os, modificando-os ou não os acolhendo, e, aí sim, nós os votaríamos. Mas isso só em agosto.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – É exatamente isso que nós vamos fazer neste momento.

Eu coloco em votação, em bloco, a admissibilidade dos requerimentos.

Quem concorda permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Então, está aprovada a admissibilidade dos requerimentos, para posterior debate, como nós já havíamos falado anteriormente.

Nós temos sobre a mesa um requerimento do Deputado Roberto de Lucena, que está prejudicado em função da sua ausência.

Nós temos um requerimento do Deputado Ronaldo Caiado, que solicita o adiamento da votação por 48 horas e também por 36 horas.

Pergunto ao Deputado Caiado se ele mantém esse requerimento ou se o retira.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sim, Sr. Presidente. Mantenho.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Presidente, eu solicito a V. Exa. que façamos a votação dos requerimentos em globo.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Nós temos três requerimentos.

Está acatada a sua sugestão, Senador Pimentel.

O adiamento da votação por 36 horas, por 48 horas e também que a votação do requerimento de votação seja nominal.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Nós gostaríamos de saber qual realmente será a orientação para a votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu queria colocar para os senhores o seguinte: o senhor tem um novo requerimento, que é sobre a votação nominal para o relatório. Eu o acato e acredito que ção deveremos fazer

esta votação de forma nominal, que é a votação do relatório, posterior. Então, eu nem o colocaria em votação; já acataria esse requerimento de V. Exa., para, na votação do relatório, fazermos a votação nominal. Mas nesse caso aqui, sobre esses dois requerimentos de 48 horas e de 36 horas de adiamento de votação, vamos colocar em votação os dois requerimentos, um que solicita 36 horas e outro que tem 48 horas.

Colocamos os requerimentos em votação.

Quem concorda com esse....

A votação é a seguinte – é sempre bom orientar para não ficar dúvida, porque, aí, sempre se confunde: quem vota "Sim" vota a favor dos requerimentos para adiar; e quem vota "Não" vota para votar hoje. Certo? Está claro?

Então, quem vota – tem sempre a ordem também – pelo requerimento, quem vota "Sim" a favor do adiamento, a favor do requerimento, permaneça como está.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, e os encaminhamentos? V. Exa. não garante nenhum encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Mas eu fiz esse encaminhamento. Eu já fiz esse encaminhamento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – O autor. Eu sou autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não, não. O encaminhamento já foi feito.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Presidente, não tem orientação?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Rejeitado.

Então, nós temos ainda sobre a mesa a questão do parecer do relator, certo? Esse, como havia dito antes, atendendo ao pedido do Deputado Ronaldo Caiado, vamos fazer a votação nominal.

Solicito ao nobre Relator revisor que proceda à votação nominal dos Deputados.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não, Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, V. Exa., então, concede uma votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Certo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Solicito, então, à assessoria de V. Exa. que nos responda e nos esclareça, em primeiro lugar, se obstrução será considerado como quórum ou não; segundo item: vou pedir, como

Líder do Democratas, não como membro da Comissão, prerrogativa da qual estou investido.

Bom, então, com essas duas situações, no momento em que pedi verificação de votação, se nós teremos um tempo para nos ausentarmos ou se a obstrução será respeitada e não será computada como quórum na votação final.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – É dispensa à verificação porque ela já é nominal. A verificação só acontece quando nós temos uma votação simbólica, e aí há o pedido, mas, já que acatei o seu requerimento de que haverá votação nominal, esse assunto está resolvido.

Então, está em votação.

O Edinho procede agora à chamada dos resultados.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Exa. não respondeu se ao estarmos em obstrução vai ser contabilizada ou não a nossa presença. Essa é a pergunta que formulo, porque, veja bem Sr. Presidente, se V.Exa. diz "eu vou computar, apesar de que eu vou recorrer ao Supremo e à Mesa", aí eu tenho que pedir a V. Exa. um prazo para que as pessoas possam se retirar.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Exatamente isto: pelo Regimento, de acordo com o que a assessoria nos informou antes – e para deixar bem clara a votação anterior –, o seu pedido de hoje de amanhã não era na condição de líder. O seu pedido na nossa sessão era como membro. Senador membro. O Regimento exige que o membro não pode obstruir. Ele conta como quórum. Então, essa foi a razão daquela votação. Nesse caso aqui, regimentalmente, as obstruções não contam quórum.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Não contam quórum. Então, nós poderemos permanecer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Não contam. Estou solicitando à assessoria desta Comissão. É uma comissão mista, porque há três Regimentos: o Regimento da Câmara, o Regimento do Senado – estou com os três Regimentos aqui – e o Comum, que é das comissões mistas. Está no novo rito. O que a assessoria nos informa neste momento é que, em obstrução, não conta como quórum.

Esclarecida a sua questão, nós passaremos, então, para...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu gostaria, então, que na lista de presença de votação, constasse a obstrução, para que não seja obstrução.

Muito obrigado.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Eu só quero deixar bem esclarecido...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não, Deputado Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – ... para que amanhã ou depois não haja nenhum tipo de dúvida, que o Deputado Ronaldo Caiado teve que

pedir como líder porque ele é suplente na Comissão. O titular sou eu. Automaticamente, ele não tem direito a voto aqui na Comissão. Então, ele pediu como líder, porque nem direito a voto ele tem na Comissão por ser suplente e por eu estar presente. Vamos deixar bem claro isso, para amanhã ou depois não haver dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso. Está vencida a matéria.

Vamos, agora, à votação. O Edinho procede à votação.

Em regime de votação.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Chamada dos Srs. Parlamentares para votação do parecer do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Para esclarecimento: o voto é "sim" ou "não". O que está em votação é o relatório do Senador. Então, quem votar "sim" vota a favor; quem votar "não" vota contrário.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Pois não.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Eu e o Deputado Celso estamos na suplência do PMDB. Foi colocado aqui que a votação seria de Celso Maldaner. Eu queria levantar esta questão: consultei a liderança, e não há nenhuma prerrogativa desse tipo. Consultei o Deputado Paulo Piau, que é o titular, e ele me deu a decisão do seu voto, que é votar contra o relatório. Eu queria manifestar essa posição do Paulo Piau, que disse que não falou com o Deputado Maldaner sobre essa questão.

Então, minha posição é contrária ao relatório, respeitando o voto do Paulo Piau, e eu queria consultar à Mesa quem vai votar como suplente, no lugar de Paulo Piau, pelo PMDB.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu respondo a essa questão.

Acabo de receber do Vice-Líder do PMDB, Deputado Edinho Araújo, esse documento neste momento, que acabo de ler.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Um dos trinta. Obrigado pela força, Edinho. Saberei retribuir depois nos meus destaques.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Por favor, Deputado Colatto! Eu estou com a palavra!

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Eu queria dizer ao colega Colatto que essa é uma orientação do Líder Henrique Alves. O suplente, na ausência do Deputado Paulo Piau, vota o Deputado Celso Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Tenho aqui e passo a ler, neste momento, para não deixar nenhuma dúvida.

Ofício...

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Não é a informação que eu tenho. Eu estava viajando e não tinha essa informação. E quero deixar aqui bem claro aqui, para ficar bem transparente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Eu tenho ofício do Deputado Líder do PMDB. Não podem ficar dúvidas. Há pessoas que dizem depois, que usam palavras aditivadas, que aqui não se cumpriu o Regimento e as informações. Essa é uma questão precisa.

Aqui está uma assinatura do Líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves, que designa, através do Ofício 792, dirigido à Presidência, que indica exatamente o Deputado Celso Maldaner, que votará na Comissão Mista a esta matéria 571.

Portanto, aqui está o documento do PMDB, do Líder Henrique Eduardo Alves.

E nós procedemos à votação neste momento.

Com a palavra o Deputado Edinho.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – "Sim".

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – "Sim", Sr. Presidente, com destaques, e sou proponente de alguns, em defesa do meio ambiente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – "Sim", ressalvados os destaques.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – O voto do Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Sim", Sr. Presidente, ressalvados os destaques.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Senador Gim Argello? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – "Sim", Sr. Presidente, ressalvados os destaques.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Faço agora a chamada dos Srs. Parlamentares Deputados.

Como vota o Deputado Bohn Gass?

O SR. BOHN GASS (PT – RS) – "Sim" ao relatório do Senador Luiz Henrique.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Deputado Márcio Macêdo?

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – "Sim", Sr. Presidente, com as ressalvas em defesa do meio ambiente e da agricultura familiar.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Edinho Araújo vota "sim".

Como vota o Deputado Celso Maldaner?

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – "Sim". Voto a favor, inclusive a pedido também do Deputado Paulo Piau.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Deputado Leonardo Vilela? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Luis Carlos Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Deputado Abelardo Lupion?

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Obstrução.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Deputado Bernardo de Vasconcellos?

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Obstrução.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Deputado Pastor Eurico?

O SR. PASTOR EURICO (PSB – PE) – "Sim", Sr. Presidente, ressalvando os destaques, que serão discutidos depois, concernentes à carcinicultura e à salineira na área do Nordeste.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Deputado Giovanni Queiroz?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Obstrução solidária.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Deputado Roberto de Lucena? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Nelson Marquezelli?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – "Sim", ressalvados os destaques.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Deputado Osmar Júnior? *(Pausa.)*

Como vota a Deputada Jô Moraes?

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB – MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Como vota o Deputado Cesar Colnago? *(Pausa.)*

O SR. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS (PR – MG) – Questão de ordem, Presidente. Apenas para lembrar que, segundo o Regimento, o voto da Presidência só é computado na necessidade da utilização dele como voto de minerva. Então, como foi conclamada a Presidência aí para votar, é apenas em caso de empate.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Não deu quórum.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Presidente conta o quórum, sim.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Vamos encerrar a sessão. Declare o voto.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Está correta a informação. Conta quórum e não conta o voto. Então, não tem problema de quórum, está tudo garantido, tem quórum; só não conta para a questão do voto.

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Isso. E se houver empate, aí desempato na função de Presidente. Mas não tenho dúvida sobre o quórum.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Que matemática tão difícil é essa, Presidente? A conta não fecha, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Só para confirmar. São obstruções.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – A conta não fecha?

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, o resultado da votação.

Votaram "sim" 16 Srs. Parlamentares.

Obstrução: 4.

Total de 20 votos e V. Exª na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Senhores e senhoras, nós encerramos...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, esclarecimento apenas sobre a votação.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT – RS) – Declaro aprovado.

O resultado está declarado: aprovado o relatório do Senador Luiz Henrique, ressalvados os destaques! (*Palmas.*)

Quero agradecer, para nós encerrarmos a sessão, a todos. Nós suspendemos a votação e encerramos a sessão.

Obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, solicito uma cópia da folha de votação.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, suspensa às 11 horas e 31 minutos e reaberta às 12 horas e 42 minutos; suspensa às 12 horas e 50 minutos e reaberta às 12 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 31 minutos.)

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

EXONERAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 22, de 2012

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE exonerar, a pedido, **ROGÉRIO DE ALMEIDA ABREU**, matrícula nº 218938, do cargo, em comissão, de Assessor de Imprensa da Presidência, Símbolo SF-02, da Presidência do Senado Federal, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 6 de agosto de 2012. Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Ato publicado no DOU nº 153, Seção 2, de 08/08/2012.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 5034 de 08/08/2012

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

NOMEAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 23, de 2012

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE nomear **JORGE ROSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Imprensa da Presidência, Símbolo SF-02, do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 6 de agosto de 2012. Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Ato publicado no DOU nº 153, Seção 2, de 08/08/2012.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 5034 de 08/08/2012

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
08/08/2012
quarta-feira

10h **Cerimônia de Lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais e Inauguração das Novas Instalações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD**
Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3 Bl. K

14h30 **Posse do Conselho de Comunicação Social e eleição do Presidente e Vice-Presidente**
Sala de Audiências

15h30 **Recebe o Governador Antonio Anastasia, de Minas Gerais**
Sala de Audiências

16h **Ordem do Dia**
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Assis Gurgacz* (S)
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Tomás Correia** (S)

Tocantins
PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 25
PMDB-19 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Souza. . . . . PMDB/PR
Tomás Correia. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25
PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2
PRB-1

Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Assis Gurgacz. . . . . PDT/RO
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Lopes. . . . . PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Marta Suplicy. . . . . PT/SP
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15
PSDB-10 / DEM-5

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Clovis Fecury. . . . . DEM/MA
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 13
PTB-6 / PR-6 / PSC-1

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Russo. . . . . PR/MS
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim Argello. . . . . PTB/DF
João Ribeiro. . . . . PR/TO
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR
Vicentinho Alves. . . . . PR/TO

PSD - 2

Kátia Abreu. . . . . TO
Sérgio Petecão. . . . . AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues. . . . . AP

Bloco Parlamentar da Maioria.	25
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	13
PSD.	2
PSOL.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Assis Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Clovis Fecury** (Bloco-DEM-MA)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim Argello* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Marta Suplicy** (Bloco-PT-SP)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Tomás Correia** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1ª VICE-PRESIDENTE

Marta Suplicy - (PT-SP)

2º VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS) (3,4)

1º SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2º SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO) (2)

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)

2º - João Durval - (PDT-BA)

3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 19

Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1

Paulo Davim

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,24)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49)
Lídice da Mata (29,38)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,44)

.....

Líder do PT - 13

Walter Pinheiro (22,24)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (27)
Lindbergh Farias (23)
Ana Rita (28)
Anibal Diniz (25)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49)

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4

Lídice da Mata (29,38)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (30)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Jayme Campos - DEM (26)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (31)
Flexa Ribeiro (7,32)
Lúcia Vânia (33)
Mário Couto (34)
Paulo Bauer (6,35)

.....

Líder do PSDB - 10

Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (5)
Paulo Bauer (6,35)
Flexa Ribeiro (7,32)

Líder do DEM - 5

José Agripino (2,10,14,45,46)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 12

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Blairo Maggi (19,51)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6

Gim Argello

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

Líder do PR - 5

Blairo Maggi (19,51)

Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (39)

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

PSD - 2

Líder
Kátia Abreu - PSD (11,13)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (5,12)
RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (14,16)

Leitura: 16/03/2011
Instalação: 27/04/2011
Prazo final: 06/09/2011
Prazo prorrogado: 15/04/2012
Prazo prorrogado: 30/06/2012
Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (17)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) (13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (17)	
(3,11)	

Notas:
*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 061 33033514
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (4)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento n° 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento n° 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento n° 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento n° 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento n° 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1°.09.2010, lido e aprovado o Requerimento n° 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012
Instalação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012
Designação: 07/03/2012
Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) (13)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) (7)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) (10)
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) (7)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (1)	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)
Senador José Agripino (DEM) (3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (5)	
Senador Fernando Collor (PTB) (2)	1. Senador Gim Argello (PTB) (2)
Senador Blairo Maggi (PR) (4)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) (4)
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu (8,9)

Notas:
*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.
**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedidda pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 04/04/2012
Prazo final: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1.

Notas:
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB N° 093/2012).

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012
Designação: 15/03/2012
Instalação: 12/04/2012
Prazo final: 10/06/2012
Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS
Nelson Jobim
Bernardo Appy
João Paulo dos Reis Velloso
Everardo Maciel
Ives Gandra da Silva Martins
Adib Jatene
Luís Roberto Barroso
Michal Gartenkraut
Paulo de Barros Carvalho
Bolívar Lamounier
Fernando Rezende
Sérgio Prado
Manoel Felipe do Rêgo Brandão
Marco Aurélio Marrafon

Notas:
*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Designação: 17/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Senador Clovis Fecury (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Gim Argello (PTB)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012
Instalação: 17/04/2012
Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Paulo Davim (PV) (2)
Senador Luiz Henrique (PMDB) (2)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

8) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (14)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) (11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (34)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Assis Gurgacz (PDT) (35,36)	6. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (30)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) (18,23)
Tomás Correia (PMDB) (37,38)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) (4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (3)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,33)
Jayme Campos (DEM) (31)	5. Clovis Fecury (DEM) (5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (30)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) (27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) (7)	4. Alfredo Nascimento (PR) (22)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSD PSOL (26)

Kátia Abreu (PSD) (24,25)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício n° 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. N° 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. n° 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT) (3)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (2)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Lindbergh Farias (PT) (4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) (8)	2. Cristovam Buarque (PDT) (7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (9)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) (10)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (1)	1. Armando Monteiro (PTB) (2,3)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (19)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (23)	
Waldemir Moka (PMDB) (24)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (7,18,24)
Paulo Davim (PV) (2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) (24)
Romero Jucá (PMDB) (3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) (24)
Casildo Maldaner (PMDB) (24)	4. Eduardo Braga (PMDB) (24)
Ricardo Ferraço (PMDB) (24)	5. Roberto Requião (PMDB) (24)
Ana Amélia (PP) (15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) (11,24)
Renan Calheiros (PMDB) (24,26)	7. VAGO (24)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) (10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) (8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (23)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) (1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) (25)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) (20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (7)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (2)

Notas:
1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: (2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (7)	
VAGO (5,6)	1. VAGO (3)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (5)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Oficio n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. n° 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) (1)

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (3)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).
2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. n° 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (24)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (8)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (8,10)
Jorge Viana (PT) (6)	4. Assis Gurgacz (PDT) (25,26,50,52)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) (7)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (33,34)	7. Humberto Costa (PT) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40,51)	1. Renan Calheiros (PMDB) (2,4,16,21,28,40,51)
Eunício Oliveira (PMDB) (3,17,40,51)	2. Roberto Requião (PMDB) (5,16,37,40,47,51)
Pedro Simon (PMDB) (40,51)	3. Tomás Correia (PMDB) (14,16,40,51,53,54)
Romero Jucá (PMDB) (40,51)	4. Eduardo Braga (PMDB) (15,16,40,51)
Vital do Rêgo (PMDB) (21,40,51)	5. Lobão Filho (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	7. Benedito de Lira (PP) (40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (9)
José Agripino (DEM) (18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) (19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (39)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) (11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) (48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão (41,42,43)	1. Kátia Abreu (30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício n° 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
52. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
54. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO (2)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:
1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (18)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (44)	
Roberto Requião (PMDB) (46)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,31,42,46)	2. VAGO (46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (32,34,43,46)	4. VAGO (46,49)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. VAGO (46,49)
Romero Jucá (PMDB) (46,49)	6. VAGO (23,46,49)
Tomás Correia (PMDB) (46,49,50,51)	7. VAGO (11,46)
Waldemir Moka (PMDB) (46,49)	8. (46)
Ciro Nogueira (PP) (46,49)	9. (46)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (6)	1. Cícero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (5)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) (21)
José Agripino (DEM) (9)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (44)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,45)
Magno Malta (PR) (12,26)	3. Antonio Russo (PR) (39,40)
João Ribeiro (PR) (26)	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL (37)	
Kátia Abreu (PSD) (35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
40. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Assis Gurgacz (PDT) (12,16,41,42)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (39)	
Luiz Henrique (PMDB) (17)	1. Tomás Correia (PMDB) (43,44)
VAGO (21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) (22,23)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO (33,34,38)
Ivo Cassol (PP) (13,14,24,25)	6. VAGO (9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) (20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (39)	
Gim Argello (PTB) (1,27)	1. João Vicente Claudino (PTB) (2)
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL (36)	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (6)	1. Kátia Abreu (PSD) (5,6,10,35)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

36. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (1,3,6,8,14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (16)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (15)	
VAGO (13)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (11)	2. Waldemir Moka (PMDB) (7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (15)	
(9)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. n° 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollembeerg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício n° 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.212, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (7)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) (7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (9)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (6)	
Blairo Maggi (PR) (4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) (7)

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,2,3)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Jorge Viana (PT) (9)	1. Anibal Diniz (PT) (9,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (10)	
Sérgio Souza (PMDB) (2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) (11)
Valdir Raupp (PMDB) (13)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (10)	
Blairo Maggi (PR) (7,12)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Vicentinho Alves (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (43)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
VAGO (1,13,28,29,30,42)	2. VAGO (39)
VAGO (32,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,31)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (43)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (2)	1. Gim Argello (PTB) (47)
Eduardo Amorim (PSC) (11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Sérgio Petecão (PSD) (4)	1. VAGO (5)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. n° 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício n° 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
Sérgio Souza (PMDB) (6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) (18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (17)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) (16)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (23)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Tomás Correia (PMDB) (24,25)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO (13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (11)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (23)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) (20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (8)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (7)	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (11)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) (2,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (14)	
Valdir Raupp (PMDB) (15)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. VAGO (1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (14)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (21,22)
Assis Gurgacz (PDT) (32,33)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (19)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (26)	
Tomás Correia (PMDB) (27,34,35)	1. Romero Jucá (PMDB) (27)
Waldemir Moka (PMDB) (27)	2. Sérgio Souza (PMDB) (3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) (27)	3. Roberto Requião (PMDB) (27)
Vital do Rêgo (PMDB) (27)	4. Francisco Dornelles (PP) (10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) (27)	5. Clésio Andrade (PMDB) (12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) (27)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (27)
Ciro Nogueira (PP) (27)	7. Ivo Cassol (PP) (16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) (5,8)
Jayme Campos (DEM) (31)	4. VAGO (31)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (26)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kátia Abreu (28,30)	1. Sérgio Petecão (6,7,13,15,28,29,30)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4,5,7)
RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) (1)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB) (8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. n° 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. n° 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. n° 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício n° 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício n° 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. n° 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios n°s 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)
RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. Valdir Raupp (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) (4,5)

Notas:
1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB n° 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. N°058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. n° 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. n° 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
6. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. n° 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento n° 08/2012-CI.
***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. n° 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1,22,24,28,31,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (11)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) (8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
João Durval (PDT)	4. Assis Gurgacz (PDT) (38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (16)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (34)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) (14)
Ricardo Ferraço (PMDB) (22,23,24,26,33,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
VAGO (17)	4. VAGO (30)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO (25,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO (7)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (34)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) (35)	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL (29)	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (15)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (10)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (4,6,9,11,12)	

Notas:
1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício n° 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,11)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT) (12)
VAGO (10)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (9)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. N° 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. N° 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
11. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Zeze Perrella (PDT) (2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (12)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (9)
VAGO (8)	2. VAGO (10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício n° 099/2011-PRES/CDR).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
5. Em 1°.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. n° 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício n° 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. n° 049/2012-PRES/CDR).
12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício n° 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2,40)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (39)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (38)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO (29,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO (26,27,28,36)	3. Tomás Correia (PMDB) (41,42)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (38)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)
Alfredo Nascimento (PR) (24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) (24)
PSD PSOL (33)	
Sérgio Petecão (PSD) (31)	1. Kátia Abreu (PSD) (32)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (25)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Tomás Correia (PMDB) (26,27)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (25)	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (4,18)	2. João Ribeiro (PR) (18)
PSD PSOL (21)	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
27. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (7,8)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) (9)	1. Sérgio Souza (PR) (10)
João Alberto Souza (MA) (5)	2. VAGO (6)
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO (2)
Romero Jucá (RR)	4. VAGO (1)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (4)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO) (11)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 28/06/2012

Notas:

1. Em 30.05.2012,vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO (1)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/07/2012

Notas:

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal n° 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (6,17)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (17)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO (9,16)
PT
Ana Rita (ES) (10)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (2)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
VAGO (8,14,15)
PP
Ciro Nogueira (PI) (1)
PDT
Zeze Perrella (MG) (13)
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
VAGO (4,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (12)
PSC

Eduardo Amorim (SE) (7)
PSD
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT,conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (22)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (22)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (5)
PT
Jorge Viana (AC) (7)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (9)
PTB
Armando Monteiro (PE) (10)
DEM
José Agripino (RN) (8)
PR
VAGO (11,20,21)
PP
Ivo Cassol (RO) (15)
PDT
Acir Gurgacz (RO) (17,23)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (12)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
VAGO (13,14)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (1,18,19)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (2,16)
PSD

PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
PV
Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 28/06/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
14. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
17. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
19. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
23. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (12)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (14)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Humberto Costa (PE) (7)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (3)
PTB
Gim Argello (DF) (4)
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) (6)
PP
Ana Amélia (RS) (11)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (8)
PSB
João Capiberibe (AP) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (5)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (9)
PSC
PSD

Sérgio Petecão (AC) (2)

PV

Paulo Davim (RN) (10)

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.nº 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.nº006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (14)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Paulo Paim (RS) (11)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (3)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (6)
DEM
Clovis Fecury (MA) (12)
PR
Vicentinho Alves (TO) (1)
PP
Ciro Nogueira (PI) (9)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (13)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (10)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (2)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (5)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (4)
PSC
PSD

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Kátia Abreu (TO) (8)
PV
Paulo Davim (RN) (7)

Atualização: 09/05/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO [2]

Presidente: Deputado Paulo Pimenta [4]
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima [4]
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja [4]
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves [4]

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares [6]
Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá [6]
Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty [6]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PV/PSC)**	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) [5]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. [3]
[8]	4. [8]
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) [7]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD [1]	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.
3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.
4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.
5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.
6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.
7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
8- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) [8 e 9]
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
Edio Lopes (PMDB/RR) [2]	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) [7]
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) [7]	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) [3]	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [3]
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) [10]
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) [13]
PP	
João Leão (PP/BA) [4]	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) [6]	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) [6]
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) [11 e 12]
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSDPR) [16 e 17]	1. Átila Lins (PSD/AM) [16 e 17]
Irajá Abreu (PSD/TO) [16 e 17]	2. Jorge Boeira (PSD/SC) [16 e 17]
Paulo Magalhães (PSD/BA) [16 e 17]	3. Manoel Salviano (PSD/CE) [16 e 17]
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO) [14 e 15]	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1.Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) [5]
PMN [1]	
[2]	[2]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1°-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
15- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PV)**	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PV)**	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	Vicentinho Alves (PR/TO)
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PV)**	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Márcio Macedo [15 e 20]
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15 e 20]
Relator: Senador Sérgio Souza [16 e 20]

Instalação: 10-4-2012 [15 e 20]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[21]	5. [21]
Bloco Parlamentar **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3 e 14]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11 e 12]	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) [3]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3 e 18]	4. [3 e 19]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]
Jayme Campos (DEM/MT) [6 e 10]	2. José Agripino (DEM/RN) [6 e 10]
[21]	3. [21]
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4]	1. [8, 9 e 12]
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
21- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. Francisco Praciano (PT/AM) [2]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1.
	2.
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) [2 e 11]	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2]
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) [2]	1. Rebecca Garcia (PP/AM) [2]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) [2]	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) [2 e 12]
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) [2]	1. Glauber Braga [2, 7 e 13]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2]	1. Sarney Filho (PV/MA) [2]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 1.463/2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
	1.
	2.
	3.
[3]	4. [3]
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) [2]	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [2]
DEM	
	1.
PSOL [1]	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor [6]
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida [6]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) [1]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL) [2]
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [3]	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Jayme Campos (DEM/MT) [4]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) [5]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:
1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos lideres Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).
3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação: 14-12-2011
Instalação: 8-2-2012
Prazo Final: 19-8-2012
Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 [17]

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) [10 e 11]
[11]	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. [6]
[18]	5. [18]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
[16]	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [14 e 15]
Ana Amélia (PP/RS) [3, 4, 9 e 13]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) [2, 8, 12 e 16]
	3.
	4.
[18]	5. [18]
Bloco Parlamentar Minoria (**PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argello (PTB/DF) [7]
PSOL [1]	
[5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
7- Designado o Senador Gim Argello, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).
18- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) [9]
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) [10 e 11]	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) [8]
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) [2 e 4]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.463, de 2012, Do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA)[6]
Jorge Viana (PT/AC)[3]	2. Aníbal Diniz (PT/AC)[3 e 6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR)[6]
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)[6]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI)[4 e 6]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PV)**	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO)[5 e 7]
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Blairo Maggi (PR/MT)[2]
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE)[2]
[8]	3.[8]
PSD[8]	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
PSOL[1]	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

8- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) [4 e 12]
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) [2]
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) [9 e 10]
Domingos Sávio (PSDB/MG) [8]	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) [3,6 e 7]
PSD	
José Carlos Araújo (PSD/BA) [13 e 14]	1. Roberto Santiago (PSD/SP) [13 e 14]
Armando Vergilio (PSD/GO) [13 e 14]	2. César Halum (PSD/TO) [13 e 14]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB [1]	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Junior (PCdoB/PI) [5 e 11]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Morais, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.

12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

13- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

14- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	**PRESIDENTE** José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Waldemir Moka (PMDB/MS) [1]
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	**1º SECRETÁRIO** Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	**2º SECRETÁRIO** João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	**3º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	**4º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) [2]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [3]	**LÍDER DA MINORIA** Jayme Campos (DEM/MT) [4]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) [5]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) [5]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.
2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARCEBISPO DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JUCA FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	JOSÉ VITOR CASTIEL
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião [6]
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame [6]
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia [6]

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto [18]
vago [10]	Sibá Machado
Newton Lima [17]	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow [9]	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira [3]
Antonio Carlos Mendes Thame [2]	Bruno Araújo[19]
Sergio Guerra	Ruy Carneiro[16]
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes [4]
Mandetta	Augusto Coutinho [5]
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes[11]	Assis Melo[12]
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé [8]	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)[7]	Valdir Raupp (PMDB)[20]
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT)[14]	Paulo Paim (PT)[15]
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB)[13]
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

1- Designados pelo Ato n° 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
8- Vaga cedida pelo PR.
9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores - PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012
20 - Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.

Edição de hoje: 402 páginas

(OS: 13857/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL